



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM

JOSÉ RIVALDO ARNAUD LISBOA

**ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA PRELAZIA DE CAMETÁ:
O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PERÍODO DE 1980 A 1999**

CAMETÁ-PARÁ
ABRIL/2019

JOSÉ RIVALDO ARNAUD LISBOA

**ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA PRELAZIA DE CAMETÁ:
O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PERÍODO DE 1980 A 1999**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Tocantins/UFPA – Cametá, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação e Cultura.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETÁ-PARÁ

ABRIL/2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)**

L769a Lisboa, José Rivaldo Arnaud
Atuação da Igreja Católica na Prelazia de Cametá : o
contexto da educação popular no período de 1980 a 1999 / José
Rivaldo Arnaud Lisboa. — 2019.
206 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá,
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

1. Educação popular. 2. Movimentos sociais. 3.
Comunidades cristãs. 4. Prelazia de Cametá. I. Título.

CDD 370.115098115

JOSÉ RIVALDO ARNAUD LISBOA

**ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA PRELAZIA DE CAMETÁ:
O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PERÍODO DE 1980 A 1999**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Tocantins/UFPA – Cametá, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação e Cultura.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto (Orientadora).
Instituição: PPGEDUC/UFPA-Cametá.

Prof^a. Dr^a. Andréa Silva Domingues (Examinadora Externa).
Instituição: PPGCL/UNIVAS – MG/Pouso Alegre.

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues (Examinador Interno).
Instituição: PPGEDUC/UFPA-Cametá.

Prof^a. Dr^a. Mara Rita Duarte de Oliveira (Examinadora Interno-Suplente).
Instituição: PPGEDUC/UFPA-Cametá.

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros (Examinador Externo-Suplente).
Instituição: NCADR e IFCH/UFPA).

Data da Defesa: 26 de abril de 2019. Hora: 16:00. Local: Sala 01 do PPGEDUC

Às gentes da base prelatícia que, junto com os padres lazaristas, construíram uma realidade de potencialidades, uma realidade que encanta um humilde pesquisador como eu.

AGRADECIMENTOS

Um dos mais nobres sentimentos que o ser humano pode cultivar e que, de certa forma, o aproxima mais do Divino é a gratidão. Ser grato a alguém é você reconhecer que, de alguma forma, esse alguém dispensou algo em teu favor.

Num momento como esse em que nos aproximamos não de um fim, mas, quem sabe, de um despertar para uma nova caminhada, é preciso agradecer às “almas santas” que nestes dois anos cruzaram nossos caminhos ou que talvez apenas intensificaram mais sua presença ou, por outro lado, sua ausência consentida e amiga, compreendendo a minha necessidade de isolamento, de recolhimento temporário.

Se fosse possível e correto escalonar ou estabelecer uma relação piramidal, acerca do meu recolhimento interior, diria que mãe, esposa e filhos foram os que mais sentiram essa ausência.

Assim, à minha “Baba”, ou simplesmente Maria ou Geni, minha mãe, a minha eterna gratidão. Ela, que na simplicidade de seu viver e de seus poucos estudos escolares soube me educar como filho e como pessoa e muito se esforçou para que eu sempre pudesse galgar degraus na busca por mais conhecimentos, por mais educação no sentido sistematizado. Hoje, sob o peso de seus 91 anos, já sem andar, mas de intensa lucidez continua a torcer, incentivar sem deixar de emitir algumas orientações com certo sentido de “ordem”. Do tipo: “Olha, não vai dormir tarde!”, quando, à noite, me ouvia falar que ainda iria estudar. Ou então, “toma algo antes de dormir!”. Como poderia esquecer ou deixar de lado suas orientações, seus conselhos. Nessas poucas palavras de gratidão à minha genitora, quero estendê-las ao meu saudoso pai Jonas (*in memória*) a quem não deixo de lembrar um único dia, mesmo depois de seus 14 anos de partida em busca dos louros de uma vida que continua na eternidade; pois suas brincadeiras, frases, chavões, histórias do seu cotidiano continuam fazendo parte das nossas conversas e lembranças.

À minha esposa Gilma Lisboa, minha “Moça”, pelo incentivo e companheirismo. Por compreender mais facilmente minhas ausências e recolhimentos, certamente pelo fato que há pouco encerrou sua busca pelo título de mestra, algo merecido. Uma batalhadora. Amor de minha vida. Alguém que me empurra em direção à busca da vitória como profissional. Juntos somos imbatíveis! Separados, não conseguimos subsistir sem o outro, apesar de muito teimosos.

Aos meus filhos (Nonato, Marcos, Karolinni, Giovani e Pedro Henrique) que iluminam e irradiam meu viver. Um agradecimento especial ao Giovani pelas leituras, correções no meu texto e principalmente ajustes técnicos em termos de informática. Envelhecemos, mas não em tudo melhoramos, às vezes, tecnologicamente falando, levamos surras de nossos próprios netos; é uma geração mais preparada para conquistar o mundo digital.

Aos meus pequenos e amados netos (Giovanna, Gael e ao mais novo membro, ainda no ventre de minha filha). Às minhas noras-filhas e ao meu genro, pessoas fáceis de amor (Bianca, Rose, Bea e Wendell), minha gratidão pelo fato de que através deles eu vejo a minha geração eternizar. Um agradecimento especial também a minha nora Rose pela correção e adequação do texto às normas da ABNT.

À professora Mestra Marcilene, amiga, pelos seus cuidados técnicos de leitura e correção, que a minha gratidão se estenda à sua família (filhos e esposo amigo-irmão).

À minha orientadora e companheira de longas datas, Prof^a. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, que soube ver no meu sonho uma busca por vitória. Um ser simples e de competência ímpar. Obrigado!

Aos meus professores do Mestrado que contribuíram para que prosseguisse com meus estudos e ampliasse meus conhecimentos acadêmicos e sociais.

Aos professores da banca examinadora de Qualificação e Defesa, que contribuíram para o desdobramento deste estudo.

Aos meus colegas de Mestrado pela paciência e dedicação. Em especial a Carla Alice, Edilene e Isabel pelo apoio e carinho durante meus estudos e o restabelecimento de minha saúde.

Aos Bispos (Dom Jesus Maria e Dom José Alteviri) e funcionários da Diocese de Cametá, em especial a Priscila, pela acolhida à pesquisa e por me permitirem acesso aos arquivos daquela Instituição.

Aos narradores que abriram suas memórias e me permitiram tentar reescrever parte daquilo que viveram junto à Prelazia e suas lutas por uma sociedade justa e igualitária.

Aos meus oito irmãos de quem não sei viver distante. Em especial ao meu irmão e compadre Jair Lisboa, pedagogo e historiador como eu, pelos toques e releituras no texto. A você irmão, a minha gratidão e apreço.

O Brasil foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo intitulado “Atuação da Igreja Católica na Prelazia de Cametá: o contexto da Educação Popular no período de 1980 a 1999” integra a linha de pesquisa Educação, Cultura e Linguagem - PPGEDUC/UFGA e buscou, de maneira geral, compreender como se efetivou a educação de cunho popular pela Prelazia de Cametá às suas bases. Especificamente, procurou analisar a realização desse processo de formação e informação pela Prelazia e, nesse contexto, verificar se a mesma, ao formar e informar suas lideranças, direcionou para a luta política. Buscou também observar quais resultados da educação viabilizada pela Prelazia tornaram-se visíveis. Aliado a esses objetivos, o estudo teve por fim entender e evidenciar a atuação da Igreja Católica na Prelazia de Cametá não apenas como uma instituição voltada para a missão do anúncio do Evangelho, mas preocupada em contribuir na formação educacional e na construção cidadã do povo desta porção de terra da Amazônia paraense. O estudo baseou-se na pesquisa e análise documental de relatórios de atividades educacionais e de viagens, atas de encontros, planos de trabalho etc., arquivados nos documentos da Diocese de Cametá, assim como em entrevistas com os sujeitos e pesquisa bibliográfica em literatura afim. Para a efetivação deste trabalho, o aporte teórico-metodológico esteve pautado nas considerações de Paulo Freire sobre um modelo de educação que visa uma pedagogia crítico-educativa em suas obras “Pedagogia do Oprimido” (1970), “Educação e Mudança” (1979), “Política e Educação” (1993), “Pedagogia da Autonomia” (1997), bem como reflexões de Moacir Gadotti em “Estado e Educação Popular na América Latina” (1992), “Educar para um outro mundo possível” (2007). Aditou-se a esse quadro teórico-metodológico outros estudos produzidos na área da educação popular a nível de Brasil e América Latina, bem como estudos relacionados à Amazônia e sua conexão com o período ditatorial brasileiro, contextos que se entrelaçam com o período vivenciado pela Prelazia de Cametá no decurso de tempo analisado. No contexto metodológico também consideramos a História Oral tendo por base uma pesquisa qualitativa com sujeitos que vivenciaram este processo e, assim, fizeram parte dessa prática educacional prelatícia, com o fim de acrescentarmos e cruzarmos os dados obtidos com a pesquisa documental e bibliográfica. Nesse processo, dentre os grandes achados da pesquisa resumimos importantes fatores evidenciados: a Educação Popular como denúncia da ausência do Estado; a Educação Popular como militância; a Educação Popular com foco na formação e trabalho associados a fatores econômicos; a Educação Popular na perspectiva de atividade ético-política transformadora; a Educação Popular como integração. Então, ratificamos que a Prelazia viabilizou educação de cunho popular aos moldes freireanos às suas bases, promoveu um processo de alfabetização de adultos às mesmas, bem como oportunizou uma formação cidadã com viés político.

Palavras-Chave: Educação Popular. Movimentos Sociais. Comunidades Cristãs. Prelazia de Cametá.

ABSTRACT

The present study entitled "Acting of the Catholic Church in the Prelature of Cametá: the context of Popular Education in the period 1980 to 1999" is part of the research line Education, Culture and Language - PPGEDUC/UFPA and sought, in a general way, to understand how made popular education by the Prelature of Cametá to its bases. Specifically, it sought to analyze the realization of this process of formation and information by the Prelature and, in that context, to verify if it, in forming and informing its leaders, directed towards the political struggle. It also sought to observe what results of the education made possible by the Prelature became visible. Allied to these objectives, the purpose of the study was to understand and demonstrate the work of the Catholic Church in the Prelature of Cametá not only as an institution focused on the mission of proclaiming the Gospel, but also concerned with contributing to the educational formation and in the citizen construction of the people of this portion of the land of the Amazon of Pará. The study was based on research and documentary analysis of reports of educational activities and travels, minutes of meetings, work plans etc., archived in the Diocese of Cametá documents, as well as interviews and bibliographic research in related literature. For the accomplishment of this work, the theoretical-methodological contribution was based on the considerations of Paulo Freire on a model of education that aims at a critical educational pedagogy in his works "Pedagogy of the Oppressed" (1970), "Education and Change" (1979), "Politics and Education" (1993) and "Pedagogy of Autonomy" (1997), as well as Moacir Gadotti's reflections on "State and Popular Education in Latin America" (1992) and "Educating for a Possible World" (2007). Through this theoretical-methodological framework was based on studies produced both in the area of popular education in Brazil and Latin America and in studies related to the Amazon and its connection with the brazilian dictatorial period, contexts that are intertwined with the period experienced by the Prelature of Cametá in the course of time analyzed. In this methodological context we also consider Oral History based on a qualitative research with subjects who have experienced this process and, in this way, were part of this educational practice of Prelature, in order to add and cross-refer the data obtained with the documental and bibliographic research. In this process, among the great findings of the research we summarize important factors evidenced: the Popular Education as denunciation of the absence of the State; the Popular Education as militancy; the Popular Education focused on training and work associated with economic factors; the Popular Education in the perspective of transformative ethical-political activity; the Popular Education as integration. Therefore, we affirm that the Prelature enabled popular education to the Freire molds to their bases, promoted a process of adult literacy, as well as provided a citizen education with a political bias.

Keywords: Popular Education. Social movements. Christian Communities. Prelature of Cametá.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Imagem 01 - Mapa do território da Prelazia, já constituído pelos 10 (dez) municípios..... | 63 |
| Imagem 02 - Mapa territorial da Diocese de Cametá, exposto na parede do hall de entrada da “Casa do Bispo” (Cúria Prelática), após a elevação da Prelazia à condição de Diocese -- (hoje apagado)..... | 67 |
| Imagem 03 - Encarte do Círculo Bíblico em preparação ao X Encontro Anilzinho, produzido pela Prelazia de Cametá..... | 118 |
| Imagem 04 - Figura ilustrativa do Círculo Bíblico em comemoração ao X Encontro Anilzinho - 3º Encontro, p. 14..... | 121 |
| Imagem 05 - Encarte da Cartilha elaborada e impressa pela Prelazia de Cametá, contendo o conjunto de leis produzidas no I Encontro Anilzinho, realizado na localidade de Anilzinho - Baião/PA, e que ajudaram a apaziguar as regiões conflituosas da Prelazia..... | 147 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

| | |
|--------------------|---|
| ABC | Serraria do município de Bagre à época da Prelazia, acusada de grilagem de terras |
| BILANCE | Entidade de cooperação financeira internacional, ligada à Igreja Católica |
| CBG | Companhia Brasileira Geofísica |
| CC's | Comunidades Cristãs |
| CEAAL | Conselho de Educação de Adultos da América Latina |
| CEB's | Comunidades Eclesiais de Base |
| CEBEMO | Entidade de cooperação financeira holandesa, ligada à Igreja Católica |
| CELAM | Conselho Episcopal Latino-Americano |
| CM | Congregação da Missão |
| CMPS | Congregação da Missão Província do Sul |
| CNBB | Confederação Nacional dos Bispos do Brasil |
| CORDAID | Entidade de cooperação financeira internacional, ligada à Igreja Católica |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CUNTINS | Campus Universitário do Tocantins |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| ELETRONORTE | Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. |
| F.A.S.E. | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| FETAGRI | Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará |
| GOTH | Grupo de Oração Terço dos Homens |
| ICIRA | Instituto de Capacitação e Investigação em reforma Agrária |
| INCOBAL | Fazenda e serraria do município de Bagre à época da Prelazia, acusada de grilagem de terras |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos |
| INSA | Instituto Nossa Senhora Auxiliadora |
| IPAR | Instituto de Pastoral Regional |
| ISER | Instituto de Estudos da Religião |
| JCC | Jornalzinho Comunidade Cristã |

| | |
|-----------------|--|
| MARFINA | Serraria do município de Bagre à época da Prelazia, acusada de grilagem de terras |
| MCP | Movimento de Cultura Popular |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MISERIOR | Entidade de cooperação financeira alemã, ligada à Igreja Católica |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| PAIGC | Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde |
| PBCM | Província Brasileira Congregação da Missão |
| PFCM | Província de Fortaleza Congregação da Missão |
| PIN | Plano de Integração Nacional |
| PPGEDUC | Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação |
| SINTEPP | Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará |
| SOME | Sistema Modular de Ensino |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |
| UNAMA | Universidade da Amazônia |
| WJ | Wildes e Jiji – (Empresa do município de Mocajuba, acusada de grilagem de terras). |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| NOTAS INTRODUTÓRIAS | 15 |
| CAPÍTULO I | |
| 1 A EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS QUE LIBERTA | 31 |
| 1.1 <i>Cultura versus</i> Cultura Popular | 32 |
| 1.2 A educação popular no Brasil e o movimento Paulo Freire | 35 |
| 1.3 A educação como instrumento para a liberdade e a liberdade como veículo para a cidadania política | 36 |
| 1.4 Paulo Freire e os movimentos de educação popular | 37 |
| 1.5 O combate do analfabetismo sob a ditadura militar | 39 |
| 1.6 Paulo Freire na América Latina | 42 |
| 1.7 A educação popular e a atuação de Paulo Freire na África | 45 |
| CAPÍTULO II | |
| 2 HISTÓRICO DA DIOCESE DE CAMETÁ | 49 |
| 2.1 A criação da Prelazia de Cametá | 50 |
| 2.2 Os padres da Congregação da Missão: a presença lazarista na Prelazia de Cametá | 53 |
| 2.3 A Prelazia e as comunidades cristãs: nascem as CC's | 56 |
| 2.4 A elevação da Prelazia à condição de Diocese | 63 |
| CAPÍTULO III | |
| 3. O SENTIDO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA PRELAZIA DE CAMETÁ | 69 |
| 3.1 O setor educação, o plano de trabalho e os convênios MEB e SEDUC | 70 |
| 3.2 A Prelazia e as atividades sociopastorais | 78 |
| 3.2.1 O setor saúde da Prelazia | 80 |
| 3.2.2 Setor agricultura | 86 |
| 3.3 A educação popular e a metodologia de ensino na Prelazia de Cametá .. | 90 |
| 3.3.1 O alfabetizar | 96 |
| 3.3.2 Formação de lideranças | 99 |
| 3.3.3 Os monitores | 105 |
| 3.3.4 Fé e política | 107 |

| | |
|---|-----|
| 3.3.5 Jornalzinho "Comunidade Cristã": a força da comunicação na Prelazia de Cametá | 110 |
|---|-----|

CAPÍTULO IV

| | |
|---|------------|
| 4 VER, JULGAR, AGIR E RESISTIR | 113 |
| 4.1 Catequese | 114 |
| 4.2 Os círculos bíblicos | 116 |
| 4.3 Organizações sindicais e políticas: uma forma de resistir | 123 |
| 4.4 Animadores de comunidades: os agentes "maiores" na multiplicação da educação popular na Prelazia | 132 |
| 4.5 Os "Encontrões Anilzinho" e a lei do "menor" | 139 |
| 4.5.1 Anilzinho na rota das disputas agrárias | 142 |
| 4.5.2 Lei Anilzinho: conflitos e resistências | 147 |
| 4.5.3 A grilagem de terra e os "Encontrões Anilzinho" | 156 |
| 4.6 Parcerias e recursos | 160 |
| | |
| NOTAS (IN)CONCLUSIVAS | 169 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 172 |
| | |
| ANEXOS | 180 |
| | |
| APÊNDICE..... | 204 |

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Por uma educação de qualidade

Ao longo dos anos, o que se tem visto é uma luta constante para garantir uma educação de qualidade, uma vez que a educação se apresenta há muito como um setor de grande importância para o desenvolvimento de uma nação.

A produção de conhecimento aponta a crescente de um país e melhora a qualidade de vida, aumentando renda, incrementando a economia, oportunizando empregos e desenvolvendo potencialidades.

Para muitas famílias, a educação é a possibilidade de ascensão social e de garantia de vida digna, disto decorre a necessidade de investimentos por parte do governo em uma educação de qualidade para todos, contexto adverso ao que vemos nos últimos meses do atual governo, pois presenciamos um sucatear, principalmente nas universidades e institutos federais, assim como da educação básica, quando estes vêm, nos primeiros meses do governo Bolsonaro, perdendo grande parte dos repasses federais. Cito aqui os IFs que tiveram corte de 30% em seu orçamento, o que afeta diretamente não apenas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também a oferta de cursos, as rotinas das aulas, as obras estruturais e o funcionamento das instituições.

De acordo com veiculações midiáticas nos principais jornais e revistas do país, ao encerrar o primeiro trimestre de seu governo, o presidente Bolsonaro deu um golpe duro sobre o salário dos professores, ao implementar um corte de 47% do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), fundo este destinado à promoção de políticas públicas para a educação básica e secundária nos municípios e estados do Brasil.

É fato que há um aumento na frequência de alunos nas escolas, bem como, a redução nos índices de analfabetismo, devido, principalmente, às políticas públicas implementadas no país nos últimos anos, como, por exemplo, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Programa Mais Educação, Bolsa Escola, Bolsa Família etc., que incentivam o acompanhamento de pais e professores junto aos alunos e a permanência destes na escola.

Ocorre também que a escola vem se ressignificando para os alunos, mas há ainda muito a ser feito. Garantir uma educação de qualidade é dar suporte aos

professores e demais funcionários da instituição para melhor atenderem aqueles que buscam ali um espaço para o aprendizado.

Nas décadas de 80 e 90 do século passado, a Prelazia¹ vislumbrou em sua jurisdição eclesiástica uma resposta para uma realidade igualmente não tão animadora, assim. Se ainda hoje não temos o ideal de uma educação pretendida, nas décadas mencionadas a situação era ainda pior. O que se via e se ouvia era um descaso por parte dos governantes quanto à educação devida. E as pessoas, principalmente trabalhadores-camponeses-ribeirinhos, sem saber ler e escrever, ou quando muito analfabetos funcionais.

Entretanto, a Prelazia pretendia que as gentes de sua base pudessem ler, escrever e, acima de tudo, tivessem dignidade, pudessem desenvolver um senso crítico do mundo que os envolvia.

Diante dessas realidades e necessidades, ela opta por oferecer às suas bases uma educação libertadora. Uma educação aos moldes da pedagogia freireana. Uma educação popular.

A Educação Popular é uma forma diferenciada de aplicar e buscar o saber dentro de parâmetros pedagógicos, que consiste em reafirmar a cultura pré-existente e amenizar desequilíbrios sociais com a conscientização do potencial, participação mais ativa do educando na formação da sua identidade (BOT, c2019).

É nesse contexto que Favacho (1984, p. 100) afere que o clero local, ao longo da caminhada prelatícia “assumiu uma nova postura, a de ajudar o povo a descobrir as suas próprias possibilidades para se promover”.

É isso que conseguimos ler nas linhas e entrelinhas dos documentos pesquisados e analisados nos arquivos da Diocese de Cametá, no decurso desses dois anos de pesquisa, bem como ouvimos daqueles que durante anos estiveram envolvidos com toda a história vivida pela Prelazia e suas gentes, e contribuíram para a elaboração deste com suas memórias.

¹ “Uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do bispo diocesano. Na criação da Prelazia de Cametá, ela era chamada de ‘Prelazia nullius’, o que significa: pertencente a nenhuma diocese” (FRENCHEN, 2010, p. 372).

Assim, através do incentivo e iniciativa dos padres lazaristas², a Prelazia de Cametá procurou mudar uma situação não tão fácil: a do abandono governamental do povo com a educação devida.

Nessa perspectiva, de oferecer à população da Prelazia de Cametá aquilo que lhe estava sendo negado em termos de educação, além de promovê-la rumo à cidadania, a Prelazia buscou parceiros, no Brasil e no exterior, para oferecer às gentes de sua base (comunitários, trabalhadores posseiros, pequenos agricultores, ribeirinhos, sindicalizados ou por se sindicalizar etc.) uma educação de qualidade. Uma educação que os ajudasse trilhar o caminho das palavras, além da alfabetização³. Que pudessem ler, compreender e interpretar criticamente aquilo que estavam lendo.

A necessidade da reconstrução do conhecimento é notória, é através dessa que um cidadão se torna um ser social atuante, que tenha condições de opinar, se tornar crítico, que sinta a necessidade de conhecer e descobrir o seu potencial em bases sólidas, formando indivíduos entendedores da sua cultura e inseridos no seu contexto histórico de forma adequada, com projeção de ideais acessíveis.

O ser humano excluído ou não da sociedade reconhece seus valores, seus direitos e faz parte deste meio, embora se perceba como uma forma de coletivo ideal, não o é; pois a hierarquia, relação de superiores e dependentes, é de uma disparidade perceptível, onde os desfavorecidos são colocados à prova da exclusão e posteriormente *convidados* a se reintegrar (BOT, c2019).

Foi exatamente esse “arregaçar das mangas” da Prelazia que motivou esse humilde pesquisador, filho também das bases prelatícias, a trabalhar com a temática Educação Popular a partir da iniciativa desta instituição religiosa e suas gentes⁴.

Assim quando da perspectiva de ingressar novamente no mundo acadêmico com o curso de mestrado através do PPGEDUC (Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará – Campus Cuntins/Cametá), vislumbrei a possibilidade de desenvolver o estudo desta temática (educação popular).

² Padres-membros chamados de lazaristas em referência ao fato de que a primeira casa da Congregação se chamava “São Lázaro” (Leprosário de São Lázaro).

³ Nesse aspecto, as práticas desenvolvidas em prol de uma educação que proporcionasse ler além das entrelinhas são chamadas por alguns autores, como Magda Soares e Isabel Solé, de práticas de “letramento”. Ver detalhes em: SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. São Paulo: Contexto, 2004.

⁴ A expressão *gentes* é utilizada nesse estudo por preferência pessoal do pesquisador e por ética à história oral e à pesquisa; é assim que carinhosamente gosta de tratar os sujeitos sociais (das bases prelatícias), bem como os narradores também os tratam.

O meu interesse pelo tema estava ligado também à Instituição Prelazia, uma vez que desde jovem ingressei na comunidade cristã da Vila do Carmo, onde residia, através do grupo de jovens da igreja católica local e por alguns poucos anos caminhei com esse grupo, pois tive que mudar em 1979 para a Cidade de Cametá, onde me juntei aos jovens da CC Nossa Senhora de Fátima – Bairro Novo.

Então, nesses anos de caminhada comunitária participei de muitos encontros, principalmente no “Seminário da Aldeia” (Centro de Formação São Vicente de Paulo – Aldeia). Encontros organizados e ministrados pela Prelazia de Cametá, onde as temáticas e metodologias, principalmente dentro do método ver-julgar-agir, sempre despertavam interesse.

Algum tempo depois passei também por um grupo de discernimento vocacional, sempre participando ativamente dos encontros e formações via-Prelazia. A partir de 2006, já casado e pai, recebi um convite para uma experiência na Escola de Formação Diaconal “Padre Geraldinho”, instituída e mantida pela Prelazia de Cametá. Como resultado dessa experiência, em 2010, fui ordenado diácono permanente para a Igreja prelatícia de Cametá.

Então, todo esse processo vivenciado pela “Igreja progressista” de Cametá, fez parte da minha história e da minha caminhada na Igreja prelatícia de Cametá. Como afirma o narrador Eraldo Souza, “nós estamos no meio de tudo isso, mas naquele momento não temos plena consciência de tudo aquilo que estamos vivendo” e isso é fato. Afirmar que naquele momento (décadas de 80 e 90 do século passado) tinha claro que a Prelazia estava em um processo de viabilização de uma educação aos moldes freireanos às suas bases, é, no mínimo, faltar com a verdade.

Vivemos, cantamos, refletimos, mas é somente quando me deparo com a possibilidade de um retorno à Universidade Federal do Pará, através do curso de Mestrado ofertado pelo PPGEDUC, que me dou conta que podia aprofundar tal vivência com a temática educação popular.

E mais, vi também a possibilidade de, assim como Favacho (1984), Frencken (2010), Silva (2014) – referenciais teóricos deste estudo – e outros que se debruçaram sobre os arquivos da Prelazia de Cametá, tornar público o que a Igreja Católica de Cametá fez e faz em favor da gente humilde e batalhadora de sua base.

A Igreja prelatícia não apenas viabilizou educação popular às suas bases; através de suas agentes da pastoral de educação, dos monitores de ensino, dos animadores de comunidades, de seu clero progressista, ela catequizou, ensinou,

politicizou, sindicalizou, organizou, lutou junto nos momentos de conflito e opressão (Anilzinho e Tucuruí) e, assim, mais do que ensinar ela foi parceira.

Entretanto temos claro que o caminho sempre tem mão dupla: tanto pode levar, como pode trazer. Assim, vê-se que o processo de fortalecimento das bases é fortalecimento e crescimento da Prelazia enquanto igreja, enquanto instituição. Evangelizar e catequizar, mais do que dois verbos de ação, representam juntos o diferencial da Igreja, os dois não estão dissociados, mas ligados entre si, em um só movimento de ação da igreja em direção às suas bases, às suas gentes.

Em 1969, quando a Igreja prelatícia institui a Pastoral de Comunidades em substituição a uma Pastoral de Massas (de missionariedade) precisava de um novo norte - assim como a Igreja Católica como um todo, uma vez que tais orientações partem do Concílio Vaticano II⁵ (1962-1965), do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1966, e da Conferência de Medellín⁶ (1968) -, de um novo direcionamento para que suas ações pastorais se tornassem mais eficazes.

Não podemos tirar seus méritos na viabilização de uma educação de cunho popular às suas bases, mas também não podemos deixar de perceber que tudo isso ajudava a ter uma igreja mais solidificada, uma igreja mais direcionada para aquilo que ela pregava, uma “Nova Sociedade”.

No círculo bíblico nº 3, p. 13, do livreto “Círculos Bíblicos em preparação ao X Encontro Anilzinho”, o texto exprime esse desejo de uma “nova sociedade”, no comentário: “A preservação do meio ambiente sempre foi uma das bandeiras de luta das Comunidades, que motivadas pela Palavra de Deus através de instrumentos de organização, buscam a construção da NOVA SOCIEDADE”.

Em seguida a esse trecho aparece uma imagem (ver pág. 121, capítulo IV deste estudo) de três barquinhos: um das CEB's (CC's), outro do Partido Político e outro do Sindicato navegando em direção a essa Nova Sociedade defendida pela Prelazia, com a frase “Todos navegando a favor da correnteza em direção da NOVA SOCIEDADE” (CÍRCULO BÍBLICO, 1991, p. 14).

⁵ O Concílio Vaticano II foi realizado pela Igreja Católica Apostólica Romana no decurso dos anos de 1962 a 1965, sob a direção do Papa João XXIII. Foi convocado na data de 25 de dezembro de 1961, através da bula papal “Humanae salutis” e realizado de 11 de outubro de 1962 a 8 de dezembro de 1965. Tornou-se o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica.

⁶ A 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano foi realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968.

Essa nova sociedade almejada, fazendo uma leitura do que transparece em outros momentos, como os encontros Anilzinho, tem seu caminho facilitado pelas comunidades cristãs da Prelazia. Havia sempre um convite da Prelazia para que todos estivessem ligados a uma comunidade, ou melhor, não uma comunidade qualquer mas a comunidade da sua localidade, depois vincular-se ao sindicato da sua categoria e filiar-se ao partido político, que naquele momento da caminhada era representado pelo Partido dos Trabalhadores, devido este apresentar uma “bandeira de luta” em favor dos trabalhadores; luta igualmente defendida pela Prelazia e suas pastorais sociais.

Contudo, a importância deste estudo não se limita a dar visibilidade das ações de cunho pastoral da Igreja prelatícia. A oportunidade com a discussão da temática educação popular dentro do meio acadêmico é de extrema importância também, assim como é de igual importância que a sociedade civil, católica ou não, cristã ou cética tome conhecimento das atividades desenvolvidas pela Igreja Católica de Cametá com a educação popular nas décadas de 80 e 90 do século passado.

A opção por considerar a atuação da Igreja Católica prelatícia de Cametá como objeto para este estudo, oportunizou-me percorrer por vieses reflexivos em outras temáticas necessárias para a compreensão e inserção no caminhar da pesquisa. E para desenvolvê-lo foram traçados alguns objetivos, para, de um modo geral, analisar como se efetivou a educação de cunho popular pela Prelazia de Cametá às suas bases.

Quando da definição desta temática para descortinar o objeto de estudo, o fiz com o pressuposto de que a Prelazia nas décadas delimitadas para esta pesquisa, 80 e 90 do século passado, viabilizou a educação de cunho popular às suas bases.

Quando usamos, neste estudo, a expressão “bases prelatícias”, não queremos aqui fechar sua definição ou extensão apenas aos membros das comunidades cristãs (comunidades de base), mas estender seu entendimento e compreensão aos trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores, ribeirinhos, sindicalizados, não sindicalizados, filiados politicamente, não filiados, ou seja, àqueles que estavam dentro do contexto para e por onde fluiu a educação (de cunho popular) a partir da Instituição Prelazia, pois os “encontrinhos”, formações, “Encontrões Anilzinho” etc., todos foram executados dentro da perspectiva da pedagogia freireana, com a asserção de que “o método Paulo Freire é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza”, assim

como, os cursos de alfabetização viabilizados às suas bases dentro dessa metodologia primavam pela convicção de que “alfabetizar é conscientizar” e alfabetização e conscientização representavam para a Prelazia suas grandes metas com a educação popular (FREIRE, 2017, p. 13, 29).

Especificamente, este estudo propôs analisar a realização desse processo de formação e informação pela Prelazia e, nesse contexto, verificar se a mesma, ao formar e informar suas lideranças, direcionou para a luta política. Buscou-se, ainda, observar quais resultados da educação viabilizada pela Prelazia tornaram-se visíveis.

Para atender aos objetivos específicos teremos a importante contribuição da história oral como metodologia de pesquisa, quando a memória do narrador preencherá, muitas vezes, a lacuna deixada pelos registros escritos, seja porque a este foi negada tal informação, seja porque faltou mais empenho na pesquisa para localizá-lo.

A respeito deste recurso metodológico, o texto de Fabiana Pinto *O que é História Oral* enfatiza que:

O trabalho com fontes orais[...] permitiu aos pesquisadores uma ampliação de conceitos de fontes. Somente com essa técnica foi possível que historiadores e antropólogos realizassem uma nova construção de acontecimentos a partir da memória de pessoas que presenciaram os eventos. Ou seja, a história considerada verdadeira e que passaria a ser contada, é construída a partir da memória do entrevistado. (PINTO, 2016, p. 2)

No desenvolvimento deste estudo questionamos: A Igreja Católica prelatícia, contribuiu de fato para a formação cidadã dos sujeitos de sua base? E se contribuiu, essa formação assumiu viés político?

Conforme afirmado em parágrafo anterior, quando ainda da elaboração do projeto de pesquisa para o mestrado, pressupunha-se que a Prelazia havia viabilizado às suas bases uma educação de cunho popular, acrescente-se ao enunciado no referido parágrafo, que esse modelo de educação seria aos moldes da pedagogia freireana, fundamentada em sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

Outra hipótese levantada naquele momento, e que embasou a pesquisa do estudo com a educação popular às bases da Prelazia de Cametá, refere-se à formação com viés político, uma vez que sempre se ouvia que a Prelazia, durante a administração de Dom José Elias (o que corresponde ao período delimitado para

este estudo, período de 1980 a 1999), havia se preocupado com a formação de suas lideranças para o embate político, uma vez que dois dos prefeitos que assumiram o Executivo em Cametá, um em Igarapé Miri e mais outro em Oeiras do Pará, além daquelas lideranças que assumiram o Legislativo, Secretarias de Governo, Conselhos Municipais etc., haviam sido formadas na base prelatícia com esse fim: participar das disputas políticas nos municípios prelatícios.

Necessário se fez escolher um percurso teórico consistente que embasasse todo o contexto empírico para alcançar os objetivos propostos. Desse modo, os principais dispositivos teóricos compreenderam determinadas categorias, como as reflexões freireanas que atravessaram temáticas como a Educação Popular; Sujeitos e Comunidades Eclesiais de Base (Comunidades Cristãs); Formação e Conscientização da Construção Cidadã, dentre outras.

Neste processo de construção teórico-metodológica, o estudo ora apresentado desenvolveu-se baseado no tripé: bibliografia consultada, documentos pesquisados/analizados e entrevistas realizadas.

A bibliografia consultada teve em *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, seu principal apoio, até pelo fato de que esta obra era plenamente citada tanto nos documentos pesquisados nos arquivos da Diocese de Cametá, constantes no Setor Educação, quanto pelos narradores com os quais conversei, em forma de entrevistas⁷ para disseminar e compreender as temáticas necessárias à pesquisa.

Além de Paulo Freire e outras obras suas, como *Educação e Mudança*, *Política e Educação*, *Pedagogia da Autonomia* nos aproximamos também de Gadotti (*Estado e Educação Popular na América Latina*, *Educar para um outro mundo possível*) com o objetivo de nos apropriarmos melhor da temática educação popular e outras teorias freireanas.

Entretanto, como o estudo com a temática educação popular a partir das ações da Prelazia levou em consideração as décadas de 80 e 90 do século passado (anos de 1980 a 1999), período de expressiva política agrária do governo federal para a Amazônia e que, de certa forma, acabou por interferir nas discussões e movimentos sociais desenvolvidos na Prelazia nesse período histórico, julgamos

⁷ Faz-se necessário ressaltar que todos os comentários retirados das narrativas dos sujeitos entrevistados (Carlos Shafaschek Neto, Luiz Otávio Carvalho, Edir Gonçalves Pinheiro, Maria Salete Pantoja Aquime, Natalino de Jesus Gonçalves Pinheiro conhecido como “Café”, Benedito Pantoja dos Santos conhecido como “Beneditinho”, Roberto de Melo Vanzeler, João Maria Pinto e Eraldo de Souza do Carmo) foram devidamente autorizados pelos mesmos e as entrevistas previamente gravadas para fins específicos de articulação para esta pesquisa.

conveniente nos aproximarmos de uma bibliografia específica sobre o período ditatorial brasileiro pós-64 e sua conexão com a Amazônia.

Merece destaque, dentre os documentos pesquisados/analísados no arquivo da Diocese, os impressos do Jornal Comunidade Cristã, os quais me possibilitaram uma profunda análise das atividades desenvolvidas pela Prelazia não apenas no que se refere ao período delimitado para este estudo (anos de 1980 a 1999), mas bem antes, quando pude retroceder até à fundação deste jornal, coincidentemente ao ano de criação das Comunidades Cristãs (comunidades de base) na Prelazia de Cametá.

Apesar da riqueza de documentos acerca do assunto no período estudado, constantes dos arquivos da Diocese de Cametá, consideramos também a possibilidade de ampliar estas fontes escritas com outras orais, isto é, optamos por fazer uso da memória daqueles que vivenciaram esse período histórico da Prelazia e que têm muito a contribuir com este estudo, o que nos proporciona, segundo Pinto (2016), “uma nova construção de acontecimentos a partir da memória de pessoas que presenciaram os eventos”, ou mais do que isso, vivenciaram os fatos analisados no contexto das décadas estudadas, pois, de acordo com Pinto (2010, p. 31), “nos retalhos das lembranças dos mais velhos emergem as histórias de vida...”

Passamos, assim, a ter a história da Prelazia e seu povo acrescida com a riqueza advinda da memória dos entrevistados, o que vem enriquecer as lutas e resistências, os sofrimentos e alegrias, as vitórias e derrotas do povo prelatício. E mais, transformar estes personagens em protagonistas e narradores de suas próprias histórias. “Na opinião de Paul Thompson, a história ganha nova dimensão quando se utiliza a experiência de vida das pessoas de todo tipo como matéria-prima” (PINTO, 2010, p. 34).

Na coleta de entrevistas, utilizamos os “relatos de vida”⁸, ou seja, entrevistas temáticas sobre as respectivas ações voltadas às questões deste estudo. Após uma pesquisa documental, definimos o número dos entrevistados (9 no total). As entrevistas foram transcritas e transformadas em arquivos escritos que permitiram as análises e interpretações.

⁸ Cf. DOMINGUES, Andréa Silva; CARROZZA, Newton Guilherme Vale. História Oral, Discurso e Memória. **Tempos Históricos**. v. 17. 2. sem. 2013. p.141-161. (p. 145). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/9883/7201>. Acesso em: 26 mar. 2019.

As entrevistas exigiram um processo informal, com diálogos abertos, na tentativa de deixar os narradores à vontade para que emergissem suas memórias, lembranças distantes que constituíram momentos expressivos e importantes em determinada fase de suas vidas.

Na tentativa de relatar sentimentos e (re)pertencimentos, a técnica da “História Oral tem sido uma das grandes contribuições no estudo das experiências de homens e mulheres em diversos e diferentes setores da sociedade”, como forma de valorizar grupos sociais que, de certa forma, estiveram/estão invisíveis nos registros científicos e/ou escritos (DOMINGUES; CARROZZA, 2013, p. 147).

Para estes pesquisadores, a técnica da oralidade constitui-se importante fonte para os estudos, porque (re)constrói memórias sociais referenciando questões identitárias. Reiteram ainda que passado e presente se confluem nos diálogos sentidos diante dos contextos vividos, resignificando realidades (DOMINGUES; CARROZZA, 2013).

A importância deste recurso metodológico intensifica esta pesquisa exatamente porque os referenciais teóricos são limitados, talvez por tratar de temáticas que compreendem um caminhar “minado”, visto que engendram questões delicadas de compreensão e interpretação, como, por exemplo, as análises das políticas e lutas sociais percebidas no universo empírico investigado.

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais (DOMINGUES; CARROZZA, 2013, p. 148).

Salientamos que as entrevistas realizadas junto aos narradores compreendem o período de todo o ingresso neste programa de pós-graduação, visto que aconteceram de 2017 a 2019.

Esclarecemos que a opção pelos narradores, apresentados a seguir, obedeceu escolha criteriosa diante do papel que estes sujeitos desempenharam no contexto do processo prelático no decurso do período estudado/analísado por este pesquisador. Atuaram como: membro do clero local, membro da equipe central e da equipe de formação, motorista (da Prelazia e particular do bispo), agente da pastoral de educação, animadores de comunidades e membro da pastoral da juventude

naquele período, o que torna um grupo bem heterogêneo e com condições de me proporcionar uma visão bem mais ampla da temática estudada e da realidade vivenciada pela Prelazia.

Assim, minha pesquisa é qualitativa porque meus sujeitos apresentam experiências realizadas no campo da educação popular produzida pela Prelazia de Cametá.

NARRADORES DA PESQUISA

CARLOS SHAFASCHEK NETO, 61 anos, foi entrevistado duas vezes. Em agosto de 2016, através de uma conversa informal em sua residência na Travessa João Augusto, bairro São Benedito, Cidade de Cametá/PA, com a finalidade de composição do Projeto de Pesquisa para o Mestrado por parte do autor deste estudo. Pela segunda, em 19/03/2018, também em sua residência.

Natural de Mafra, Santa Catarina/PR, filho de Carlos Schafaschek e Ana Sidal Schafaschek. Na data de 15 de janeiro de 1977 entrou para a Congregação da Missão, Província de Curitiba, em Araucária. Em 15 de novembro de 1980 foi ordenado sacerdote, em Mafra. Ainda, neste ano, tornou-se Vigário Paroquial em Orleans. Chegou em Cametá no ano de 1981 passando a compor a Equipe Central da Prelazia de Cametá (SILVA; ASSUNÇÃO, 2013).

Durante sua permanência na Igreja Prelática contribuiu com a elaboração de projetos com o intuito de captar recursos do exterior para a Igreja Católica de Cametá.

Em 1984 desligou-se da Companhia das Missões e do Ministério Sacerdotal, para contrair matrimônio com Maria Rosiane Ribeiro Schafaschek, com quem teve dois filhos.

Atualmente, compunha a Pastoral de Pesca a nível nacional e participava de atividades pastorais na Comunidade Cristã São Pedro, bairro Trigueiro, nesta Cidade de Cametá. “Hoje não sou contratado pela Diocese, sou contratado pela Pastoral dos Pescadores a nível nacional, mas cedido à Diocese de Cametá”, ressaltara na última entrevista.

Em fevereiro de 2019 veio a óbito devido ao agravamento de diabetes e câncer no pâncreas.

LUIS OTÁVIO CARVALHO, 62 anos, nascido em 12/03/1957, foi entrevistado em 08/03/2018, no Centro de Formação São Vicente de Paulo / Seminário da Aldeia, bairro Aldeia, Cametá/PA, no decurso da Semana de Formação Diocesana. É professor da rede estadual de ensino, nasceu, reside e trabalha em Vila Maiauatá, paróquia Sant'Ana, município de Igarapé-Miri. No ano de 2010 foi ordenado diácono permanente para a Igreja Católica de Cametá (então Prelazia de Cametá, hoje Diocese).

Há mais de 40 (quarenta anos) desenvolve trabalhos comunitários. Em 1969 quando as CC's foram criadas, estava participando na Igreja. "Já estava nessa caminhada desde o início das comunidades", relatara na entrevista.

Portanto, desde jovem participou ativamente da Igreja Católica de Cametá. Fez parte da coordenação da Equipe Central e da Equipe Central Jovem da Prelazia; hoje compõe a Equipe de Formação da Diocese.

EDIR GONÇALVES PINHEIRO, 65 anos, nasceu em 25/02/1953, foi entrevistado em 15/03/2018, no Centro de Formação São Vicente de Paulo / Seminário da Aldeia, bairro Aldeia, Cametá/PA, reside no bairro da Matinha, nesta Cidade de Cametá.

Há mais de trinta anos trabalha pela Igreja Católica de Cametá. Reitera que nesse período atuou como animador de comunidades e como funcionário da Prelazia, na função de motorista. Atualmente, auxilia nos serviços gerais do Seminário São Vicente de Paulo (Seminário Padre Josimo) – Aldeia/Cametá.

Como animador, visitava seu distrito (10 comunidades cristãs) para "animar, organizar, ver como 'tava' indo o culto dominical, organizar a catequese, a preparação do batismo, de crisma". Segundo ele, o trabalho dos animadores era avaliado anualmente durante os cursos de liderança em que participavam.

MARIA SALETE PANTOJA AQUIME, 51 anos, socióloga por formação, foi entrevistada em 23/03/2018, na residência deste pesquisador, no bairro São Benedito, Cidade de Cametá/PA. Trabalhou por 7 anos (1991–1998) como agente da pastoral de educação da Prelazia e coordenou também, por um certo período, esta pastoral. Atribui sua militância no Partido dos Trabalhadores (onde foi candidata à Prefeitura de Cametá) ao trabalho realizado junto ao Setor Educação da Prelazia de Cametá com a educação popular. Em sua entrevista nos informou que "a Prelazia fazia uma pastoral cabocla, uma pastoral bem da realidade do povo",

ressaltando que “a Prelazia fez a opção preferencial pelos pobres” como sugere a Conferência de Medellín.

Considera o trabalho realizado na Prelazia como um divisor de águas em sua vida. Atualmente, é servidora da SEDUC (Secretaria Estadual de Educação do Pará) atuando como docente no SOME (Sistema Modular de Ensino).

NATALINO DE JESUS GONÇALVES PINHEIRO, conhecido como “CAFÉ”, 63 anos, foi entrevistado em 11/05/2018 no Centro de Formação São Vicente de Paulo / Seminário da Aldeia, bairro Aldeia, Cametá/PA, durante a realização do Encontro de Animadores da Diocese de Cametá. É membro da CC Menino Jesus no Rio Japiim Grande, Paróquia Imaculada Conceição, Limoeiro do Ajuru/PA, atuando como Animador de Comunidades há cerca de 12 anos.

Entretanto, na primeira parte da década de 90 trabalhou como animador de comunidades. Em 1997 se afastou do trabalho de animador, solicitando dispensa do Grupo de Animadores da Prelazia para participar do Governo de Limoeiro de Ajuru, na função de Tesoureiro na Prefeitura. Em 1999 se candidatou a uma das vagas de vereador em Limoeiro, vencendo as eleições. Assumiu o cargo de vereador no mandato de 2000 a 2004. Tentou a reeleição, sem sucesso.

No entanto, afirma que nunca abandonou a comunidade: “Entreguei a função de animador, nesse período que eu estava na política, atuando ali, mas fiquei participando da Igreja, indo aos domingos aos cultos com a minha família e tal”.

Então, observa seu “Café” - como é carinhosamente conhecido na comunidade: “Quando eu perdi a eleição, saí da política, voltei novamente para o quadro de animadores a convite do padre Clodomir, pároco da paróquia Imaculada Conceição de Limoeiro. O padre [...]me chamou pra trabalhar como animador, então novamente engajei”, concluiu o entrevistado.

Assim, trabalhou como animador de comunidades na Prelazia grande parte do período delimitado para este estudo. Ressaltou seu apreço por Dom José Elias como bispo e como pessoa. Destacou que visitara algumas pastorais acompanhando Dom José pelas comunidades cristãs de Limoeiro, quando este estava em visita pastoral na paróquia Imaculada Conceição e guarda saudosamente consigo um “dizer” de Dom José: “Café, o camarão é muito bom, mas a mão de obra dele é muito grande”. Na interpretação de seu “Café”, o bispo comparava o dificultoso trabalho pastoral com as comunidades com o processo de descascar o camarão para poder comê-lo.

“Café” via em Dom José uma maior valorização para com o Grupo dos Animadores da Prelazia, com maior aproximação. E afere que as próprias CC’s se acostumaram com o trabalho do animador, uma vez que “estes se tornaram o porta-voz entre a paróquia e a comunidade”. Isso o fez ratificar a importância do animador para as comunidades, uma vez que ele era presença constante, enquanto o pároco, na maioria das vezes, “só vai na comunidade do interior uma ou duas vezes por ano”. Justifica, no entanto, essa visita minguada do pároco pelo fato de se ter apenas um padre para 44 comunidades interioranas em um município extenso de muitas ilhas.

BENEDITO PANTOJA DOS SANTOS, conhecido como “BENEDITINHO”, 63 anos, foi entrevistado em 11/05/2018 no Centro de Formação São Vicente de Paulo / Seminário da Aldeia, bairro Aldeia, Cametá/PA, durante a realização do Encontro de Animadores da Diocese de Cametá. Atuou como animador de comunidades desde 1979.

Antes do trabalho como animador, trabalhava com a juventude no “clube de jovens” da Comunidade de Mupi. Nasceu na Localidade de Mupi-Torrão, município de Cametá/PA; a partir de 1972 passou a fazer parte do grupo de jovens da Comunidade Cristã de Mupi.

Considera as décadas de 80 e 90 (do século passado), correspondentes ao período da administração da Prelazia por Dom José Elias Chaves, como “um momento histórico, momento de muito talento, muita busca de formação, [...] um momento de espiritualidade, de luta contra a pobreza, de luta em busca da evangelização [...]; levando o evangelho a todos, conscientizando as comunidades, as novas comunidades”, ponderou o entrevistado.

Quanto ao seu trabalho na Igreja, enquanto animador, destaca que “o trabalho dos animadores era visitar as comunidades. Visitando as comunidades a gente escutava, via qual era a fraqueza da comunidade e [...]levando aquela mensagem da Palavra de Deus”. Pontua, ainda, que “se fosse a catequese, a gente reforçava a catequese, se fosse problema litúrgico, então a gente puxava os cursos de liturgia pra reformar aquela comunidade. Era fazer uma liturgia-vida. Esse era o trabalho missionário dos animadores”.

ROBERTO DE MELO VANZELER, 55 anos, foi entrevistado na data de 07/12/2018, na residência do autor deste estudo, bairro São Benedito, Cametá/PA. Paraense, trabalhou 6 anos pela Prelazia (1987–1993) na função de motorista

pessoal de Dom José Elias, bispo prelatício de Cametá. “As visitas de Dom José Elias às paróquias e comunidades eram feitas comigo dirigindo o carro pra ele. Participamos, por exemplo, de vários Anilzinhos. Dom José dava muito suporte pra eles”.

JOÃO MARIA PINTO, 76 anos, nascido em 20/08/1942, casado há 40 anos com a senhora Maria Antônia Carvalho Pinto, reside na localidade de Merajuba (município de Cametá) pertencente à paróquia Nossa Senhora da Conceição (Mocajuba). Foi entrevistado em 15/12/2018, em sua residência, na localidade de Merajuba, município de Cametá/PA. É membro da Comunidade Cristã Menino Jesus (Merajuba/Cametá).

Não delimitou o período de atuação como animador de comunidades pela Prelazia de Cametá, mas afirmou que entrou ainda jovem para o trabalho da Igreja, logo que surgiu a Pastoral Comunitária (Pastoral de Comunidades, implantada no ano de 1969, na época da criação das CC's). Natural de Ajará, município de Cametá, onde começou suas atividades na comunidade local, sendo um dos escolhidos para celebrar o culto dominical. Lembrou que ao iniciar os trabalhos na comunidade de Ajará, fazia uso de um livro intitulado “Oração da Comunidade Cristã”.

Como animador de comunidades era responsável por um distrito formado por dez comunidades cristãs, pertencentes à Paróquia Nossa da Conceição (município de Mocajuba), sendo elas: CC de Aripijó, CC São Benedito (de Moiraba), CC de Vila do Carmo, CC Ilha Moiraba, CC de Merajuba, CC de Mazagão, CC de Panité, CC Tamanduázinho, CC Tamanduá Costa e CC Trindade Santana.

ERALDO SOUZA DO CARMO, 44 anos, nasceu em 16/08/1974. Foi entrevistado em 12/01/2019 em sua residência à avenida Inácio Moura, bairro da Aldeia, nesta cidade de Cametá. Professor de Ensino Superior na Universidade Federal do Pará – Campus Cuntins/Cametá, casado com a também Professora de Ensino Superior do Campus UFPA/CUNTINS, Maria Suely Corrêa dos Prazeres. Iniciou sua militância na Igreja através da Comunidade Cristã Nossa Senhora de Nazaré, na cidade de Cametá, conhecida como “Comunidade da Baixa Verde”, denominação devido ao nome do bairro onde está localizada (Baixa Verde). Ajudou na construção da casa comunitária desta comunidade cristã (localizada na Travessa Dom Pedro I) e na estruturação de suas pastorais.

Afere que, antes de sua participação nesta comunidade, não era engajado na militância; era um católico apenas de frequentar as missas ou participar de algumas outras atividades religiosas. Na comunidade cristã Nossa Senhora de Nazaré passou a participar do grupo de jovens da comunidade e, após um ano, ingressou no grupo da PJ (Pastoral da Juventude), atuando na coordenação da Pastoral da Juventude a nível de Paróquia.

Informara que começou a participar dos Inter-Jovens na cidade de Cametá, considerando este evento como um “movimento muito forte aqui dentro da Cidade”. Nele, mensalmente “os jovens reuniam-se, cada mês em uma determinada comunidade, para discutir temas não apenas relacionados às pastorais da Igreja, mas também que envolviam a realidade da juventude naquele momento, como a questão das drogas”. Segundo este narrador, eram sempre temas que demonstravam a preocupação da Prelazia com a juventude, como: drogas, prostituição, violência, busca da cidadania, fé e política etc.

A partir dessa participação na PJ a nível paroquial, passou a representar a CC Nossa Senhora de Nazaré e a Paróquia São João Batista na região Tocantina. Em seguida, a nível de Prelazia, tornou-se coordenador da Pastoral da Juventude, onde militou por vários anos.

Como percebemos, o corpus de análise constitui-se heterogêneo, visto que as diferentes formações e engajamentos nos grupos a que eram vinculados os narradores a partir de um universo diversificado de informações contribuíram de forma decisiva para aproximar o pesquisador dos acontecimentos ora permeados da missão evangelizadora ora permeados das situações sociais que organizam o referencial teórico-empírico desta pesquisa.

Diante disto, organizamos este estudo em 04 (quatro) capítulos: o primeiro intitulado “Educação como práxis que liberta” ressalta o referencial teórico básico das discussões baseadas em Paulo Freire; o segundo intitulado “Histórico da Diocese de Cametá” descortina o lócus da pesquisa; o terceiro intitulado “O sentido da Educação Popular na Prelazia de Cametá” abre as discussões e articula o jogo de compreensão, baseados na teoria selecionada para este estudo, bem como, apresenta a organização e estruturação da Prelazia para as atividades com a educação popular; o quarto e último intitulado “Ver, julgar, agir e resistir”, continua as discussões iniciadas no terceiro capítulo e as encerra, bem como, apresenta o agir da Prelazia com a educação às suas bases.

CAPÍTULO I

1 EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS QUE LIBERTA

Este capítulo faz uma historização da substancial contribuição de Paulo Freire para a educação popular e procura situá-la como um autêntico movimento educacional que direciona sua ação para as camadas populares, alijadas de uma efetiva participação política na sociedade brasileira, impactadas pelos seus reflexos socioeconômicos e que tinham na educação popular um instrumento de emancipação.

Inicialmente, buscamos dimensionar o percurso da educação popular e em quais ambientes ela se deu e a quem ela estava voltada. Para tanto, evidenciamos a importância que as experiências metodológicas de Paulo Freire tiveram no fortalecimento da educação popular e como seus escritos subsidiaram a ideologia de uma pedagogia que se revestia de “*uma educação voltada para a prática da liberdade*”, obra na qual descreve o seu método de alfabetização de trabalhadores.

Traçamos o percurso histórico dos movimentos de cultura desde o começo evidenciando experiências como as da cidade de Recife que deu origem ao movimento de cultura popular e a de Natal com o programa “De pé no chão também se aprende”.

Destacamos a experiência de Angicos no Rio Grande do Norte, na qual Paulo Freire atinge o mérito de alfabetizar 300 trabalhadores em 45 dias através do método que valorizava a realidade vivida pelos alfabetizandos. O sucesso dessa experiência o levou a integrar-se ao governo de João Goulart conduzindo o chamado Plano Nacional de Alfabetização que visava alfabetizar 5 milhões de pessoas em dois anos. Refletimos também sobre a importância dos *círculos de cultura popular* que se constituíam para as pretensões de sucesso desse plano de alfabetização em larga escala.

Pontuamos que as ações conjuntas das elites brasileiras, da grande mídia, de parte da Igreja Católica, dos Estados Unidos da América e dos militares brasileiros instauraram no país um período de ditadura militar, as quais limitaram as liberdades constitucionais e, dentre suas ações na área educacional, substituíram o Programa Nacional de Alfabetização pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

Procuramos demonstrar que sob o novo paradigma do governo militar, Paulo Freire teve que se afastar do país, sendo exilado no Chile. Então, tem origem a sua ação pedagógica na América Latina, na qual o educador brasileiro contribui eficazmente para a teoria educacional através de sua principal obra “Pedagogia do Oprimido”.

Ressaltamos o reconhecimento da obra de Paulo Freire em vários países e continentes, bem como a sua inserção em países da África, na qual o educador prestou assessoria pedagógica na consolidação de uma educação que sintetizasse a identidade dos povos colonizados e não do colonizador.

Concluimos esta análise evidenciando características que estão presentes em toda a obra de Freire, como pensador político de uma práxis pedagógica revolucionária, que buscava a emancipação dos sujeitos oprimidos pelos sistemas e que fazia da esperança e da ação pedagógica caminhos para uma existência melhor.

Entretanto, antes de entrarmos na discussão propriamente da educação popular a partir de Paulo Freire, discutiremos sobre os conceitos de Cultura e Cultura Popular, embasados pelas reflexões de Chauí (2008).

1.1 Cultura *versus* Cultura Popular

O lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas de organização populares (CHAUÍ, 2008, p. 59).

Historicamente, o conceito de cultura tem evidenciado a maneira pela qual a sociedade capitalista imprime uma tentativa de domínio ou exclusivismo do seu significado. Essa tentativa vem acompanhada de uma forte pretensão à uniformização cultural a partir da parametrização na cultura ocidental, especificamente a europeia. Disso resulta algumas conotações que serviram de justificativa a práticas de dominação e expoliação por países desenvolvidos sob o âmbito econômico e militar sobre países que não acompanhavam a mesma ótica de desenvolvimento.

Na obra “Cultura e Democracia”, Marilena Chauí (2008, p. 55) faz um apanhado histórico do processo de transformação que o conceito vem, ao longo do tempo, sofrendo. Para a autora, no início, o termo estava associado ao “cuidado com a terra, *donde* a agricultura. Com a criança, *donde* a Puericultura e com os deuses e o sagrado”. Para Chauí, no século XVIII, a filosofia do Iluminismo traz a noção de civilização para conceituar cultura. Esta “deriva-se de idéia de vida civil, portanto, de vida política e de regime político”. Aqui o termo cultura serve como medida do grau de civilização que será adotado e a qual servirá para definir civilizados e não-civilizados.

A autora afirma que o conceito iluminista reaparecerá no século XIX com o surgimento da antropologia. Este novo ramo das Ciências Humanas associou a evolução ou o progresso da cultura como medida cultural e usou como padrão de referência a cultura europeia capitalista e se baseou em alguns elementos como o Estado, o mercado e a escrita. Esse fato sustentou muitas atrocidades que algumas nações europeias realizaram ao se lançarem à nova corrida colonial, ou como justificavam, levar civilização às culturas em atraso. Até hoje, o continente africano apresenta consequências desse processo “civilizatório”.

Ainda segundo a autora, na obra supracitada, no século XIX, sobretudo com a filosofia alemã, a ideia de cultura passa por uma ruptura ao representar a diferença entre natureza e história. Emerge dessa ruptura a ordem humana, que é uma “ordem simbólica, pautada na capacidade de relacionar-se com o ausente e com o possível por meio da linguagem e do trabalho”. Esta ordem, se diferencia, para a autora, de uma ordem natural ou física, baseada em leis de causalidade e, mesmo de uma ordem vital ou biológica, baseada na adaptação do organismo ao meio ambiente (CHAUÍ, 2008, p. 56).

É somente nessa dimensão humana, argumenta Chauí (2008), que se poderá falar em história. A linguagem e o trabalho colocam o homem como “agente histórico” que recria meios e fins com os quais “inaugura a ordem do tempo e a descoberta do possível”. Essa concepção aparecerá na segunda metade do século XX por antropólogos com formação marxista que buscarão romper com a ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura. Com eles, inaugura-se expressão própria de cada cultura, “de maneira historicamente determinada e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Consoante a esta nova definição, há uma ampliação do termo cultura, pois ela passa a abranger todas as áreas nas quais o homem interage e passa a elaborar “símbolos e signos e a instituir as práticas e os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a idéia de lei, etc.” Para Chauí (2008, p.57), “essa abrangência esbarra, nas sociedades modernas, num problema: o fato de serem, justamente, sociedades e não comunidades”.

O lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas de organização populares (CHAUÍ, 2008, p. 59).

Segundo Chauí (2008), há uma distensão entre a marca da comunidade que é a indivisão interna e a ideia de bem comum e a sociedade originada do modo de produção capitalista que se assenta na individualidade e desejos particulares das pessoas. Essa marca, segundo a autora, leva a outra característica que é a divisão interna da sociedade, presente na sua origem e que foi compreendida por Maquiavel em “O Príncipe” e por Marx em “Manifesto Comunista” quando ambos abordam, cada um sob sua perspectiva, a questão da dominação e do exercício do poder.

Reside, na divisão interna da sociedade, a divisão cultural que levará a existência de variados termos para a cultura: cultura dominante e cultura dominada, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular. Para Chauí (2008, p.58), “seja qual for o termo empregado, o que se evidencia é um corte no interior da cultura entre aquilo que se convencionou chamar de cultura formal, ou seja, a cultura letrada, e a cultura popular, que corre espontaneamente nos veios da sociedade”.

Chauí (2008) afirma que o conceito popular de cultura recebeu alguns tratamentos que iam desde o Romantismo do século XIX que o colocava como a expressão da “cultura do povo bom e justo da nação ou a que exprime a alma da nação e o espírito do povo”; ou da Ilustração francesa do século XVIII, que “considera cultura popular o resíduo de tradição, misto de superstição e ignorância a ser corrigido pela educação do povo”; além da populista do século XX, que “mistura a visão romântica e a iluminista” (CHAUÍ, 2008, p. 58).

Para a autora, existe uma determinação política para cada uma dessas concepções. A cultura romântica “busca universalizar a cultura popular por meio do nacionalismo, ou seja, transformando-a em cultura nacional”; a cultura ilustrada ou iluminista, “propõe a desaparecimento da cultura popular por meio da educação formal, a ser realizada pelo Estado” e a cultura populista, “pretende trazer a ‘consciência correta’ ao povo para que a cultura popular se torne revolucionária (na perspectiva das vanguardas de esquerda) ou se torne sustentáculo do Estado (na perspectiva dos populismos de direita)” (CHAUÍ, 2008, p. 59).

1.2 A educação popular no Brasil e o movimento Paulo Freire

O percurso da educação popular no Brasil se deu a partir de “um conjunto de práticas e experiências que se forjaram junto às classes populares, no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e igrejas, nas universidades, no campo, na cidade e na floresta”, interagindo nesse percurso “com os mais diferentes grupos, os trabalhadores, especialmente os em situação de pobreza, os excluídos de seus direitos básicos”. Além, de “experiências que se realizaram no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal” (BRASIL, 2014, p. 5).

Moacir Gadotti, na apresentação do livro *Paulo Freire: uma biobibliografia*, diz que “a história das ideias pedagógicas nesses últimos quarenta anos apresenta importantes marcos teóricos. Entre os mais significativos deles está, inquestionavelmente, a obra de Paulo Freire” (GADOTTI, 1996, p. 19). Ainda para Gadotti, na mesma obra, argumenta que a partir da referência da obra de Freire, “muitos educadores, principalmente da América Latina, consolidaram um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea: a educação popular - resultando daí a grande contribuição do pensamento pedagógico latino-americano à pedagogia mundial” (GADOTTI, 1996, p. 19).

Essa asseveração feita por Gadotti constitui, verdadeiramente, uma síntese do grande legado do educador brasileiro para a educação popular e para a própria pedagogia universal. Em sua definição está implícita, indubitavelmente, toda a relevante contribuição de Freire para a educação e para o pensamento educacional. Sua ação pedagógica configurou-se como um instrumento de inclusão social ao

possibilitar a aquisição da leitura e da escrita a partir da leitura de mundo dos próprios trabalhadores, como um instrumento libertário e voltado para a emancipação das classes alijadas de direitos políticos nos continentes que a sua ação político-pedagógica esteve presente.

1.3 A educação como instrumento para a liberdade e a liberdade como veículo para a cidadania política

No livro *Educação como prática para a liberdade* (1967), Paulo Freire expõe, de maneira objetiva, o seu programa educacional; a sua pedagogia; a sua práxis. Evidencia as bases de uma proposta que alcança resultados surpreendentes, que vai da eficiência pedagógica numa “sociedade em trânsito”, como ele mesmo intitula em um dos capítulos, para a eficácia da ascensão do sujeito alfabetizado que passa a aspirar melhor participação na tessitura social do país.

A sociedade em trânsito a que Paulo Freire se refere, no mesmo trabalho, emerge das rupturas ocasionadas pela ascensão ao poder de Getúlio Vargas em oposição à República Oligárquica, assim como pelo período de uma democracia temporária que o país observaria logo após o término do Estado Novo antecedendo ao Golpe Militar de 1964.

Para Weffort (1967, p.15-16), “Paulo Freire vê nestas últimas décadas da história brasileira um período de trânsito, isto é, de crise dos valores e temas tradicionais e de constituição de novas orientações”.

Ao analisar as mudanças ocasionadas pela visão da sociedade brasileira em trânsito para a modernização, observa que há “(...) um posicionamento implícito na disputa pelo poder político entre as forças agro-comercial e urbano-industrial, frações hegemônicas das classes dirigentes da segunda metade dos anos 1950 e da primeira metade dos 1960 (em favor da segunda)” (SCOCUGLIA, 2013, p. 56).

Nesse cenário, há toda uma emergência de possibilidades que serão criadas e que trarão à arena das reivindicações sujeitos requisitando maiores participações na vida social. Nesse ponto fica claro que um choque entre o novo que emerge reivindicando maior participação e os mantenedores do *status quo* provocará uma distensão ideológica. Não é demais evidenciar que o mundo vivia sob o espectro do dualismo capitalismo versus comunismo.

A experiência de Angicos no Rio Grande do Norte, na qual 300 trabalhadores são alfabetizados em 45 dias no ano de 1962 pelo método de Paulo Freire, constitui-se num delimitador de fronteiras para o grande educador, haja vista o inovado dimensionamento que sua proposta pedagógica alcançará quando passa a ser incorporada pelo sistema educacional oficial, bem como para a própria dinâmica de trabalho nos círculos de cultura, onde seu método sintetizava as aspirações de milhares de trabalhadores alijados dos direitos básicos da cidadania.

1.4 Paulo Freire e os movimentos de educação popular

Os movimentos de Educação Popular têm seu começo, segundo Teixeira (2012) - em artigo que aborda um dos capítulos de sua tese de doutoramento -, na Cidade de Recife em 1960, por uma iniciativa do então prefeito Miguel Arraes que, sensível à questão do grande número de analfabetos nas classes populares, convidou um grupo de intelectuais para elaborarem um Plano Municipal de Ensino para a cidade de Recife. Resulta daí o MCP – Movimento de Cultura Popular.

No Livro *Paulo Freire: uma Biobibliografia* (1996), organizado por Moacir Gadotti, este situa Freire como um dos fundadores do movimento de cultura popular do Recife, que ao lado de outros intelectuais e do povo valorizaram a cultura popular e contribuíram para a presença das massas populares na sociedade brasileira.

Para Gadotti (1996, p. 40), a experiência de Recife “marcou profundamente a formação profissional, política e afetiva do educador pernambucano”. Seus efeitos se farão sentir na campanha “De pé no Chão Também se Aprende”, promovida pelo governo popular de Djalma Maranhão, em Natal, no Rio Grande do Norte. Para Teixeira (2012a), o objetivo era o combate de duas demandas sociais: de um lado, 59% de analfabetismo adulto e, de outro, a falta de escolas para crianças em idade escolar.

Ao fazer uma reflexão sociológica de uma pedagogia para a liberdade, Weffort (1967) assim se expressa: “Os resultados alcançados chamam atenção da opinião pública e não passarão despercebidos pela ‘Aliança para o Progresso’ que fazia da miséria nordestina seu leitmotiv no Brasil, interessou-se pela experiência”. Assim, a experiência de Angicos foi incorporada pelo governo federal e estendeu-se para todo o território nacional de 1963 a 1964 (WEFFORT, 1967, p. 10).

A incorporação do método de Paulo Freire às estruturas oficiais de ensino aponta, dentre outras, duas possíveis asserções: a da implementação/legitimação de sua proposta pedagógica em escala nacional, a qual poderia, a partir das estruturas do Estado, ratificar a sua eficiência metodológica. Isso nos permite compreender que deva ter exercido em Freire um forte apelo para transpor a corrente do analfabetismo que assolava o Brasil da época.

Outrossim, a possibilidade da incorporação do método freireano servir aos interesses “políticos” que o Governo João Goulart poderia requisitar para si, uma vez que a postura populista tinha nas chamadas reformas de base – e a educação sendo uma delas – um caminho para a concretização do Brasil com inclinação político-ideológico socialista.

Era então de se esperar que a eficácia do método freireano no Programa Nacional de Alfabetização levasse percepção pelas massas de um governo que estava comprometido com as suas causas e que, por isso, poderiam dar sustentação à sua administração frente às pressões que seu governo recebia dos segmentos mais favorecidos da sociedade brasileira. Algo que vem ruir com o alvorecer de 31 de março de 1964.

Em ambas as asserções, temos intrinsecamente presentes postulados educacionais e políticos que não se coadunam com o conservadorismo da sociedade brasileira que tem no *status quo* o seu fundamento de manutenção nos privilégios sociais. Um bom exemplo disso é o grande número de jovens sem direitos a votar. Uma limitação da nossa escassa cidadania presente na Carta Constitucional de 1946.

A intenção governamental era ambiciosa: alfabetizar 5 milhões de adultos em dois anos. Ainda segundo Weffort (1967), quase a totalidade das capitais dos estados desenvolveram cursos de capacitação de coordenadores para uma previsão de instalação de 20.000 mil círculos em 1964 para atender, nesse ano, cerca de dois milhões de alfabetizados, distribuídos 30 alunos por círculo, com duração de três meses cada curso.

Nesse contexto, a intencionalidade do Governo Federal em promover uma ampla campanha de alfabetização no país se fundamenta numa prática que não deixa de ser populista, ou seja, de propiciar às massas conquistas educacionais, mas utilizando-a aos seus interesses de controle e manipulação.

Entretanto, a própria dinâmica do método Paulo Freire, segundo Weffort (1967), se constitui fator de um exercício emancipatório quanto ao conteúdo do aprendizado. Isso porque “seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica (...) que necessariamente se apresenta na tomada de consciência que este realiza de sua situação social” (WEFFORT, 1967, p. 7).

Dessa forma, o alfabetizado era levado a galgar a capacidade de leitura e escrita tendo como referência a sua própria realidade. Isso o levava a dialogar com as suas condições reais de vida, pois, “(...) o que fundamentalmente importa é que estes homens particulares e concretos se reconheçam a si próprios, no transcurso da discussão, como criadores de cultura” (WEFFORT, 1967, p. 7).

No livro *Paulo Freire uma biobibliografia*, Gadotti (1996, p. 37) pontua que “Freire forjava-se, pela práxis vivida, como pedagogo do oprimido (...) porque partia do saber popular, da linguagem popular, da necessidade popular, respeitando o concreto deles, o cotidiano de limitações deles”. Essa identificação com o sujeito alfabetizado, produtor de cultura, mas que se encontrava preso num “mundo de submissão, de silêncio e de misérias, acabava por apontar “para um mundo de possibilidades” (GADOTTI, 1996, p. 37).

As afirmações da liberdade e as consequências que dela puderam ser originadas pelo ato educacional resultaram no desvelamento das condições opressoras que os alfabetizados viviam, bem como apontaram por sua vez o caminho da emancipação da realidade social que esse desvelamento ocasionava. Assim, a própria pedagogia de Paulo Freire ocorrida nos *círculos de cultura* propiciava compreensão e sentimentos de superação das condições reais de vida. Evidencia-se, neste aspecto, o fundamento das práxis do grande educador, de uma pedagogia para a liberdade e para a emancipação.

1.5 O combate do analfabetismo sob a ditadura militar

O período em que o método de Paulo Freire se integrou à política educacional do Governo de João Goulart, no chamado Plano Nacional de Alfabetização, é o período em que o mundo vivia sob o medo da Guerra Fria, da luta entre duas ideologias antagônicas: capitalismo vs comunismo. O alinhamento a uma ou a outra ideologia significava a aceitação ou o estranhamento. Significava ser percebido

como aliado ou como inimigo. Os fatores externos dessas ideologias antagônicas criaram no Brasil o ambiente que culminou com a derrocada da democracia e a instauração da ditadura militar.

A América tinha nos Estados Unidos o representante máximo do ideário capitalista. Entretanto, quando Cuba passou a alinhar-se à União Soviética – representante máximo do ideário comunista – houve um visível questionamento da capacidade dos americanos em manterem sob sua área de influência política, econômica e militar os vários países do continente americano.

Nessa linha os EUA incentivaram uma política de governos autoritários no continente, mobilizando apoio técnico-militar e econômico para a tomada de poder por forças reacionárias, contrárias às existências de governos com perfis socialistas. Como foram, por exemplo, Salvador Allende (no Chile) e João Goulart (no Brasil).

Em relação a Freire, pesava a sua postura “transgressora” do *status quo dominador* em relação à dominação que acometia as pessoas mais humildes. Nesse sentido, a sua pedagogia tornou-se instrumento de libertação à medida em que possibilitava às pessoas inseridas no processo de alfabetização a compreensão de sua condição excludente e mobilização política para superá-la. Aliava-se aí a objetividade da alfabetização, isto é, a capacidade de leitura e escrita à subjetividade da busca por participação política na sociedade brasileira. Havia uma necessidade da ampliação às camadas populares nos processos de escolhas de seus representantes, o direito ao voto.

Nesse sentido, a inserção de Paulo Freire no Governo de João Goulart, para levar adiante um programa de alfabetização em larga escala no Brasil, o chamado Plano Nacional de Alfabetização, será percebida pela assustada elite brasileira como parte do projeto de um governo com inclinações socialistas na qual associavam Goulart.

Houve, a partir daí, aliança de interesses entre a elite brasileira - em não querer perder seus privilégios - com os grupos da grande mídia que se responsabilizou por criar no país uma mentalidade de temor ao comunismo, de parte da Igreja Católica, dos militares que se transformaram em interlocutores do golpe civil-militar de 1964 e dos americanos em conterem a possibilidade de o Brasil se tornar uma nova Cuba.

No contexto da Ditadura Militar brasileira, Paulo Freire, assim como tantos outros brasileiros, foi obrigado a deixar o país. Retornaria somente após 16 anos, com a assinatura da Lei da Anistia pelo governo militar de João Figueiredo.

Beluzo e Tonioso (2015, p. 197-199) afirmam que “no início do Regime Militar de 1964, houve uma ruptura na proposta de Freire. O novo governo, de caráter ditatorial, decidiu pela implantação de um modelo mais apropriado para a formação de mão de obra, adotando uma educação de concepção tecnicista”

A ruptura a que os autores se referem, pautava-se no aspecto político-libertário que o método de alfabetização de Freire suscitava. Em contrapartida, o ensino foi direcionado para o preparo de mão de obra para o mercado de trabalho.

Em 1967 o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, voltada para a faixa etária de 15 a 30 anos, e criou o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização. Aranha, 1996 (apud BELUZO; TONIOSO, 2015) ressaltam que os métodos adotados pelo Mobreal eram os mesmos de Paulo Freire, esvaziado do conhecimento prévio do aluno e da conscientização que estavam presentes nas propostas freireanas.

Essa compreensão se evidencia, segundo Horiguti (2009 apud BELUZO; TONIOSO, 2015, p. 201), em relação às metodologias totalmente opostas, pois, enquanto em Freire era preciso partir da realidade dos alunos, considerando suas experiências de vida e suas particularidades - partindo daí o trabalho com os conteúdos de ensino -, no sistema MOBREAL houve a massificação e imposição dos conteúdos que não consideraram nem as diferenças regionais nem as singularidades dos alunos.

Paulo Freire, educador brasileiro reconhecido internacionalmente por sua práxis educativa, ao deixar o Brasil com a implantação da Ditadura Militar em 1964, após 72 dias de prisão por acusação de subversão, foi para o Chile onde trabalhou por cinco anos no Instituto de Capacitação e Investigação em reforma Agrária (ICIRA), onde também produziu uma de suas mais importantes obras ou certamente a sua principal obra: “Pedagogia do Oprimido” (1968).

Nesse período de exílio, que se estende até 1980, Freire também esteve nos Estados Unidos e na Suíça, bem como prestou consultoria educacional a governos de países pobres, a maioria no continente africano.

1.6 Paulo Freire na América Latina

Rosa e Silva (2017), em sua dissertação de mestrado *Educação popular e questão social na América Latina: da desigualdade à resistência*, situam, de forma geral, a maneira como a América Latina esteve sob os imperativos de interesses europeus e, posteriormente, norte-americanos.

Sustentados pelas análises de Eduardo Galeano na obra “As veias abertas da América Latina”, afirmam ainda que “trata-se de um espaço onde há muito ocorrem práticas de exploração das riquezas em função de interesses endógenos” (GALEANO, 1983, p. 14).

Essa condição limitará na concretude de vida dos povos latino-americanos um desenvolvimento socioeconômico e cultural próprio, capaz de possibilitá-la independência ao jugo dos interesses alheios aos seus. Ainda segundo os autores, no mesmo trabalho, “grande parte das mazelas sociais é fruto de fatores como o processo histórico de exploração vivido e a ausência de um projeto voltado às reais necessidades de seu povo” (GALEANO, 1983, p. 14).

No que diz respeito à educação, o processo histórico que limitou a existência de uma identidade latino-americana, ocasionada pela apropriação endógena da autonomia de construção relegou-os a um percurso próprio, concomitante ao sistema oficial, como forma de resistência e de construção de um novo caminho, de uma nova possibilidade, capaz de substanciar aos povos latino-americanos uma identidade própria, feita a partir das perspectivas presentes nos movimentos sociais e populares.

Para Moretti (2008), não é possível afirmar que existia uma pedagogia latino-americana única e sistematizada, mas que existiam diversas pedagogias inscritas nos movimentos sociais e populares. Mas em todas elas havia motivações que se vinculavam a uma perspectiva de transformação do mundo.

Faundez (2012), em artigo que faz a análise da influência de Paulo Freire na América e na África, diz que a América Latina nos anos de 1960 se caracterizou pelo combate de duas ideologias gerais – o Cristianismo e o Marxismo. Aportado na América Latina por portugueses e espanhóis, o cristianismo exerce uma influência incontestável na história sociocultural desse subcontinente.

Em relação ao Marxismo, sua emergência se deu no começo de século XX por meio das “organizações operárias em países que pretendiam industrializar-se

ou, mais tarde, por alguns intelectuais”. Ainda para o mesmo autor, no mesmo trabalho, “(...) tanto o Cristianismo (católico) quanto o Marxismo influenciaram as correntes políticas que provocaram mudanças radicais no tocante à relação dessas mesmas ideologias com a política” (FAUNDEZ, 2012, p. 596).

Faundez (2012, p. 596) afirma, ainda, que “(...) um diálogo se instaura entre os intelectuais ‘marxistas’ e ‘cristãos’ para determinar se seria possível estabelecer uma colaboração prática entre essas duas concepções do mundo” para a superação das injustiças sociais e, inclui Paulo Freire nessa “coexistência intelectual”.

Em sua análise, Faundez (2012) ressalta que essas ideologias gerais se fizeram presentes na América Latina, inspirando o movimento revolucionário cubano de caráter marxista e a vitória no Chile, do Partido Democrático Cristão.

Segundo este mesmo autor (2012), o combate pelos norte-americanos - por razões ideológicas, econômicas e políticas - sobre o governo socialista em Cuba não impediu que eles se “aliassem à escolha reformista da Democracia Cristã, através da Aliança para o Progresso, programa destinado a apoiar soluções não marxistas na América Latina”, uma demonstração da ação que os EUA fariam para desmobilizar propostas desalinhadas aos seus interesses. É essa América Latina, que no âmbito educacional, terá de superar a todas as adversidades resultantes do espólio estrangeiro.

Num cenário de luta armada para conquistar ou por serem desmobilizados os espaços políticos de poder na América Latina houve a iniciativa no interior da Igreja Católica dos movimentos populares, nos quais se situaram o pensamento e a pedagogia de Paulo Freire e de outros intelectuais latino-americanos.

Faundez (2012, p. 598) utiliza a denominação de Gramsci, “intelectuais orgânicos”, para qualificar os intelectuais que participavam nos movimentos populares. Segundo ele, há uma influência mútua entre as elites eclesiais e os grupos eclesiais de base. Assim, não era de estranhar que Dom Hélder Câmara apresentasse a experiência de Paulo Freire nos Estados Unidos nos anos 1970. Para esse autor, “é justamente aí que começa a *internacionalização* do pensamento e ação de Freire, por meio da Igreja Católica (e depois cristãs), promovida tanto por suas elites quanto pelos movimentos de base que se expandem na América Latina”.

Garcés (2006), no artigo *Educação popular e movimentos sociais*, afirma que o popular da educação popular, desde 1960, optava por práticas educativas libertadoras, voltadas para o “desenvolvimento de sujeitos coletivos e populares,

capazes de constituírem-se em protagonistas das necessárias mudanças sociais (...) queridos por nossas sociedades” (GARCÉS, 2006, p. 77).

Dessa forma, por essa opção a que se refere o autor, o pensamento e a ação de Paulo Freire na América Latina ganham espaço por apresentar essa condição libertária, tão significativa para países que se encontravam sob os efeitos do imperialismo norte americano. E que necessitavam libertar-se não só economicamente, mas culturalmente também. E a educação constituía-se em fator fundamental para tal.

Garcés (2006, p. 77), nesse sentido, afirma que as contribuições a essa nova forma de educar, libertadora ou problematizadora, no caso de Freire “podia pôr em prática para favorecer o protagonismo histórico dos oprimidos (não sem intenção, Freire intitulou a maior obra da sua vida *Pedagogia do Oprimido*)”.

Freire (1987) pontua que a violência dos opressores, que também os desumaniza, não deixa outra vocação aos oprimidos senão lutar contra quem os fez menos. Em outro momento, este autor, assim expressa:

A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da *assunção* de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção (FREIRE, 1996, p. 29).

Freire (1996, p. 29) ainda assim se define: “(...) não sou apenas objeto da *História mas seu sujeito igualmente*”.

É nesse sentir-se sujeito de mudança e de acreditar na possibilidade da mudança que o pensamento pedagógico de Freire ganhou força numa América Latina que vivia as turbulências de governos autoritários e influências endógenas aos seus interesses.

Fialos (2006), ao analisar o papel atual do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), argumenta que o pensamento e a ação pedagógica de Paulo Freire no Brasil “influenciaram e coincidiram com outros pensadores e ativistas sociais, não somente educadores, dos diferentes países da região, comprometidos com esta ênfase transformadora da sociedade” (FIALOS, 2006, p. 150).

Para esta autora, a educação popular alimentou-se e desenvolveu-se na construção desse pensamento crítico. Fez-se, na mobilização social, que tinha por

essência a libertação interna do ser humano. Na renovação do caráter opressor da sociedade vigente.

1.7 A educação popular e a atuação de Paulo Freire na África

Em *A contribuição de Paulo Freire à educação na África: uma proposta de descolonização da escola*, que busca fazer uma leitura crítica de Paulo Freire no processo de descolonização da África, “primeiramente, é preciso compreender que o ‘encontro’ de Paulo Freire com a África acontece simultaneamente no contexto em que se dão vários movimentos de independência em países daquele continente” (MESQUIDA; PEROZA; AKKARI, 2014, p. 4).

Esse fato é muito significativo, pois se apresenta como um cenário propício à inserção de um Freire imbuído de uma práxis libertadora e emancipatória, a qual, embora muito distante da realidade onde inicialmente sua proposta pedagógica foi colocada em prática, encontra na África as condições necessárias para ampliar-se, reinventar-se, auto avaliar-se.

Há em Freire, em relação à África, uma motivação a mais. No livro *Cartas à Guiné Bissau: registros de uma experiência*, sobressai essa referência ao afirmar:

(...) para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava”. Na capa da mesma obra, assim se refere o autor: “Como homem do terceiro mundo, como educador com este mundo comprometido, outra não pode ser a minha posição senão a de oferecer a contribuição mínima que possamos dar ao povo da Guiné-Bissau” (FREIRE, 2013, p. 9).

Ainda segundo Mesquida, Peroza e Akkari (2014), há um grande diferencial dos processos emancipatórios africanos e latino-americanos. Para os primeiros não há uma “homogeneidade cultural” como aparece na América Latina e o tempo de dominação neste continente, os quais terão outras nuances no continente africano.

Esse diferencial estará na base de algumas críticas que o trabalho de Freire terá em relação à adoção de uma língua padrão para o processo de alfabetização. É esse “elemento cultural”, no dizer de Faundez (2012), que diferencia os processos emancipatórios nos dois continentes e que “desafiaram Freire a reinventar-se com coerência como político-pedagogo, foi a multiplicidade linguística da população, bem

como sua característica predominantemente oral” (MESQUIDA; PEROZA; AKKARI, 2014, p. 104).

Nessa compreensão, Chemane (2017, p. 190-191) defende que “a grande divergência, e talvez única, que Paulo Freire teve com os governos africanos foi a adoção do português como língua de ensino”.

Na África, as ideias freireanas de uma educação popular libertadora tiveram grande repercussão e importante contribuição na construção de uma identidade nacional dos povos africanos. As ideias de Freire aliaram-se às de Cabral – líder das independências de Cabo Verde e Guiné-Bissau, entretanto, Paulo Freire e Amílcar Cabral⁹ não chegaram a se conhecer pessoalmente, mas seus ideais se cruzaram, ideais estes que, nas palavras de Romão e Gadotti (2012), referindo-se ao caráter revolucionário de Amílcar Cabral e a seus conceitos sobre revolução no seu envolvimento com a literatura de Freire, afirma:

Nenhum povo [...] consegue se livrar de seu colonizador, enquanto não se liberta também de seus referenciais teóricos, de suas premissas, de seus fundamentos e de seus paradigmas, enfim, de sua “Razão” [...] ambos perceberam que não existe libertação sem a “descolonização das mentes” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 15).

Esta premissa é evidenciada quando para Amílcar Cabral “[...] os canhões sozinhos não faziam a guerra [...]. Daí a preocupação [...] à formação política e ideológica dos militantes. Daí a atenção especial que dedicou aos trabalhos de educação nas zonas libertadas” (FREIRE, 2013, p. 19).

Cabral viu na educação uma arma tão poderosa quanto um fuzil para a libertação de suas gentes no contexto da luta pela libertação nacional, razão que o levou a promover “a formação militar, acadêmica e cultural de quadros, no estrangeiro e no terreno da luta, ministrando, ele próprio, vários seminários de quadros” (VARELA, 2013, p. 116).

⁹ Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, Cabo Verde. Formou-se em Agronomia em Portugal. De volta à Guiné tornou-se o principal articulador e liderança do PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ideólogo da Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e um dos principais teóricos da luta armada para a libertação africana. Cabral era um intelectual marxista, e sempre esteve comprometido com o pensamento crítico, assegurando que a organização da luta não era fruto da própria cabeça, mas situava-se em concordância com a realidade concreta da terra. Advogava pela educação como aporte para a emancipação do povo. [...] A lucidez e o brilhantismo de Cabral despertaram, inclusive, a admiração do educador Paulo Freire que o chamou de “Pedagogo da Revolução”.

Apesar do aparente distanciamento entre as atividades de Amílcar Cabral e Paulo Freire - uma vez que o primeiro, um revolucionário que se tornou o líder das independências de Cabo Verde e Guiné-Bissau e, o segundo, um educador -, ambos convergiram na luta pela emancipação dos oprimidos, seja no aspecto político, seja no aspecto intelectual-educacional.

Ambos lutaram pela defesa da autoconscientização, “um usando os instrumentos da guerra anticolonial e morrendo pela causa e o outro usando a força da educação básica como instrumento de autoconscientização dos(as) ex-colonizados(as)” (ROMÃO, 2012, p. 14).

O palco dessas atividades foram as nações africanas no transcorrer da década de 70 (do século passado).

Segundo Scocuglia (2010, p. 1), a libertação da tão amada Guiné impôs a Amílcar Cabral imensa tarefa: “reconstruir o país, reinventar a produção, descolonizar-se completamente, enfim, refazer tudo. Inclusive, todo o sistema educativo...”, uma vez que, primeiro, os mais de quatro séculos de escravidão mantiveram a população guineense analfabeta quase que por completa; depois, as mais de duas décadas de guerrilhas comandadas pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), no processo de luta pela libertação da Guiné, exigiam reconstrução e reformas nos meios de produção do país.

Nas análises de Romão e Gadotti, em *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*, a experiência de Paulo Freire na zona rural e nas periferias urbanas da Zâmbia e Tanzânia “serviu de fonte de inspiração para um novo desenvolvimento de sua teoria emancipadora da educação, entendida como ato político, ato produtivo e ato de conhecimento” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 57).

Nisto há a incorporação do elemento produtivo, elemento este que não aparece nas primeiras fases do pensamento de Freire e que lhes gerou considerações de alguns autores e como o próprio Freire iria reconhecer posteriormente.

Para Scocuglia (2010a, p. 29), “a partir das experiências de Freire na África, seu pensamento incorporou as categorias analíticas marxistas socioeconômicas”, assumindo, segundo o autor, que a transformação da sociedade e da educação passa, necessariamente “pela transformação do processo produtivo e de todas as relações implicadas neste processo”.

Gadotti (1996) afirma que “a experiência na Tanzânia servirá de base para uma atuação mais efetiva de Freire em outros países africanos, como Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe” (GADOTTI, 1996, p. 130).

Romão e Gadotti (2012, p.257) ressaltam que outro aspecto importante evidenciado é o “papel da *pós-alfabetização* como forma de dar continuidade ao processo de alfabetização [...], ou seja, sem considerar a alfabetização como um processo de educação permanente, os primeiros passos não dariam os resultados almejados”.

Observamos em Freire a compreensão do sujeito que aprende a vida inteira e que, portanto, renova-se, aperfeiçoa-se, reinventa-se. Em certa medida, é o que acontece com Freire em relação às influências recebidas de sua experiência na África.

A visão de Scocuglia (2013, p. 61-62) encerra estas reflexões especialmente porque em *A teoria só tem utilidade se melhorar a prática educativa: as propostas de Paulo Freire*, ao analisar o trabalho de Freire com os educadores e educandos da África nos anos de 1970, descobrimos um dos tempos mais férteis e criativos da sua produção. “Talvez só possamos compará-lo em intensidade e potência como os primeiros tempos do chamado Sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos dos primeiros anos de 1960 no Nordeste do Brasil”. Acrescenta, ainda: “parece-nos que o impacto das ideias de Freire na África foi diretamente proporcional ao impacto recebido por ele em relação às práticas desenvolvidas, às ideias adquiridas e ao próprio repensar da sua trajetória como *intelectual-ficando-novo*”.

É esse Freire que se mantém vivo enquanto **pensador** político-pedagógico; enquanto **ideólogo** de uma práxis revolucionária nos seus princípios e fins; que se mantém novo e sempre atual enquanto **referencial** nas questões de uma educação para a liberdade, de uma educação para a **emancipação** e para a **autonomia** política; de uma pedagogia que possibilite aos **oprimidos** destes tempos, também, a sua **conscientização** e a sua percepção de **sujeito** de sua própria história; enfim, de uma pedagogia que possibilite **esperança** na luta para tornar a existência humana melhor. Nas palavras do grande educador, compartilhamos essa esperança “não por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (GADOTTI, 1996, p. 662, grifo nosso).

CAPÍTULO II

2 HISTÓRICO DA DIOCESE DE CAMETÁ

O presente capítulo traça um quadro da constituição e construção da Prelazia de Cametá através do trabalho pastoral dos padres da Congregação da Missão (ou padres lazaristas, como são também conhecidos). Com esse intuito, abordaremos, inicialmente, a fundação da Prelazia de Cametá e, conseqüentemente, o seu desligamento (ou separação) da Arquidiocese de Belém.

Em seguida, abordaremos o trabalho dos padres lazaristas nas tão sonhadas terras do “Tocantins”¹⁰, pois, segundo constatamos através das pesquisas bibliográficas e documentais, as terras tocantinas há tempo vinham sendo “namoradas” e desejadas pela Congregação da Missão da Província de Fortaleza.

Ressalta-se que missionários de outras congregações já haviam cruzado o rio Tocantins, mas foram os padres da Congregação da Missão que se destacaram no trabalho pastoral do povo simples destas terras.

Lendo e relendo os relatos de viagens dos padres da missão no trabalho de missionariedade - ou simplesmente na prática da “desobriga” junto ao povo da região -, constata-se a dedicação que desprenderam por esta terra e seu povo.

Seguindo os exemplos de seu fundador, São Vicente de Paulo, chegavam a sacrificar seu próprio corpo submetendo-o à intensa fadiga - quase à exaustão - e pouco descanso, a fim de desempenharem suas tarefas pastorais.

Para continuidade da missão na Prelazia de Cametá, diante de significativa dificuldade financeira, os padres da Congregação da Missão buscaram o apoio de suas famílias e de entidades financeiras católicas de seus países, principalmente da Holanda, para captarem recursos para o trabalho missionário.

Quando os caminhos da missão davam sinais de levar a lugar nenhum dentro da Prelazia, os padres lazaristas, sob a luz do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968), decidiram pela criação das comunidades eclesiais de base (CEB's), mas com uma particularidade: nesta Prelazia elas foram denominadas pelos padres holandeses de Comunidades Cristãs (CC's). Em nenhuma outra parte do Brasil receberam tal denominação. Tornou-se marca

¹⁰ Termo utilizado pelos padres lazaristas para denominar as terras que mais tarde receberiam o nome de Prelazia de Cametá.

exclusiva da Prelazia de Cametá. Histórica, neste ano de 2019 festejam seu cinquentenário.

Este capítulo encerra tratando da elevação da Prelazia à condição de Diocese, em 2013, quando a influência lazarista era apenas história e lembrança, pois o último padre lazarista deixou a Prelazia no ano de 2005, retornando para a Holanda, onde pouco tempo depois faleceu. Entretanto, a história da Prelazia se confunde com a própria história dos padres lazaristas da Congregação da Missão em terras tocantinas.

2.1 A criação da Prelazia de Cametá

A Prelazia Nullius de Cametá (atualmente Diocese de Cametá) foi criada em 29 de novembro de 1952 pela *Bula Providentissimi Consilium* do Papa Pio XII, ao ser desmembrada da Arquidiocese de Belém do Pará.

Após sua criação foi confiada pela Santa Sé aos cuidados da Congregação da Missão, a qual passou a administrar a nova porção de terra de fé católica banhada pelas águas do rio Tocantins.

Sousa (2002, p. 105), em seu livro *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder* afirma que “antes dessa data a ação pastoral em Cametá era orientada a partir da Arquidiocese de Belém”.

Assim sendo, através de bula papal nascia a Prelazia de Cametá estendendo-se sobre as áreas dos municípios de Cametá, Igarapé-Mirim, Araticu (hoje, Oeiras do Pará), Mocajuba e Baião (FRENCKEN, 2010, p. 374).

Abrangia, dessa forma, as paróquias de São João Batista (Cametá), Senhora Sant’Ana (Igarapé-Miri), Nossa Senhora da Assunção (Araticu/Oeiras do Pará), Nossa Senhora da Conceição (Mocajuba) e Santo Antônio de Pádua (Baião).

A inclusão do município de Igarapé-Miri entre os municípios a comporem a Prelazia nascente foi uma exigência dos padres lazaristas da Congregação da Missão para que a nova Prelazia tivesse sustentação financeira, uma vez que Igarapé-Miri apresentava uma rentável produção econômica baseada, principalmente, na cana-de-açúcar. Diziam os padres naquele momento: “É uma cidade onde há muitos engenhos ou usinas à margem dos rios, onde se fazem aguardente e açúcar” (FRENCKEN, 2010, p. 373).

Já a cidade de Portel, também pleiteada para fazer parte da nova prelazia, não foi vista com bons olhos pelos lazaristas, devido principalmente às dificuldades para se chegar àquele lugar. Em seu livro *Em Missão*, Frencken (2010, p. 374), referindo-se ao pleito desta cidade pelos padres lazaristas, afirma: “Quanto à cidade de Portel (no Marajó), os padres do Tocantins observavam que era de difícil acesso a partir de Cametá, além de muito distante”.

A nova prelazia foi denominada “de Cametá”, mesmo nome da cidade onde sua sede (Cúria Prelática) foi estabelecida e teve na pessoa de Dom Mário de Miranda Vilas Boas, Arcebispo da Arquidiocese de Belém, seu primeiro administrador apostólico e como vigário geral foi nomeado Pe. Cornélio Veerman, sendo que este então atuava como vigário da paróquia São João Batista (Cametá).

Em 3 de maio de 1955, Padre Cornélio foi nomeado administrador *permanenter constitutus* tomando posse no dia 24 de junho, dia da festa de São João Batista, padroeiro da cidade e da paróquia de Cametá. Seis anos mais tarde, padre Cornélio era tornado bispo da Prelazia de Cametá, conforme ressalta Frencken (2010, p. 376):

Seis anos depois, o Santo Padre, Papa João XXIII, elevou Padre Cornélio ao episcopado, nomeando-o Bispo titular de Númida e primeiro Prelado de Cametá. A sua sagração aconteceu na sua cidade natal, Volendam, em 22 de maio de 1961. Ele tomou posse da Prelazia em 3 de setembro de 1961, numa solenidade na catedral de Cametá (Catedral de São João Batista).

Dom Cornélio Veerman permaneceu como bispo da Prelazia de Cametá até 1969, quando, devido a problemas de saúde, retornou para a Holanda.

A partir da saída de Dom Cornélio, a Prelazia de Cametá entrou em vacância - isto é, teve o cargo de bispo prelatício desocupado à espera de um novo bispo -, sendo assumida, em seguida, pelo padre Henrique Riemslag, o novo Administrador Apostólico, até o ano de 1980, ano no qual Dom José Elias Chaves Júnior foi nomeado como novo bispo para a Prelazia de Cametá.

Dom José Elias era mineiro, de Bambuí (MG), e padre lazarista ligado à Província Brasileira. Ele administrou a Prelazia de Cametá a partir de 24 de setembro de 1980 até 29 de setembro de 1999, quando se afastou devido a problemas de saúde.

Nos anos seguintes à sua fundação, a Prelazia de Cametá incluiria mais duas paróquias: Tucuruí e Bagre, a primeira pertencente à região da Transamazônica e a segunda à região do Marajó.

Ainda no ano de 1977, por ocasião das comemorações dos vinte e cinco anos de fundação da Prelazia de Cametá, esta já se estendia por sobre terras de nove municípios paraense das regiões do Baixo e Médio Tocantins e Jacundá-Pacajá (Transamazônica), sendo eles: Bagre, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará e Tucuruí (PRELAZIA DE CAMETÁ, 1977, p. 18).

As terras destes municípios ocupadas pela Prelazia de Cametá totalizavam 34.668 km², e uma população de 151.640 habitantes. Os nove municípios citados compunham um montante de sete (7) paróquias: Nossa Senhora Sant'Ana, Santo Antônio de Pádua, São José, Nossa Senhora Conceição, Nossa Senhora do Carmo, São João Batista e Nossa Senhora da Assunção (PRELAZIA DE CAMETÁ, 1997, p. 28).

Segundo Frencken (2010, p. 463), ainda na administração de Padre Henrique Riemslog,

A Prelazia de Cametá ainda ampliou sua área, a partir de 1979, quando um trecho de mais ou menos 200 quilômetros da Transamazônica foi anexado à mesma, com três cidades em construção¹¹ e muitas vicinais para dentro da mata, habitadas por gentes de todas as partes do Brasil.

Em 2013, quando deixou de ser Prelazia para tornar-se Diocese, a Igreja Católica de Cametá compreendia um total de dez (10) municípios paraense (Cametá, Baião, Breu Branco, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Pacajá e Tucuruí), abrangendo uma área total de quase cinquenta mil quilômetros quadrados em terras do Baixo Tocantins e da Transamazônica.

Assim nascia a Prelazia de Cametá do Tocantins que, por 60 anos, num processo de missionariedade, anunciou a boa nova de Jesus, catequizou o povo da região, ofereceu cursos e ensino e, juntamente com este mesmo povo, lutou em sua defesa diante da necessidade de uma região em transformação.

¹¹ As cidades de Breu Branco, Novo Repartimento e Pacajá.

2.2 Os padres da Congregação da Missão: a presença lazarista na Prelazia de Cametá

Os padres lazaristas da Congregação da Missão se tornaram os responsáveis pela administração da Prelazia de Cametá ao ser criada no ano de 1952. Entretanto, a presença dos lazaristas e seu trabalho missionário na região iniciou bem antes, ainda na década de 30.

De acordo com Padre Silvio Teixeira da Silva e a Professora Marlene Assunção, autores do livro *Chão de Fé, Chão de História, Chão de Amor*, “os padres Lazaristas, conhecidos como filhos de São Vicente de Paulo ou Padres da Missão, chegaram em Cametá no dia 24 de janeiro de 1936”. Complementam os referidos autores: “Chegaram na lancha Tefé os Padres Guilherme Vaessem Superior, Padre Fernando Van Dijk, Tiago Van Rym” (SILVA; ASSUNÇÃO, 2013, p. 79).

Segundo os autores, a Congregação da Missão não foi a primeira Ordem Religiosa a se fazer presente nestas terras, ao relatarem que:

Os padres Capuchos de Santo Antonio foram os primeiros missionários a desembarcarem nas margens do Rio Tocantins, nos primórdios do século XVII. [...] Por volta do ano de 1640, os Padres Capuchos foram substituídos pelos **Frades Carmelitas**, que não permaneceram muito tempo, pois, em 1655, deram lugar aos **Padres Jesuítas**. [...] (Somente) em 1935 a Arquidiocese de Belém convidou os **padres da Congregação da Missão (CM)**, para trabalharem na região do Tocantins (SILVA; ASSUNÇÃO, 2013, p. 66, grifo dos autores).

Mas quem são os lazaristas, como surgiram e por que são assim chamados os padres missionários que ocuparam, missionariamente, terras tocantinas e transamazônicas, no Pará?

Silva e Assunção (2013) aferem que os padres da Congregação da Missão são chamados de lazaristas pelo fato de que a primeira casa da Congregação se chamava “São Lázaro”. Descrevem então:

Em 1631, São Vicente recebeu para a sua obra o antigo leprosário de São Lázaro, já desativado e sem uso. Passou a residir aí após a morte da condessa de Gondí. Este antigo hospital tornou-se o quartel general de todos os seus empreendimentos e deu, também, o nome de Lazarista a seus padres da missão. Daí estes missionários se espalharam para o mundo todo (SILVA; ASSUNÇÃO, 2013, p. 80).

Frencken (2010, p. 25) ressalta que em muitos países, ao invés de lazaristas, são chamados de padres vicentinos, em referência ao fundador da Congregação da Missão¹², São Vicente de Paulo. A fim de servir melhor os pobres, a quem chamava de “Nossos Amos”, São Vicente optou pelas Missões como meio mais eficaz para aproximar-se deles. “Para São Vicente, o fundamental na Missão era trabalhar pela salvação da pobre gente dos campos”.

A Congregação da Missão é uma comunidade de vida apostólica, composta por padres seculares e leigos consagrados (irmãos); foi fundada no dia 17 de abril de 1625 por São Vicente de Paulo, tendo sido aprovada no ano de 1634 pelo Papa Urbano VIII, através da bula *Salvatoris Nostri*. Enquanto Companhia, a Congregação da Missão se instalou no Brasil no início do século XIX.

Entretanto, antes da Congregação se instalar no Brasil, três padres chegaram ao país com a comitiva de Dom João VI, em 1808, conforme se depreende em Frencken (2010, p. 65):

Na sua comitiva, encontravam-se três missionários Lazaristas, como refugiados, embora com as devidas licenças do padre visitador de Lisboa. Vieram a serviço da Corte. Eram eles, os Padres Manuel Ribeiro de Brito, que se tornou reitor do seminário São José no Rio de Janeiro entre 1810 e 1813, José Cardoso Pinto, reitor do mesmo seminário de 1813 a 1814, e Alexandre de Macedo, que ocupou o cargo de procurador na Corte do Rio de Janeiro. Mesmo não sendo enviados oficialmente pela Congregação, foram eles os primeiros Lazaristas no Brasil.

Convém ressaltar que havia um bom relacionamento entre Dom João e os lazaristas, até porque estes não interferiam nas questões políticas do governante português, tampouco faziam objeções ao processo colonizatório do império português além-mar. “Os padres da Missão se portavam de forma diferente dos Jesuítas, dos Franciscanos, dos Capuchinhos, dos Mercedários, que precisaram ser expulsos do Brasil [...]” (FRENCKEN, 2010, p. 66).

Em 1919, a Congregação recebia o convite de Dom João VI para se instalar no Brasil. Assim, dois padres deixaram a Europa e se dirigiram a este país. Eram os padres Leandro Rabello Peixoto e Castro e seu aluno Antônio Ferreira Viçoso.

¹² Tanto a Congregação da Missão como a Companhia das Filhas da Caridade, têm na pessoa de Vincent de Paul (1581-1660) – mais tarde, São Vicente de Paulo -, seu fundador. Vincent de Paul via uma necessidade de “renovar” a presença da Igreja no mundo pós-Concílio de Trento (1545-1563).

Frencken (2010, p. 68), faz referência ao início da atividade destes dois sacerdotes lazaristas em solo brasileiro, como segue:

Uma vez instalados no Caraça (Minas), os padres começaram a concretizar os seus trabalhos apostólicos em terras mineiras: pregar missões e cuidar da educação da juventude. Padre Leandro Rabello Peixoto e Castro governou o Caraça entre os anos de 1820 e 1827. Foi sob a liderança dele que os primeiros trabalhos começaram a ser realizados, bem como missões[...].

As atividades da Congregação da Missão em solo brasileiro consistiam, essencialmente, na pregação das missões, na formação do clero nos seminários diocesanos e na assistência em hospitais e orfanatos, sendo que a Congregação da Missão tem por estratégia fundamental a pregação das missões.

As Santas Missões¹³ (num processo de missionariedade¹⁴) pregadas pelos padres da Congregação da Missão tinham por objetivos fundamentais, segundo Frencken (2010, p. 89), “fazer o povo partir para uma prática sacramental mais regular, afastando-se de costumes baseados em superstições, que o distanciavam do verdadeiro Deus, e deixar claro que a Igreja é dirigida pelo papa, pelos bispos e padres”, isto é, levar o povo à vivência dos sacramentos e o conhecimento e obediência à hierarquia eclesial da Igreja romanizada.

A Congregação da Missão é subdividida em Províncias. No Brasil encontramos três províncias: a Província Brasileira da Congregação da Missão (PBCM), com sede no Rio de Janeiro, a Congregação da Missão Província do Sul (CMPS), com sede em Curitiba e Província de Fortaleza da Congregação da Missão (PFCM), com sede em Fortaleza. A Prelazia de Cametá estava ligada a esta última.

Quanto à Província de Fortaleza¹⁵, entre os anos de 1927 e 1945, assumiu cinco paróquias, dentre elas a de São João Batista (Cametá) e a de São Raimundo Nonato (Belém), como descreve Frencken:

¹³ As missões se tornaram a principal atividade para os lazaristas holandeses no Nordeste e Norte do Brasil.

¹⁴ Processo através do qual uma ou várias pessoas buscam cumprir uma missão recebida, no caso religioso ou cristão, o missionário é aquele que tem a missão de divulgar a fé, a crença religiosa, a Palavra do Senhor a um ou a diversos lugares.

¹⁵ A Prelazia de Cametá, ao ser fundada em novembro de 1952, automaticamente passou a compor a Província de Fortaleza, da qual a Paróquia de Cametá já fazia parte.

A primeira foi a do Benfca – Nossa Senhora dos Remédios (Fortaleza). Depois padre Guilherme enviou os primeiros padres ao Pará a fim de assumirem as paróquias de São Raimundo Nonato em Belém e, alguns anos depois, de São João Batista em Cametá. No estado do Maranhão, os Lazaristas se estabeleceram nas paróquias de São José de Ribamar e São Pantaleão, em São Luís (FRENCKEN, 2010, p. 203).

Assim se delineou a chegada dos lazaristas em terras paraenses e, dessa maneira, a Prelazia de Cametá, ao ser fundada em novembro de 1952, contava com o trabalho missionário lazarista, uma vez que estes missionários se encontravam na região.

2.3 A Prelazia e as comunidades cristãs: nascem as CC's

Desde a chegada dos padres da Congregação da Missão (lazaristas) na região do Tocantins até à fundação das primeiras comunidades cristãs, a Igreja Católica marcou sua presença através da visita dos padres num processo de missionariedade, caracterizado, principalmente, pela prática da “desobriga”, isto é, levar a Palavra de Deus e “oferecer oportunidade ao povo católico para participar dos sacramentos, principalmente os da Confissão, da Eucaristia e do Matrimônio” (FRENCKEN, 2010, p. 232).

Frencken (2010, p. 232), citando uma palestra do padre José Coutinho Favacho (CM), por ocasião das comemorações do cinquentenário da presença lazarista em Cametá, afirma que, para suprir a falta de padres na região, o povo procurou se organizar em irmandades religiosas, sendo essas irmandades as responsáveis em nutrir e sustentar a fé do povo católico encontrado pelos lazaristas. “Um catolicismo festivo, de certos sacramentos, de santos e visagens”.

No ano de 1967 foi realizada em Cametá, sede da Prelazia, uma reunião com todos os padres prelatícios, na qual duas decisões importantes foram tomadas: a instituição do culto dominical sem padre e a liberação de um padre - padre Geraldo Gommers - para cuidar do apostolado entre os homens.

Nas palavras de padre Geraldinho (membro do clero prelatício), em entrevista a Sousa (2002), uma das finalidades da criação das comunidades cristãs, a partir do

novo plano de pastoral prelatícia, era solucionar a “... falta de participação dos fiéis, sobretudo do sexo masculino, nas atividades da Igreja” (SOUSA, 2002, p. 106)¹⁶.

Assim, uma mudança expressiva na ação da Igreja Católica na região - quando esta se distancia de uma pastoral de massa e se aproxima de uma pastoral de comunidades -, só vai se fazer notar a partir dos últimos anos da década de 60, mais especificamente no pós-Concílio Vaticano II (1962-1965) e pós-Conferência de Medellín (1968).

É nesse interim que a Prelazia de Cametá decide criar as comunidades de base (no caso da Prelazia de Cametá, as CC's). Assim, a partir do ano de 1969, ainda sob a efervescência do referido Concílio, a Igreja Católica de Cametá se voltou para a criação de comunidades cristãs em seu território, com o objetivo de dar um novo direcionamento às atividades pastorais desenvolvidas em sua área prelatícia.

Acerca da criação das comunidades de base na Prelazia, Sousa (2002) afere da seguinte forma: “A partir de 1969, um novo processo de orientação pastoral estabeleceu como prioridade a organização de comunidades cristãs e o apoio a atividades produtivas e de comercialização comunitária”. Isso teve desdobramentos para a Igreja prelatícia, pois “colocou a Igreja Católica Apostólica Romana (da Prelazia de Cametá) em rota de colisão com a elite local¹⁷ e com os leigos dirigentes das irmandades responsáveis pelo catolicismo popular centrado nas festas de santos padroeiros” (SOUSA, 2002, p. 105).

Este autor ainda pontua, como resultado de sua conversa com padre Geraldinho, membro do clero da Prelazia de Cametá, que a decisão de criação das CC's, naquele momento, configurou-se após uma avaliação da ação pastoral realizada pela Igreja Católica de Cametá, no final dos anos 60, que considerou como problemática a ação da Igreja prelatícia de então. Diante disso, a solução

¹⁶ Quanto à participação dos homens na Igreja, há de se ressaltar, que atualmente, o Terço rezado por Homens - Terço dos Homens - é um movimento expressivo da Igreja e está estruturado em quase todas as paróquias da Diocese. No caso da Cidade de Cametá, o Terço rezado por homens foi iniciado na Catedral de São João Batista e daí estendido para outras comunidades urbanas da Paróquia. O autor deste estudo foi um dos fundadores do Grupo Terço dos Homens da Catedral (GOTH), o qual denomina-se atualmente como Grupo de Oração Terço dos Homens Mãe Rainha.

¹⁷ Uma dessas situações de conflito entre a Igreja Católica e a elite cametaense, provocada pela criação de comunidades e o que elas representavam para o povo, refletiu-se na decisão do deputado Gerson Peres, político da terra, favorecer a vinda da Igreja Católica Brasileira para fazer frente à Igreja prelatícia e suas comunidades cristãs.

encontrada e sugerida pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, foi a criação de comunidades cristãs.

Mas não se pode esquecer, acerca dessa tomada de decisão com a criação das CC's, o que deu novos rumos à pastoral prelatícia, a divulgação do Plano de Pastoral de Conjunto (CNBB, 1966), elaborado pelos bispos do Brasil, no ano de 1966, para o quinquênio 1966 a 1970, a partir do qual tiveram início novas experiências pastorais na região amazônica, uma vez que este plano tinha como objetivo geral “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se (ajustasse), o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II”, que então enfatizava a criação de comunidades eclesiais de base, “a partir da compreensão de que a Igreja é uma rede de comunidades de irmãos e irmãs, cuja ação pastoral se dá de forma global, orgânica e articulada” (O QUE É PASTORAL..., 2011).

Favacho (1984, p. 107), também aponta nessa mesma direção. Ressalta que em fevereiro de 1969 foi apresentado pela equipe central da Prelazia o novo plano de pastoral, o qual defendia como prioridade a criação de comunidades cristãs na área prelatícia.

Assim, tendo por base o Concílio Vaticano II (1962 a 1965), a divulgação do Plano de Pastoral de Conjunto elaborado pelos bispos do Brasil (1966), a reunião dos padres prelatícios (1967), a qual decidiu pela organização do culto dominical, e, ainda, a Conferência de Medellín (1968), eventos e acontecimentos estes que apontavam para a criação de comunidades eclesiais de base, a Prelazia de Cametá, no ano de 1969, dá início à criação das CC's.

É importante ressaltar que somente na Prelazia de Cametá elas recebem a denominação de Comunidades Cristãs (CC's), enquanto no restante do Brasil elas são denominadas de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Essa decisão de denominá-las de CC's coube aos padres holandeses incardinados na Prelazia, que acreditaram ser esta denominação mais conveniente com a prática cristã.

A criação de comunidades cristãs não foi uma tarefa muito fácil para o então momento prelatício, uma vez que predominavam na Prelazia de Cametá as Irmandades¹⁸, organizadas em torno de um santo padroeiro ou “santo festeiro”.

¹⁸ As Irmandades que predominaram na Prelazia de Cametá se caracterizaram pela organização de pessoas de uma determinada localidade, com laços de parentesco ou não, em torno da imagem de um santo festejado como padroeiro da localidade. A partir do Novo Plano de Pastoral Prelatício, no ano de 1969, a maioria das Irmandades foi transformada em Comunidades Cristãs (CC's) ou Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como são conhecidas no restante do país.

Como o referido plano colocava como prioridade a formação das comunidades cristãs, as Irmandades foram estimuladas a transformarem-se em comunidades cristãs, condição para receberem a visita do sacerdote na localidade, bem como a administração de sacramentos, pois, caso contrário, as famílias desta localidade só poderiam receber sacramentos em outra localidade vizinha, onde houvesse sido constituída a comunidade cristã.

Mas, necessário se faz indagar de que maneira essa substituição da irmandade em comunidade se dá na Diocese de Cametá? Ela acontece de forma harmônica ou conflituosa?

O autor Sousa (2012), aponta quatro configurações pelas quais passaram as irmandades no processo de transferência ou transformação para comunidade cristã. Afirma que:

Em alguns lugares este evento ocorreu em um campo antagônico, onde divergiam ideias de aceitação e resistência, haja vista, uns quererem a comunidade que representava a ampliação de participação popular do povoado na organização da festividade do santo padroeiro. No entanto, em outros locais não se via com bons olhos esta situação. Isto ocorreu principalmente, nos lugares cuja irmandade estava concentrada nas mãos de um pequeno grupo, geralmente da mesma família. Em outros lugares, porém o processo ocorreu aparentemente de forma harmônica, sem embates radicais de opiniões. Todavia, existiram povoados onde houve a coexistência de ambas as instituições, ou seja, a comunidade cristã foi implantada sem, no entanto, extinguir a irmandade (SOUSA, 2012, p. 52).

No geral, na Diocese de Cametá a substituição da irmandade pela comunidade aconteceu de forma pacífica, até pelo fato desta Igreja se apresentar dentro de uma linha mais libertadora, embalada pela Teologia da Libertação. Assim, enquanto em muitas regiões do país as irmandades vão se opor à Igreja Católica e suas comunidades de base nascentes, em Cametá esse processo vai ser bastante harmônico.

A criação das comunidades na área prelatícia, a partir de 1969, ficou sob a responsabilidade da Equipe Central da Prelazia, coordenada pelos padres Geraldão, Henrique e Geraldito¹⁹.

A respeito da composição desta equipe, o narrador e diácono permanente da Diocese de Cametá, Luiz Otávio Carvalho, afere que “no início das comunidades, (a Prelazia) tinha duas equipes: a Equipe Central [que] era formada pelo administrador

¹⁹ Padre “Geraldão”, corresponde a Geraldo Gommers e padre Geraldito, a “Geraldo Frencken”.

apostólico, que naquele momento era o padre Henrique, com o padre Geraldão, que coordenava as pastorais, e o padre João Vicente a quem eu acompanhava [...]”. Continuou o entrevistado: “A outra era a Equipe de Formação, [...] era formada por uma irmã, naquela altura Irmã Ilma, [e por] representantes das comunidades, da qual eu participei”.

Ele esclarece como se articulava a Equipe Central, dentro de sua finalidade que era formar comunidades de base, bem como a função da Equipe de Formação. Assim, de acordo com sua narrativa, a Equipe Central ao chegar em uma determinada localidade, onde desejava formar uma comunidade cristã, agiam da seguinte maneira:

Eles (os padres) sempre utilizavam o final de cada festa de padroeiro, e no final da festa [...] eles reuniam [...] e convidavam, principalmente, os homens a participarem de uma reunião; e na reunião eles falavam sobre o novo modelo de formação da Igreja, as comunidades, e a partir de lá, então, começava a comunidade que sempre era formada com o culto dominical. [A função da equipe de formação prelatícia era] trabalhar o círculo bíblico, a formação do círculo bíblico, ajudar na formação do Jornal das Comunidades e a formação permanente. [Através dessa formação] se usava [...] os cursos ou encontros de formação para a formação das pessoas que iriam trabalhar nas pastorais ou nos movimentos (na Prelazia).

Frencken (2010) faz referência acerca da equipe central da Prelazia e a composição desta, corroborando com as narrações do diácono Luiz Otávio. Ele diz que

A coordenação geral, no âmbito de Prelazia, cabia à assim chamada ‘equipe central’, composta, nos anos iniciais, por Padre Geraldo Gommers, Irmã Sabino e o diácono Lino Ribeiro da Ponte. A partir de 1970, Padre Henrique, como Administrador Apostólico, fazia parte automaticamente. A partir de 1973, diversos outros padres compuseram a equipe central, sendo que os Padres Geraldo e Henrique permaneciam” (FRENCKEN, 2010, p. 466).

Este autor, em sua narrativa sobre a equipe central prelatícia, ressalta a função desta, afirmando que “a função e a prática da equipe não eram centralizadoras, e sim de coordenação com o objetivo de que em toda a área da Prelazia houvesse chances e oportunidades iguais de crescimento para as comunidades” (ibidem, 2010, p. 466).

Por ocasião das comemorações do Jubileu de Prata das Comunidades Cristãs, no ano de 1977, a Prelazia lançou um livro - com aparência de uma cartilha

comemorativa - denominado “*Vi um novo céu e uma nova terra...*”, onde aparece o seguinte trecho a respeito da equipe central: “A Equipe Central é constituída, até agora, pelo próprio Administrador Apostólico e alguns padres. Eles não se consideram nem são encarados pelos outros como uma entidade de cúpula, mas como uma espécie de brigada volante, a serviço das comunidades de toda a Prelazia” (PRELAZIA DE CAMETÁ, 1977, p. 37).

O livro aborda ainda a dinâmica de trabalho desta equipe: “A equipe obedece a um vasto programa de viagens e visitas apostólicas, reunindo, em todos os lugares, os líderes, os membros da comunidade e, na medida do possível, o povo todo. São reuniões de animação, de exortação e de orientação [...]” (id.).

Conclui Luiz Otávio, acerca das duas equipes prelatícias:

A diferença (entre elas) era que a Equipe Central formava as comunidades cristãs e a Equipe de Formação as orientava para que pudessem, então, exercer a sua missão dentro da especificidade de cada pastoral: Catequese, Juventude, Bíblia e outras pastorais existentes na Prelazia de Cametá”.

O Jornalzinho das CC's, em sua edição nº 2 (setembro de 1969), afirmava que “em cada lugar (os membros da equipe central da Prelazia) escolheram sua equipe de sete homens para a direção do Culto Dominical”²⁰. Sem dúvida nenhuma, o Culto Dominical representou o eixo central na formação das CC's na Prelazia de Cametá.

Com base nos dados coletados com a pesquisa documental, nos arquivos da Diocese, constata-se que as comunidades cristãs na Prelazia de Cametá nasceram em torno dos cultos dominicais. O diácono permanente Luiz Otávio, pontua que “o culto dominical, seria o núcleo, o primeiro da formação [das CC's] ...”.

Frencken (2010, p. 459), também ressalta a importância do culto dominical para o crescimento e fortalecimento das comunidades cristãs:

O culto dominical, celebrado no espírito de “onde dois ou três estão reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles” (Mt 18, 20), tem sido o eixo central das comunidades, tanto como fator de renovação quanto à prática da oração (celebrar a fé cristã sem a necessária presença do padre), como também no sentido teológico por expressar de forma mais profunda a unidade entre as pessoas e delas com o Deus Uno e Trino, celebrada na escuta de sua Palavra através de gestos concretos de perdão e partilha. É o culto dominical que fazia a comunidade crescer em todos os sentidos.

²⁰ Jornalzinho das Comunidades, nº 2, setembro/1969.

Este autor salienta que a instituição do culto dominical trouxe um elemento renovador para a Igreja prelatícia: a participação masculina. Ele refere-se ao fato de o culto dominical ter sido colocado sob a responsabilidade dos homens, “para que assumissem responsabilidade na vida da comunidade. em janeiro de 1968, houve o primeiro curso em Cameté para vinte homens, para aprenderem a dirigir um culto dominical” (FRENCKEN, 2010, p. 459).

Assim, para que as novas lideranças (agora com as CC's) corresponderem àquilo que era esperado pela Prelazia em termos de organização e condução do culto dominical, foram oferecidos cursos para os responsáveis pela condução da comunidade, eram os chamados Cursos de Liderança.

No Jornalzinho das CC's nº 4 (nov./1969) se depreende que nesses cursos para as lideranças eram vistas “quais as qualidades que o bom líder (devia) ter?”, bem como, ensinava-se a língua portuguesa, com enfoque para a acentuação gráfica, ortografia, verbo e conjugação dos verbos.

A necessidade da criação das comunidades cristãs, na área da Prelazia de Cameté, era justificada no Jornalzinho das CC's em seu primeiro número, lançado em junho de 1969: “As paróquias são grandes demais, e eis aí o motivo da Comunidade Cristã”.

Naquele momento, 1969, a Prelazia tinha seu território dividido em apenas sete paróquias (Cameté, Oeiras do Pará, Igarapé-Miri, Carapajó, Mocajuba, Baião e Tucuruí). A grande dificuldade de pastorear a área da paróquia de Tucuruí, por exemplo, era porque ela compreendia áreas de três municípios: Baião, Tucuruí e Jacundá. Nessa ocasião, o Jornalzinho perguntava: “Será que o povo de Jatobal, que pertence à paróquia de Tucuruí, conhece a gente de Matacurá (Baião), que igualmente faz parte da mesma paróquia? E as 40.000 pessoas da paróquia de Cameté podem conhecer-se”.

Favacho (1984, p. 94) também faz referência aos cursos de formação ao afirmar que “a partir de 1969, vem sendo realizado todos os anos, o ‘Curso de Liderança’, que na verdade, é um grande fórum de debates e de estudos sobre os principais problemas e realizações das comunidades”.

Conclui-se que a criação das CC's na área da Prelazia veio trazer uma outra dinâmica aos trabalhos pastorais prelatícios a partir de sua organização e que o culto dominical representou a base de sustentação sobre o qual essas pequenas comunidades, tanto no interior quanto na cidade, foram edificadas, ressaltando a

contribuição que tiveram os cursos de formação oferecidos pela Prelazia para aprimoramento da mão de obra, no caso, os homens que cuidavam de cada uma das comunidades espalhadas pelo território prelatício.

2.4 A elevação da Prelazia à condição de Diocese

Imagem 01 – Extraída da capa do Relatório da Assembleia Pastoral – 2003. Mapa do território da Prelazia, já constituído pelos 10 (dez) municípios; característico do processo de transferência para Diocese de Cametá.



Fonte: Arquivo da Diocese de Cametá.

A Prelazia de Cametá, fundada em 29 de novembro de 1952, por sessenta anos desenvolveu atividades de cunho socio-pastorais em terras, inicialmente tocantinas, e depois também em terras transamazônicas, por onde se estendia seu território eclesiástico.

Em toda a sua história, nas décadas em estudo, o que coincide com o período da administração de Dom José Elias Chaves (2º bispo prelatício)²¹, a Prelazia de Cametá esteve voltada a proporcionar educação de cunho popular às suas bases, bem como voltou-se para lutas sociais em vários setores, como a fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP) e também pela retomada de outros sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônia dos Pescadores), que se encontravam sob o comando da direita política dos municípios prelatícios. Empreendeu, ainda, lutas por questões agrárias e por energia elétrica para os municípios de suas paróquias, além de desenvolver inúmeros projetos nas áreas da agricultura, psicultura e saúde, dentre outros.

No campo social foram embates políticos, por exemplo, com prefeitos, governo, forças militares do governo federal, representantes de empresas públicas, como foi o caso da Eletronorte (empresa responsável pela administração do fornecimento da energia produzida pela hidrelétrica de Tucuruí), fechamento de estradas etc. Tais confrontos tinham por objetivo, quase sempre, forçar uma negociação, seja com governos municipais, seja com governo estadual, seja com representantes das empresas ligadas a projetos para as regiões Tocantina e Transamazônica, territórios de responsabilidade da Prelazia de Cametá.

Em relação ao enfrentamento com a Eletronorte, este se firmou em razão da luta pelo direito às populações dos municípios prelatícios e adjacentes de serem beneficiados com a energia gerada em Tucuruí, uma vez que todos foram, de alguma forma, atingidos pela construção da referida hidrelétrica, sofrendo, assim, as consequências negativas como redução de pescado, contaminação da água, perda de suas moradias etc. Comunidades inteiras foram transferidas para outras áreas diferentes de sua origem ou que tinham raízes culturais. Mas também pelo direito à indenização devido às perdas sofridas pelas populações pobres, especialmente os trabalhadores, com a construção da Barragem de Tucuruí.

Com relação aos efeitos prejudiciais aos trabalhadores locais e meio ambiente com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, eis um trecho a respeito, constante na cartilha “Anilzinho: A Reforma Agrária dos Posseiros”:

²¹ A administração de Dom José Elias Chaves, à frente da Prelazia de Cametá, teve início na data de 24 de setembro de 1980 e se estendeu até 29 de setembro de 1999.

Com a construção da barragem (de Tucuruí), duas aldeias indígenas, os PARAKANÁ e os GAVIÕES, e quatro mil famílias, na sua maioria trabalhadoras rurais, tiveram suas terras inundadas pelo LAGO DA BARRAGEM com uma dimensão de 2.430 km². Os problemas ambientais ultrapassam a inundação da floresta, pois a energia produzida em Tucuruí, possibilitou a implantação da fábrica de silício metálico da Camargo Corrêa, que vem destruindo a floresta para produzir carvão vegetal (LEI ANILZINHO, p. 04).

Em uma de suas falas, a narradora Salete Aquime ressalta um dos enfrentamentos na cidade de Tucuruí, no qual o bispo prelatício se envolveu para liberar manifestantes que estavam para serem levados presos por causa de reivindicações por energia elétrica junto à empresa Eletronorte.

Numa das reivindicações pra vim a energia pra cá, em 96 (1996) em Tucuruí, nós estávamos lá, os trabalhadores lá fora, nós éramos de onze a treze pessoas lá dentro fazendo greve, aí chegou o destacamento ... o exército de... Marabá pra fazer a gente sair de dentro da hidrelétrica porque lá era área de segurança nacional e o que eu me lembro muito forte é que Dom Elias estava de férias em Minas. Ele pegou um voo, chegou em Belém, aí de Belém, junto com o prefeito de Oeiras que era o Evandro e o daqui que era o João Medeiros, eles foram pra Tucuruí; ele chegou a ponto de nos tirar de uma situação que a gente já ia preso. Então, a gente se sentia muito protegido, o nosso medo terminava pela proteção que o bispo nos dava. Então a gente ia pra lá sem medo, sem medo até de morrer, porque a gente sabia que a gente tinha uma proteção muito grande dele, isso era muito legal, ele protegia mesmo.

Entretanto, apesar de dispensar esforços para outros setores, no conjunto das lutas sociais, a Prelazia de Cametá não descuidava das atividades de cunho pastoral. Em carta enviada por Padre Gerardus Alfons Paridaen (Vigário Geral da Prelazia) ao reitor da Universidade da Amazônia (UNAMA), na data de 26 de agosto de 1994 (Anexo 1), verifica-se a solicitação feita por este clérigo pedindo a liberação da professora desta instituição de ensino, Ivone Maria Xavier de Amorim Correa, professora de antropologia, para assessorar o encontro prelatício com a temática “Religiosidade e Cultura Popular”.

Eis um dos trechos da referida carta que ilustra os trabalhos pastorais desenvolvidos pela Prelazia às suas bases: “A Prelazia de Cametá do Tocantins, ao longo dos anos, desenvolve Trabalhos Pastorais com o povo da Região Tocantina, na área de Saúde Alternativa, Agricultura, Educação Popular, Pastoral da Pesca, dentre outros”.

A Prelazia teve, em Dom José Elias, segundo os narradores, um bispo bastante atuante no aspecto sociopastoral, alguém que fez o nome da Prelazia,

principalmente quando o assunto se referia às lutas sociais, ganhar respeito dentro e fora do Estado.

Os conflitos em que a Prelazia se envolveu, em defesa dos trabalhadores rurais e suas terras, acabaram por despertar em padres e profissionais liberais, como advogados, o desejo de fazerem uma experiência por estas terras. Alguns passaram a realizar estágio na Prelazia de Cametá.

Em sua fala, acerca das lutas sociais em que a Prelazia se envolveu, a narradora Salete Aquime, assim recorda:

Com essa referência, (chegou-se ao) ponto de padres quererem vir pra essa área d'aqui, estagiários e outros; vinham muitos advogados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) pra cá; Dom José na época ele era presidente da CNBB Norte, Norte II, então na verdade era uma militância muito grande em relação a tudo isso que a Prelazia apresentava.

Ao que tudo indica, a Prelazia conseguiu, de acordo com o narrador Carlos S. Neto, “vivenciar na prática o Evangelho de Jesus”, quando ela se envolveu na luta em defesa dos menos favorecidos como os posseiros de Anilzinho e de outros lugares em conflitos na Prelazia. Dessa maneira, a instituição conseguiu demonstrar a “opção preferencial pelos pobres” que fez, reforça a narradora Salete Aquime.

Indagada sobre o posicionamento dos padres da Congregação da Missão, principalmente os europeus (em sua grande maioria holandeses), quanto a essa postura da Igreja prelatícia de Cametá e sua aproximação com a Teologia da Libertação, a narradora Salete Aquime confirma que eles davam total apoio ao trabalho desenvolvido com a educação popular na área prelatícia.

Ao se referir ao trabalho com a educação popular e com o envolvimento da Igreja nas lutas sociais, a narrador reafirma: “Nunca tivemos problemas de apoio da Igreja, das paróquias. Era a Teologia da Libertação, [...] esse era o papel da Igreja: [...] trazer o povo a tomar conta da sua história. Essa era a ideia. Que o povo fosse o agente da sua história, aquele que pudesse conduzir os seus rumos, que ele pudesse ser esclarecido”.

Em seguida, faz referência a seu colega de Pastoral Social, Pe. “Zeca” Favacho: “o Favacho coloca isso na dissertação dele, o libertar do povo, fazer uma pastoral cabocla e aqui foi uma pastoral cabocla. Nas CC's, por volta de 1967, já se configura a questão da Teologia da Libertação”.

Imagem 02 – Mapa territorial da Diocese de Cametá, exposto na parede do hall de entrada da “Casa do Bispo” (Cúria Diocesana), após a elevação da Prelazia à condição de Diocese – (hoje apagado).



Fonte: Arquivo da Diocese de Cametá.

Em finais do ano 2000 a Prelazia dá início a uma nova configuração, sob o comando de um novo bispo, um clérigo da ordem dos Agostinianos Recoletos: Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces, de nacionalidade espanhola. Segundo alguns narradores, como Beneditinho e Edir, mais administrador que pastoral.

Assim, sob esse novo aspecto, em 06 de fevereiro de 2013, a Prelazia de Cametá tornou-se Diocese, de acordo com Decreto e Bula de Sua Santidade o Papa Bento XVI, elevada solenemente a esta condição nas comemorações da “Elevação” realizada em 5 de maio de 2013. Este ato solene contou com a presença do representante do Papa no Brasil, Dom Giovanni d’Aniello - Arcebispo Titular de Paestrum (Itália), nomeado Núncio Apostólico no Brasil²².

A festa de Elevação contou também com a participação de centenas de pessoas das várias paróquias da área prelatícia, alguns bispos da Regional Norte II, convidados para o ato e, claro, com a presença do último bispo prelatício e primeiro diocesano, Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces.

A Diocese de Cametá integra a Regional Norte II²³ da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e abrange uma área de 48.308,88 km², com uma população de 547.852 habitantes (Censo do IBGE, 2010) e uma população estimada

²² Dom Giovanni d’Aniello foi nomeado para a função de Núncio Apostólico no Brasil, na data de 10 de fevereiro de 2012.

²³ O Regional Norte II, compreende a Arquidiocese de Belém e as seguintes dioceses: Diocese de Cametá, Diocese de Macapá, Diocese de Ponta de Pedras, Diocese de Abaetetuba, Diocese de Castanhal, Diocese de Marabá, Diocese de Santarém, Diocese de Bragança, Diocese de Conceição do Araguaia e Diocese de Óbidos.

em 2018 de 635,628²⁴, sendo formada pelos territórios dos municípios de Baião, Breu Branco, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Tucuruí e Pacajá, municípios estes que compõem as regiões Tocantina (Baixo-Tocantins²⁵) e Transamazônica.

Atualmente, a Diocese de Cametá compõe-se por 714 Comunidades Cristãs²⁶ e 17 grupos comunitários²⁷, distribuídos nas suas 20 paróquias e quatro áreas episcopais: Área Episcopal São Lucas (região Tocantina) - paróquias de São João Batista, São José das Ilhas, Santa Maria, Imaculada Conceição e Nossa Senhora da Assunção; Área Episcopal São Marcos (região Tocantina) – paróquias de Nossa Senhora do Carmo e São Benedito, Sant’Ana, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio de Pádua; Área Episcopal São Paulo (região Transamazônica) – Paróquia São Sebastião, São José de Tucuruí, Santa Rita de Cássia, Sagrado Coração de Jesus e Menino Jesus; Área Episcopal Maria Mãe dos Povos (região Transamazônica) – paróquias São Francisco de Assis, São José de Maracajá, Nossa Senhora Aparecida e Cristo Rei.

A sede da Diocese, Cúria Diocesana (antes Cúria Prelática)²⁸, situa-se à Estrada Cônego Siqueira, nº 1653, bairro de Brasília, nesta cidade de Cametá.

Segundo Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces, último bispo prelatício e primeiro diocesano, com a elevação à condição de Diocese, “a Igreja Católica de Cametá chega à sua maturidade financeira, isto é, consegue caminhar com suas próprias pernas”²⁹.

²⁴ Fonte IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>

²⁵ A expressão Baixo-Tocantins, adotado aqui no texto, corresponde aos municípios prelatícios/diocesanos de Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

²⁶ Os dados como área geográfica, população, nº de comunidades e grupos comunitários, foram fornecidos pela secretaria da Cúria Diocesana, onde se encontram atualizados com base em dados fornecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁷ Os grupos comunitários correspondem, geograficamente falando, a locais desmembrados de uma comunidade maior e que se encontram em processo de preparação pastoral para serem elevados à condição de comunidade cristã.

²⁸ Cúria Prelática era a denominação dada à sede da Prelazia de Cametá, sendo que na data de 06 de fevereiro de 2013, através de decreto e bula papal a Prelazia de Cametá foi elevada à condição de Diocese, passando, com isso, a Cúria Prelática denominar-se Cúria Diocesana. É a sede da morada do bispo e o centro administrativo da Diocese.

²⁹ Afirmação proferida em uma de suas conversas informais com membros do clero na Cúria Diocesana, onde o autor deste se encontrava presente.

CAPÍTULO III

3 O SENTIDO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA PRELAZIA DE CAMETÁ

[...] estamos semeando a semente de uma educação libertadora. É claro que compreendemos que essas sementes estão caindo em vários tipos de terras (Mc 4,1-20), mas acreditamos que em momento nenhum Deus exigiu imediatamente os frutos das sementes que seus seguidores semearam. Ele diz que esses frutos irão brotando espontaneamente no coração de cada pessoa. É nessa certeza que iremos continuar nossos trabalhos (Relatório Geral do Setor Educação da Prelazia de Cametá, 1990, p. 01). (Ver anexo 2).

Esta última fase do trabalho, correspondente aos próximos capítulos, constitui-se uma das mais importantes, pelo fato de tratarmos da viabilização da educação popular pela Prelazia às suas bases, real objetivo deste estudo. Neles, buscamos esclarecer a proposta de educação popular da Prelazia de Cametá, destacando o sentido que esse modelo de educação assumiu na vida da população prelatícia.

No 3º capítulo, abordamos a construção estrutural, por parte da Prelazia, para a viabilização da educação pretendida, tendo, assim, seu pontapé inicial com a criação de um setor específico (setor educação) para cuidar desse educacional. Entretanto, os resultados apresentados não foram visíveis apenas na área da educação, mas também na saúde, na organização social e seus movimentos, na política, isto é, nos vários sentidos que a educação assumira na Prelazia.

Não se configura natural e simples falar da educação viabilizada pela Prelazia às suas bases, como pode parecer inicialmente. Isto porque é preciso olhar atentamente os meandros das atividades pastorais prelatícias para podermos buscar compreender como se efetivou, na prática, a proposta da Prelazia de Cametá com a educação popular. Assim como é necessário, antes de tudo isso, ter nítida a ideia de que a educação popular “não é um nível nem uma modalidade de trabalho pedagógico interno ao sistema de ensino”, conforme expresso na epígrafe do item “Os ‘Encontrões Anilzinho’ e a lei do ‘menor’” (p. 139), mas “caracteriza-se como um movimento que parte da organização das classes populares em seus desafios concretos de cada realidade específica”, nisto reside o propósito de ela se expressar de várias maneiras e sob vários aspectos da caminhada da Prelazia.

Nas palavras do narrador Eraldo, professor da Universidade Federal do Pará/Cametá, “quando a gente está lá no meio militando a gente não tem essa dimensão, quando, hoje, a gente para pra refletir, pra discutir sobre a concepção das bases da educação popular, nós vamos perceber que toda a nossa atuação dentro da Igreja ela tem como base o princípio da educação popular”.

Ressalta-se que a educação popular viabilizada pela Prelazia, a partir do Setor Educação, seguiu a linha da educação libertadora proposta por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, quando este modelo freireano objetiva proporcionar libertação integral da pessoa para ser agente transformador da realidade, portanto, agente de sua própria história.

Na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), Paulo Freire afirma e reafirma sua concepção central de que ensinar não é transferir conhecimentos, mas consiste em criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Foi isso que a Prelazia buscou em suas atividades, a partir das ações com as pastorais sociais, especialmente com a Pastoral da Educação: promover, num sentido amplo, as pessoas de sua base, fazer com que esse homem e essa mulher (da base) tivesse condições ideológicas para compreender e apreender o mundo que lhes cercava, e mais: que fossem hábeis o suficiente para intervir nesse mundo e seu contexto, em busca das mudanças pretendidas.

Por necessidade de uma melhor compreensão das ações prelatícias e pelo fato destas ações não se resumirem ao período delimitado para fins deste estudo, o período temporal, em muitos casos, é remetido a anos anteriores, procurando, com isso, tornar claro que a Prelazia há muito vinha desenvolvendo atividades com o intuito de oferecer melhores condições de vida e trabalho e mais esclarecimento e conhecimentos às gentes de suas CC's.

3.1 O setor educação, o plano de trabalho e os convênios MEB e SEDUC

[...] ele [o Setor Educação] que era o “carrão de sena”, o carrão que conduzia as outras pastorais[...] (Luiz Otávio Carvalho, sujeito da pesquisa).

Para a viabilização deste estudo na área da educação e cultura optamos em dar atenção à educação popular empreendida pela Prelazia às CC's de sua base

nas décadas de 80 e 90 (do século passado), especialmente ao Setor Educação da Prelazia de Cametá.

O Setor Educação foi o setor criado dentro da Pastoral de Educação para coordenar as ações prelatícias voltadas à área educacional. Ele funcionava baseado no tripé Educação Formal, Educação Religiosa e Educação Popular.

A Educação Popular caracterizava-se pela educação de base, alfabetização de adultos, organização popular, apoio e integração; a Educação Religiosa, caracterizava-se pela orientação, acompanhamento e formação de professores de Ensino Religioso, usando o método VER, JULGAR e AGIR; e a Educação Formal, caracterizava-se pelo apoio e organização dos trabalhadores em Educação, orientação para uma educação alternativa, acompanhamento do Sindicato dos Trabalhadores em Educação a nível Estadual, Regional e Municipal³⁰.

Assim, com o objetivo de melhor viabilizar a educação proposta pela Prelazia às suas bases, o Setor Educação foi articulado em quatro frentes de atuação, quatro setores distintos, assim distribuídos:

Setor I – correspondente aos municípios de Tucuruí e Pacajá.

Setor II – correspondente aos municípios de Cametá e Limoeiro do Ajuru.

Setor III – correspondente aos municípios de Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião.

Setor IV – correspondente aos municípios de Oeiras do Pará e Bagre.

Para colocar em prática nesses setores a educação proposta, a Prelazia contou com o trabalho de várias agentes ligadas à Pastoral de Educação, todas capacitadas e remuneradas pela própria Prelazia e liberadas em tempo integral para desempenho de suas atividades com a educação popular sob a orientação e supervisão do Setor Educação. A setorização da área prelatícia, anteriormente citado, não significou apenas uma simples fragmentação do trabalho desempenhado pelas agentes da Pastoral, uma vez que era imperativo que houvesse entre elas muita integração e interação, a fim de comungarem de toda ação nos demais setores e, diante da análise dos resultados obtidos, usarem-nos como parâmetro para os demais setores quando positivos, ou evitados e/ou corrigidos quando negativos.

Assim, cada setor contou com o trabalho de uma agente da Pastoral integralmente dispensada e remunerada pela Prelazia para articulação das

³⁰ Dados extraídos do texto-relatório “Memória do Setor Educação da Prelazia de Cametá do Tocantins – 1º semestre de 1991”. Fonte: Acervo da Diocese de Cametá.

atividades em seu setor. Entretanto, a narradora Salete Aquime relata que em determinados momentos do trabalho uma agente da Pastoral podia ser deslocada de seu setor e designada para cobrir ou reforçar um outro setor dentro da área da Prelazia. Havia, portanto, a possibilidade de mobilidade no trabalho das agentes para que, assim, elas pudessem atuar em todos os setores e conhecê-los mais profundamente.

A respeito da composição desse grupo de agentes, essa mesma narradora (ex-agente da Pastoral de Educação), esclarece-nos: “Era eu e a professora Joaquina, de Cametá, era a Ilda, de Igarapé-Miri, era a Virgínia, de Tucuruí, e a Bena Castro, de Oeiras; éramos cinco [...]”.

O narrador Luiz Otávio também faz referência em sua narrativa a respeito da composição inicial deste grupo de agentes: “Primeiro momento ‘era’ eles (referindo-se aos padres), e eu estava na equipe, e depois eles pensaram numa pessoa que era a Ilda Araújo, que era também de Igarapé-Miri, ela era formada em pedagogia[...]”.

Mas, ao que tudo indica, à Prelazia não bastava apenas sua formação em Pedagogia. Ela (Ilda Araújo) precisava de um conhecimento mais aprofundado na pedagogia freireana. Face a isso, continua o narrador Luiz Otávio, “[...] eles mandaram ela fazer um curso, naquele tempo, através do IPAR³¹ (em Belém), [...] um curso de formação. No retorno dela, então, se formou aqui na Prelazia o Setor Educação Popular que tinha a finalidade de trabalhar a linha da pedagogia de Paulo Freire”.

Esse grupo de cinco agentes, mencionado anteriormente pela narradora Salete Aquime, se multiplicava ao longo do trabalho com a educação nas paróquias, conforme se depreende de sua fala:

Em cada paróquia, esses grupos formavam outras pessoas que ajudavam. Em Baião, a gente tinha grupo de alfabetização e quem alfabetizava eram as meninas, os alunos que faziam na época o oitavo ano, eles eram junto com os monitores, eles ajudavam. [...] a gente tinha um apoio muito grande da irmã Orlanda, diretora lá na época. Aí era assim, a gente tinha uns três grupos lá de alfabetização, então a gente trabalhava muito junto[...], eles assumiam, as paróquias assumiam.

Pelo que se depreende da fala da narradora, a educação popular, proporcionada pela Prelazia, era plenamente encampada pelas paróquias. As Filhas

³¹ IPAR (Instituto de Pastoral Regional), sediado em Belém/PA.

da Caridade (como também são denominadas as irmãs vicentinas) abraçaram a causa e ainda colocaram as alunas do próprio colégio para auxiliar monitores e agentes da Pastoral a oferecer, às turmas que eram formadas por pessoas das comunidades cristãs (tanto na zona urbana como na rural), uma alfabetização na linha da pedagogia freireana.

Entretanto, para a viabilização de um bom trabalho nessa linha, além dos monitores, os alunos do colégio vicentino também recebiam capacitação para o trabalho a ser desenvolvido.

Então, a irmã Orlanda tinha os alunos e aí ela falava: olha, eles têm condições - na época (faziam a) oitava série -, eles têm condições de alfabetizar tantos! E a gente capacitava os alunos, três, quatro alunos lá, a gente dava capacitação aí eles iam junto com os monitores pra base, pra poder ajudar lá. Era bem legal lá também. A gente tinha muito esse apoio.

Diante dos fatos, compreende-se que a formação, política ou não, recebida via-Prelazia não se destinava à empregabilidade, e sim, formar cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres diante da sociedade.

Em entrevista com o narrador Luiz Otávio Carvalho, diácono permanente da Diocese de Cametá, quando perguntado acerca do papel desempenhado pelo Setor Educação no processo de viabilização de educação popular pela Prelazia às suas bases, este afirma: “[...] ele que era o ‘carrão de sena’, o carrão que conduzia as outras pastorais, tanto que o investimento era maior nele porque era ele quem coordenava toda essa parte, então ele ajudou as comunidades. [Entretanto], “a atuação da Prelazia na área social não estava somente no Setor Educação. É que se acreditava que a educação era o ponto de referência, [...] a partir de lá então se trabalhava (por exemplo) o movimento de saúde, que foi muito forte aqui na Prelazia”.

Entende-se, assim, que o Setor Educação foi o responsável por toda a articulação da educação – popular ou não -, pretendida e viabilizada para a área prelatícia. As falas dos narradores esclarecem que a proposta prelatícia, com a criação do Setor Educação, era trazer “luz” às reflexões dos comunitários das bases.

O narrador Luiz Otávio Carvalho nos confirmara que:

Tirava-se o Mobral que alienava e colocava-se a educação popular que levava a uma reflexão para a ação da comunidade. A juventude também era trabalhada dessa forma, de levar o jovem a uma reflexão da necessidade da sua própria mudança de vida. Naquele tempo ainda não se tinha criado a Pastoral da Juventude, o que existiam eram os grupos de jovens ligados às comunidades de base, então esses jovens eram trabalhados pela Prelazia.

Foi relevante o desempenho do Setor Educação da Prelazia no processo de viabilização da educação popular às bases prelatícias, assim como foi visível um maior esforço com a educação popular, dentro do tripé, mencionado no início deste item. Quanto ao referido tripé, no ano de 1990, por exemplo, de acordo com relatório constante dos arquivos da Diocese, verificou-se que as ações do Setor Educação se voltaram mais intensamente para a educação popular e religiosa, deixando para um segundo plano a educação formal.

Portanto, é a partir das ações do Setor Educação que vamos compreender como se concretizou essa proposta de educação popular na Prelazia de Cametá. Estruturalmente, a Prelazia de Cametá estava constituída por várias pastorais, dentre elas: as sociais, como, por exemplo, Pastoral da Saúde, Pastoral da Pesca, Pastoral da Terra etc. Entretanto, essas pastorais eram divididas em setores, o que, muitas vezes, “acabava por confundir muito”, segundo a narradora Salete Aquime.

Ela, no entanto, afere que “era só uma questão linguística, de nomenclatura mesmo”. Com a subdivisão existiam o Setor de Saúde, de Agricultura, de Educação etc. Pontua, ainda, o que dava respaldo ou *status* era o termo Pastoral: “Quando a gente chegava, nos apresentávamos como agentes da pastoral de educação; era pastoral mesmo, ela é que era forte; aceitação forte era pastoral. Setor de saúde, setor de educação, questão de nomenclatura mesmo”.

Assim, dentro do conjunto das Pastorais Sociais, a Pastoral da Educação, até por sua natureza, foi designada para colocar em prática a proposta de educação às bases prelatícias.

Quanto à coordenação da Pastoral Social, informa a narradora Salete, ela era realizada pelo Padre Zeca (Favacho), sendo que, após algum tempo, ele passou a coordenar outras atividades, ficando a coordenação da Pastoral Social com o Padre Zé Geraldo e, em seguida, tal tarefa foi atribuída a ela.

Em pesquisa nos arquivos da Diocese de Cametá, encontramos o Plano de Trabalho da Equipe da Pastoral de Educação da Prelazia para o ano de 1993, para a modalidade Alfabetização de Jovens e Adultos, dentro do convênio firmado entre o

MEB (Movimento de Educação de Base) e a Prelazia. O plano detalhava os municípios contemplados nesse ano, sendo Cametá com 1 (uma) turma; Igarapé-Miri com 2 (duas) turmas; Baião com 2 (duas) turmas; Mocajuba com 2 (duas) turmas; Oeiras do Pará com 1 (uma) turma e; Pacajá com 2 (duas) turmas. Todas eram formadas com 20 alunos cada e, também, todas na zona rural, totalizando, assim, 200 alunos atendidos no ano de 1998 pelo convênio com o Programa do MEB.

No referido Plano, a equipe apresenta sua justificativa com o trabalho de alfabetização desenvolvido:

A Prelazia de Cametá, ao longo dos anos, vem realizando amplas ações educativas no campo da promoção humana, junto às Comunidades de Base. Graças aos trabalhos desenvolvidos pelas diversas pastorais junto ao povo da região, este conseguiu se organizar e lutar pela melhoria de qualidade de sua vida. Muitas conquistas foram alcançadas dentro do processo de organização, mas há ainda muito a ser feito. A grande dificuldade que o povo tem dentro do processo de organização é avançar para um novo estágio, conquistando o espaço público. Essa dificuldade é resultado do elevado índice de analfabetos nas comunidades, os quais não conseguem ler e escrever e assim interferir nas decisões das políticas públicas. Percebendo a situação fomos motivados a desenvolver esse projeto junto ao MEB para que as comunidades possam ter acesso à leitura e à escrita e através delas interferir com qualidade nas discussões da própria comunidade e do Município através da participação ativa nos Conselhos populares, contribuindo para que as comunidades possam apresentar ações alternativas de desenvolvimento (PRELAZIA DE CAMETÁ, 1998, p. 02).

Alguns pontos desta justificativa merecem nossa análise mais atenta. Primeiro, o grande objetivo que se expressa graficamente, mas que vem se delineando em todo o texto deste estudo é a “promoção humana” do sujeito da comunidade de base, sendo que essa promoção é uma responsabilidade coletiva e não apenas da pastoral de educação. A pastoral de educação reconhece que o êxito até então conquistado pelo povo decorre “*graças aos trabalhos desenvolvidos pelas diversas pastorais junto ao povo da região*”. A equipe de educação tem consciência de que muito se fez em benefício do povo, portanto, “*muitas conquistas foram alcançadas dentro do processo de organização*”, entretanto, este processo era longo e havia “*ainda muito a ser feito*”.

Como vemos, a equipe de educação admitia a ideia de que o povo estava em um contínuo processo de organização, entretanto, estava com dificuldades para

avançar para setores ainda não alcançados, como, por exemplo, os Conselhos Municipais.

Em sua narrativa, Carlos Neto afere que “as lideranças estavam sendo preparadas, inclusive para assumir cargos políticos [...]. Não só cargos públicos, políticos, mas, como também, participar dos Conselhos Municipais, [...] como da educação, da saúde [...]”.

Mas qual a dificuldade percebida? Não era medo de enfrentar novos púlpitos, de falar nas reuniões, de se expressar nos encontros e sim a falta de conhecimento da escrita e da leitura: *“Essa dificuldade é resultado do elevado índice de analfabetos nas comunidades, os quais não conseguem ler e escrever e assim interferir nas decisões das políticas públicas”*, afirmou Carlos S. Neto.

Diante disso, era preciso atacar o problema “pela raiz”. Ajudar esse povo das bases a ler e escrever, a criar condições para que pudesse *“interferir com qualidade nas discussões da própria comunidade e do Município através da participação ativa nos Conselhos populares”*, pontuara o narrador.

Dessa maneira a parceria Prelazia-MEB cumpriria sua tarefa, uma vez que o MEB tinha sua criação voltada para o trabalhador rural, sendo que sua ação ia muito além da simples alfabetização de adultos, mas “procurava realizar um trabalho social mais amplo: conscientizando os camponeses sobre as possibilidades de transformar a realidade. Portanto, temas como sindicalismo, cooperativismo e reforma agrária eram objeto das ações do MEB”³².

Ainda a respeito do convênio com o MEB, Salete Aquime ratifica que “dentro da educação popular [...] a gente criou não só a educação popular no sentido da formação, mas também a gente ampliou no sentido da alfabetização de adultos”. Segundo ela, foram criados núcleos de educação em parceria com o MEB para alfabetizar as pessoas que faziam parte das comunidades, “principalmente na área da Transamazônica, onde o analfabetismo era muito maior lá do que na área da região Tocantina”. Assim, “dentro do setor de educação popular a gente criou o setor do trabalho de educação de alfabetização”.

Além do desenvolvimento de projetos de cunho educacional na área da Prelazia efetivados com base em recursos de entidades estrangeiras (ver Cap. IV, item 4.6 Parcerias e recursos - p. 160) e do convênio com o MEB, a Prelazia, na

³² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_de_Base#Hist%C3%B3ria. Acesso em: 30 mar. 2019.

área da educação, também firmou convênio com a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Pará) para trabalhar o ensino religioso nas escolas estaduais. A esse respeito, Salete Aquime enfatiza que:

Existia educação religiosa, era assim: convidaram a Joaquina e a Quitó, a Zezé Cordeiro - elas faziam faculdade de educação religiosa em Belém. As escolas que pediam pra fazer essa parceria a Joaquina ia lá mesmo nas escolas, sentava com os professores de educação religiosa da rede pública do Município e/ou do Estado, digamos com os dois, a professora Joaquina ela fazia muito isso: ia nas escolas, era o nosso trabalho e onde as escolas pediam pra se fazer essa parceria com a Prelazia era feito. Realmente, dentro da educação religiosa, a professora Joaquina atuava dentro das escolas mesmo.

Através do ofício nº 120/97 (Anexos 3 e 4), a Prelazia solicita à SEDUC a renovação do convênio firmado entre elas, pleiteando a liberação das professoras (servidoras do Estado, na SEDUC) para atuarem no trabalho com a educação a partir da Prelazia. Em um dos trechos do mencionado expediente, sobressai um trecho acerca da justificativa em relação ao trabalho desempenhado por elas:

Nós, servidoras do Estado, no campo educacional, trabalhamos na Região Tocantina e temos como ideal, contribuir da melhor maneira possível na educação do povo, procurando atender principalmente aquelas pessoas mais carentes e que estão em zonas rurais de difícil acesso e nas periferias urbanas. Visitamos comunidades, onde nem há possibilidade de ter escolas e lá tentamos ajudar nossos irmãos camponeses. Visitamos e acompanhamos Comunidades, onde há escolas e as professoras que precisam de orientação e formação para melhor desempenhar sua missão. (Prelazia de Cametá do Tocantins, ofício nº 120/97 – Projeto de Educação de Base).

Dessa maneira, a Prelazia de Cametá, através de parcerias e convênios, internos e externos, buscava suprir uma demanda de educação em sua área, procurou oferecer às suas bases não uma educação meramente voltada para a identificação das letras, palavras e sons, mas uma educação que permitisse às suas gentes compreender e apreender seu próprio universo, capaz de interferir com qualidade nesse universo de coisas, uma educação de cunho popular pautada na metodologia freireana, em sua pedagogia do oprimido.

3.2 A Prelazia e as atividades sociopastorais

A pastoral é a Igreja em Marcha.
(LIBÂNEO, 1982)

A Prelazia de Cametá, fundada em novembro de 1952, por 60 anos desenvolveu suas ações em terras tocantinas e transamazônicas ligadas tanto às áreas pastorais quanto sociais. No aspecto pastoral se destacou no anúncio propriamente do Evangelho com o trabalho árduo dos padres da Congregação da Missão, pois nas palavras de Padre Pedro Vermeulen, “a obra das Missões não podia ser negligenciada, afinal era o trabalho principal da Congregação da Missão” e, a partir de 1969, se intensifica e diversifica também com a criação de comunidades cristãs, a fim de viver os novos tempos pós-Concílio Vaticano II (FRENCHEN, 2010, p. 193).

No social destacaram-se atividades em vários setores, como o agrícola, por exemplo, com grande destaque para a cultura da pimenta do reino. O setor da saúde também recebeu atenção especial, pois a saúde se apresentava muito carente na área prelatícia. Outro setor a receber expressiva atenção da Prelazia, e o que mais nos interessa neste estudo, foi o da educação, principalmente no viés voltado à educação popular.

Nesse sentido, verifica-se o envolvimento social da Prelazia também em evidência no forte comprometimento nos movimentos sociais, como foi seu engajamento nos casos “Anilzinho” e “Barragem de Tucuruí”. O primeiro na luta pelo direito à terra em favor de pequenos posseiros da Prelazia atingidos pela atividade grileira na região, o segundo pelo direito à energia elétrica, fornecida pela Hidrelétrica de Tucuruí, para que beneficiasse também as populações das regiões prelatícias e adjacentes, uma vez que a preocupação do governo, até aquele momento, era essencialmente atender com energia elétrica as necessidades dos grandes projetos instalados na região como Carajás, Albrás-Alunorte etc.

Além das mencionadas atividades no campo social, a ação prelatícia também se voltou para um envolvimento e comprometimento político. Ela esteve envolvida no fortalecimento de uma oposição em prol da retomada dos sindicatos que se encontravam com suas direções comprometidas por pessoas ligadas à direita política, deixando, assim, os trabalhadores sem a assistência devida. Some-se a

essa luta prelatícia a fundação e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores nos municípios de sua área jurisdicional-eclesiástica.

A ação prelatícia, seja no campo pastoral ou no campo da luta social, contou com alguns instrumentos a fim de melhor atingir seus objetivos junto às populações das comunidades de base de sua área. Nesse contexto, merece destaque o *Jornalzinho Comunidade Cristã*, criado em 1969 pela Prelazia com a finalidade de aprofundar a comunicação entre a Cúria Prelatícia e as comunidades de base que estavam sendo gestadas e criadas nas várias paróquias.

O *Jornalzinho* buscava suprir uma deficiência na comunicação existente na área prelatícia, devido, principalmente, à grande extensão territorial representada por duas vastas regiões (Tocantina e Transamazônica) e o deficitário e dificultoso meio de transporte, baseado, essencialmente, no fluvial, no início realizado por pequenos barcos de motor de popa, denominados “penta”³³ (uma espécie de precursor do “rabudo” dos dias de hoje).

Embevecidos nestas reflexões, relatamos a breve “história de um pescador” que ilustra esse universo do trabalho pastoral-missionário dos padres lazaristas. Numa fuga ao protocolo, fazemos memória ao meu saudoso pai.

Certo dia, ele estava trabalhando quando, ao longe, ouviu o barulho de um motor. Imediatamente, identificou como o penta do padre (pároco lazarista de Mocajuba). Correu para a “beira” (éramos ribeirinhos de terra firme) e de lá, com uma camisa, passou a acenar para o padre que passava ao longe, no meio do rio, aproveitando a correnteza da maré. Percebido o aceno, o padre decidiu parar. Encostou e procurou saber o que meu pai desejava. Então ele disse que queria contratar uma missa. Acredito que um tanto a contragosto, o padre fez o agendamento e como se dizia atrasado, dispensou o café oferecido. Despediu-se e tentou ligar o motor (do qual puxava uma corda para funcionar). Uma, duas, três, quatro, cinco... e nada. O padre suava de raiva e meu pai de envergonhado, temendo uma possível bronca (o temperamento ranzinza do padre era afamado). *Não deu outra*: o padre virou para ele com o rosto avermelhado pela raiva e pelo sol (era europeu, de pele clara) e disse: “Não empata padre! Da próxima vez que tu ‘quiser’ contratar missa, vai até Mocajuba”. Com isso, a expressão “Não empata

³³ Expressão usada para nominar os barcos (cascos pequenos) com um motor colocado atrás, na popa. Era comum, décadas atrás, entre os ribeirinhos, ouvir-se o aviso, geralmente aos gritos: “Lá vem o penta do padre!”, pois o barulho do motor se escutava ao longe.

padre!” virou bordão na família, mencionado até os dias de hoje para determinadas situações afins a esta.

Fica evidente, assim, que existia uma dificuldade muito grande para a Prelazia fazer chegar a todos os cantos de sua extensão territorial os avisos de encontros e formações diversas, chegar ao conhecimento de todos o que estava sendo pensado ou realizado na área prelatícia.

A eficácia deste instrumento de comunicação é ressaltada em várias páginas ao longo das várias edições produzidas pela Prelazia (ver melhor sobre o assunto no subitem 3.3.5 – p. 110 – cap. III, deste estudo, específico sobre o Jornalzinho Comunidade Cristã).

Outro mecanismo de confirmada eficácia pela Prelazia na transmissão de suas ideologias e/ou da teologia cristã, seja no processo de formação, educação ou evangelização, foram os Círculos Bíblicos³⁴, os quais discutiam temas de relevância nacional, regional ou específicos à vivência na Prelazia³⁵.

Daremos destaque a duas atividades na área social dos trabalhos prelatícios em que seus padres lazaristas, adeptos da Teologia da Libertação em sua ação pastoral, estiveram envolvidos: a Saúde e a Agricultura.

Procurando, com isso, indicar que, através dessas atividades, a educação proposta pela Prelazia também fluiu, principalmente nos momentos de formação. Segundo os narradores deste estudo, as formações, independente da área ou setor que acontecesse, estavam emergidas as agentes da Pastoral da Educação e as formações sempre aconteciam na linha da educação libertadora de Paulo Freire.

3.2.1 O setor saúde da Prelazia

A atuação da Prelazia na área da saúde se estendeu tanto para a saúde institucionalizada quanto alternativa. Desde os primeiros anos de sua fundação (pós-1952), a Prelazia, através dos padres lazaristas, demonstrava sua preocupação com o campo da saúde na região prelatícia.

Ainda nos anos 1950, Padre Arnoldo Konings conseguiu levar para a Cidade de Oeiras do Pará um posto médico, posteriormente ampliado para hospital,

³⁴ Livretos que traziam encontros organizados pela Prelazia e que discutiam temáticas da própria realidade do povo da Igreja prelatícia.

³⁵ Ver a respeito dos círculos bíblicos no Cap. IV, item 4.2 – p. 116, deste estudo.

inaugurado em 1967. As paróquias de Tucuruí e Igarapé-Miri, na mesma época, também foram contempladas com postos médicos. Após concluída a instalação dos postos e hospitais os entregavam aos cuidados laborais das Filhas da Caridade.

Os postos eram construídos pelos padres e entregues aos cuidados das Filhas da Caridade. Padre Henrique, em Igarapé-Mirim, escreveu ao Vice-Visitador: “Quando irmã Marcillac (Visitadora) enviar irmãos para cá, peça também uma [...] treinada em enfermagem, porque isto aqui é muito necessário!” (FRENCKEN, 2010, p. 393).

Assim, na paróquia de Oeiras do Pará, a Igreja, ao voltar sua atenção para a área da saúde, se preocupou em oferecer condições dignas de tratamento para a população local e construiu um hospital para a cidade sendo este sustentado (mantido financeiramente) e administrado pela paróquia local (Paróquia Nossa Senhora da Assunção). A referida paróquia preocupou-se com a geração de empregos para a população da cidade. Para tanto, “Padre Arnoldo, implantou na cidade uma pequena indústria mecânica que ajudou a formar, na prática, muitos dos filhos de Oeiras, bem como lhes oferecer um ganha pão”, afere o narrador Carlos Schafaschek Neto em entrevista cedida ao pesquisador.

Frencken (2010, p. 470) reforça o que foi afirmado anteriormente e demonstra que o esforço dos padres lazaristas ia além da missionariedade catequética inicial e do esforço na área da saúde. Ressalta que no “sentido dos trabalhos na área social, chama a atenção o Padre Arnoldo Konings, que implantou na paróquia de Oeiras diversas obras de assistência direta aos pobres, através de uma olaria, carpintaria, tanques de peixes etc.” Continua, ainda, que “Padre Pedro Nota (pároco da paróquia Nossa Senhora da Conceição – Mocajuba) ajudou muitos pobres em sua oficina, produzindo e consertando peças de motores das pequenas embarcações”. Diz, ainda, que em Cametá havia uma cooperativa de pescadores de mapará, com todo apoio de Padre Afonso de Vree”.

Na área da saúde institucional, certamente merece destaque o município de Cametá, onde sua cidade-sede abriga o Hospital de Cametá, inicialmente denominado “Hospital Dr. Ângelo Corrêa” e, atualmente, “Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac”. Este hospital foi a obra prelatícia de maior relevância da Congregação da Missão na área da saúde. Mas para que este se encontrasse em condições de oferecer serviços dignos à população, foi necessário que os padres

lazaristas assumissem a construção que se encontrava, praticamente, nos alicerces, e se arrastava nas mãos de políticos do município.

Frencken (2010, p. 393) salienta que foi “com ajuda do Governo Federal e através de verbas vindas de diversas entidades europeias, (que) Dom Cornélio conseguiu terminar a construção”.

Uma vez construído e seu funcionamento estruturado, ele foi entregue aos cuidados das Filhas da Caridade, as quais são responsáveis até os dias de hoje por suas atividades e funcionamento.

Como percebido, o esforço prelatício com o serviço de saúde era inicialmente limitado ao atendimento ambulatorial ou realização de curativos nos hospitais ou postos de saúde. Gradativamente evoluiu para a “formação de profissionais vindos das próprias comunidades, como também para uma educação geral do povo, para que este aprendesse a cuidar melhor do seu corpo, valorizando-o e dando prioridade à saúde” (FRENCKEN, 2010, p. 471).

Assim, envidando cada vez mais esforços nessa área, Padre Henrique (então Administrador Apostólico da Prelazia) mediou a chegada das “enfermeiras Ada Buys da Holanda e a belga Inês de Ruyck. As duas trabalharam no setor de saúde entre os anos de 1974 e 1979”. Frencken (2010, p. 471), afirma, ainda, que “chegou também Ivonne Krommendijk em 1975, e Liduina Aarts (que) veio reforçar este trabalho a partir de 1977”.

A partir de então, o trabalho prelatício, comungando atividades na área da saúde, da educação, da agricultura, da piscicultura etc., foi ampliado pelos esforços da Prelazia, bem como, da equipe que cuidara da Pastoral da Saúde.

Esta equipe de saúde, complementada por Natalina Nunes, de Cameté, organizava e ministrava cursos de capacitação, visitas às comunidades, encontros anuais dos agentes de saúde, formando enfermeiros e parteiras práticas, para que estas agissem em suas próprias comunidades (FRENCKEN, 2010, p. 471).

Frencken (2010, p. 471- 472) pontua este trabalho prelatício na área da saúde no acompanhamento direto às comunidades cristãs. “Nas comunidades, a equipe orientava o povo para descobrir as causas de doenças e como evitá-las, promovendo campanhas para o uso de água filtrada e fervida, construção de sanitários, plantio de hortaliças, valorizando os remédios caseiros e prestando primeiros socorros”.

Segundo ele, “a equipe ainda foi reforçada pela Dra Angela Brentjes van Loon durante alguns meses entre 1979 e 1980. Resultado memorável foi que, até em 1980, havia mais de cem agentes de saúde trabalhando em suas próprias comunidades” (ibidem, 2010, p. 472).

Diante dos fatos, percebemos como a Prelazia, na atuação das pastorais, oferecia de forma direta formação e conhecimentos às suas bases.

A década de 80 do século passado vai apresentar uma Prelazia com um expressivo investimento via-CEBEMO, financiadora do Projeto Prelático “Programa de Desenvolvimento Regional”³⁶, quando uma vultosa soma de florins holandeses é investida no Setor Saúde da Prelazia, só perdendo, naquele momento, para os investimentos financeiros no Setor Agricultura.

Visitando os arquivos da Diocese no tocante ao Jornalzinho “Comunidade Cristã”, vamos perceber exatamente o que vínhamos relatando nos parágrafos anteriores deste item: há muito os padres lazaristas vinham dedicando sua atenção para a saúde (tratamento e conscientização) do povo prelatício.

As páginas deste periódico acerca da área da saúde na Prelazia trazem inúmeras notícias sobre cursos, formações, campanhas etc., oferecidos às gentes de suas CC's. Assim como noticia também viagens de visitas pastorais que contavam com a presença de pessoas ligadas à área da saúde, acompanhando os párocos etc., isso ainda nos finais da década de 60.

Uma dessas viagens, realizada de Oeiras do Pará a Bagre, é noticiada na edição nº 2 do Jornalzinho Comunidade Cristã, circulado em setembro de 1969:

Dia 23 (de agosto de 1969) fomos para Oeiras. Dia 25 seguimos para a cidade de Bagre. Do meio da baía já se avista a Ilha de Marajó. Pode-se calcular que a paróquia de Oeiras é por demais extensa. Em Bagre também ficou organizada a Equipe do Culto. Nessas viagens que padre Arnoldo (pároco de Oeiras) faz é sempre acompanhado por sua equipe de enfermeiros. Depois de um dia de intenso trabalho para os enfermeiros, voltamos para Oeiras. (COMUNIDADE CRISTÃ, 1969).

A edição nº 6 do Jornalzinho da CC, de abril de 1970, noticiava um Curso de Horticultura, proposto pela Prelazia de Cametá, no qual, dentre outras atividades, registra-se práticas de nutrição e higiene na área da saúde:

³⁶ A esse respeito ver Cap. IV, item 4.6 Parcerias e recursos, p. 160.

CURSO: De 10 a 20 de junho haverá de novo um curso. Esta vez um CURSO DE HORTICULTURA. Os orientadores são: João Garcia – agrônomo, Pedre Roumié – médico, José Martins – médico, Lino Ribeiro – clérigo e Geraldo Gommers – padre. O agrônomo dará LAVOURA CACAUEIRA e HORTICULTURA, os médicos nos informarão sobre NUTRIÇÃO e HIGIENE, o clérigo ensinará PORTUGUÊS e MÚSICA e o padre falará sobre IGREJA e TRABALHO³⁷.

Em março de 1971, na edição nº 14 do Jornalzinho da CC, nova notícia de curso na área da saúde, em Cametá, em parceria com o Hospital de Cametá (Hospital das Freiras), voltado para parteira prática. Dizia a notícia: “PARTEIRA PRÁTICA, na cidade de CAMETÁ, 13 dias em junho para 20 senhoras (de 18 a 25 anos de idade)”³⁸.

Assim, articulando trabalho de pastoreio na área da catequese com saúde, fosse no sentido de uma saúde institucionalizada fosse no sentido de uma saúde alternativa, a Prelazia desenvolvera suas atividades nas paróquias espalhadas pelo Baixo Tocantins inicialmente e, mais tarde, pelas estradas e vicinais das paróquias da Transamazônica.

O Jornalzinho das CC's (Jornalzinho Comunidade Cristã), em sua publicação de número 92, de abril de 1981, noticiou que, nesse ano, a Prelazia criou um boletim específico para a saúde, denominado “Mensageiro de Saúde”. Neste período, deflagrou-se uma campanha específica para a área da saúde, denominado “Saúde para Todos”. A finalidade prática desse mensageiro era comunicar a toda Prelazia os acontecimentos e notícias sobre projetos da própria Prelazia, Campanha da Fraternidade, reuniões com temática sobre saúde etc. O “Jornalzinho da CC” ainda solicitava a todos os comunitários da área prelatícia que tivessem notícias sobre esse assunto que enviassem para serem publicadas.

O narrador Luiz Otávio, em sua entrevista a este pesquisador em 03/08/2018, informa que a Prelazia, através de sua prática com a educação popular, ajudou a formar muitos enfermeiros, bem como “parteiras curiosas” (entenda-se o termo como “parteiras práticas” – denominação atribuída a estas mulheres pelo Setor Educação).

Fica evidente, a partir dos noticiados anteriores, como a Prelazia de Cametá, mesmo antes das décadas estudadas por este autor, conciliava educação, formação e evangelização.

³⁷ Jornalzinho Comunidade Cristã. Cametá: Prelazia de Cametá, n. 6, abr. 1970.

³⁸ Jornalzinho Comunidade Cristã. Cametá: Prelazia de Cametá, n. 14, mar. 1971.

A partir da década de 80 do século passado, a Pastoral da Saúde esteve sob a responsabilidade de Natalina Nunes (que passou a compor a equipe de saúde da Prelazia no final da década anterior). Segundo a narradora Salete Aquime, Natalina passou a coordenar os trabalhos de saúde alternativa propiciada pela Prelazia de Cametá. “A Natalina e a Liduina, esposa do Saci lá de Baião, eram as duas que coordenavam a fabricação de remédios caseiros da Pastoral da Saúde da Prelazia”.

Esse trabalho desenvolvido pela Prelazia com a saúde alternativa, passou a contar com o apoio da Pastoral da Criança, na pessoa de “Dona Ermita”, a qual, segundo Salete Aquime, trabalhava, no período delimitado por estudo, como voluntária pela Prelazia.

Entretanto, “Dona Ermita” destacou-se bastante no contexto da sociedade cametaense pela prática da fabricação de remédios caseiros, mas fora da responsabilidade da Pastoral da Saúde prelatícia. Na Prelazia, “Dona Ermita” era voluntária desenvolvendo trabalhos na Pastoral da Criança, informara Salete.

Entretanto, até os dias de hoje, muitas pessoas procuram sua residência à travessa Dom Romualdo, bairro Central, nesta Cidade de Cametá (próximo ao Cemitério da Soledade, principal cemitério da cidade), na qual pode ser encontrada uma pequena lojinha que comercializa remédios caseiros, antes fabricados por ela, hoje por seus familiares, após seu falecimento.

A partir do que se viu nos parágrafos anteriores a respeito da saúde proporcionada pela Prelazia às suas bases, seja Alternativa ou Institucional, percebe-se a veracidade que tem as palavras do narrador Luiz Otávio Carvalho, quando afere: “o movimento de saúde foi muito forte na Prelazia”.

A edição nº 143, de fevereiro de 1990, do Jornalzinho Comunidade Cristã, na página 15 (de um total de 24), traz a notícia da realização do 12º “Encontrão de Saúde”, o qual foi realizado no período de 05 a 09 de fevereiro de 1990, no Seminário da Aldeia-Cametá. Mais de uma centena de pessoas participaram do referido Encontrão, vindas dos municípios de “Pacajá, Tucuruí, Baião, Mocajuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajurú, Cametá e Bagre”³⁹.

No encontro foram discutidos assuntos como: troca de experiências no preparo e uso das plantas medicinais, assistência médica na região e hanseníase.

³⁹ Jornalzinho da Comunidade Cristã nº 143, de fevereiro de 1990. Prelazia de Cametá, p. 15.

Dentre as atividades desenvolvidas aconteceram: preparo de remédios caseiros, hortas medicinais e alimentícias, campanha do aleitamento materno, curativos, intersaúde, pré-natal, tratamento de água, vacinação, preservação do meio ambiente, higiene, fabricação de sabão, questão educativa, soro caseiro, partos etc.

O 12º Encontro de Saúde discutiu também assuntos relacionados à política brasileira e a eleição Collor vs Lula. Saiu com propostas para o ano de 1990, sendo algumas delas: formação de novos agentes de saúde; preservação do meio ambiente; hortas medicinais e alimentícias; trabalho em conjunto com os sindicatos procurando descobrir meios para reforçá-los; conscientização sobre política partidária, de saúde e sindical; cursos e “encontrinhos” de saúde; tratamento de água e intensificação das reivindicações.

Pelo menos dois pontos chamam a atenção nesse 12º Encontro de Saúde que saíram como propostas para serem desenvolvidas no ano: o primeiro corresponde ao “trabalho em conjunto com os sindicatos” e o segundo refere-se à “conscientização sobre política partidária e sindical”. Como citado, a Prelazia estava buscando consolidar a retomada dos sindicatos que se encontravam nas mãos da direita política dos municípios prelatícios e, também, após a fundação do Partido dos Trabalhadores, se fazia necessário uma maior conscientização da população no aspecto político⁴⁰.

Percebemos, dessa forma, que os encontros sobre saúde também se tornaram espaços utilizados pela Prelazia para formações a partir do setor educação e sua metodologia, bem como para o repasse das ideologias que defendia em prol de uma causa comum, segundo afirmavam. O objetivo maior defendido, era em favor da união e solidariedade de todos em direção a uma “nova sociedade”.

3.2.2 Setor agricultura

Outro setor a receber a atenção da Prelazia de Cameté através dos padres lazaristas foi o da agricultura. Havia uma preocupação do clero em fazer com que a população local não se visse submetida exclusivamente à cultura extrativista, muito comum e frequente na região.

⁴⁰ A Prelazia enquanto instituição não se atrelava a nenhuma denominação partidária (partido político), entretanto, os membros do clero, enquanto pessoas, estavam livres para escolha partidária e assim o faziam, segundo declaração do narrador Carlos S. Neto (às fls. 124) e do próprio bispo prelatício Dom José Elias, às fls. 125, deste estudo.

Em sua dissertação de mestrado, Favacho (1984, p.9) faz um retrato de como era a economia no âmbito da Prelazia de Cametá.

A atividade econômica principal no Baixo-Tocantins é a extração vegetal, a pesca e a agropecuária (esta, em segundo plano) que ocupam 66% da população economicamente ativa. Na região da rodovia Transamazônica, embora os dados não possam ser precisados com exatidão, é sintomático o predomínio das atividades agro-pecuárias, extração vegetal e coleta. A agricultura do Baixo-Tocantins, em geral, de subsistência, com acento nas culturas temporárias de arroz e mandioca. As lavouras de tipo permanente de maior importância são de cana-de-açúcar, o cacau e a pimenta do reino”.

Frencken (2010), cita um trecho do relato de Padre José Favacho, feito por ocasião do falecimento de Dom Cornélio Veerman, bispo prelatício de Cametá entre os anos de 1961 a 1969, no qual salienta a preocupação da Igreja na pessoa de seu bispo a respeito da necessidade de avançar de uma cultura agrícola meramente de subsistência para uma cultura mais duradoura (permanente) e, certamente, mais rentável:

No final do período em que atuou como bispo, Dom Cornélio começou a incentivar a lavoura, o cultivo permanente de diversas culturas. Chegou a adquirir uma área de terra que pensava em transformar em ‘campo agrícola experimental’. Estava ele querendo promover o camponês e educá-lo para uma cultura agrícola que dava mais segurança do que o simples extrativismo (FRENCKEN, 2010, p. 395).

Ao longo dos anos de atuação dos padres da Congregação da Missão na Prelazia, que se seguiram à administração de Dom Cornélio, percebeu-se uma preocupação em oferecer à população conhecimentos em diversas áreas de produção econômica com o intuito de prepará-la para o manuseio da terra, para a criação de peixes, para o cultivo da pimenta do reino, entre outros. Para tanto, os padres lazaristas (principalmente os holandeses) buscaram viabilizar recursos para a Prelazia, principalmente através de seus familiares residentes na Europa, como também a partir de instituições financeiras, principalmente da Holanda.

Carlos Schafaschek Neto afirma que “os projetos destinados para a agricultura não eram apenas para ajudar o trabalhador do campo sobreviver, mas também para viver, para romper com o extrativismo, abrir um horizonte para ele e para sua família”.

Entretanto, como ele afirmou, algumas lideranças não tinham paciência para esperar dois, três anos para colher, estavam presas a uma cultura imediatista e isso

as fazia desistir de determinados projetos a longo prazo; mas, apesar dessa maneira de pensar de algumas, grande parte da população atendida por estes projetos apostou na iniciativa dos padres holandeses da Prelazia e “conseguiu se dar bem!”, afirmou Carlos Neto.

Frencken (2010) fala da preocupação dos padres lazaristas em oferecer pessoalmente conhecimento técnico na área da agricultura às gentes das CC's:

[...] alguns padres passaram a orientar várias famílias no plantio da pimenta-do-reino, produto muito valorizado naquele tempo. De forma especial, os Padres Geraldo Paridaen, João Boonekamp e Tiago Poels dedicaram-se a este trabalho. O entusiasmo deles e o próprio povo querendo melhorar de vida, fizeram com que algumas famílias se empregassem em grandes pimentais e cacoais, enquanto outras, vendo os resultados positivos desta forma de agricultura, mudassem o seu modo de trabalhar a terra, passando de uma agricultura da terra queimada para plantios permanentes (FRENCKEN, 2010, p. 470).

A preocupação prelatícia em formar e informar suas gentes acerca dos conhecimentos técnicos na área da agricultura se ampliava cada vez mais. No ano de 1975 chega à Prelazia Bernardo Krommendijk, agrônomo holandês, que veio repassar novas técnicas agropecuárias, bem como orientação sobre diversos tipos de cultura, situação do mercado e implicações do financiamento bancário. A este agrônomo, algum tempo depois se juntaram mais dois: Nilton Lopes de Farias (baionense) e Raul Couto (belenense). Os agrônomos da Prelazia faziam visitas às populações das comunidades para orientá-las “*in-loco*”.

Na busca de oferecer mais oportunidades às suas gentes, a fim de que fugissem de uma economia de subsistência apenas, em grande parte “baseada na produção de farinha de mandioca, milho, arroz, além de alguns outros legumes destinados ao consumo familiar”, a Prelazia adquiriu, em Braço-Miri, município de Baião, uma área que se transformou em campo de experiência, onde pesquisas eram realizadas e muitos comunitários recebiam aulas práticas de agricultura (SOUSA, 2002, p. 79).

O Jornalzinho das Comunidades em sua edição de nº 91, de março de 1981, noticiava que no final do mês de março e no mês de abril seriam realizados três cursos de agricultura em Braço-Miri. Para melhor aproveitamento das orientações no curso, as comunidades da paróquia de Baião (local onde estava instalado o projeto agrícola prelatício Braço-Miri) foram divididas em três grupos, sendo que

cada comunidade podia enviar 2 (dois) membros para o curso, o qual contaria com um grupo específico, pré-determinado, de comunidades.

Ficou definido que o primeiro curso seria realizado de 26 a 29 de março e teria a participação de membros das seguintes comunidades: Goianos, Apei, Bração-Miri, Tambaí Açu, Recreio, Massaranduba, Açaizal, Paixuba, Arumanzal, Taupari, Limão, São Francisco e Engenho. O segundo curso ocorreria de 2 a 5 de abril. As comunidades atendidas seriam: Baixinha, Araquembaua, Varzinha, Taperuçu Pampelônia, Campelo, Cupu, Igarapé Preto, Bailique Centro e Beira, Umarizal Beira e Centro, Boa Vista, Paixubal, Joana Peres e Anilzinho. O terceiro curso ficou definido para ocorrer de 23 a 26 de abril. As comunidades atendidas seriam: Açaizal de Matacurá, Matacurá, Limãozinho, Angelim, Maracanã, Igarapé Seco, Ituquara, Prainha, Calados, Cardoso, Piroca no Pano. O local onde seriam realizados esses cursos seria o Campo Experimental de Bração Miri (paróquia de Baião).

A Prelazia tinha consciência de que, apesar do que era realizado na área prelatícia, muito havia a realizar. No início da década de 80, com investimentos externos da CEBEMO em parceria com a própria Prelazia, esta passou a fomentar o cultivo de culturas permanentes como cacau, café, guaraná e, principalmente, pimenta do reino, com pretensão ao mercado. Era a busca de tirar os pequenos camponeses do cultivo alternado de culturas de subsistência, como, arroz, milho e mandioca.

Com esse propósito, o projeto previa também cursos informativos por comunidades, geralmente para 20 pessoas por comunidade, os quais tinham por obrigação repassar aos demais comunitários-agricultores. O local desses cursos foi o mesmo centro agrícola de Bração-Miri.

Diante da falta de capital para os próprios camponeses comprarem bons materiais para o plantio e adubos necessários para os primeiros anos de cultivo com culturas permanentes que, geralmente, são improdutivos, a Prelazia com a ajuda da MISERIOR (Entidade Alemã) criou um fundo de crédito através do qual os camponeses podiam receber uma ajuda para custear tais despesas.

Um outro tipo de ajuda pensada pela Prelazia para pequenos agricultores foi fornecer-lhes créditos para começarem a produzir, mas deveriam reembolsar a quantia em espécie (dinheiro) para que a Prelazia pudesse, assim, ajudar outros

camponeses. Algumas abençoadas línguas verbalizam que muitos deram o calote na Prelazia.

Os campos experimentais de pimenta do reino deveriam reverter os lucros com a produtividade na manutenção do programa de atendimento aos pequenos camponeses. E reafirmando, os cursos ofertados às lideranças comunitárias das CC's, era para que estas pudessem atuar como promotoras (multiplicadoras) em suas próprias comunidades.

Dessa maneira, a Prelazia buscou também na área da agricultura, junto aos camponeses, levar conhecimento técnico e proporcionar a estes comunitários a possibilidade de uma vida melhor.

3.3 A educação popular e a metodologia de ensino na Prelazia de Cametá

Tão logo chegaram ao Tocantins⁴¹, os padres da Congregação da Missão se depararam com uma quase total ausência de educação escolar. Isso os impulsionou na busca de uma solução para tal situação. A opção naquele momento foi promover a vinda das Filhas da Caridade - inicialmente para a cidade de Cametá e, em seguida, para outras cidades da área prelatícia -, a fim de trabalharem na educação principalmente dos jovens.

Na epígrafe do livro *"INSA: 60 anos de uma Educação Vicentina"*⁴², os autores grafam um trecho extraído da abertura do Livro de Registros das Irmãs Vicentinas, o qual relata a chegada das primeiras irmãs à região para fundação do primeiro Educandário, conforme a seguir:

A 15 de fevereiro de 1942, foi esta casa fundada por iniciativa do Revmo. Sr. Pe. Pedro Hermans CM vigário desta paróquia (de São João Batista) e de vários membros da Comissão Pró-Colégio, cujos nomes estão escritos no livro do histórico do Colégio. Além da catequese e das obras de assistência social, esta casa tem por finalidade a formação moral e religiosa das moças para que sejam boas catequistas auxiliares dos missionários nos diversos sectores da grande paróquia".

⁴¹ Denominação usada, inicialmente, pelos Padres Lazaristas para designar a região do Baixo Tocantins. Mais tarde, estas terras abrigariam a Prelazia de Cametá.

⁴² Obra de autoria de AMORIM & LISBOA (1982).

Entretanto, como afirmáramos, a ação das Filhas da Caridade no cenário da educação não se limitou ao município de Cametá, mas se estendeu para outros municípios da região tocantina.

Vemos um esforço enorme por parte dos padres (da Congregação da Missão) para conseguir as Filhas da Caridade, em todas as cidades, a fim de que elas instalassem um ensino de qualidade, inicialmente para as crianças de primeiro grau e mais tarde, como em Cametá, para os jovens para que estes pudessem cursar o segundo grau, especialmente para a formação de professores do primário. O Estado estava praticamente ausente na área de educação (FRENCKEN, 2010, p. 391).

Depreendemos, assim, o grande esforço prelatício com a educação para a região prelatícia, especialmente para a zona urbana. Entretanto, a iniciativa lazarista com a educação não se limitou ao apoio das Filhas da Caridade na fundação de colégios na zona urbana para o ensino dos filhos dos cidadãos nem na organização de pequenos núcleos educacionais nas paróquias de sua área prelatícia, como os citados no Cap. III, item 3.2 A Prelazia e as atividades socio-pastorais, p. 78, deste estudo. Foram além de cursos regulares, investindo em uma educação que pudesse atingir também o trabalhador do campo, os comunitários da zona rural, ribeirinhos etc., esquecidos pelo poder público. Acontecia investimentos na educação popular.

Assim sendo, no florescer da década de 80 do século passado, vemos novo esforço da Prelazia no setor educacional, desta vez buscando atingir também os comunitários da zona rural. Favacho (1984), em sua dissertação de mestrado, fazendo referência ao Relatório da Assembleia da Prelazia de Cametá, realizada de 9 a 13 de janeiro de 1984, afere que:

A Prelazia de Cametá está estudando a possibilidade de vir a desenvolver no meio rural, através das CC's (CEB's), uma educação popular assistemática para adultos, seguindo a linha da Educação Libertadora (Pedagogia do Oprimido), de acordo com o método de Paulo Freire (FAVACHO, 1984, p. 16).

Percebemos a preocupação da Prelazia em estender às gentes de sua base no meio rural, um modelo de educação que pudesse ajudá-los não apenas conhecer as letras, mas que lhes oferecesse condições de compreender melhor o contexto em que viviam, sem, contudo, esquecer que a educação sistemática lhes estava sendo negada pelo Estado.

Decisão tomada quanto à viabilização de educação popular às suas bases, a Prelazia buscou criar mecanismos para concretizar sua proposta de implantar uma educação na linha da educação libertadora defendida por Paulo Freire. Assim sendo, criou o Setor Educação (ver item 3.1 – p. 70, deste capítulo) e contratou agentes para atuar junto à Pastoral de Educação da Prelazia, sob a coordenação e orientação do Setor Educação, também da Prelazia, com o intuito de levar o povo de suas CC's à educação pretendida.

Entretanto, para a Prelazia não era suficiente oferecer às suas bases a identificação das letras e o convívio com as palavras, levá-las unicamente à alfabetização. Ela ensinava mais!

Diante disso, lhes ofereceu conhecimentos práticos em vários setores, como da agricultura, da piscicultura, da medicina caseira, da saúde hospitalar e alternativa (popular) etc. Ofereceu apoio às organizações sindicais e à criação do Partido dos Trabalhadores na região, por vislumbrar naquele momento uma comunhão de ideologias com o ideário político deste grupo. Ofereceu também apoio aos pequenos agricultores expulsos de suas terras por grandes latifundiários (Caso Anilzinho, e outros) e igualmente ao movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí etc.

Em entrevista a este pesquisador, a respeito da educação popular na Prelazia de Cametá, o narrador e diácono permanente Luiz Otávio Carvalho, informa que “a metodologia freireana estava presente na prática prelatícia com a ideia de tema gerador a partir da educação para se atingir tanto a área da saúde, da própria educação, como outra qualquer”.

Foi dessa maneira que se expressou, na prática, a educação popular dentro da Prelazia de Cametá no período em estudo.

Quanto ao ensino às suas bases, teórica e metodologicamente, a educação popular proporcionada pela Prelazia, a partir do Setor Educação, seguiu as orientações freireanas, constantes na obra *Pedagogia do Oprimido*, bem como a dinâmica do método “ver, julgar, agir”, o qual defende, primeiramente, um olhar sobre a realidade ou a partir desta, visando a uma compreensão crítica dessa realidade em direção a uma ação transformadora. Assim, embasada pela Teologia da Libertação e fundamentada nos princípios marxistas desta corrente teológica, a Igreja prelatícia procurou ensinar e conscientizar suas bases.

A metodologia do “ver, julgar, agir”, muito praticada na Igreja Latina e plenamente absorvida pela Prelazia de Cametá, levava, inicialmente, o povo

prelácio a olhar para a realidade dos municípios das regiões Tocantina e Transamazônica e perceber os descasos políticos, o governo que massacrava com políticas não voltadas ao interesse do trabalhador e demais classes populares, os divergentes interesses da classe trabalhadora e dos proprietários rurais (elite), onde o pequeno agricultor/posseiro era trucidado pelo latifundiário, bem como o não-direito de crédito agrícola bancário ao pequeno agricultor, a falta de saúde básica, os partidos políticos voltados para a elite, os sindicatos atrelados ao poder, deixando de lado os trabalhadores, os grandes projetos do governo federal destruindo com a vida na Amazônia, a falta de reforma agrária etc. Esse olhar para a realidade caracterizava a essência do Ver.

Na etapa seguinte, o Julgar. Julgar à luz do conhecimento da vida, da ótica cristã, da Palavra de Deus; olhar aquela realidade e avaliar o que ou em que poderia ser mudada e/ou modificada, transformada em favor deles próprios. Questionar criticamente a situação, analisar causas e consequências, aí sim, passar para a etapa seguinte, o Agir.

O Agir representava o colocar em prática os conhecimentos recebidos, em buscar modificar a realidade analisada em benefício de sua classe, em lutar conscientemente contra as desigualdades, por políticas públicas que os favorecessem, daí a importância de defenderem um partido político que falasse em nome deles, que defendesse os direitos dos trabalhadores, lutar por um sindicato que de fato os representasse.

É óbvio que eles precisavam de organização, de união, de lutar pelos mesmos interesses e ideais comunitários. Disto decorre a alternativa apontada pela Prelazia: o comunitário/trabalhador entrar para a comunidade, se sindicalizar, participar dos encontros (principalmente dos grandes encontros, como os “Anilzinho”), das formações etc.

Era exatamente isso que a igreja estava querendo despertar em suas bases: um analisar criticamente a realidade prelatícia e, em seguida, agir. A Igreja Católica prelatícia teve neste método um forte aliado no processo ensino-aprendizagem proporcionado às bases nos encontros, nas reuniões, nos círculos bíblicos etc.

A proposta pedagógica do *Oprimido* foi o ponto central para a reflexão do trabalhador prelatício, o fio condutor a despertar, principalmente no trabalhador rural, o sentimento de união, de pertença a um povo batalhador e de luta diante da

opressão. Neste aspecto, visualizamos resultados, por exemplo, a elaboração e prática da Lei Anilzinho.

Os narradores, bem como os documentos, relatórios e planos de trabalhos analisados nos arquivos da Diocese de Cametá, apontam nessa direção, uma educação popular aos moldes da *Pedagogia do Oprimido*. Segundo o narrador Luiz Otávio Carvalho, “[...] na educação popular porque se acreditava que seria a porta aberta para uma reflexão da consciência da pessoa”.

Esse mesmo diácono permanente referindo-se à metodologia de trabalho do Setor Educação a partir das agentes de formação (agentes da Pastoral de Educação) afere que “o Setor de Educação Popular tinha a finalidade de trabalhar a linha de pedagogia de Paulo Freire dentro da formação da conscientização da pessoa”. Mencionara que:

Falar em pesca, por exemplo, não só ensinava a palavra pesca como uma palavra geradora de pesca para as pessoas – que atingia tanto as pessoas adultas como os jovens - mas refletir a pesca a partir da realidade dele e que levasse também essa pesca a uma organização social pra ter como resposta, que essa educação levasse da palavra à formação da pessoa e, a partir daí, a pessoa teria uma nova visão de como trabalhar essa organização. Por isso que é chamada educação popular, que levava a população a fazer uma reflexão e ter uma linha de ação também.

É interessante observar que a palavra *pesca*, usada como exemplo pelo narrador Luiz Otávio, coincidência ou não, reflete o contexto prelatício de luta e organização dos trabalhadores, naquele momento (décadas de 80 e 90 do século passado).

A Prelazia estava em um processo de organização, não apenas dos trabalhadores rurais, com a retomada do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) que se encontrava nas mãos da direita política (pelegos⁴³) dos municípios, mas também da organização dos pescadores no Sindicato dos Pescadores de Cametá, hoje Colônia dos Pescadores (Colônia Z-16), assim como de outros municípios prelatícios.

⁴³ O termo **pelego** (sentido equivalente ao usado neste texto) foi popularizado durante a Era Vargas, nos anos 1930 [...] **Pelego** era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. “Pelego” passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado “sindicalismo marrom”. Assim, no texto acima, é usado para indicar os dirigentes sindicais que representavam os interesses da direita política e não da classe trabalhadora nos municípios da área da Prelazia de Cametá.

Merece destaque também na fala do narrador Luiz Otávio a metodologia freireana presente no processo do ensino-aprendizagem na prática educacional prelatícia com o uso da palavra geradora (“*a palavra pesca como uma palavra geradora de pesca para as pessoas*”). Aquilo que a proposta de ensino e os documentos falam sobre a educação popular estar alicerçada sob a pedagogia freireana, é confirmado pelo narrador em sua narrativa.

Outro ponto a ser destacado é o público-alvo diverso (“*atingia tanto as pessoas adultas como os jovens*”), independente de sexo, idade etc. O ensino proporcionado pela Prelazia estava aberto a todos da base que estivessem dispostos a recebê-lo. É claro que, mais tarde, houve uma preocupação especial com a juventude.

Com Dom José administrando a Prelazia, a juventude recebera uma atenção diferenciada, nos aponta o narrador Carlos S. Neto. Para ela são organizados encontros e formações, nesse período, com temas específicos. A Prelazia percebera o potencial que esta camada de fiéis-comunitários representava e podia representar ainda mais no contexto das ações da Igreja prelatícia, tanto que foi criada pela Prelazia a Equipe Central Jovem para cuidar com mais atenção da Juventude.

Com isso, a partir dos Grupos de Jovens, surgiu a Pastoral da Juventude, de onde despontaram várias lideranças, como: José Maria Chaves dos Reis, hoje bispo de Abaetetuba, Raimundo Nonato Rodrigues Martins, hoje reitor do Seminário Bom Pastor da Diocese de Cametá, Eraldo de Souza Coelho, hoje professor da Universidade Federal do Pará/Cametá, Luiz Otávio Carvalho, hoje diácono permanente da Diocese e tantos outros que se destacaram, fosse para o trabalho pastoral, para a luta política ou para a vida sacerdotal.

O narrador Luiz Otávio também tem claro a capacidade de influência que essa metodologia tinha na vida e organização das bases prelatícias “*a partir da realidade dele e que levasse também[...] a uma organização social*”.

A formação proporcionada pela Prelazia foi extremamente necessária para a organização dos trabalhadores, tanto nos sindicatos (dos *trabalhadores rurais e pescadores*) quanto no partido político (a fundação e constituição do Partido dos Trabalhadores nas paróquias prelatícias)⁴⁴.

⁴⁴ A ser tratado de forma específica mais adiante neste capítulo.

Toda essa formação e organização, segundo o narrador Luiz Otávio, levaria os comunitários a uma nova visão, a uma maior conscientização e compreensão de sua realidade, bem como, a uma nova linha de ação e atuação dentro da realidade prelatícia.

Tem-se claro, a partir do exposto, e esta pesquisa, que embasou este estudo, ratifica que a educação popular teve destaque no processo educacional proporcionado pela Prelazia às suas bases.

3.3.1 O alfabetizar

A partir de 1969, com a criação da Pastoral de Comunidades, a Igreja prelatícia “trouxe uma nova atitude perante os problemas sociais, tornando muito importante a conscientização, através da formação, para ajudar o povo a descobrir as suas próprias condições e possibilidades para se promover[...]” (FRENCKEN, 2010, p. 469-470).

Entretanto, apesar dos esforços dispensados com vistas à promoção humana de suas gentes, no campo educacional as coisas não caminhavam tão bem. Assim, em 1983, a Prelazia, em Assembleia, criou a Pastoral de Educação “com a finalidade de estudar a situação de ensino na região e sua relação com a evangelização” (FAVACHO, 1984, p. 104).

A constatação foi um tanto alarmante, pois se verificou que havia um baixo-índice de alfabetização no meio rural e que, em grande parte, isso se devia ao abandono pelos poderes públicos, sendo que a consequência desse abandono e a consequente falta de escolaridade do povo levava o movimento das comunidades a enfrentar dificuldades para seu desempenho pastoral.

A solução encontrada foi a própria Prelazia investir também na educação com a alfabetização de adultos da sua base, principalmente, no meio rural onde a situação era mais gritante.

Elaborados os projetos, conquistado apoio financeiro de entidades estrangeiras (ver cap. IV, item 4.6, p. 160) e firmados convênios e parcerias aqui no Brasil (ver item 3.1 – p. 70, deste capítulo), a Prelazia investiu, assim, na alfabetização de suas bases, tendo na *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, o embasamento teórico-metodológico para sua atividade educacional.

Em relatório do Setor Educação da Prelazia, de 02 de dezembro de 1990, aparecem como prioridades no aspecto da educação popular: *Capacitar comunitários nas técnicas de linguagem falada e escrita; promover cursinhos de conscientização nas CC's; descobrir e valorizar a cultura popular; e, organizar núcleo de alfabetização de adultos nas Comunidades*⁴⁵. Lembrando que uma das prioridades do Setor Educação da Prelazia com a educação popular às bases era a alfabetização de adultos.

Em pesquisa no Arquivo da Diocese de Cametá, tomou-se conhecimento de um apostilado contendo a “Proposta de Conteúdo” para alfabetização de adultos, usando-se o “Método Paulo Freire” (Anexo 5)⁴⁶.

Essa Proposta descreve as seguintes atividades:

- 1- *Em que conjuntura internacional surge no Brasil, a proposta da “Alfabetização e cidadania”;*
- 2- *Quem é Paulo Freire?*
- 3- *Ideias forças de Paulo Freire.*
- 4- *Fases do método de Paulo Freire:*
 - a) *Universo Vocabular*
 - b) *Palavras Geradoras;*
 - 5- *Exercícios de coordenação motora fina;*
 - 6- *O que é alfabetizar;*
 - 7- *Materiais concretos:*
 - a) *Quadros de pregas*
 - b) *Fichas indicadoras;*
 - 8- *Atos concretos do estudo de uma palavra;*
 - 9- *Demonstração de uma seção prática;*
 - 10- *Preparar e ministrar sessões práticas;*
 - 11- *Reflexões a partir de textos e fatos;*
 - 12- *Elaborar textos;*
 - 13- *Materiais concretos para reforço da aprendizagem;*
 - 14- *Encaminhamentos;*
 - 15- *Avaliação*⁴⁷.

⁴⁵ Cf. “Relatório Geral do Setor de Educação da Prelazia de Cametá – ano 1990” / (02/12/1990), p. 7.

⁴⁶ A referida proposta tem um total de 7 (sete) páginas.

Um outro documento de convênio firmado com o MEB (movimento de Educação de Base) para desenvolvimento do Programa “MEB – Alfabetizando em Parceria”, dá conta do andamento desse Programa, correspondente ao período de junho a dezembro de 1998, com 10 grupos de estudo, atendendo, naquele momento, 06 municípios dos 10 que compreendiam o território prelatício, sendo: *Cametá (01 turma na zona rural); Limoeiro do Ajuru (01 turma na zona rural); Mocajuba (01 turma na zona rural); Baião (03 turma na zona rural); Igarapé-Miri (01 turma na zona rural e 01 turma na zona urbana); e Pacajá (01 turma na zona rural e 01 turma na zona urbana)*⁴⁸.

Cada turma (grupo) foi constituída com 20 alunos, totalizando 200 alunos nas dez turmas. A proporção homem/mulher foi de 57% de homens e 43% de mulheres. Ao final dos seis meses de estudo chegou-se ao seguinte resultado: 121 pessoas concluíram (o que corresponde a 60% de frequência ao final) e 53 pessoas desistiram (o que corresponde a 40% de desistências). O resultado: 26,5% foram alfabetizados com domínio da leitura e escrita, segundo os dados do relatório.

Dentre os aspectos positivos relatados estavam: *Maior engajamento dos alfabetizandos na comunidade; grupo de alfabetizandos com auto-estima elevado; aumento do número de pessoas com domínio da leitura e escrita; apoio da comunidade e dos professores locais; monitores com envolvimento maior na luta da comunidade, especialmente por escolas; apoio do Bispo e das Paróquias priorizadas; perseverança e disponibilidade dos monitores; trabalhar o método Paulo Freire; grupo de alfabetizandos com muito interesse em aprender; e visita da equipe de coordenação aos grupos.* Quanto às dificuldades, que talvez expliquem, principalmente a alta evasão, estão: *Falta de transporte para monitores e alfabetizandos; distância do local das aulas; local de funcionamento da escola; alguns grupos só podem funcionar à noite e não tem energia; cansaço do dia-a-dia de trabalho dos alfabetizandos; maior acompanhamento pela equipe de coordenação, pois os grupos são distantes; finanças para formação dos monitores, especialmente na disciplina matemática* (Cf. Relatório Programa MEB).

Quanto ao alto índice de evasão a equipe acredita que se deva às distâncias para se chegar à escola, quando alguns alfabetizandos percorrem até 5 km a pé e,

⁴⁷ Cf. “Propostas de Conteúdo – Alfabetização de Adultos – Método Paulo Freire” (7 págs.). Setor Educação da Prelazia de Cametá, p. 2.

⁴⁸ Cf. “Relatório Programa ‘MEB – Alfabetizando em Parceria’ = Prelazia de Cametá”. Setor Educação da Prelazia de Cametá, p. 2.

também, devido ao cansaço, pois a maior parte da turma é formada por trabalhadores rurais, com trabalho diário exaustivo na roça.

Entretanto, apesar de lento, a equipe considerou os 26,5% de alfabetizados com “domínio de leitura e escrita” um avanço; ponderou, entretanto, que ainda havia muito a ser feito “para atingir um maior número de pessoas com domínio da leitura e escrita, contribuindo, assim, com o processo de libertação e desenvolvimento da comunidade, através da sua prática vivenciada no dia-a-dia e dos conhecimentos recém-adquiridos pela ação educativa” (RELATÓRIO MEB, 1998, p.1).

Quanto às perspectivas ao final de seis meses de estudo previa-se: *A Prelazia de Cametá continuar com a parceria; cumprirem com os grupos priorizados os meses propostos, alfabetizando-os; ampliar a alfabetização a outros grupos; e abranger mais áreas da Prelazia.*

Assim, na busca de oferecer mais dignidade às gentes das suas comunidades de base (CC's), a Prelazia de Cametá acabou por instalar uma verdadeira pastoral de promoção humana, baseada no método freireano de educação (FRENCKEN, 2010).

3.3.2 Formação de lideranças

Outra expressiva linha de atuação da Prelazia foi a formação e capacitação dos membros das comunidades de base (CC's), quando eram ofertados pela Prelazia “Cursos de Formação para Lideranças”, a fim de que estes comunitários pudessem melhor conduzir os trabalhos pastorais na sua comunidade, como os cultos dominicais, os círculos bíblicos, a preparação para o batismo etc., e, também, com vistas a se tornar agentes multiplicadores em suas comunidades e nos centros intercomunitários (encontros de várias comunidades em um determinado setor dentro de uma Paróquia da Prelazia).

Assim, os Cursos de Liderança ofertados pela Prelazia de Cametá às suas bases tinham por fim oferecer aos participantes (pessoas selecionadas dentro da e pela comunidade) uma formação mais ampla com vistas a desempenhar com sucesso as atividades pastorais em suas comunidades locais, levando em consideração que as CC's eram essencialmente sustentadas pelos trabalhos dos próprios comunitários, com assistência e orientação da Equipe Central da Prelazia.

Nos anos 80 (século passado) – [...] época em que (as comunidades) mais começaram a se fortificar – [...] houve um plano de formação nas comunidades cristãs. [...] pelo mínimo um ou dois cursos de formação para as lideranças havia por ano, de três dias consecutivos, (aconteciam) nas comunidades, teve alguns que aconteciam no Seminário da Aldeia, mas a maioria era sempre nas comunidades, onde sempre se exigiu a presença de dois ou três líderes de cada comunidade. Nesses cursos de liderança se tratava de tudo quanto são assuntos de desenvolvimento da comunidade, tipo: administração de comunidades, coordenação de comunidades, a questão de formação sobre fé e política, a formação religiosa, nós trabalhávamos muito os temas da campanha da fraternidade, todos os anos eram tratados, então isso começou a criar lideranças em cada comunidade.

Carlos Neto nesse relato afere, ainda, que a força das comunidades se devia exatamente a toda essa preparação, toda essa formação proporcionada pela Prelazia: “por isso que as comunidades eram fortes porque elas tinham pessoas inteiradas dos assuntos, pessoas que realmente davam conta de dirigir a comunidade dentro dos moldes que a Prelazia na época sempre teve”.

Favacho (1984, p. 94), em sua dissertação de mestrado, também faz referência aos cursos de liderança oferecidos pela Prelazia, dizendo que “a partir de 1969, [era] realizado, todos os anos, o ‘Curso de Liderança’ que na verdade, [consistia em] um grande fórum de debates e de estudos sobre os principais problemas e realizações das comunidades”.

Segundo Favacho (1984, p.94), “cada comunidade [elegia] seu representante e o [enviava] ao curso”. Entretanto, como a intenção da pastoral prelatícia era a formação de toda a comunidade e não apenas de algumas lideranças isoladas, havia, segundo ele, “uma insistência na renovação dos representantes”, assim como na própria equipe da comunidade havia sempre uma renovação.

Dentro dessa perspectiva, havia eleições anuais para a escolha de uma nova equipe em cada uma das CC’s da Prelazia. Essa equipe tinha a responsabilidade de organizar e tocar a vida da comunidade. Frencken (2010, p. 465) afirma que “os líderes da comunidade se reuniam regularmente e organizavam as reuniões de toda a comunidade”.

O Jornalzinho “Comunidade Cristã” em sua edição “extra” (intercalada pelas edições 7 e 8), de abril de 1970, informa que “para estimular os lugares onde funciona o Culto Dominical [...] fizemos dois cursos de Liderança. Um em Cametá-Aldeia, com 45 cursistas, e um em Tucuruí com 18 participantes”.

Na edição nº 12 do Jornalzinho Comunidade Cristã (Jornalzinho da CC) novo anúncio sobre outro curso de liderança foi promovido pela Prelazia de Cametá:

ATENÇÃO: Este, o nosso número 12, vai ser acompanhado por um convite para os homens que fizeram o curso “Liderança I”, pois queremos convidar êsses participantes ao CURSO “LIDERANÇA II”. Será impossível juntar todos em uma vez, pois o seminário não dá para receber 60 pessoas. Por isso vamos ter 2 cursos de Liderança II:

- a) Para os representantes das equipes de CAMETÁ, CARAPAJÓ e IGARAPÉ-MIRI:
 11 de janeiro: CHEGADA, à tarde, no seminário em ALDEIA-CAMETÁ.
 12 a 17: CURSO de 5 dias.
 17 de janeiro: SAÍDA.
- b) Para os participantes das equipes de TUCURUÍ, BAIÃO, MOCAJUBA e OEIRAS:
 17 de janeiro: CHEGADA, à tarde, no seminário em ALDEIA-CAMETÁ.
 18 a 23: CURSO de 5 dias.
 23 de janeiro: SAÍDA.

Os ASSUNTOS serão: Revisão do nosso trabalho no setor do batismo; Treinamento para preparação de Práticas; Pesquisa sobre Casamento; Palestras sobre Casamento (Valor da Palavra e Liberdade); Festas Religiosas; Leitura Pessoal do Nôvo Testamento; Bibliotecas; Diversos assuntos do nosso interesse; Planejamento para 1971.

Não podemos pagar indenização. Temos uma ajuda para rebater as despesas das viagens. É por isso que temos um PEDIDO para as COMUNIDADES: Queríamos pedir um auxílio às comunidades para as famílias dos participantes dos cursos se fôr preciso e possível – pois os homens estudarão aqui em Cametá em benefício de todos vocês.

Evidenciamos algumas constatações na transcrição deste anúncio:

1) Os cursos de liderança, inicialmente, foram direcionados para os homens, pois estes eram os “indicados” para a condução dos serviços da Comunidade Cristã em cada localidade (*“Este, o nosso número 12, vai ser acompanhado por um convite para os homens que fizeram o curso Liderança I”...*). Somente tempo depois, analisando as edições do Jornalzinho da Comunidade Cristã percebemos o convite para formação de lideranças se estendendo às mulheres.

Assim, geralmente eram convidados homens para participarem dos cursos de formação, uma vez que em cada localidade a ser constituída uma CC eram escolhidos sete homens para conduzir os trabalhos pastorais e administrativos da comunidade. Na edição nº 12 do Jornalzinho da Comunidade (anteriormente exposto) se depreende a seguinte notícia: “Em alguns lugares de Cametá e de Carapajó convidamos também senhoras para participarem nas equipes. No fim dêsse ano, 10 dos 12 lugares onde atua a Comunidade Cristã em Cametá, haverá duas ou três senhoras na equipe”⁴⁹.

Acreditamos que essa prática prelatícia restrita somente a homens, inicialmente para a direção dos cultos, devia-se a uma preocupação mencionada por

⁴⁹ Jornalzinho da Comunidade Cristã, edição nº 12 (JCC-12), dezembro de 1970, Prelazia de Cametá, p. 1.

Padre Geraldinho em uma entrevista a Sousa (2002) de que os homens estariam afastados da Igreja.

2) A parceria com a comunidade que enviava seu participante para divisão das despesas com a Prelazia. A comunidade era convidada para ajudar na manutenção da família do cursista em estudo (*“Queríamos pedir um auxílio às comunidades para as famílias dos participantes dos cursos se fôr preciso e possível*), enquanto a Prelazia cobria as despesas com a locomoção do cursista (*“Temos uma ajuda para rebater as despesas das viagens*).

De acordo como os trabalhos pastorais da Prelazia iam se desenvolvendo e se tornando mais intensos, os cursos de liderança se intensificavam e diversificavam. Observamos, por exemplo, na edição nº 14 do Jornalzinho Comunidade Cristã (JCC-14) novo aviso de Curso de Liderança e outros cursos também:

Vamos fazer de novo cursos neste ano:

- 1) LIDERANÇA II, em SÃO BENEDITO, cursinho de 2 dias, 17 a 20 de março para uns 13 homens.
- 2) LIDERANÇA II em TUCURUÍ, cursinho de 2 dias, 16 a 19 de abril para uns 14 homens. Durante o cursinho escolheremos o animador.
- 3) PARTEIRA PRÁTICA [...].
- 4) COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS (ou: Como trabalhar com dinheiro) [...].
- 5) COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS [...].
- 6) ENFERMAGEM NO LAR [...].
- 7) EDUCAÇÃO II [...].
- 8) LIDERANÇA III, 5 dias em dezembro para 25 – 30 homens que não pôderão aparecer em ALDEIA no mês de janeiro, por causa do trabalho na roça.
- 9) LIDERANÇA III, 5 dias em janeiro para 25 homens, em ALDEIA.
- 10) LIDERANÇA III, 5 dias em janeiro para 25 - 30 homens, em ALDEIA ou OUTRO LUGAR⁵⁰.

Na edição nº 20 do Jornalzinho Comunidade Cristã (JCC-20), outra notícia sobre novo curso de Liderança:

LIDERANÇA III: Acho que não é mais novidade; todo mundo já sabe que vamos fazer três cursos de Liderança III. Os 87 convites foram enviados e esperamos que tôdas as equipes fundadas mandem representantes. Devemos muito falar juntos sobre: Batismo, Casamento, Liderança e Práticas. As etapas são as seguintes:

- a) Os convidados das equipes de CARAPAJÓ, IGARAPÉ MIRI e do DISTRITO de JUBA: 26 de dezembro (à tarde) a chegada e 1 de janeiro a saída. (30 pessoas).

⁵⁰ Jornalzinho Comunidade Cristã, edição nº 14 (JCC-14), março de 1971, Prelazia de Cametá, p. 1.

b) Os participantes das equipes de CAMETÁ e OEIRAS: 2 de janeiro a chegada e 8 de janeiro a saída. (29 pessoas).
 c) Os representantes das equipes de TUCURUÍ, BAIÃO, do DISTRITO DE VILA DO CARMO e dos lugares: UXIZAL, MANGABEIRA, ICATÚ e TAMANDUÁ: 9 de janeiro a chegada e 15 de janeiro a saída. (28 pessoas).
 Durante os treinamentos entregaremos tôdas as práticas do ano de 1972. Junto com o nosso número 20 estamos mandando uma fôlha com as cinco primeiras práticas do ano vindouro⁵¹.

Frencken (2010, p. 468), fazendo um balanço dos cursos de liderança no ano de 1975, afirma o seguinte: “[...] em 1975, foram realizados 42 cursos com 1.068 participantes, tratando de liderança comunitária, catequese e educação geral, [...] e que os ‘Cursos de Liderança’, organizados todos os anos em todas as paróquias com participação de representantes das comunidades, tornaram-se o eixo central na formação daqueles que dirigiam os trabalhos comunitários”.

Os temas tratados nos encontros de liderança geralmente diziam respeito ao que se vivia, desenvolvia e necessitava na comunidade, como: “O líder é quem indica o caminho” / “Vivência da fé no batismo, casamento e nas festas religiosas” / “Ser gente” / “Comunidade” / “Liderança” / “Responsabilidade” / “Família” / “Libertação do homem e direitos humanos num mundo em mudança e desenvolvimento”.

O narrador João Maria Pinto, com relação ao crescimento e importância dos cursos de formação como catequese, saúde, fé e política etc. afere que foi construído “no Igarapé-Grande - ainda tem até hoje - um mini-seminário, construído naquela época pela paróquia de Mocajuba para os encontros, aí a Prelazia começou a fazer os encontros nos interiores”.

Outro dado relevante a respeito dos encontros de formação e sua importância para a Prelazia é narrado por Edir G. Pinheiro.

Os cursos de formação sempre ‘era’ três dias e depois na Prelazia, não lembro bem a data, mas começou um curso de formação chamado Cursão que participavam os animadores. Aí esse era quinze dias, participava os animadores, participava catequese, os movimentos sociais, os líderes sindicais, aí se reunia todo esse grupo. Era trinta pessoas de cada grupo desses, ia se revezando. Mas em média era três dias cheio esse curso de formação.

A partir da década de 80 (do século passado), a formação de lideranças ganha novas fronteiras para onde pode e deve avançar com a mudança de cenário,

⁵¹ Jornalzinho Comunidade Cristã, edição nº 20 (JC-20), novembro de 1971 / (Prelazia de Cametá).

principalmente político, na vida do país. O enfraquecimento e a subsequente desintegração do governo ditatorial dos militares e, por conseguinte, o avanço do pluripartidarismo no Brasil, com o surgimento de novos partidos políticos, abre um novo leque de possibilidades de atuação para a Igreja.

Dessa maneira, o período mencionado e o seguinte vão se constituir num espaço privilegiado para o redirecionamento das formações para outras frentes de atuação que deviam ser ocupadas pela Prelazia. É acerca desse novo panorama prelatício que o narrador Eraldo, em entrevista concedida para esta pesquisa, ressalta que a formação de liderança tinha também um direcionamento político, “geralmente nossos encontros de três dias de formação sempre tinha uma temática voltada para a questão política, para a atuação política nos espaços...”.

Quanto aos cursos de liderança, Frencken (2010) afirma que eles representaram um dos mais importantes pilares para sustentar o trabalho das CC's. Quanto à metodologia nesses cursos, afirma que os líderes se baseavam no método freireano.

Os cursos sempre partiam de questionamentos, devendo todos construir respostas em grupo. Aprendia-se julgar, ser sujeito, consciente de sua responsabilidade em relação à sua própria história. Aprendia-se a dar nomes ao seu próprio mundo, formular pensamentos próprios. Nós, padres, descobríamos a riqueza deste povo, dando início ao nosso próprio curso: aprender a escutar (GOMMERS, 1981, p. 38 apud FRENCKEN, p. 467).

Geralmente, esses encontros eram assessorados por professores do IPAR (Instituto de Pastoral Regional) e por membros da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional ou simplesmente Federação de Assistência Social e Educacional). Favacho (1984) afirma que a FASE prestou grande ajuda, na região, na fase inicial da organização e da conscientização sindical.

Com isso, percebemos que a formação sempre esteve na pauta das discussões e nas prioridades dos cursos oferecidos pela Prelazia às suas bases e que a formação e constituição de lideranças foi algo pensado e trabalhado por ela. Frencken (2010, p. 469) ressalta que os cursos “não se tratava apenas de uma formação teórica, mas uma que se baseava nos fatos concretos da vida do povo, dando condições para refletir a realidade, para poder transformá-la”.

3.3.3 Os monitores

Para desenvolver sua proposta de alfabetização de adultos dentro de sua área territorial, a Prelazia, além das agentes da Pastoral de Educação liberadas precisou contar com o apoio e serviço dos monitores de estudo em cada uma das paróquias onde eram criadas as turmas (cf. visto anteriormente no subitem 3.3.1 O alfabetizar, p. 96).

O grupo de monitores era constituído por pessoas que residiam na própria localidade onde era criada a turma de alfabetizandos.

Para contribuir com as atividades do Programa “MEB – Alfabetizando em parceria”, as comunidades, conforme projeto, indicaram os MONITORES. São 10 nomes de pessoas comprometidas com as lutas populares, são engajadas na comunidade e que ajudam a promover a promoção integral do homem e da mulher da região (RELATÓRIO MEB, 1998, p. 03).

O Relatório do Programa acima referido esclarece que cada monitor possuía ou o 2º grau (correspondente ao atual ensino médio) ou nível superior para, assim, “oferecer elementos aos alfabetizandos, para que (aprendessem) a ler e a escrever, desenvolvendo suas potencialidades e criticidade” (RELATÓRIO MEB, 1998, p. 1).

As informações acima, fornecidas pelo Relatório do Setor Educação, são corroboradas pela narradora Salete Aquime:

[os monitores eram] da própria localidade. A gente capacitava eles aqui na sede da Prelazia[...] era uma pessoa que tivesse condições[...], que tivesse no mínimo o ensino médio (equivalente ao 2º grau da época). A comunidade indicava e a gente capacitava e eles eram esses monitores pra poder alfabetizar os adultos”.

O Relatório do Setor Educação também afirmava que o grupo dos monitores não tinha dificuldade para incorporar e absorver o método de alfabetização proposto, Método Paulo Freire, uma vez que estes monitores possuíam caminhada de luta e de defesa da cidadania dentro da comunidade.

Após a capacitação recebida pela equipe da Prelazia, os monitores, juntamente aos membros dessa equipe, iam construir o material. “Construíamos o material juntos, mas cada localidade, quando precisava, a equipe ia lá, a gente sempre acompanhava”, afirma a narradora Salete Aquime.

Quanto ao pagamento dos monitores, eles não recebiam salários, recebiam sim uma ajuda de custo do Programa financiado pelo MEB. Este vetava o pagamento de salários, conforme se depreende do Contrato de Cooperação Técnica e Pedagógica – Convênio MEB / MEC número 3976/97:

Este contrato não cobre salário e demais despesas decorrentes do mesmo a monitores ou coordenação em virtude dos recursos serem oriundos do Tesouro Nacional/MEC; bem como não assume despesas com construção e aquisição de bens móveis e imóveis para a consecução do programa de alfabetização⁵².

Além dos dez monitores, o coordenador também recebia uma ajuda de custo do Programa do MEB e/ou da contrapartida da Prelazia. O pagamento do Programa compreendia três parcelas, sendo que a primeira parcela previa, em valores da época, que os monitores receberiam R\$ 160,00 (cento e sessenta cruzeiros) cada e o coordenador receberia R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), totalizando R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros) com pagamento de pessoal. Somava-se a esse valor R\$ 2.890,00 (dois mil e oitocentos e noventa cruzeiros) para aquisição e elaboração de material didático/pedagógico, o que chegava a um montante de R\$ 4.690,00 (quatro mil, seiscentos e noventa reais) cooperados pelo MEB junto à Prelazia. A vigência do contrato acima era para o período de 01/04/1998 a 30/05/1998.

Em um outro projeto, o qual ocorreu de 01/03/1998 a 31/01/1999, também em convênio com o MEB, mas para outras turmas em outros municípios, a Prelazia solicitou R\$ 24.400,00, tendo uma contrapartida sua de R\$3.317,00. Houve ainda mais um acréscimo solicitado no valor de R\$ 4.200,00 para ocorrer, em forma de ajuda de custo, com viagens da Equipe Central aos 10 grupos; encontro de intercâmbio dos grupos; encontro de avaliação final; e outras despesas com material didático, pedagógico e apostilamento.

A narradora Salete Aquime também faz referência a esses recursos que vinham do convênio com o MEB, afirma ela: “[...] do MEB não era um recurso pra nós, era para os monitores”.

Ressalte-se que o trabalho com a alfabetização em convênio com o MEB tinha seus desdobramentos, conforme essa mesma narradora:

⁵² Cf. Contrato de Cooperação Técnica e Pedagógica – Convênio MEB / MEC número 3976/97, do Programa “MEB – Alfabetizando em Parceria” / Prelazia, p. 2.

Em relação ao MEB (Movimento de Educação de Base), a gente já trabalhou com alfabetização dos adultos. A gente fazia um projeto em parceria com o Ministério da Educação e o trabalho forte mesmo era um trabalho de conscientização, um trabalho de formação política, um trabalho de formação popular, um trabalho de formação social. Então a gente fazia muito isso, organização social mesmo dentro da educação popular, era muito amplo.

Entretanto a narradora Salete lembra que em Baião, como existia um apoio muito grande da irmã Orlanda, diretora do Colégio na época, quem exercia a função de monitor eram os alunos da 8ª série. Estes eram escolhidos, um ou dois por sala de 8ª série, aqueles que tivessem bem facilidade de poder estar juntos com os adultos trabalhadores/alfabetizandos, os quais eram capacitados pelas agentes da Pastoral de Educação e, nos finais de semana, junto com a irmã (ou irmãs), iam para a zona rural alfabetizar os trabalhadores adultos.

Um outro detalhe que essa narradora salienta é uma particularidade dos municípios que se situam na Transamazônica, afere ela: “Na Transamazônica a gente tinha uma dificuldade muito grande, era porque é área de migrante; a gente capacitava os monitores e aí passavam seis meses esses monitores iam embora ou pra outra localidade ou pra outra comunidade e, assim, começava do zero de novo”.

Ela lembra, ainda, que na capacitação “a gente seguia rigorosamente o Método Paulo Freire que era fazer a leitura do mundo e depois fazer a leitura da Palavra”. A narradora afirma, que já as agentes da Pastoral eram capacitadas pela Congregação Le Sale, dos irmãos lessalistas.

Dessa maneira, a Prelazia, a partir do Setor Educação, com o trabalho das agentes liberadas da Pastoral de Educação e, com o apoio e trabalho dos monitores, contribuiu para que grande parcela das gentes da base recebesse uma educação “de qualidade”, baseada na pedagogia do oprimido a qual defende que “crer no povo é a condição prévia, indispensável, à mudança revolucionária” (FREIRE, 2017, p. 66).

3.3.4 Fé e política

Ao nos reportamos às formações a partir da Prelazia, sobressaem as direcionadas para as lideranças que eram e continuam sendo oferecidas às bases, geralmente, baseadas na temática “Fé e Política”. Os narradores desta pesquisa, em seus discursos unânimes, recordam a força que tiveram tais formações para a

conscientização dos trabalhadores para a organização da construção de uma oposição forte no processo de retomada dos sindicatos no espaço prelatício, os quais estavam sendo dirigidos por uma diretoria ligada às elites, deixando, com isso, de promover a defesa necessária do trabalhador-associado.

Essa conscientização se expressou também na luta pela fundação do Partido dos Trabalhadores nos municípios da Prelazia, como mais um instrumento a serviço do trabalhador, do camponês, do comunitário das CC's.

Ao se referir às formações de lideranças na Prelazia, sob a temática “Fé e Política”, o narrador Carlos Neto verbaliza:

Na questão da formação das lideranças comunitárias, aí vinha junto a luta de classe, a luta social. Em cima disso, claro que os trabalhadores rurais eles também começaram a se organizar, abrindo a visão deles de uma luta conjunta pelos seus direitos, começando a conhecer os seus direitos. É que incentivou também os trabalhadores a lutarem pelas suas entidades. Então essa luta ela é consequência das formações populares que foi feita, dos encontros de fé e política; em cima disso, claro, a Igreja acompanhou e ajudou na organização das oposições sindicais.

Vemos nessa assertiva que as formações tiveram reflexos significativos na caminhada do povo na Igreja Católica de Cameté, “abriram a visão deles”, como afirma o narrador, e refletiram também o posicionamento ideológico-pastoral do clero lazarista fundamentado na Teologia da Libertação: “aí vinha junto a luta de classe, a luta social”, pontuava o narrador.

A respeito dos desafios internos e externos que a Prelazia vinha enfrentando em sua caminhada no conjunto da Pastoral de Comunidades, Favacho (1984, p. 111) pontua que:

Outro desafio permanente na pastoral é a relação fé e política. A opção preferencial pelos pobres significa um assumir com eles suas “alegrias e esperanças, tristezas e angústias”. Concretamente: assumir o compromisso com a luta, não violenta, pela libertação da situação de pobreza e exploração a que estão submetidas as classes populares.

A narradora Salete Aquime afere que essa formação de fé e política não apenas foi positiva, como também, essa busca de fortalecimento político das bases (destaque-se aí as lideranças) por parte da Prelazia foi intencional “porque senão não havia sentido tu só fazer fé e política. Então pra mudar é via política mesmo, é tá lá nos órgãos do poder local que pode transformar”. Continua a narradora a

respeito dessa capacitação através dos encontros de fé e política, viabilizados pela Prelazia afirmando que:

A Igreja capacitou muito[...], eu sempre digo assim: a Prelazia ela abriu os olhos dos trabalhadores, na época, aqui na nossa região. E aí se você for ver, as administrações de esquerda aqui do município elas se dão em função do trabalho de fé e política que foi feito. Ora, nós sempre participamos desses encontros, os sindicatos todos. O Quaresma, que foi nosso prefeito, ele era do Sindicato, ele participava dos encontros de fé e política puxado pela Igreja, O Irácio era um agente, antes dele ser da Colônia dos Pescadores ele era agente comunitário de saúde indicado pela Igreja lá pela sua localidade, então ele também participava desses encontros de fé e política; eu participava dos encontros de fé e política. Carlos Neto que foi nosso candidato a prefeito; o seu Ayrton. Então a Igreja ela investiu muito na fé e política. Porque é assim: a gente sempre discutia isso, você tá lá, você tá lá batalhando, batalhando, mas quem muda [...] quem aprova a lei, se vai fazer, se não vai, é o poder executivo. Quer dizer que nós vamos morrer aqui fazendo isso; bora lá pra dentro, e nós fomos, do nosso jeito, nós fomos, se deu certo, se não deu o povo nos julga, mas a gente tem certeza que valeu a pena a Igreja ter insistido em formar os seus rebanhos, os seus rebentos, então ela fazia muito isso.

A formação com uso da temática *fé e política* organizada pela Prelazia não acontecia apenas nos encontros, ela também se fazia acontecer através das edições do Jornal Comunidade Cristã, utilizado, assim, para informar e formar as bases prelatícias.

A edição 102, de agosto de 1982 (pág. 19 e 20), relata que o artigo publicado é “continuação dos artigos anteriores do Jornalzinho, ns. 99,100,101” e traz para a discussão com os leitores a seguinte questão; “POR QUE A IGREJA ESTÁ SE PREOCUPANDO TANTO COM A POLÍTICA?”. Após discorrer sobre o que recomenda a Igreja desde o Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín e o CELAM; depois de citar também o capitalismo agressivo americano, europeu e japonês e a submissão das nações da América Latina que se endividam com os países ricos construindo grandes obras (em referência aos Grandes Projetos do governo Militar brasileiro) com vistas a enriquecer ainda mais a classe dominante, o artigo encerra com o seguinte posicionamento:

A América Latina precisa ser transformada e o cristão tem um compromisso com esta transformação, e o caminho que se abre de maneira mais eficaz e evangélico é o engajamento político [...] visto que a política não é algo

estranho à fé, mas é uma dimensão da própria fé, pois a fé sem prática não é fé⁵³.

O Jornalzinho Comunidade Cristã nº 103, editado em outubro de 1982 (p. 19 e 20) trazia o seguinte questionamento na seção “Fé e Política”: “Qual a política concreta que nos pede a fé, aqui e agora?” Tal questionamento se devia em função da realização de eleições daquele ano. Diante disso, a Igreja prelatícia esclarecia e cobrava, ao mesmo tempo, uma posição do cristão-comunitário-eleitor. E observava: “A Igreja não tem partidos, nem escolhe partidos e candidatos, o cristão sim”.

Na edição seguinte editada em dezembro de 1982, o artigo sobre “Fé e Política” reforça que, apesar de encerradas as eleições, o compromisso e a luta do cristão, continua em busca da transformação desejada. “A Igreja se empenhou e o fará sempre”, mas “a luta continua, por terra, trabalho, moradia, escola, saúde, liberdade de organização. Continua a luta contra o alto custo de vida, contra a Lei de Segurança Nacional, contra o desrespeito aos valores fundamentais da pessoa humana[...]”⁵⁴.

Encerramos estas reflexões com a fala do narrador Natalino de Jesus cedida na entrevista: “A Igreja nos capacitou. Através da “Fé e Política” nos fez enxergar. Enxergar pra lutar por uma sociedade nova, uma sociedade para todos”.

3.3.5 Jornalzinho “Comunidade Cristã”: a força da comunicação na Prelazia de Cametá

No processo de reformulação da prática pastoral da Prelazia de Cametá, em 1969, com a substituição de uma Pastoral de Massas por uma Pastoral de Comunidades, merece destaque o papel desempenhado pelo Jornalzinho “Comunidade Cristã”.

Segundo Frencken (2010), o Jornalzinho foi “o último elemento de grande importância” nesse processo de renovação da Igreja prelatícia (FRENCKEN, 2010, p. 460).

Principalmente, após a realização do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, a Igreja Latina, especialmente a do Brasil, sentiu necessidade de uma

⁵³ Jornalzinho Comunidade Cristã nº 102, (JCC.102), agosto de 1982, p. 19 e 20 – Prelazia de Cametá.

⁵⁴ Jornalzinho Comunidade Cristã nº 104, (JCC.104), dezembro de 1982, p. 19 e 20 – Prelazia de Cametá.

reformulação em sua prática pastoral com vistas a melhor atender os fiéis. Por este propósito, deu-se a opção pela Pastoral de Comunidades, no caso da Prelazia de Cametá, oficialmente a partir de 11 de fevereiro de 1969.

As distâncias geográficas sempre representaram um grande obstáculo tanto para a missionariedade dos padres lazaristas, como para a veiculação de notícias. Basta imaginar os extremos da Prelazia em 1969: de um lado a paróquia de Igarapé Miri e suas comunidades nascentes e, de outro, a paróquia de Tucuruí que abrigava território de três municípios: Baião, Tucuruí e Jacundá; um município mais distante que o outro.

Com a implantação da pastoral de comunidades, as dificuldades de comunicação continuavam intensas. Assim, se fazia urgente criar mecanismos de veiculação de notícias, informações, comunicados seja da Cúria para as comunidades ou destas com a Cúria ou entre elas.

No contexto de 1969, quando a Prelazia estava formada por sete grandes paróquias (Cametá, Oeiras, Igarapé Miri, Carapajó, Mocajuba, Baião e Tucuruí) e tornava-se imprescindível dar a conhecer às gentes das CC's o que estava acontecendo, sendo pensado ou realizado na área prelatícia, foi criado o Jornalzinho "Comunidade Cristã", sendo que em junho desse mesmo ano, editou-se o 1º exemplar (ANEXOS 6 e 7) em formato papel ofício.

Buscando responder a essas necessidades nasceu o Jornalzinho Comunidade Cristã. Frencken (2010, p. 460), faz uma referência ao "nascimento" desse jornal: "O primeiro número foi distribuído nas comunidades em junho de 1969. Era apenas uma folha frente-verso mimeografada. Continha uma reflexão sobre a comunidade, algumas notícias e comunicações".

Nesta primeira edição o encarte falava das dificuldades enfrentadas pelas paróquias por serem "grandes demais" e colocava a finalidade de sua criação: "É para acompanhar e estimular a formação das pequenas comunidades cristãs"⁵⁵.

O Jornalzinho continuou nesse formato até o início da década de 80. Entretanto, a partir da edição 27, impressa e veiculada na Prelazia em setembro de 1972, lhe são acrescentadas mais páginas. Nessa edição ele saiu com quatro páginas, mas permaneceu sem outras alterações. Desde então, era confeccionado

⁵⁵ Jornalzinho Comunidade Cristã nº 1, Prelazia de Cametá, junho de 1969, p. 1

com quatro, cinco, seis ou mais páginas, dependendo da quantidade de assuntos que se queria ou precisava veicular.

A partir da edição 99 ele adquiriu um novo formato, tipo livreto, organizado em 20 laudas. O próprio Jornalzinho anuncia essa mudança no seu editorial:

Caros Amigos Comunitários
O NOSSO JORNALZINHO aparece com roupas novas. Além do aumento de páginas, Ele vem com o seu novo Formato. É o anúncio de dias novos, estampados neste nº 99 antecedendo o nº 100 que é o próximo.
[...]. (JCC, nº 99, p. 2, fev.1982 – Prelazia de Cametá). (Ver anexo 8).

Nesse novo formato ele veiculou durante as décadas abordadas por este estudo e passou a representar para a Prelazia um forte aliado na formação e informação das bases, tornando-se, assim, um eficaz instrumento de divulgação de informações, de convocatórias, de agendamentos, de conscientização, de formação, de orientação. Muitas dessas orientações necessárias eram repassadas em tempos de eleições acerca do voto e de como votar “bem”. Havia orientações também de como plantar, cuidar da saúde, comercializar produtos etc.

As informações sobre os acontecimentos em Tucuruí com o movimento da “barragem”/acampamentos (Anexo 9), sobre os encontros Anilzinho (Anexo 10), o movimento de retomada dos Sindicatos, criação do Partido dos Trabalhadores, cursos e formações oferecidos pela Prelazia, denúncias (Anexo 11), formações de Fé e Política (Anexos 12 e 13), bem como convocatórias, comunicados, tudo foi grafado nas páginas deste jornal e repassado às bases a fim de que todas as comunidades e seus comunitários pudessem acompanhar e participar da caminhada da Igreja prelatícia.

A importância dada a este instrumento de comunicação com e entre as CC's era tão grande que havia orientação do próprio bispo Dom José Elias para que o mesmo fosse lido coletivamente nos encontros semanais durante os cultos dominicais, a fim de que toda a comunidade pudesse ser informada, conscientizada etc., pudesse ter conhecimento daquilo que havia acontecido, estava acontecendo, ou por acontecer na Prelazia. Se transformou num eficiente instrumento de comunicação, mas também de opinião, de conscientização no contexto da realidade prelatícia. Foi um forte aliado da educação popular na Prelazia de Cametá, pois ajudava a informar e formar também.

CAPÍTULO IV

4 VER, JULGAR, AGIR E RESISTIR

O presente capítulo é uma continuidade do capítulo anterior, visto que descortina as atividades prelatícias com a educação popular às suas bases. Neste, analisamos mais atentamente os movimentos em que a Prelazia de Cametá esteve envolvida e por onde, também, fluiu educação de cunho popular (às suas bases): os círculos bíblicos, a catequese, as organizações sindicais e políticas, nas quais enfatiza-se a retomada dos sindicatos (trabalhadores e pescadores) que se encontravam sob a administração da direita política (pelegos) e motivo pelo qual os trabalhadores não se sentiam representados; a criação e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, como mais um instrumento de luta em favor dos trabalhadores da região; e discute também os acampamentos do movimento “atingidos pela barragem de Tucuruí”.

Nesse processo, dois movimentos ganham atenção especial: o movimento de formação e ação dos animadores de comunidades, por estes representarem grandes colaboradores (multiplicadores da proposta prelatícia de educação às comunidades cristãs) e o movimento Anilzinho, por representar não apenas um enfrentamento contra as forças opressoras dos grandes latifundiários na região prelatícia, mas, principalmente, pela conquista dos posseiros e pequenos agricultores da região, na luta pela manutenção de suas terras, especialmente com a elaboração e aplicação de um conjunto de leis próprias, conhecidas como a Lei Anilzinho.

Enquanto o terceiro capítulo volta-se à discussão da organização e estruturação prelatícias por onde fluiu a educação às suas bases, assim como a maneira como ela fluiu, o quarto capítulo está voltado à ação prelatícia com a educação e os movimentos sociais com os quais a Prelazia esteve envolvida, ressaltando que esses movimentos e ações representaram veículos por onde a educação popular também fluiu. É o “agir” e o “resistir” prelatícios.

Assim, esse capítulo encerra as discussões acerca da educação popular viabilizada às bases prelatícias, do agir e interagir da Instituição e seus sujeitos, mas sem, é claro, fazer o esgotamento do assunto o qual aguarda por outras contribuições.

4.1 Catequese

“Ide a todas as nações e pregai o evangelho” (Mt 28, 19). Desde seu nascimento, a Igreja (cristã) ela foi chamada a ser missionária. A Igreja de Jesus Cristo sempre foi e continua a ser missionária⁵⁶.

Quando da chegada dos padres lazaristas da Congregação da Missão (primeira metade do século XX) em terras tocantinas, estes vieram com o intuito de fazer missão, isto é, de pregar a Boa-Nova para as gentes desta região da Amazônia paraense. E por vários anos, o trabalho missionário destes padres, filhos de São Vicente, se caracterizou pela catequese junto ao povo da região, principalmente com a prática da desobriga (celebração de missas, comunhão, sacramentos, especialmente a confissão dos pecados).

Até a criação da pastoral de comunidades, em 1969, a Prelazia de Cametá funcionava pastoralmente voltada para a missionariedade, numa pastoral caracteristicamente de massas. A instalação de uma pastoral de comunidades veio diversificar a catequese, isto até como exigência dos “novos tempos”, defendidos principalmente pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência de Medellín (1968). Em outras palavras: a catequese pastoral com a missionariedade voltada para a desobriga não estava mais surtindo o efeito desejado, era preciso mudar de prática (de estratégia) a fim de manter o rebanho conquistado e arrebanhar novos fiéis. Era o remodelamento da evangelização catequética por uma igreja em ação.

Dessa maneira, a Igreja prelatícia se caracterizou por sua catequese missionária. Mas a criação das comunidades cristãs vem trazer um novo alento e novas expectativas. O novo ardor missionário brotado do movimento das comunidades de base vai contagiar. A instalação do culto dominical vai se tornar não apenas o eixo, mas também o impulsionador do movimento das comunidades de base. Mas na visão do narrador Carlos S. Neto, somente o culto não era suficiente para fortalecer o movimento e aprofundar as discussões dos comunitários em torno da Palavra de Deus e da realidade vivida. Instalaram-se, então, os círculos bíblicos, os quais reuniam semanalmente os fiéis para uma leitura da sua própria realidade à luz da Palavra de Deus.

⁵⁶ Disponível em: <https://catequesehoje.org.br/raizes/catequista/1134-a-missionariedade-no-cotidiano-da-vida>. Acesso em: 09 abr. 2019.

Com isso, os fiéis passaram a aprofundar as discussões dentro da metodologia do ver-julgar-agir. Em outras palavras: Era analisar a sua própria realidade, a realidade da sua comunidade, da sua categoria, da sua região etc., e compará-la à mensagem bíblica para ver o que o Senhor tinha para dizer-lhes naquele momento ou situação. Com relação à introdução dos círculos bíblicos na caminhada da Igreja prelatícia, o narrador Carlos S. Neto diz que “os cristãos precisavam também se reunir durante a semana pra discutir alguns assuntos que são do interesse da comunidade, não só de interesse da comunidade, mas também que tivesse um pouco de formação religiosa junto às famílias”. Segundo ele, “nem sempre você atinge na comunidade aos domingos todas as famílias, é preciso também atingir com os círculos bíblicos; então, o círculo bíblico foi uma forma de ampliar a participação das famílias dentro do processo de educação popular, religiosa e política”⁵⁷. Os círculos bíblicos foram sempre assim com temas próprios, temas concretos, temas da realidade, elaborados pela própria Prelazia.

Segundo o narrador Carlos S. Neto, tanto os livretos dos círculos bíblicos quanto os livros para catequese das crianças eram elaborados pela própria Prelazia. Afirma ele: “as crianças desde pequenas sempre tiveram orientação, tiveram uma formação religiosa e política ao mesmo tempo. Quando eu falo política não é partidária, mas uma participação política da sociedade”.

Vê-se, com isso, que o processo de Catequizaç o/Evangelização da Prelazia, buscou despertar no seu rebanho uma conscientização para compreender e apreender a realidade vivida por eles, além do que seus olhos podiam enxergar.

Favacho (1984, p. 97 - 98), em rela o   catequese das crianças, afirma que durante certo tempo ficou mais voltada para o conhecimento teórico da doutrina cristã. Entretanto, a Equipe Central da Prelazia promoveu “vários cursos de catequese, orientando as catequistas das comunidades para uma linha mais praxiológica que doutrinária”, dentro da metodologia do ver-julgar-agir.   nessa linha que vão ser elaborados vários livrinhos para as crianças da catequese, como: “Jesus Amigo”, “Aulas de prepara o para a primeira comunhão” e “Criança   Gente”. Ao fazer uma análise deste último, ele diz que:

⁵⁷ Comentário proferido por Carlos Schafaschek Neto, por ocasião da pesquisa.

Os temas giram em torno da vida da criança, da família, da comunidade e da pessoa de Jesus. As aulas iniciam com apresentação de um cartaz que retrata o tema, seguida de debates das crianças sobre as figuras, ligação das figuras com a vida concreta das crianças, leitura de uma história seguida de um texto tirado da Bíblia, perguntas, debates e uma proposta concreta de ação de cantos (FAVACHO, 1984, p. 98).

Analisando o exposto acima (por Favacho), percebe-se claramente a linha da Teologia da Libertação impregnada na maneira de trabalhar a catequese da Igreja prelatícia, já a partir das crianças. Era um direcionar da Catequese prelatícia à práxis, à própria vivência dos catequizandos, ou um volver para uma atividade prática em oposição à teoria doutrinária. Com isso, “a catequese, tanto quanto ao seu conteúdo e método, como quanto a sua organização tinha se tornado, portanto, o elemento por excelência de evangelização de toda esta região” (FRENCHEN, 2010, p. 388).

4.2 Os círculos bíblicos

Foram comuns na Prelazia de Cameté e persistem na atualidade. Os Círculos Bíblicos⁵⁸ aconteciam em toda a área da Prelazia discutindo assuntos locais e nacionais. Uma nova maneira de formar e informar as gentes das bases, daquele momento, usando o “Método Ver-Julgar-Agir”, método criado pelo cardeal Joseph Leo Cardijn e reconhecido formalmente pelo Papa João XXIII em sua encíclica *Mater et Magistra*, publicada no dia 15 de maio de 1961⁵⁹.

Tal método se caracterizava em três etapas: pelo estudo da realidade concreta (ver), pela apreciação dessa realidade à luz da Palavra de Deus (julgar) e pela ação a partir dessa leitura (agir).

Frencken (2010, p. 469), falando a respeito da catequese e suas metodologias na Prelazia de Cameté, afere o seguinte: “havia também Círculos Bíblicos, usando o seguinte método: ler uma passagem da Bíblia que, em seguida, é

⁵⁸ Reunião dos fiéis comunitários a fim de refletirem sobre “as coisas” da vida da comunidade: sua situação, seus problemas, suas conquistas, usando a Bíblia como espelho da vida, tendo a Palavra de Deus como luz para iluminar os passos do grupo. Os Círculos Bíblicos eram utilizados pela Prelazia (e o são ainda hoje pela Diocese) para refletir/discutir vários assuntos e temáticas de relevância nacional para os fiéis, como: política, conflitos agrários, direitos trabalhistas, eleição etc., mas refletia-se e discutia-se também assuntos locais (da própria comunidade) ou regionais.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/observatoriadaevangelizacao.wordpress.com/2018/06/11/as-origens-do-metodo-ver-julgar-agir-que-foi-consagrado-na-caminhada-da-igreja-latino-americana/amp/> > Acesso em: 20/03/2019, às 21:30h.

confrontada com algum fato da vida de cada dia e, enfim, todos refletem a respeito dos dados apresentados”. O “método ver, julgar, agir” era sempre utilizado nas várias circunstâncias da caminhada pastoral da Prelazia de Cametá.

Os narradores Salete Aquime e Carlos Schafaschek Neto compartilharam em suas entrevistas a informação de que os círculos bíblicos tiveram muita força no processo de formação e conscientização dos comunitários prelatícios. Suas temáticas eram refletidas em encontros semanais elaborados em livretos pela própria Equipe de Formação da Prelazia. Os temas trabalhados eram de relevância para a sociedade prelatícia, principalmente, relacionados ao momento que estava sendo vivenciado pelas bases.

Por ocasião dos Encontros Anilzinho (assunto abordado no item 4.5 – p. 139, deste capítulo), foram elaborados círculos bíblicos que traziam como temática os conflitos agrários que estavam sendo deflagrados nas regiões da área prelatícia entre grileiros e posseiros por causa de terras. Assim, estes serviram não apenas para informar, mas para despertar no povo prelatício (trabalhadores) um sentimento de união, de pertença às mesmas crenças e lutas, com suas desventuras e vitórias, pois estes círculos bíblicos eram sempre trabalhados e discutidos antes de algum grande encontro Anilzinho.

Nesse período, década de 80 e início de 90 (do século passado), eram organizados Encontros pela Prelazia, os quais reuniam centenas de pessoas. No período que antecedia esses Encontros, a Prelazia elaborava um livreto de encontros de círculo bíblico que continha vários encontros-reuniões para serem estudados e refletidos, semanalmente, pelos grupos de comunitários nas várias comunidades cristãs de cada paróquia prelatícia. O estudo dessas temáticas sobre Anilzinho tinham a finalidade não apenas de ajudar os comunitários a tomarem conhecimento mais aprofundado da situação agrária na Prelazia, mas também chegar nos encontros com propostas em busca de urgentes soluções para a questão conflituosa enfrentada naquele momento em determinada(s) localidade(s) prelatícia(s).

Os círculos bíblicos e suas temáticas, sempre voltados à situação concreta da vivência dos comunitários, a nível nacional, regional ou local, refletiam uma nova forma de agir e pensar da Igreja Católica no Brasil, aspecto igualmente observado na igreja prelatícia lazarista de Cametá. É a influência da Teologia da Libertação, quando à realidade concreta do povo é dada tanta atenção quanto à sua fé no

transcendente, ou, segundo alguns críticos mais radicais, se corta a relação com o transcendente (ou seja, com a fé) e se volta exclusivamente para a terra (para a realidade concreta). Um desses críticos da Teologia da Libertação é Padre Paulo Ricardo, para quem a Teologia da Libertação é uma viagem direta ao materialismo marxista. Ele afirma que a Teologia da Libertação é um novo jeito de ler a fé como um todo, uma nova interpretação do Cristianismo, sobre a qual discorda.

Na edição do Círculo Bíblico (demonstrado na figura abaixo) produzido pela Prelazia em preparação ao X Encontro Anilzinho, a Prelazia discutiu o tema: “Se a terra não fosse vida não lutaríamos por ela”.

Imagem 03 -- Encarte do Círculo Bíblico em preparação ao X Encontro Anilzinho, produzido pela Prelazia de Cametá.



Fonte: Arquivo da Diocese de Cametá.

Essa temática não fazia parte apenas da realidade da Prelazia, mas de todo o Brasil da ditadura militar pós-64. Os conflitos agrários foram comuns no Brasil pós-64 e muito frequentes nas plagas do Estado do Pará (Os conflitos agrários no Pará serão discutidos no item 4.5 – p. 139 e subitem 4.5.1 – p. 142, deste capítulo).

A referida edição do Círculo Bíblico consta de quatro encontros com as seguintes temáticas: 1º Encontro (Anilzinho e sua história); 2º Encontro (O uso da

terra e a Lei Anilzinho); 3º Encontro (O povo tocantino e a destruição do meio ambiente; 4º Encontro (A organização do povo – fé e vida).

Tais temáticas eram muito relevantes para refletir sobre a questão agrária que a Prelazia vinha enfrentando, pois trabalhavam a realidade da localidade Anilzinho com a deflagração dos conflitos agrários na região prelatícia e seus desdobramentos, fazendo um percurso por toda a história dos Encontros Anilzinho, anteriores à constituição da Lei Anilzinho e suas reformulações ao longo da caminhada.

O primeiro encontro com a temática “*Anilzinho e sua história*” buscou fazer memória, por exemplo, do Primeiro Encontro Anilzinho, realizado no ano de 1980, como forma de resistência à grilagem de terra numa comunidade próxima ao igarapé Anilzinho – daí o nome do Encontro ser Anilzinho -, ressaltando que este primeiro encontro se caracterizou como um encontro de debates, troca de experiências e apoio aos moradores daquela Comunidade, na luta em defesa da terra contra a grilagem.

Assim, o primeiro encontro do círculo bíblico voltado para a história do Anilzinho lembrou que o Primeiro Anilzinho contou com o apoio da Igreja na pessoa do Padre Tiago Poels. Esta informação encontrada no livreto de 20 páginas (1991, p. 05) em preparação ao X Encontro Anilzinho, utilizado nos círculos bíblicos e organizado pela Prelazia de Cametá, afirma que “com o decorrer dos anos, o encontro passou a se realizar em lugares onde havia conflitos de terra, com representação de vários tipos de categorias” e, ainda, que, no decurso de sua realização, “foi tirada uma lei que (serviu) de orientação para o trabalhador rural nas questões de terra”.

Dentro da linha de discussão/reflexão usando o método “ver, julgar, agir”, este primeiro encontro do Círculo Bíblico (1991, p. 06), que tratou de conflitos agrários, trouxe o texto bíblico de Isaías (Is. 5, 8-10). Trabalhava, no trecho citado, de questões agrárias e acúmulo por parte dos “grandes” para confrontar com a realidade vivida por Anilzinho e por várias outras localidades da Prelazia, comparando, dessa forma, “a história de Anilzinho com a Palavra de Deus”.

O segundo encontro com o tema “*O uso da terra e a Lei Anilzinho*”, ampliava a discussão tratada no primeiro sobre conflito agrário para posse de terra e seu uso, refletindo o direito a ela e ressaltando que “várias leis brasileiras reconhecem que a terra é de quem nela trabalha. Quer dizer, o direito à terra para quem nela trabalha,

não depende de ser proprietário”. Neste encontro, o texto Círculos Bíblico (1991, p. 09) para ser comparado ao fato da vida com o uso do método “ver, julgar, agir” corroborou com a leitura do Livro de Amós no trecho 9, 13-15, o qual trata do direito ao usufruto daquilo que se produz na terra: “O Senhor manda dizer: vocês vão poder plantar e colher; colher e comer do que vocês plantam”.

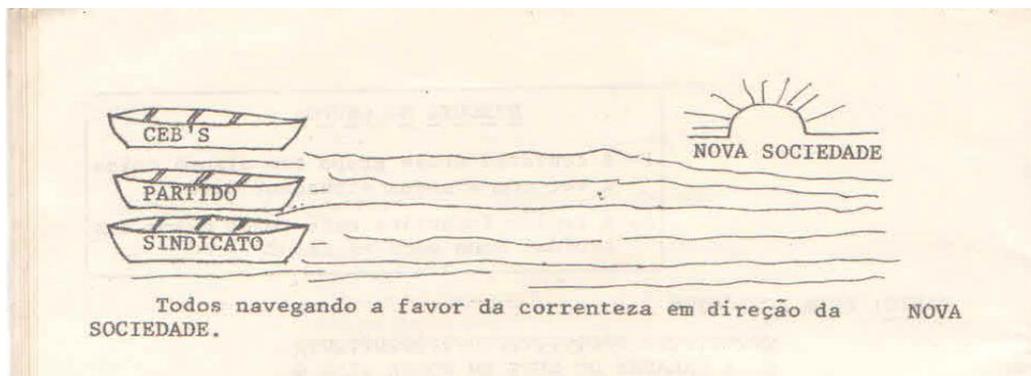
Este encontro trazia, ainda, duas questões para serem refletidas em grupo:

- 1- Qual a diferença entre o fato da vida e a Palavra de Deus? Por que isso acontece?
- 2- Qual a lição que podemos tirar para a nossa vida?

O terceiro encontro teve como tema “O povo tocantino e a destruição do meio ambiente”. Com essa temática, a discussão foi ampliada para a destruição do meio ambiente prelatício com as consequentes dificuldades para a vivência do homem prelatício. A metodologia/estratégia utilizada foi uma conversa entre três personagens fictícios, membros de uma comunidade cristã, na qual um se chamava Felipe, outra Rosa e um terceiro Juvenal. Em sua fala Rosa reclama: “Antigamente compadre, tínhamos quase de tudo, havia fartura de camarão, peixe, açaí, caça, muita madeira, castanha, cacau, andiroba, enfim... a gente quase não precisava ter muito dinheiro pra viver. Mas com a construção da barragem de Tucuruí...”. Juvenal concluiu referindo-se a Felipe que falara das dificuldades para se viver na atualidade de então: “Pois é, compadre, tudo está contribuindo para a destruição do meio ambiente, e sobra pra nós graves problemas: a poluição da água, a devastação da mata, conflitos de terra, êxodo rural e as doenças”. Para esse encontro, o texto bíblico a iluminar a discussão/reflexão do grupo foi tirada do Livro de Miquéias (2, 1-2). O referido trecho bíblico reflete sobre aqueles que planejam e praticam iniquidades contra outrem (CÍRCULOS..., 1991, p. 12-13).

Este encontro lembrara que “a preservação do meio ambiente sempre foi uma das bandeiras de luta das CC’s da Prelazia de Cametá que, motivadas pela Palavra de Deus através de instrumentos de organização, buscavam a construção da NOVA SOCIEDADE” (CÍRCULOS..., 1991, p. 13).

Imagem 04 -- Figura ilustrativa do Círculo Bíblico em comemoração ao X Encontro Anilzinho - 3º encontro, p. 14.



Fonte: Acervo da Diocese de Cametá.

Em seguida, o Círculos Bíblicos (1991, p. 14) apresentava a figura acima com uma solicitação/alerta:

- 1- Discuta no grupo uma ação concreta a ser assumida pela comunidade e encaminhada ao X Encontro Anilzinho.
- 2- A luta pelo meio ambiente conta com você. Escolha seu compromisso pessoal.

Quanto à imagem acima, a figura aponta aquilo que a Prelazia vinha defendendo, ou seja, uma “Nova Sociedade”, onde os direitos do trabalhador-comunitário estivessem garantidos e ele pudesse usufruir dos bens que produzia.

Segundo a edição, dentre os instrumentos de luta do trabalhador que o ajudariam a chegar nessa Nova Sociedade, estavam as CC's (CEB's) espalhadas pela extensão territorial da Prelazia, o Partido Político (nesse momento representado pelo Partido dos Trabalhadores, pois era esse partido que apresentava propostas ideológicas mais aproximadas dos ideais defendidos pelo clero prelatício e comunitários da base) e os Sindicatos (inclusos os Sindicatos dos Trabalhadores, dos Pescadores, dos Professores etc., existentes nos vários municípios da Prelazia de Cametá).

Antes do encerramento deste terceiro encontro, foi sugerida a leitura do Salmo Tocantino (página seguinte), constante do final do livreto.

Como vamos poder observar, na primeira estrofe do Salmo há uma reflexão sobre os males que afligem a sociedade prelatícia, simbolizados como “sinais de morte”, sufocando as gentes das bases, o povo sofrido, o trabalhador do campo, o ribeirinho; entretanto, a segunda estrofe aponta os instrumentos de luta dos

trabalhadores e/ou comunitários, simbolizados pela “maré” que não se conforma com a opressão e repressão, que teima em lutar para usufruir daquilo que é seu por direito; a terceira estrofe já esboça os “louros da vitória”, a nova sociedade apregoada pela Prelazia onde haja vez e voz para o trabalhador, para o comunitário das CEB’s, para todos aqueles que lutam por cidadania e justiça. O salmo finaliza lembrando que juntamente com o povo que se encontra em luta, que não se cansa na busca de seus direitos, está Jesus, “o Deus Libertador”.

SALMO DO TOCANTINS

O Tocantins, que nasce na região da Transamazônica e que desce em Tucuruí, Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Bagre levando para baixo toda repressão sobre o sindicato, a política partidária, a economia, a ganância pela terra e pelo poder, os conflitos que causam morte sobre todos os municípios e companheiros.

Mas a Maré teimosa vem contra este gigante, através das CEB’s, associações de professores, Movimento de Mulher, jovem, CPT, formação de monitores agrícolas, PT e outros.

E, para encorajamento nessa viagem, nosso barco é rumo à nova sociedade, onde os pobres sejam respeitados, onde as mulheres tenham vez e voz, o homem do campo tenha a sua terra pra trabalhar, onde todos tenham educação libertadora, estrada, saúde e alimentação adequada.

É com isso que contamos neste barco com Jesus, O Deus Libertador, que não larga seu povo sozinho: “Eis que estarei com vocês até o final dos tempos”.

A luta e a certeza que Deus acampou entre nós é que anima e ajunta forças de todas as comunidades na grande frase de Jesus: “Coragem, eu venci o mundo!” (CÍRCULOS BÍBLICOS..., 1991, p.[2])

O quarto e último encontro tratava da organização do povo com o tema “A organização do povo – Fé e Vida”. Este encontro discutia as dificuldades vividas pelas comunidades e reforçava a necessidade de união e organização visando à mudança; sendo que a organização passava pela participação na CC sob a luz da Palavra de Deus e, a partir dela, aprofundaria uma consciência sindical e política.

Por fim, alerta: é na participação na Comunidade que “encontramos forças para continuar a luta pela LIBERTAÇÃO”. Em seguida, convida para a participação no X Encontro Anilzinho, em Tuerê – Paróquia de Pacajá.

Há de se destacar o último encontro desta edição do círculo bíblico, pois o mesmo estava voltado para discutir a organização do povo, coisa que fazia parte das preocupações e práticas da Prelazia nesse momento de sua existência, fosse

com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o Sindicato dos Pescadores, com o Partido dos Trabalhadores, com o Movimento de Mulheres etc.

Dessa maneira, se compreende a relevância que tiveram os círculos bíblicos para as discussões que a Prelazia, nas décadas estudadas, vinha travando acerca dos conflitos agrários, das organizações sindicais e políticas, assim como para a própria catequese, razão primeira da instituição, considerando atingir a conscientização política das bases.

4.3 Organizações sindicais e políticas: uma forma de resistir

Fazia parte do tripé educacional defendido pelo Setor Educação da Prelazia a Educação Popular, a qual caracterizava-se pelo trabalho com a educação de base, alfabetização de adultos, organização popular, apoio e integração.

Em relação à organização dos trabalhadores o narrador Carlos Neto se refere afirmando que a Prelazia de Cametá investiu muito na retomada dos sindicatos e “apostou (também) na formação e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores em nossa região como uma forma de política alternativa em relação à política praticada pelas elites que dominavam o cenário brasileiro”. E isso, na visão da elite local, fez com que a Igreja Católica, particularmente a Igreja da prelatia de Cametá, fosse vista e tida como comunista e/ou subversiva.

Segundo ele, diante dessa ameaça “comunista” representada pela Igreja Católica local, políticos (influentes) da região (o principal deles seria Gerson Peres) foram viabilizar a vinda da Igreja Brasileira para a cidade de Cametá na tentativa de se contrapor às ações das CC's. É nesse contexto que Dom Eduardo Motta assume como representante da Igreja Católica Brasileira no município de Cametá e começa a disputar espaços com a Igreja Católica na região.

De acordo com Carlos Neto, Gerson Peres estaria se sentindo ameaçado com o fortalecimento das comunidades cristãs, pois uma vez articuladas e com a conscientização proporcionada pela Prelazia, estaria desencadeando um processo de desestruturação de seu curral eleitoral na região.

A narradora Salete Aquime também se refere a esse episódio, narrando o seguinte:

[...] jogavam panfleto, chamavam a Igreja de satanás e culmina tendo o deputado, “nosso deputado”, “eterno deputado federal”, e que foi vice-governador do Estado, ele trazer - porque todo esse trabalho de conscientização do povo que a Prelazia fazia incomodava -, então o que ele faz? Ele vai em Brasília, diz assim: “eu quero, tá me incomodando uma Igreja lá, e eu quero que vá lá (pra lá, pra Cametá) a Igreja Católica Brasileira, a Igreja Brasileira”. Aí ele traz pra cá e coloca o Dom Eduardo Mota, o “Barbudinho”, pra ser bispo, que era pra se contrapor a essa Igreja (prelática), porque ele pensou... agora a Igreja rompe com eles, vem um novo bispo [...].

Tal episódio reflete um pouco do que foi a Igreja Católica local ter feito, aqui na Amazônia paraense, a “opção preferencial pelos pobres”. Conclui Salete: “até quando você não está conscientizando o povo a Igreja é boa; a partir do momento que a Igreja começa alertar o povo para sua condição de miséria, ela não presta mais”⁶⁰.

O narrador João Maria Pinto também faz referência à presença conservadora do deputado Gerson Peres e sua relutância à ação da Igreja prelática em Cametá, bem como daqueles que aderiam incondicionalmente à sua maneira de fazer política. “Quando eu falava na Capela Comunitária pra não nos intimidarmos com os políticos que se achavam ‘donos do povo’ e, também, pra não ligar quando vissemos essa resistência (contra), muitos me olhavam atravessado.” Continua ele: Esse Lucir (referindo-se a um dos comunitários) saiu várias vezes da Capela porque era compadre do Gerson Peres”⁶¹.

A década de 80 do século passado, nacionalmente, foi marcada pela reorganização partidária, principalmente com o fim do governo ditatorial pós-64, no ano de 1985.

Em Cametá o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1981 e segundo a narradora Salete Aquime este partido era o que mais se aproximava das ideologias políticas defendidas pela Prelazia. Em decorrência, esta envidava esforços para sua fundação em vários de seus municípios preláticos. Assim, afere a narradora, “tem-se a fundação do PT em 81, pois ele é o que mais se aproximava dos trabalhadores [...], ele é o que mais se aproximava dos trabalhadores rurais, tanto que no município ele era um partido rural”.

O narrador Carlos Neto chama a atenção para o fato de que a Prelazia “não estava presente ou envolvida como instituição, ela estava envolvida com alguns

⁶⁰ Comentário proferido por Maria Salete Pantoja Aquime, por ocasião da pesquisa.

⁶¹ Comentário proferido por João Maria Pinto, por ocasião da pesquisa.

padres que por sua vontade própria, por seus interesses contribuíram para a estruturação do partido na área prelatícia, mas não era uma decisão da instituição [...]”, ratifica o narrador. E conclui: “Os padres, como pessoas, sim, muitos se engajaram na construção do partido nessa época”⁶².

O próprio bispo prelatício, Dom José Elias, após as eleições presidenciais de 1989, escreveu uma “carta explicação” à população prelatícia, esclarecendo o posicionamento político da Prelazia, quando, no decurso do 2º turno das eleições presidenciais em que disputaram a presidência do Brasil Collor de Melo vs Luís Inácio Lula da Silva, a Prelazia, através de uma carta aberta se posicionou favorável a um dos lados na disputa, o que desagradou a um bom percentual de fiéis conservadores dentro da Igreja prelatícia. Segue um trecho da carta (a carta completa – ver ANEXO 14):

[...]

Acontece, prezados comunitários, que a Prelazia, neste Documento, não tomou nenhuma posição partidária. De acordo, porém, com a nossa “opção preferencial pelos pobres”, resolvemos nos posicionar claramente do lado da “Frente Brasil Popular” que era constituída por muitos partidos, e não por um partido apenas. E fizemos isso, no segundo turno, porque a Frente Brasil Popular propunha uma verdadeira mudança, buscando novas relações sociais baseadas na igualdade e na justiça, enquanto do outro lado estava o continuísmo com a elite e com os privilegiados de sempre. Por isso, dissemos no Documento: “Julgamos agora ser do nosso dever pastoral apoiar claramente o candidato da Frente Brasil Popular”. (COMUNIDADE CRISTÃ, 1990, p. 22).

A fundação do Partido dos Trabalhadores na área prelatícia e sua história de luta em favor dos trabalhadores se mescla com a história da própria Prelazia, uma vez que, segundo a narradora Salete Aquime, o que se tinha de instrumento de luta naquele momento (início da década de 80 do século passado) era a Igreja com a Palavra e a ação que ela fazia; a isso vem se somar o partido político e, somente mais tarde (após suas retomadas), os sindicatos.

Assim, o trabalhador, que era ou trabalhador rural ou pescador, se vê envolvido e a Igreja começa a despertar o povo. Segundo a narradora, a Igreja “dá acesso para o povo falar nas reuniões, nas missas”, faz com que esse povo passe a “se expressar nos cultos”. Isso “foi muito forte”. Dessa maneira, “o povo começa a entender que ele também pode ser o senhor da sua história”, ele “começa a se desenvolver dentro da sua própria localidade e passa a ver coisas externas a ele”.

⁶² Comentário proferido por Carlos S. Neto, por ocasião da pesquisa.

O narrador Eraldo afere que no decurso da década de 90 quando ele se encontrava atuante na Pastoral da Juventude da Prelazia de Cametá, “a Igreja se preocupou muito com a formação cristã da juventude para uma atuação no meio político de forma consciente e responsável. Foi um período que participei e que tinha uma formação voltada para o Partido dos Trabalhadores, mas era uma formação com muita análise de conjuntura, encontro de formação técnica”. Conclui este narrador, que a Prelazia “era muito preocupada com a formação cristã, mas que também a gente tivesse essa visão de como era a organização política”.

Dessa maneira, compreende-se que, por todas essas questões na área da Prelazia (atualmente Diocese), o Partido dos Trabalhadores teve e tem uma relação muito forte com as Cc's, até mesmo pela sua filosofia de atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores. O narrador Eraldo ressalta, ainda, que não há um distanciamento entre CC's e Partido dos Trabalhadores pelo fato de que a formação cristã recebida estava também voltada para a “luta em defesa de políticas sociais pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos” na Prelazia.

Entretanto, a organização política do povo na Prelazia não se limitava à participação ou militância em torno de um partido político. A organização sindical também passou a fazer parte das orientações e preocupações prelatícias às suas bases. A luta pela retomada dos Sindicatos dos Trabalhadores dos municípios prelatícios que estavam nas mãos da direita política exigiu muito esforço.

Ao analisar o Relatório do Encontro de Padres e Animadores de Comunidades, realizado no Seminário da Aldeia/Cametá, na data de 24 a 27 de setembro de 1981, Silva (2014, p.62) afirma como resultado a que chegaram Padres e Animadores:

Os conflitos pela terra na Prelazia de Cametá estão também associados à tomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) [...] pois estes não (estariam) atendendo as necessidades (dos trabalhadores); o descaso com a defesa da categoria em questões como a “posse da terra” era muito grande.

Lisboa (1992, p. 3), ao escrever seu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá – 1974-1992” e ao analisar o sindicalismo rural no estado do Pará pontua que:

O sindicalismo no Pará a partir dos anos 79 e 80, apresenta toda uma luta de oposição sindical em sua base. Essa luta tinha como objetivo principal tomar o sindicato das mãos de dirigentes pertencentes às categorias ligadas e manipuladas por partidos políticos, que se utilizavam dos sindicatos para formar currais eleitorais, sem se preocupar em conquistar os direitos fundamentais do trabalhador.

É diante da necessidade de ver os trabalhadores da área prelatícia melhor assistidos por seu sindicato que a Prelazia de Cametá vai empreender esforços junto aos trabalhadores para “retomar” a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, bem como, dos Pescadores que se encontravam nas mãos de pelegos.

A narradora Salete Aquime afere que a primeira grande mudança, nesse sentido da luta pela retomada dos sindicatos, se inicia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo relata, isto acontece no ano de 1985.

O Jornalzinho Comunidade Cristã (1990, p. 17), em texto produzido pelo Setor de Agricultura da Prelazia, intitulado “Encontrão dos Lavradores do Tocantins”, diz que “[...] o Encontrão foi o grande responsável pelas duras conquistas dos sindicatos de trabalhadores rurais da região, das mãos dos pelegos que perpetuavam há muitos anos na diretoria desta entidade, a serviço dos grandes latifúndios [...]”.

Na continuação do texto, ele vai apresentar de que maneira isso se deu: “[...] propiciando o debate e estudos de temas como: a questão da terra, os direitos dos lavradores, sindicalismos e fé política etc.”. Conclui o parágrafo lembrando que o Encontrão “facilitou a conscientização do povo, expressa através dos animados cânticos [...] e, principalmente, na formação de Oposição Sindical Unificada, a nível regional”.

Silva (2014, p. 62), tratando a respeito da retomada dos Sindicatos afirma que, a partir daí, disparou na Prelazia uma campanha, apoiada principalmente pela Igreja progressista de Cametá, [...]e houve a escolha do Partido dos Trabalhadores (PT) como mais um representante da “categoria” dos trabalhadores rurais. Segundo ela, apoiada pelo Relatório do Encontro dos Padres com os Animadores de Comunidades, mencionado anteriormente em parágrafo anterior, a escolha do PT se deu em função de que ele “tinha de fato propostas que atendiam em parte os ideais de uma sociedade mais justa e igualitária, sonhado pelos trabalhadores rurais e também pela Igreja Progressista da Prelazia da região”.

Ideologicamente, no contexto das lutas políticas e sociais “a Prelazia abriu os olhos dos trabalhadores, na época, aqui na nossa região. De que maneira? Através, principalmente, dos encontros sobre “Fé e Política” realizados pela Prelazia. A Igreja capacitou muito pra discutir fé e política”, pontua a narradora Salete Aquime.

A formação das lideranças comunitárias, pela Prelazia, deu uma grande contribuição para esta conscientização mencionada e para a organização da luta de retomada dos sindicatos, pois com a formação “vinha junto a luta de classe, a luta social. Em cima disso, claro que os trabalhadores rurais também começaram a se organizar, abrindo a visão deles de uma luta conjunta pelos seus direitos, começando a conhecer os seus direitos. É o que incentivou também os trabalhadores a lutarem pelas suas entidades”, ressalta o narrador Carlos S. Neto.

Este narrador é categórico em aferir que as lutas desses sindicatos é consequência das formações populares que foi feita e que a Igreja acompanhou e ajudou na organização das oposições sindicais. Segundo ele, o primeiro passo foi dado por Oeiras do Pará na retomada dos sindicatos, seguido de Cametá. Menciona, ainda, que “a Igreja também sempre defendeu as classes”.

Refletindo sobre a retomada dos sindicatos, desabafa a respeito dos Sindicatos dos Pescadores, informando que “[...] até hoje [...] eu que sou de uma pastoral social (Pastoral dos Pescadores), eu luto para que as Colônias dos Pescadores também um dia sejam dirigidas por pescadores”. Em seu desabafo, Carlos lembra dos conflitos e opressões dentro da própria classe trabalhadora sindicalizada:

Nós já tivemos várias oportunidades de ver a questão da opressão das entidades de classe à sua própria categoria, à sua própria classe. Tem colônias aqui que simplesmente são sugadoras dos seus associados, nunca defendeu nada, simplesmente suga e diante disso é que nós não podemos nos calar, nós temos que ajudar esse povo, o povo precisa se libertar, assim como na época dos anos 80 se trabalhou a questão sindical dos trabalhadores rurais, hoje a Igreja tem que retomar a luta pra reconquistar a Colônia dos Pescadores, porque também são trabalhadores explorados, como os Sindicatos sempre foram grandes exploradores dos trabalhadores rurais, e hoje as Colônias ainda continuam.

Carlos também declara sobre as conquistas dos trabalhadores de pescado em relação à Colônia dos Pescadores (sindicato dos pescadores), mas que não conseguiram manter a conquista realizada e, atualmente, idealiza novamente a necessidade de retomar o mesmo processo para uma nova conquista das Colônias:

“Infelizmente tivemos uma luta, uma vitória muito grande aqui em Cametá conquistando a Colônia dos Pescadores e que hoje voltou pra direita, simplesmente foi entregue de mãos beijadas pra direita”.

Ele retoma a questão das formações proporcionadas pela Igreja prelatícia às suas bases e que muito contribuíram na conscientização das gentes e retomada dos sindicatos, mas, a partir de agora, sente a necessidade de uma Igreja mais combativa, uma Igreja mais aguerrida às lutas sociais.

Por que que não houve reação? Porque houve falha da Igreja na continuidade da formação. A Igreja se calou. A Igreja parou. A Igreja parou no tempo e não teve mais coragem de voltar nas comunidades, sentir os problemas das comunidades. Nos últimos anos ela se preocupou com o sacramentalismo e esqueceu do social, e é por isso que hoje muitas Colônias voltaram à direita e os Sindicatos não estão lutando pelos seus direitos, tá com uma direção dos trabalhadores mas não tem força de lutar por aquilo que é do interesse, falha de uma Igreja que se trancou no sacramentalismo e esqueceu do social.

A observação de Carlos Neto a um possível silêncio da Igreja diante das necessidades de lutas sociais é explicada em outro momento. Para ele a mudança de bispo na Prelazia a partir do ano 2000 trouxe uma redução nas formações e um considerável enfraquecimento no envolvimento da Igreja prelatícia nos movimentos e lutas sociais. O narrador declara: “quando Dom José Elias saiu daqui, que era um grande defensor da Teologia da Libertação, nós recebemos outro bispo que era aliado à direita, defensor da direita, era contra os movimentos sociais, era contra a pastoral social [...]”.

Diante de toda essa realidade assistida, ao olharmos para os vinte anos compreendidos dentro das duas décadas estudadas, percebemos o expressivo envolvimento da Igreja prelatícia nas formações, organizações sociais e políticas na região. Sua participação em favor dos trabalhadores da região é algo que, como ressaltamos no item sobre Anilzinho, chamou atenção até mesmo fora do estado do Pará e fez da Prelazia de Cametá uma referência em termos de lutas pelos direitos sociais dos trabalhadores.

Uma das referências de resistência também traz à tona a luta da Prelazia em prol dos “atingidos pela barragem”, isto é, os sujeitos afetados pelos resultados da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

O narrador Roberto informa que este era um assunto que deixava Dom José muito aborrecido, porque ele dizia que os trabalhadores não tinham paz com as políticas do governo para a Amazônia.

Como parte dos Grandes Projetos para a Amazônia Brasileira, foi definida a construção de uma usina hidrelétrica em Tucuruí, com vistas a fornecer energia elétrica, principalmente para outros investimentos a serem instalados na região, como: Carajás, Albrás e Alunorte.

A Cartilha “Lei Anilzinho: A Reforma Agrária dos Posseiros” (1988, p. 4), organizada pela CPT-Cametá e Centro de Comunicação da Prelazia de Cametá, discutindo sobre a “Barragem de Tucuruí”, no contexto dos “Grandes Projetos”, traz um destaque: “O GOVERNO FEDERAL através da ELETRONORTE, empresa concessionária da ELETROBRÁS, constrói a partir de 1975, uma barragem no município de Tucuruí, para produzir energia ao CAPITAL TRANSNACIONAL como: CARAJÁS, ALBRÁS, ALUNORTE”.

Nessa mesma reportagem, a Lei Anilzinho (1988, p. 5) chama a atenção para dois fatos significativos: primeiro, “a construção da barragem de Tucuruí, atraiu para a região Tocantina, empresas e pessoas vindas das várias regiões do Brasil, com objetivo de enriquecer”. Em segundo lugar, ela aponta também: “Com a construção da barragem, duas aldeias indígenas, os PARAKANÃ e os GAVIÕES, e quatro mil famílias, na sua maioria trabalhadores rurais, tiveram suas terras inundadas pelo LAGO DA BARRAGEM, com uma dimensão de 2.430 Km²”.

Toda essa situação acabou por gerar muito desconforto para as pessoas que perderam casas e plantações por causa da inundação do Lago de Tucuruí. E apesar das promessas, a Eletronorte não cumpriu com a indenização acordada e devida às famílias prejudicadas. Isso acabou por causar sérios atritos entre a Eletronorte e as pessoas prejudicadas, organizadas no movimento “Atingidos pela Barragem.”

O Jornalzinho Comunidade Cristã na edição nº 103, de outubro de 1982, questionava exatamente o que iria acontecer com essas famílias (cerca de 30.000 pessoas, na sua maioria pequenos agricultores) após a inundação do Lago. “O que vai acontecer abaixo da barragem?”. Em seguida, trazia outro questionamento: “O que vai acontecer com as árvores que vão ficar submersas com a inundação do lago? Qual vai ser o prejuízo disso para os ribeirinhos?”.

Todos sabemos que o prejuízo para os ribeirinhos e demais pessoas que viviam/vivem nos municípios abaixo da barragem foi grande. A fartura de pescado como se via antes da construção da barragem, não se viu mais; os trabalhadores perderam suas terras e quando receberam algum lote em troca do seu era terra de má qualidade. Denunciava o Jornalzinho da CC nº 100 (1982, p. 17): “os poucos (agricultores) que conseguiram lote tiveram que receber um terreno pela metade do que tinham antes e em terra tão pobre que nem mandioca presta”.

A solução foi “acampar”, como forma de pressionar a Eletronorte e cobrar o respeito e qualidade de vida às famílias despejadas de suas casas. Assim, o Jornalzinho nº 103 (1982, p. 02), em seu editorial, noticiava: “O POVO EM TUCURUÍ FAZ ACAMPAMENTO”. E em parágrafo adiante afirmava: “O ACAMPAMENTO foi sem dúvida nenhuma o marco e o reinício de uma nova caminhada de um movimento de protesto e reivindicação que já iniciou há vários anos atrás e se apresenta de um modo mais organizado em 1981”, fazendo referência ao acampamento realizado em novembro do ano anterior em Novo Repartimento.

Esse mesmo editorial afirmava que a CPT (Comissão Pastoral da Terra) da Prelazia de Cametá estava “com este povo que foi mal indenizado pela Eletronorte em Tucuruí, Jacundá, Repartimento, Breu Branco, Itupiranga, num longo trecho da Transamazônica e Mojú”.

Encerra o editorial afirmando positivamente o resultado do Acampamento:

Com o acampamento o lavrador, o pequeno comerciante, o sem-terra e sem casa conseguiu levantar a cabeça e exigir alguma coisa muito natural – O DIÁLOGO.

No diálogo e na REIVINDICAÇÃO conseguiu questionar a política da Eletronorte sobre as casas que anteriormente não tinha apresentado nenhuma perspectiva de solução; conseguiu questionar o Getat sobre a sua política de entrega de lotes...” (COMUNIDADE..., 1982, p. 02).

Foi essa realidade que levou a Prelazia de Cametá a se envolver através de suas CC's, Sindicatos e Pastorais, bem como, a puxar discussões sobre o assunto dentro dos encontros, como o Encontro Anilzinho. No IV Encontro Anilzinho, realizado na localidade de Nova América, Transcametá, na data de 20 a 25 de outubro de 1983, um dos temas debatidos no encontro foi acerca das “consequências da barragem de Tucuruí para os moradores da região” (SOUSA, 2002, p. 141).

O próprio Dom José, bispo prelatício, como foi citado no início desta abordagem, ficava sempre inquieto com esta situação dos “atingidos pela barragem”. O narrador Natalino de Jesus diz que ele era um bispo muito presente nas lutas sociais e que “lá em Tucuruí ele também se meteu, junto com gente dos sindicatos e das CC’s”.

A narradora Salete Aquime afere:

Numa das reivindicações pra vim a energia pra cá (pro Baixo Tocantins), em 96 (1996), em Tucuruí, nós estávamos lá, os trabalhadores lá fora, nós éramos de onze a treze pessoas lá dentro fazendo greve, aí chegou o destacamento[...], o exército de [...] Marabá pra fazer a gente sair de dentro da hidrelétrica porque lá era área de segurança nacional. Eu me lembro – muito forte – é que Dom José Elias estava de férias. Então ele veio de Minas e chegando em Belém, ele, o Evandro que era prefeito de Oeiras e o João Medeiros que era o daqui eles foram pra Tucuruí nos tirar de lá. Ele chegou a ponto de nos tirar de uma situação que a gente já ia preso. Então, a gente se sentia muito protegido, o nosso medo terminava pela proteção que o bispo nos dava. Então a gente ia pra lá sem medo - sem medo até de morrer -, porque a gente sabia que a gente tinha uma proteção muito grande dele, isso era muito legal, ele protegia mesmo.

Outro narrador a mencionar a disponibilidade de Dom José Elias para as lutas sociais é Carlos S. Neto, o qual afirma:

ele nunca se intimidou, ele ia junto com o povão lá na Barragem pra lutar contra o fechamento da barragem, ele sempre esteve presente, ele incentivava, ele pagou ônibus pra levar gente daqui pra justamente estarem lutando lá pelo que era do interesse deles. Não se conseguiu, mas se alertou pra muitas coisas e muitas coisas se conseguiram graças à luta dele junto com nosso povo, porque queira ou não queira a Igreja é respeitada em qualquer instância, então a presença de Dom José sempre foi importante nessa luta.

Com isso, vê-se que a Prelazia não apenas formava e informava, mas também através de seu clero, do próprio bispo, ela se envolvia na luta e nas reivindicações do povo em prol de mais dignidade, de mais consciência de classe, em prol da tão sonhada “Nova Sociedade”.

4.4 Animadores de comunidades: os agentes “maiores” na multiplicação da educação popular na Prelazia

No início das comunidades [...], quando surgiu a formação das comunidades, precisava [...] de alguém que fosse o elo [...] entre a comunidade e a Prelazia. (Luiz Otávio Carvalho, sujeito da pesquisa).

O narrador e diácono permanente da Diocese de Cametá, Luiz Otávio Carvalho, em entrevista, informa que “no início das comunidades, [...] quando surgiu a formação das comunidades, precisava [...] de alguém que fosse o elo [...] entre a comunidade e a Prelazia. Então criou-se os animadores que ‘tinha’ a finalidade de fazer esse trabalho, esse elo”.

Entretanto, tais homens⁶³ precisavam de uma formação melhor, de uma preparação mais adequada para desempenharem a tarefa de animarem a caminhada das comunidades cristãs. De acordo com o narrador Luís Otávio Carvalho:

[...] eles necessitavam de uma formação maior e criou-se a Escola de Formação dos Animadores, [...] eles vinham pra cá, passavam quinze, vinte dias, até um mês estudando; era oferecido um curso que estava na linha da educação popular e o projeto mantinha um pouco de ajuda financeira porque eles tinham que deixar família, então a finalidade era preparar a eles pra que eles fossem esses agentes de transformação.

Luiz Otávio afere, ainda, que essa formação oferecida aos animadores de comunidades foi na linha da educação popular:

Então a educação popular ela passou a trabalhar mais os animadores naquele momento porque eles seriam os agentes maiores naquelas comunidades, os multiplicadores, então, por isso que eles foram elementos primordiais no desenvolvimento da evangelização (na Prelazia), tanto a nível de Bíblia, quanto a nível das ações sociais; então todos os movimentos sociais passaram a ser coordenados por eles.

Com isso percebe-se, nas palavras do narrador Luiz Otávio Carvalho, a preocupação da Prelazia de Cametá em oferecer uma formação mais aprimorada aos animadores, uma formação na linha da educação popular. Indagado a respeito dessa formação recebida pelos animadores, o narrador Carlos Schafaschek Neto disse que “os animadores foram lideranças onde se investiu mais”.

Carlos S. Neto esclareceu que onde a escassez de sacerdotes para o trabalho pastoral era mais gritante, os animadores foram vistos como grandes colaboradores. Foram vistos como:

⁶³ Inicialmente, o trabalho de animador de comunidade foi direcionado aos homens, somente alguns anos depois é que foram incluídas mulheres nessa atividade pastoral.

homens e mulheres [capazes de] contribuir com os padres; então foi o que aconteceu, se formou essas lideranças e essas lideranças foram as que sustentavam e orientavam as comunidades o tempo todo, eles estavam presentes cada um com cinco, seis, sete comunidades ao redor; visitava, dava formação, orientava e fazia tudo quanto... e articulava para os movimentos da Igreja a nível de região, a nível de paróquia, a nível de tudo, então os animadores foram fundamentais no crescimento das comunidades, eles sustentaram a caminhada na ausência dos padres [...].

Frencken (2010, p. 465) também faz referência à constituição da figura do animador de comunidades e do papel desempenhado por ele junto às CC's na Prelazia de Cametá. Diz que:

Em âmbito local, a coordenação do trabalho das comunidades era assumida pelos "animadores". Cada grupo de dez, doze, quinze comunidades tinham seu(sua) animador(a), escolhido(a) pelos membros daquele grupo de comunidades. Os animadores visitavam, com certa regularidade, todas as comunidades de seu setor para acompanhar os trabalhos, ver de perto os problemas e animar a todos. Quando havia algum problema mais sério que a comunidade não soubesse resolver, o animador era chamado. As despesas de viagens eram assumidas pelas comunidades e, quando o animador havia de ausentar-se por mais tempo, as comunidades ajudavam a família do animador para que nada lhe faltasse. Eram também eles que mantinham contatos regulares com os membros da equipe central. Tratava-se de uma diakonia no mais profundo e evangélico sentido da palavra.

Constituídos os animadores no seio da Prelazia de Cametá e recebido formação à luz da pedagogia freireana, a partir da ação prelatícia, cada animador passou a cuidar específica e diretamente de um determinado "distrito" formado, geralmente, por seis, sete ou mais comunidades cristãs.

Somente em 24 de janeiro de 1993, na Assembleia dos Animadores, onde se encontrava presente o bispo prelatício, Dom José Elias Chaves, e os padres da Prelazia, foram estabelecidas e assinadas as "Orientações e Diretrizes dos Animadores das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cametá" (anexo 15), tendo assinado esse documento o próprio bispo (Dom José Elias), um padre (Padre Geraldo) e quarenta e seis animadores de comunidades presentes na Assembleia⁶⁴.

Em seu artigo 1º, o referido documento de diretrizes afirma que o objetivo da Prelazia seria:

a EVANGELIZAÇÃO conscientizadora e libertadora aos pobres, buscando animados por Jesus Cristo, a construção do Reino de Deus: 'Uma sociedade Nova, Igualitária, Comunitária, onde o povo tenha voz e vez, e

⁶⁴ Doc. das Diretrizes, Anexo 16. O documento completo contém um total de 5 páginas.

uma sociedade justa em que favoreça só a vida, sem oprimidos e opressores⁶⁵.

O grupo dos animadores de comunidade na Prelazia contou com a participação de homens e de mulheres. Carlos S. Neto, ao ser indagado quanto ao número de animadores na Prelazia, afirma que este número chegou à casa dos sessenta membros. Segundo ele, Dom José depositou tamanha credibilidade e confiança na figura e no trabalho dos animadores que chegou a manifestar seu desejo de ordená-los para o serviço pastoral. A boa formação recebida e a eficiência no desempenho de suas atividades pastorais junto às comunidades sob sua jurisdição distrital, levou a serem considerados como “mini-padres”, como depreendemos da fala de Carlos Schafaschek Neto:

Dentro da Diocese (Prelazia) nós chegamos a ter até sessenta animadores e que na época Dom José questionava: Por que que eu não posso ordenar tal coordenador, isto é, tal animador que ele é uma pessoa que sabe conduzir as suas comunidades, ele achava... na verdade eram mini-padres, padres regionalizados e que deram conta, eles tiveram a formação.

Edir Pinheiro, um dos animadores atuantes na Prelazia a partir de meados da década de 70, diz que o grupo de animadores na Prelazia ultrapassou os oitenta membros, dentre homens e mulheres.

Salete Aquime, ex-agente da Pastoral de Educação da Prelazia, ao abordar o trabalho com a educação popular na área prelatícia e referindo-se, principalmente, às dificuldades que encontravam com essa atividade, diz que em várias paróquias, principalmente as da área da Transamazônica, a presença dos animadores junto aos agentes de pastoral da educação popular era constante, “[...] a gente fazia junto com os animadores, porque os animadores é que tinham o conhecimento todo das comunidades[...]”, afirmou ela.

Entretanto, nos últimos anos o serviço dos animadores de comunidades junto à Prelazia (depois Diocese, a partir do ano de 2013) apresentou uma considerável decadência. Foram poucas as paróquias que ainda mantiveram esse serviço, em muitas delas chegou a desaparecer por completo. Mas onde ainda continuaram atuando, os animadores já não possuíam o mesmo entusiasmo, o brilho que os

⁶⁵ Orientações e Diretrizes dos Animadores das CC's da Prelazia de Cametá.

impulsionava nos primeiros anos de trabalho e que “levou Dom José pensar até em ordená-los para o trabalho pastoral”, de acordo com o narrador Carlos S. Neto.

Este narrador atribui parte desse fracasso à mudança de bispo na Prelazia, ocorrida no final dos idos de 1990, o que levou a uma mudança de ação no plano pastoral prelatício, relegando, dessa maneira, segundo ele, os animadores a uma condição secundária ou marginal nas ações pastorais da Prelazia.

Mas, por outro lado, demonstra sua expectativa com a chegada do atual bispo, Dom Altevir, que assumiu a Diocese de Cametá ao final de 2017, com a transferência de Dom Jesus para a Diocese de Bragança. Carlos Neto acredita que Dom Altevir está sinalizando para reativar alguns serviços deixados de lado outrora e, nesse contexto, dar mais incentivo ao trabalho dos animadores de comunidades. Para tanto, Carlos Neto ressaltou o encontro anual de animadores, a nível diocesano, ocorrido em maio de 2018 no Centro de Formação Pastoral Padre Josimo (Seminário da Aldeia) quando os animadores puderam contar com a presença do novo bispo.

Em entrevista com Edir Pinheiro, a respeito do serviço dos animadores de comunidades na Prelazia de Cametá e perguntado quanto ao fracasso ou não no trabalho dos animadores, ele afirmou: “[...] houve sim um fracasso. Eu não lembro o ano, mas seguramente uns dez anos atrás houve um fracasso com a saída dos lazaristas daqui que mais incentivavam, aí o grupo foi ficando um pouco disperso e houve um fracasso total assim de tudo”.

João Maria Pinto, também animador de comunidades junto à Paróquia de Mocajuba na década de 90, em entrevista por ocasião da pesquisa, comunga do ponto de vista de Edir Pinheiro. Entretanto, Edir afirma que o grupo de animadores está tentando se reestruturar em sua atividade de animar as comunidades cristãs diocesanas e fala do atual momento do grupo de animadores:

Hoje ele funciona assim: [...] as paróquias que ainda têm animadores que funcionam mais forte são Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri - tanto Vila de Maiuatá e Sant’Ana (Paróquia) -, as outras paróquias têm pouca. Agora Santa Maria também, Ilha (Paróquia São José das Ilhas) tem uns animadores. Esse é o grupo que está. Houve [...] uma falta nesta reforma da Igreja, quando a Igreja começou [...] houve um fracasso disso, depois Dom Jesus reconheceu o trabalho dos animadores, começamos de novo a engrenar, da Assembleia do Povo de Deus pra cá.

Mas, segundo ele, nem tudo está por terminado quanto ao trabalho dos animadores no espaço diocesano. Estes continuam reunindo e agindo, atuando dentro da Igreja, principalmente tocantina: “[...] existe o grupo, tem mais ou menos trinta, quarenta ainda que fazem parte desse grupo e todo ano realizam um encontro; este ano inclusive vai realizar em maio agora”, referindo ao encontro dos animadores ocorrido nos dias 10 e 11 de maio de 2018.

Em sua fala, Edir aponta, ainda, para os novos rumos que a Igreja Prelática veio tomando nos últimos anos e que, segundo sua análise, explicariam a reordenação de espaço nos trabalhos pastorais, outrora ocupado com o serviço dos animadores, bem como se refere ao conseqüente esfriamento no trabalho destes.

Primeiramente Edir Pinheiro se reporta à atuação de Dom José: “A atuação de Dom José Elias ela foi mais forte [...], mas era o período que era mais forte”; em seguida, fala da presença dos diáconos permanentes no contexto dos trabalhos pastorais na Prelazia: “Aí hoje surgiram outros movimentos, surgiram os diáconos permanentes⁶⁶, [...] os animadores também alguns vão ficando velhos e aí não vão suscitando novas lideranças, né! Então isso é o período”.

O narrador Beneditinho também faz referência ao aparente esfriamento no trabalho dos animadores: “Esse esfriamento ele veio com um desânimo que houve na transformação. ‘Chegou’ os padres diocesanos, não valorizaram muito esses trabalhos que até no tempo de Dom José Elias foi muito valorizado”. Ele fala ainda da rejeição que alguns fiéis apresentavam por não aceitarem muito bem a ideia de que alguns padres tinham uma tendência muito forte na linha da Teologia da Libertação: “o animador era um assessor praticamente do padre, porque na hora que travava uma briga na comunidade, que não queriam o padre porque o padre era progressista, então o animador ia lá resolver os problemas pra depois o padre ir dizer a missa, [...] e isto com os padres diocesanos não aconteceu”.

Não apenas Edir Pinheiro, o narrador Benedito Pantoja dos Santos, conhecido como “Beneditinho”, também fez referência ao novo cenário da Igreja Católica de Cameté onde sobressai o trabalho pastoral dos diáconos permanentes.

⁶⁶ A partir de 2006 a Igreja Prelática de Cameté dá início à formação de diáconos permanentes com a criação da Escola de Formação Diaconal “Padre Geraldinho”. Sua primeira turma, formada entre os anos de 2006 e 2010, contou com ordenação de sete diáconos permanentes: 4 da Paróquia São João Batista (Cameté), 1 da Paróquia de Sant’Ana (Igarapé-Miri), 1 da Paróquia São José (Tucuruí) e 1 da Paróquia São Francisco de Assis (Novo Repartimento). Em 2016 ordenou mais 11 (onze) diáconos permanentes e, atualmente, está na formação de sua terceira turma composta de 11 alunos, candidatos ao diaconato permanente.

No entendimento deles, parte dos trabalhos antes desempenhado pelos animadores de comunidade, hoje é tarefa dos diáconos que se encontram em várias paróquias da Diocese de Cametá.

O narrador João Maria Pinto afere que o ponto-chave para explicar o enfraquecimento do trabalho pastoral dos animadores na Prelazia de Cametá está na substituição dos padres da Congregação da Missão, os lazaristas, pelos diocesanos. Os próprios acompanhantes dos Animadores teriam alertado sobre essa mudança. Ele menciona Padre Geraldão, que teria dito a eles que se preparassem que possivelmente eles (os lazaristas) iriam sair, e teria dito: “Se preparem que vem chumbo grosso por aí”.

Ainda de acordo com outros animadores de comunidade, com os quais conversei de maneira informal no decurso do encontro de animadores, a postura de Dom Jesus, sucessor de Dom José Elias, mais administrativo e menos pastoral, segundo eles, explicaria a redução na participação dos animadores de comunidades no trabalho pastoral da Prelazia.

Com toda certeza, todos esses fatores - saída de Dom José, chegada de Dom Jesus, saída dos lazaristas e criação do diaconato permanente na Prelazia - têm sua parcela de contribuição para a mudança de direcionamento nas atividades pastorais da Prelazia, mas é preciso ter um profundo entendimento de todo esse processo. Com a saída de Dom José Elias e a chegada de Dom Jesus Maria à administração da Prelazia de Cametá, posteriormente elevada à condição de Diocese, a Igreja de Cametá tem um redirecionamento pastoral, mas não apenas pastoral, ideológico também. Ao que tudo indica a Igreja de Cametá pretendeu avançar em outras direções também.

As décadas de 80 e 90 (do século passado) produziram todo um processo de lutas e conquistas, onde a Igreja procurou atuar tanto em níveis pastorais quanto sociais. Mas se fazia necessário avançar, até porque, financeiramente falando, os recursos cooptados do exterior através de projetos da Entidade (Prelazia), estavam cada vez mais minguados. Não dava mais para manter uma atuação baseada em recursos vindos do exterior, fosse de entidades católico-financeiras, fosse de familiares dos padres lazaristas atuantes na Prelazia.

Concluimos que todos esses fatores impulsionaram a instituição religiosa do Baixo Tocantins e Transamazônica a tomar novos rumos, a buscar outros horizontes de lutas, a olhar sob outra perspectiva. Entretanto, não queremos encerrar as

análises acerca desta discussão, vendo neste ou naquele fator um determinante para os novos rumos prelatícios, mas é preciso não perder de vista que a Igreja Católica, ao longo dos séculos, sempre buscou assumir uma postura modernizadora, se adaptar às mais diferentes realidades a ela impostas. Assim sendo, não é diferente para a Igreja Católica de Cametá um redirecionar-se em busca de continuar levando adiante a sua missão principal: Anunciar Jesus Cristo, Libertador!

4.5 Os “Encontrões Anilzinho” e a lei do “menor”

A educação popular caracteriza-se, portanto, como um movimento que parte da organização das classes populares em seus desafios concretos de cada realidade específica. Não é um nível nem uma modalidade de trabalho pedagógico interno ao sistema de ensino, mas a necessidade de os movimentos sociais estabelecerem sua prática pedagógica e se organizarem com ideias e estratégias de luta contra-hegemônica (REVISTA MUNDO JOVEM, 2012, p. 7).

Uma das metas da Prelazia de Cametá com a educação popular se caracterizava pelo “apoio e assessoramento a movimentos populares”, principalmente os ligados às suas comunidades de base (CC’s). Nesse contexto se enquadra a comunidade de Anilzinho, Paróquia de Santo Antonio de Pádua, município de Baião, que no início da década de 80 (século passado) viveu uma das mais duras páginas de sua história, quando sua gente se viu obrigada a pedir ajuda, principalmente à Igreja a qual estava ligada, na pessoa de Padre Tiago Poels, pároco da paróquia de Baião.

Silva (2014, p. 57) diz que “os Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins se depararam com uma conjuntura global distinta de seu modo de vida que, por sua vez, foi e é ameaçado pela lógica do capitalismo”.

Mas, primeiramente, relembremos um pouco da história nacional.

O ano de 1964 foi palco de profundas alterações em vários setores da sociedade brasileira. Entretanto, foi no campo político-econômico-social que essas mudanças se fizeram mais visíveis. Em 31 de março de 1964 os militares, apoiados, principalmente, por setores conservadores da sociedade brasileira (dentre eles a Igreja Católica, principalmente o alto escalão) e sob a bandeira da Doutrina de

Segurança Nacional implantaram no país um governo ditatorial que duraria 21 anos consecutivos: de 1964 a 1985⁶⁷.

Nesse contexto de golpe militar e ditadura, a Guerra Fria e a constante “ameaça comunista” foram fatores que fizeram com que a deposição de João Goulart, um governo democraticamente constituído e com inúmeras propostas de reformas econômicas, sociais, políticas etc., fosse vista como uma salvação para o país.

Derrubado João Goulart e instituído o novo governo sob a orientação das Forças Armadas Brasileiras, tem-se instalado no Brasil um governo ditatorial sob o comando dos militares que vão empreender no país um governo anti-democrático e historicamente repressor. Estes vão fortalecer seu poder de governo e repressão através dos Atos Institucionais “editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Os Atos Institucionais instituídos pelos governos dos militares “foram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das (suas) ações políticas [...], estabelecendo para eles próprios diversos poderes extraconstitucionais”⁶⁸.

Os militares justificaram a edição dos Atos Institucionais, alegando que o objetivo destes era combater a corrupção e a subversão. Foram muitos os Atos Institucionais editados pelos militares, de 1964 a 1969 foram decretados 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares, mas, certamente, o mais repressivo e mais temido por todos foi o AI-5.

Em 13 de dezembro de 1968, o então Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, edita o Ato Institucional nº 5, considerado o mais autoritário ato institucional baixado durante o Regime Militar. [...] Permaneceu em vigor por quase 10 anos. [...] Em apenas 12 artigos concedia ao Presidente da República, dentre outros, os poderes de cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa e, o mais importante, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas no ínterim. O AI-5 também suspendeu o Habeas Corpus para crimes políticos. Por consequência, jornais oposicionistas ao regime militar

⁶⁷ Ao mesmo tempo em que acontecia a implantação do governo militar no Brasil, a Igreja Católica (nos anos de 1962 a 1965) realizava o Concílio Vaticano II, a maior reforma do catolicismo, numa tentativa de reformular sua doutrina para tentar se adequar às novas realidades e exigências do mundo de então.

⁶⁸ Ver em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_Institucionais. Acesso em 03/04/2019.

foram censurados, livros e obras "subversivas" foram retiradas de circulação e vários artistas e intelectuais quiseram se exilar no estrangeiro⁶⁹.

Foi esse governo, instalado no comando do poder político brasileiro, a partir do ano de 1964, que promoveu um bloqueio da participação popular no processo político do país e que vislumbrou para a Amazônia projetos que, na sua concepção, visavam a integração da região ao restante do país e a ocupação dos "espaços vazios", segundo o slogan militar "uma terra sem homens, para homens sem-terra" vindos do Nordeste.

O governo militar do então presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici cria o Plano de Integração Nacional (PIN), através do qual desejava atrair para a Amazônia "mão de obra nordestina liberada pelas grandes secas de 1969 e 1970"⁷⁰.

Dessa maneira, a propaganda do governo federal criou uma intensa campanha, onde são cunhados os lemas "integrar para não entregar" e "terra sem homens para homens sem terras", deixando subtendido que a Amazônia representava um grande vazio demográfico e que se tornava urgente sua ocupação para não se correr o risco de perdê-la.

O PIN previa, ainda, "que cem quilômetros em cada lado das estradas a ser construídas deveriam ser utilizadas para a colonização por cerca de 500 mil pessoas, ou seja, uma meta de assentar cem mil famílias" em solo amazônico. A principal estrada construída atendendo a demanda do programa governamental foi a Transamazônica, a qual, até os dias de hoje, ainda reflete o descaso do governo para com a Amazônia e seu povo, não oferecendo condições mínimas, principalmente em período de inverno amazônico, para quem dela faz uso.

Uma primeira consequência da mencionada política do governo federal é uma desenfreada corrida capitalista para a Amazônia, onde se sobressaem fazendeiros, grileiros etc., e estas terras se transformam em zona de especulação do grande capital. Uma segunda consequência e que persiste até os dias de hoje, principalmente no Estado do Pará, são os conflitos agrários, as disputas onde se defrontam posseiros, grileiros, pequenos produtores rurais, madeireiros, mineradores etc.

⁶⁹ Ver em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_Institucionais#AI-5. Acesso em: 03/04/2019.

⁷⁰ Ver em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_de_Integra%C3%A7%C3%A3o_Nacional. Acesso em: 01/04/2019.

Becker (1998 apud OLIVEIRA 2014, p. 20), referendando o contexto acima, diz que

A estratégia militar lança um novo olhar para a Amazônia [...] (esta) é vista como solução para os problemas sociais do Nordeste, bem como para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo a possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido. Já no que confere aos fatores externos, incluíam a vulnerabilidade da extensa e isolada área à organização de focos de sublevação e ao dinamismo interno dos países vizinhos... somada a essas preocupações está a necessidade de o Brasil assegurar a exploração dos recursos da Amazônia sul-americana.

Silva (2014) diz que “a política agrícola praticada pelos governos militares priorizou, nas diferentes regiões do país, as culturas de exportação e a concentração fundiária”, o que, em outras palavras, foi responsável pelos graves conflitos agrários que foram desencadeados, principalmente, em terras amazônicas, como no sul do Pará, por exemplo, famoso nacional e internacionalmente pelos conflitos agrários. Silva (2014, p. 58) diz, ainda, que tal política agrícola “proporcionou créditos e incentivos fiscais aos grandes proprietários de terra e às empresas agroindustriais, assim, prejudicando o pequeno e o médio agricultor”.

4.5.1 Anilzinho na rota das disputas agrárias

Quanto aos conflitos agrários no Pará, queremos trazer à discussão um dos casos mais expressivos de conflito agrário na área prelatícia de Cametá, entre as décadas de 80 e 90 (século XX) ocorrido na localidade Anilzinho, município de Baião. Vamos conhecer e entender este episódio nos relatos de Padre Tiago Poels (por ocasião do VII Encontro Anilzinho) intercalado com os versos do canto “Na luta com Anilzinho”, construído por um dos membros (de CC’s) participantes dos Encontros Anilzinho com o objetivo de animar tais encontros.

Padre Tiago começa seu relato (ver Relato completo – Anexo 16) observando que as terras de Baião eram “terras de ninguém”, como se diz na gíria, ou melhor, legalmente tinham dono, o governo, são as chamadas “*terras devolutas*”, “terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse”⁷¹.

⁷¹ Ver em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=terras+devolutas+conceito>. Acesso em: 01/04/2019.

O caso dessas terras em disputa (na Localidade de Anilzinho, município de Baião) é que estavam sendo usufruídas pelos posseiros da região para coleta de castanha-do-pará e cultivo de culturas temporárias como arroz, milho, mandioca etc., no entanto, estavam sendo ambicionadas devido à riqueza que apresentavam, principalmente extensas áreas de castanhais (castanha-do-pará).

Padre Tiago afirma que eram “*terras ricas em castanhais*”, daí o interesse de uma família abastada de Baião (além de outras pessoas que da mesma forma ambicionavam tais terras) que desejava arrendá-las para coleta em larga escala, ou escala comercial, da castanha-do-pará, assim como era realizado no município de Marabá pela família Mutran.

De acordo com relato de Padre Tiago, a pedido do povo de Anilzinho o governador baixou um decreto (que saiu no Diário Oficial) reservando esta região de castanhais para o povo de Baião.

Entretanto, no final de 1970 a situação se agravava. Vivia-se o período do governo ditatorial militar pós-64 e este tem um reflexo negativo para a floresta e o povo pobre e trabalhador da Amazônia, como vimos anteriormente.

É neste contexto da corrida para o loteamento e exploração dos recursos da Amazônia amparados pela política governamental dos militares que se dá a abertura da Estrada Transcamentá (BR 422), ligando Cametá a Tucuruí. Diante dessa política de loteamento, chegam grileiros vindos, principalmente do sul do país; e segundo Padre Tiago, com desejo de “se apropriar desta região”. No entanto, parte das terras ambicionadas pelos grileiros haviam sido destinadas aos posseiros de Anilzinho, ou melhor, ao povo de Baião, através de Decreto do Governo do Estado.

Padre Tiago Poels, em seu relato, descreve o que já havia na região, como ela estava ocupada pelos posseiros: “Lá existiam algumas pequenas propriedades à beira do rio Anilzinho e Ipaú, tinha alguns estabelecimentos de comércio para a compra de castanha, as terras eram devolutas e a maior parte estava dentro do decreto”. Entretanto, apesar dessas construções e do uso que já vinha sendo feito da terra pelos posseiros, o capital “selvagem” mostra sua face em Anilzinho e os conflitos também. Através de um cidadão chamado Tião e depois um capataz chamado Gustavo, que desejavam ocupar terras na região, o povo se vê convidado a entregar aquilo que tinha para sua sobrevivência ou então resistir. Optaram pela resistência. Padre Tiago diz que “o povo começou a resistir”. Essa resistência vai se

tornar a marca de Anilzinho, tanto da localidade quanto dos Encontrões que também vão receber este mesmo nome.

Mas a resistência dos trabalhadores tinha forte oposição e por determinação de uma Juíza da Justiça da Comarca de Tucuruí chegam “dois caminhões e dois jipes com soldados, armados de fuzis e metralhadoras, que começaram a caçar os homens que estavam trabalhando e através de ameaças embarcaram todos os homens nos caminhões e levaram para Tucuruí”, relata padre Tiago (cf. anexo 16, mencionado anteriormente).

Na estrofe do canto “Na luta com Anilzinho”, criado para um dos encontros Anilzinho, se percebe quão inglória é, às vezes, a luta do trabalhador do campo, diante da ambição de grileiros e fazendeiros e da parcialidade da justiça quando esta assume um dos lados do conflito, justamente o adverso dos trabalhadores. Canta a estrofe: *“Tenho pena daquele povo / do Anilzinho e Ipaú / Joana Peres e Varginha / está sofrendo a mesma dor / lá está o fazendeiro / expulsando o lavrador. / Ah, meus companheiros / veja em que ponto chegou (bis)”*. Os versos do canto representam um verdadeiro retrato daquela situação de desespero que o povo trabalhador de Anilzinho e de outras localidades da Prelazia estava vivendo.

Mas as desgraças não foram apenas com os homens adultos em Anilzinho, mulheres e crianças também se viram vítimas da opressão do poder, nas palavras de Padre Tiago: “Derrubaram as casas, destruíram as plantações, as mulheres fugiram das suas casas, atravessaram igarapés à noite, uma estava de parto e adoeceu e continua sofrendo as consequências desta doença até hoje”.

O canto “Na luta com Anilzinho” também trazia sua denúncia em forma de versos. A luta de classes em Anilzinho era contada e cantada também em rimas: *“Tocou fogo em onze casas / suas plantações ‘tomou’ / levou porco e galinha / água do poço envenenou / botou os pobres no seu carro / em Tucuruí soltou. / Ah! Meus companheiros ‘veja’ o que nossos irmãos ‘passou’.* (bis)”.

Vê-se que tanto o relato de Padre Tiago quanto o canto “Na luta com Anilzinho” são denúncias de um povo que gritava por justiça. Ambos nos transmitem uma realidade configurada pelo abuso de poder e de autoridade, grilagem de terra, expulsão do trabalhador de seu chão, injustiça, abandono do governo etc. Mas “a Justiça de Deus não falha”. Esta expressão muito usada por aqueles que tem fé e alimentam sua esperança no Deus-Criador se fez presente em Anilzinho. É o que se percebe na continuação do relato de padre Tiago: “Os posseiros que me procuraram

para resolver o problema, orientei que organizassem o local para uma reunião, construíssem um barracão que comportasse umas duzentas pessoas para podermos discutir os problemas”⁷².

Nesse trecho (do relato de Padre Tiago) se percebe o posicionamento da Igreja prelatícia: é do lado dos posseiros, dos trabalhadores. E isso Anilzinho vai mostrar, nos dez encontros realizados, os trabalhadores de Anilzinho e de outras áreas da Prelazia em conflito que conseguiram juntar os grupos sociais organizados em prol de sua luta.

Assim, se fizeram presentes nos encontros, na soma de forças: Igreja Católica prelatícia (Clero e CC's), os STR's, os Sindicatos dos Pescadores, os Sindicatos dos Professores em Educação do Pará, FETAGRI, PT, CUT, CPT etc. Todos eles aderiram à causa do trabalhador, à luta daqueles que buscavam sobrevivência diante da injustiça dos fazendeiros, dos grileiros, dos madeireiros etc.

A Igreja Católica prelatícia, tanto em Anilzinho como em outras áreas da Prelazia em conflito, se posicionava do lado do trabalhador, assumindo conjuntamente os problemas e lutando pela busca de soluções. Lutar pela solução aguardada pelos trabalhadores, expresso nas palavras do relato de Padre Tiago: “Os posseiros que me procuraram para resolver o problema...”. Diante do posicionamento político da Igreja prelatícia, percebe-se que a solução para esses conflitos nada mais seria do que a realização de reforma agrária, onde o trabalhador pudesse ter direito a um pedaço de chão para trabalhar.

Sousa (2002) chama a atenção para os desdobramentos dessa junção de forças em Anilzinho como fator positivo, lembrando que “[...] nesses encontros de trabalhadores ocorridos na Prelazia de Cametá participavam trabalhadores de toda a Prelazia, procedentes da chamada região Tocantina e mais alguns municípios da Transamazônica, até onde se (estendia) a Prelazia de Cametá” e que isso, pela análise do relatório do III Encontro Anilzinho, correspondia ao interesse da ação pastoral da Igreja prelatícia, naquele momento, que estava orientada no sentido de “criar um movimento de oposição sindical que substituísse a atual diretoria e contribuísse para a criação de um ‘sindicato combativo’” (SOUSA, 2002, p. 141).

O posicionamento da Igreja prelatícia em Anilzinho vai se chocar contra todos os que estavam avessos aos direitos dos trabalhadores, inclusive o próprio governo

⁷² Cf. Anexo 16.

do Estado: “recusei sua ajuda (do então governador Alacid Nunes) e disse que enquanto o governo dele concordasse com as opressões feitas aos posseiros da região não aceitaria nenhuma ajuda dele”, relata Padre Tiago, lembrando de seu encontro com o governador do Estado, Alacid Nunes, em um almoço na casa das irmãs Filhas da Caridade.

O relato de Padre Tiago se encerra anunciando a grande vitória da luta entre as classes distintas do trabalhador e dos fazendeiros e grileiros, com a vitória dos primeiros. Relata ele: “Se realizou o primeiro encontro em Anilzinho, enfrentamos dificuldades financeiras, mas [...] como conclusão do encontro saiu a Lei Anilzinho”.

A Lei Anilzinho, a partir de então, passou a representar o símbolo da vitória para os trabalhadores do campo na Prelazia de Cametá. Contribuiu para aglutinar trabalhadores em torno de uma luta conjunta, de uma causa única, a tomar consciência que quando se luta unido são maiores as chances de vitória.

Sousa (2002) diz que “em Cametá, o conflito de Anilzinho foi o fato que marcou o envolvimento da Igreja na luta social em defesa dos interesses de posseiros...” Este autor afirma ainda, como resultado dos Encontros Anilzinho, que “foi a partir desses encontros que se iniciou a organização da oposição sindical em Cametá e região Tocantina” (SOUSA, 2002, p. 136; 138).

4.5.2 Lei Anilzinho: conflitos e resistências

Imagem 05 -- Encarte da Cartilha elaborada e impressa pela Prelazia de Cametá, contendo o conjunto de leis produzidas no I Encontro Anilzinho, realizado na localidade Anilzinho-Baião/PA, e que ajudaram a apaziguar as regiões conflituosas da Prelazia.



Fonte: Arquivo da Diocese de Cametá.

A arte da capa da Cartilha “Lei Anilzinho – a reforma agrária dos posseiros” traz a manifestação do povo em marcha, podendo ser em alusão ao 25 de Julho – Dia do Trabalhador Rural. “No primeiro encontro Anilzinho, os trabalhadores decidiram fazer do dia 25 de JULHO um dia de protesto e luta, denunciando as condições em que vivem os trabalhadores rurais, submetidos à política governamental, que tira o homem da terra para impor o capital” (LEI ANILZINHO, 1988, p. 16).

Podendo ser, também, em alusão à 1ª Romaria da Terra:

Por ocasião do VIII Encontro Anilzinho, foi realizada a Romaria da Terra, participaram centenas de pessoas de todas as comunidades da Região Tocantina. O povo em caminhada pelas ruas da cidade de Pacajá, na Transamazônica, denunciou o clima conflitivo de suas áreas, protestou contra a reforma agrária aprovada na Constituinte 1998, rezou pedindo força para continuar resistindo à violência e reafirmou a LEI ANILZINHO, como instrumento que dá força para resistir a grilagem e reforçar a organização do homem do campo (LEI ANILZINHO..., 1988, p. 17).

Podiam ser vários momentos da caminhada do povo prelatício a partir da realização do Primeiro Anilzinho. O povo prelatício – posseiros, comunitários, sindicalistas e sindicalizados, professores, clero – tinha orgulho da sua Lei, tinha esperança que com ela os conflitos se resolveriam a seu favor e estavam certos.

O narrador Carlos Neto em sua narrativa afere que “Essa invasão [...] ainda continuou ali pra região da Transamazônica, na região do Breu, essa região; mas de Tucuruí pra cá, principalmente do Anilzinho pra cá, não houve mais investimento dos fazendeiros pra tomarem as terras, isso diante da Lei Anilzinho que foi criada”.

As faixas levantadas e exibidas são de orgulho, de confiança, de amor pela Lei construída por eles próprios. Mas também se sobressai a luta que continua, a luta que não para, a luta pela Reforma Agrária, não a Reforma Agrária da Constituinte de 1988 direcionada pelos parlamentares da UDR (União Democrática Ruralista) que através da manobra de seus políticos derrotou a proposta dos trabalhadores que lutaram por uma reforma mais justa para o campo. Uma reforma que garantisse terra, saúde, educação, assistência técnica, crédito e preço para os produtos dos pequenos produtores, que produziram seus abaixo-assinados, que fizeram suas mobilizações, mas que foram derrotados por manobras políticas.

Frencken (2010, p. 472) afirma quanto ao conflito em Anilzinho:

Ficou marcante o famoso caso “Anilzinho”, comunidade na estrada de Tucuruí para Cametá, pertencente à Paróquia de Baião. Padre Tiago Poels defendeu os agricultores locais sem trégua, assim como o fez Padre Geraldo Paridaen diante dos políticos locais de Cametá no caso da entrega de posse da terra aos lavradores de Cupijó. Em razão desta problemática, foi criada na Prelazia a C.P.T. local (Comissão Pastoral da Terra), composta de um advogado, uma educadora e um agrônomo. A C.P.T. daria, a partir de 1980, assistência valiosa ao povo, que havia de enfrentar inúmeros problemas sociais, causados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí pela Eletronorte, atingindo algo em torno de 45.000 pessoas”.

Este acontecimento foi muito significativo na história desta comunidade (Anilzinho) e de outras espalhadas pela área prelatícia e que igualmente foram violentadas em seus direitos e que de diferentes maneiras buscaram registrar na memória, seja em imagens, documentos ou em cantos (elaborados por membros das comunidades participantes dos encontros). Cantos estes produzidos especialmente para animar os encontros, retratando a história de luta do povo da Prelazia, como o canto “Na luta com Anilzinho”, grafado abaixo, e, em parte, refletido anteriormente junto ao relato de Padre Tiago Poels.

Tenho pena daquele povo
do Anilzinho e Ipaú
Joana Peres e Varginha
está sofrendo a mesma dor
lá está o fazendeiro
expulsando o lavrador.
ah! Meus companheiros
veja em que ponto chegou. (bis)

Tocou fogo em onze casas
suas plantações ‘tomou’
levou porco e galinha
água do poço envenenou
botou os pobres no seu carro
em Tucuruí soltou.
Ah! Meus companheiros
‘veja’ o que nossos irmãos ‘passou’. (bis)

Isto está acontecendo
no nosso País inteiro
os pobres não ‘tem’ direito
só quem tem é o fazendeiro.
Ah! Meus companheiros

este é um ponto verdadeiro. (bis)

É uma falta de respeito
me escute, preste atenção
pro pobre já acabou a lei
dentro desta Nação.
Ah! Meus companheiros
que triste situação. (bis)

Perde terra, perde vida
perde tudo o que o pobre tem
se ele procura o direito
é o que o pobre não tem.
Ah! Meus companheiros
não se acredita em ninguém. (bis)

Se o pistoleiro mata um pobre
‘prá’ ele não acontece nada
mas se mata um pistoleiro
o pobre é condenado.
Ah! Meus companheiros
que situação danada. (bis)

Anilzinho é apenas um extrato da situação fundiária que caracterizou o Estado do Pará com a política de loteamento da Amazônia pelo governo ditatorial federal. Os conflitos agrários gerados nessa localidade despertaram a preocupação da Prelazia que passou a intervir na busca de uma solução para o problema enfrentado pelos posseiros da região.

O que os versos do canto (produzido ainda na década de 80) expressam como, por exemplo, o verso “perde terra, perde vida”, referindo-se à perda do trabalhador-camponês-posseiro no confronto de classe com o patrão, o fazendeiro, o grileiro, é um retrato fiel dos conflitos agrários no Pará. E pior, é uma realidade que se vivencia, ainda hoje, no Estado.

Restam as indagações: Quantos assassinatos de trabalhadores por pistoleiros a mando de fazendeiros continuam acontecendo? Quantos representantes da Igreja, da CUT e de outros órgãos e instituições que lutam em defesa do trabalhador continuarão sendo vitimados pelas balas dos pistoleiros? Quantas irmãs Dorothy's ainda entregarão sua vida em favor dos trabalhadores na luta contra os poderosos do campo?

O primeiro encontro Anilzinho – ou “Encontrão Anilzinho”⁷³, como ficou denominado – foi realizado no ano de 1980 em Anilzinho, município de Baião/PA, na própria localidade conflituosa. O narrador Carlos S. Neto nos fala da expectativa por parte dos posseiros, Igreja e demais participantes com esse primeiro encontro:

[...] Nos anos 80 foram anos em que o capitalismo selvagem começou a adentrar nossa região e dentro das quais Anilzinho e Anapu foram as comunidades que foram as primeiras a serem atingidas com a expulsão dos agricultores das suas terras para a invasão dos grandes fazendeiros. Nesse período a Igreja ouviu o clamor do povo a ser expulso e convocou o primeiro Anilzinho. O primeiro Anilzinho que foi justamente pra convocar a Igreja de forma geral e, principalmente as comunidades, para lutarem contra esse sistema opressor, esse sistema de expulsão, essa opressão dos agricultores de suas terras e, evitando, assim, a concentração também das terras. Então, Anilzinho na verdade[...] já foi com esse intuito de conscientizar as comunidades a se unirem e resistirem contra esse tipo de invasão [...].

O círculo bíblico em preparação ao X Encontrão Anilzinho, fazendo memória ao Primeiro Encontrão, diz também que “o primeiro encontro se caracterizou como um encontro de debates, troca de experiência(s) e apoio aos moradores daquela Comunidade, na luta em defesa da terra contra a grilagem, e contou com o apoio da Igreja (da Prelazia de Cametá) na pessoa de Padre Tiago Poels”⁷⁴ e de representantes das CC's.

As dores, as lutas, as angústias e as alegrias do povo prelatício, solidários aos posseiros de Anilzinho, foram registradas nas letras dos cantos e músicas elaboradas especialmente para animar os encontros prelatícios ou “Encontrão Anilzinho”. Cantos como: “Vitória do Anilzinho”, “Calor do Anilzinho”, “Povo da roça”,

⁷³ A cada Encontrão Anilzinho antecedia todo um esquema de preparação e organização pela comissão organizadora: “No dia 29 de junho de 1988, realizou-se a primeira reunião da Comissão de organização do VIII Encontro Anilzinho que se realizará em Pacajá na Transamazônica nos dias 13 a 16 de outubro de 1988 (Trecho do Relatório da Reunião da Comissão de preparação do VIII Encontro Anilzinho).

⁷⁴ Círculo Bíblico em preparação ao 10º Encontrão Anilzinho, 1911, p. 03.

“Queda das florestas”, “No colo da fome”, “Na luta com Anilzinho”, “Esperança de um lavrador”.

Calor do Anilzinho

Mas o povo está pedindo
'prá' botar a luta 'prá' frente
que o calor de Anilzinho
está esquentando muita gente.

Eu estou falando
da nossa 'Trans-Cametá'
que o povo da Nova América
'começaram' se 'esquentá'
estão loteando as terras
para os pobres 'trabalhar'.

Eu estou falando
'prá' minha gente como é
que o calor de Anilzinho
já chegou em Nazaré.

Esse trabalho é que nós
devemos fazer
esse trabalho que precisa desenvolver
esse calor que veio nos aquecer
unindo pobre com pobre
deixa a notícia correr.

Tem uma palmeira
que se chama carnaúba
o calor de Anilzinho
já chegou em Maçaranduba.

Eu estou contando isso
porque a gente 'vê' acontecer
que o calor de Anilzinho

já chegou em 'Belos-Prazer'.

Eu estou cantando
para o povo brasileiro
que o calor de Anilzinho
já está se espalhando
no nosso país inteiro.

(Chicão).

VITÓRIA DO ANILZINHO

Mas o Anilzinho é o marco da história
“conseguiu” a vitória, sim senhor
por isso eu digo aos companheiros
que a nossa luta tem muito valor.

Todo mundo agora conheceu
que Anilzinho já padeceu
mas eles enfrentaram a luta
pois Anilzinho agora já venceu.

Mas olhe meus “companheiro”
que a luta tem que ser assim
unidos pobres com pobres
a vitória tem que vir.

Os pobres estão lutando
e tudo deve-lhes ajudar
se lembrem do Anilzinho
que lutou pra se libertar.

(Chicão).

Os cantos “Calor do Anilzinho” e “Vitória do Anilzinho” expressam bem o momento vivido na Prelazia quando os conflitos armados, grilagem de terra, expulsão de trabalhadores (pequenos proprietários, posseiros) de suas terras começaram a fazer parte do cotidiano do povo prelatício.

Favacho (1984, p. 94), pontua que:

Os cantos criados pelo povo e usados na liturgia retratam sua própria realidade, falam da luta de classe, da opressão e da miséria, da fome e da falta de saúde e educação, do problema da terra e do engodo da classe dominante; fala também da necessidade da união dos pobres, da esperança dos oprimidos, do compromisso pela construção de um mundo mais humano e fraterno.

Eles também, além da localidade de Anilzinho, fazem referência a outros locais dentro da Prelazia que acabaram submetidos ao mesmo destino de conflitos agrários, localidades como: Nova América, Comunidade de Nazaré, Maçaramduba, Belos Prazeres.

A resistência iniciada em Anilzinho se estendeu para outras regiões dentro do espaço prelatício, assim como os encontros “Anilzinho”. Estes buscaram atender as necessidades da população prelatícia que gritava por justiça e passaram a ser realizados nos locais (comunidades, municípios, paróquias) onde os conflitos aconteciam.

Do primeiro Anilzinho resultou a “Lei Anilzinho” com um conjunto de regras que expressavam a luta do trabalhador pelo direito do usufruto da terra trabalhada.

Segundo Silva (2016), em 1981, por ocasião do segundo encontro Anilzinho, a Lei Anilzinho foi reelaborada, tornando-se mais específica e detalhada, sendo chamada de Lei Anilzinho II, que além de priorizar mais a questão de não pedir empréstimos ao banco para não perder a terra, trabalhava a questão de fixar o homem à terra, provando que aquele chão era trabalhado.

Ressalte-se que a cada encontro Anilzinho a Lei era analisada e feitos os ajustes necessários de acordo com as necessidades verificadas.

Algo que chama a atenção nessas análises e reelaborações da Lei Anilzinho a cada encontro é que ainda nos primeiros encontros a orientação para os posseiros era não contrair empréstimos bancários para não se endividarem com os bancos (regra 3.1 da Lei, constante deste texto). Para os últimos encontros, a situação se inverte. Agora é hora de reorientar os trabalhadores em busca dos créditos bancários, como o FNO, por exemplo. De acordo com o Relatório do 10º Encontro Anilzinho, os participantes saíram com as seguintes propostas ao final:

- Lutar para conseguir crédito bancário a juros baixos e correção monetária subsidiada;
- Defender o meio ambiente e lutar para conseguir meios de trabalhar a terra, sem prejudicar a natureza;
- Organização: Reforçar as organizações de base, tais como: CC's, sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicato dos pescadores, sindicato dos professores, buscando uma luta conjunta em toda a região.

Portanto, vemos que a busca de crédito passou a fazer parte dos objetivos de luta dos trabalhadores do campo (1º item-proposta) e que os participantes do encontro

querem reforçar ainda mais os laços de luta conjunta entre eles (3º item-proposta). Agora, quanto à segunda proposta tirada do 10º Encontro Anilzinho, ela é, certamente, uma resposta aos depoimentos dos moradores de ilhas, presentes no 10º Encontro.

O Encontro Anilzinho é o ponto máximo de nossa organização, nós todos vivemos realidades sofridas, só algumas em aspectos diferentes. Antes vivia-se bem do extrativismo, mas hoje por motivo dos recursos naturais estarem sendo devastados, encontra-se dificuldades de sobrevivência. Precisa-se cultivar e usar melhor a natureza, para que dessa forma aumente a possibilidade de sobrevivência. Hoje trabalha-se em prol da preservação.

A Cartilha “Lei Anilzinho – A Reforma Agrária dos Posseiros”, organizada pela CPT-Cametá e Centro de Comunicação da Prelazia teve a finalidade de “que cada delegacia sindical, cada comunidade cristã pudesse discuti-la e encontrar formas de garantir a permanência do homem no campo”.

Esta cartilha apresenta algumas das regras da Lei Anilzinho⁷⁵ que explicitam bem a situação de perseguição aos posseiros, de grilagem na região e de abandono pelo poder público.

1 – Resistir na terra.

1.1 – De maneira imediata:

– Se for preciso com armas: machado, terçado, espingarda etc., resistir à grilagem.

– Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, STR’s, CPT e demais Entidades de apoio, Imprensa, que haja solidariedade mútua.

1.2 – Ocupar a terra:

– Fazer um levantamento dos sem-terra e organizá-los para ocupar a terra, fazendo aplicar esta lei.

2 – Propriedade da terra.

2.1 – A terra é da comunidade.

2.2 – Cabe às comunidades, com ou sem topógrafo demarcar e dividir a área entre os seus membros.

2.3 – Lutar pela titulação da terra.

2.4 – Os membros assinam um documento, reconhecendo que a terra que trabalham ou irão trabalhar é da comunidade.

⁷⁵ Regras extraídas da Cartilha LEI ANILZINHO: A Reforma Agrária dos Posseiros – CPT-Cametá e Centro de Comunicação da Prelazia de Cametá, p. 13-15.

2.5 – No caso de deixar a terra, só terão direito à indenização das benfeitorias, pois a terra pertence à comunidade.

3 – Uso da terra.

3.1 – A terra é para trabalhar e morar nela.

3.2 – Dar prioridade à cultura permanente, manter cultura de subsistência para a família e a comunidade.

3.3 – Não se comprometer com o banco.

3.4 – Discutir nos STR's e CC's uma política agrícola alternativa voltada para os interesses dos trabalhadores.

4 – Comercialização.

4.1 – Organizar cantinas ou cooperativas.

4.2 – Vender a produção e comprar os bens de consumo coletivamente.

4.3 – Promover feira que beneficie a venda da produção diretamente da roça para o consumidor.

5 – Organização Sindical.

5.1 – Participação ativa nas Organizações Populares, Comunitárias, estimular ação e solidariedade entre os trabalhadores.

– Organizar a comunidade com homens, mulheres e jovens através de mutirão e trabalho coletivo, coordenado por uma comissão mista.

– Construir Casa Comunitária, Capela, exigir Posto Médico, Escola para dar mais segurança na terra.

5.2 – Criar comissão de trabalho e estudo, conforme a necessidade da C.S. (Comissão Sindical). Todos os membros da C.C. (Comunidade Cristã) devem ser sindicalizados, exigir do sindicato ação em defesa da classe.

– Criar meios para pressionar os órgãos oficiais.

– Os Sindicatos devem criar comissão de educação política e sindical, para capacitar as lideranças através de cursos.

– Se empenhar na construção da CUT.

5.3 – Política:

– Fazer oposição política.

– Lutar para os trabalhadores conquistarem o poder político.

6 – Encontros.

6.1 – Criar um fundo de manutenção dos encontros.

6.2 – Em encontros ou movimentos festivos, as vendas sejam em benefício das comunidades e Movimentos Populares.

Ao que tudo indica a resistência passou a ser uma das marcas dos trabalhadores-posseiros de Anilzinho e que vai caracterizar o movimento Anilzinho por onde quer que ele aconteça – do 1º ao 10º Encontro. A ordem era ocupar a terra, de preferência com o cultivo de culturas permanentes. Portanto, as palavras de ordem eram: Organizar e Reagir.

Silva (2014, p.60) diz que:

De acordo com o relatório do I Anilzinho: o povo foi obrigado a se organizar, homens, mulheres e crianças, gente simples, da roça, ribeirinhos, que viram suas terras sendo alvo de cobiças tiveram que reagir com armas o que na verdade não eram bem armas, mas sim ferramentas de trabalho, mas naquele momento foi transformado em instrumento de defesa da terra [...].

A Lei Anilzinho determinava que a denúncia de arbitrariedades devia ser feita aos parceiros mais próximos como CC's, STR's, CPT, Imprensa. A terra devia ser ocupada, mas com organização e com a consciência de que esta era propriedade da comunidade, portanto era uma terra coletiva sob a propriedade da CC, para fins de uso-fruto e moradia, não para especulação como os invasores estavam fazendo.

Nisto reside o ponto-chave: A Comunidade. As pessoas eram convocadas a se organizarem, mas uma organização a partir de sua ligação a uma comunidade cristã, deviam pertencer a uma comunidade cristã. Em seguida, deviam se sindicalizar, todos tinham por obrigação tornarem-se membros do sindicato, para assim poderem ter um sindicato forte e combativo como desejavam. Uma vez sindicalizados, deviam exigir ação do seu sindicato. Vemos que a Prelazia, assim como buscava o fortalecimento das CC's, buscava, também, a retomada e fortalecimento dos sindicatos.

Quanto à produtividade, devia-se produzir para comercialização uma cultura permanente, até como forma também de garantir o direito à terra. Para o consumo da família devia-se produzir uma cultura de subsistência. Mas a comercialização devia ser feita em cantinas ou cooperativas organizadas pelos próprios trabalhadores. Era necessário também discutir uma política agrícola alternativa para eles (os trabalhadores).

Quanto aos bancos, valia aquilo que foi comentado anteriormente. No início a determinação é não se comprometer com o banco, somente nos encontros Anilzinho é que se vai redirecionar essa política optando pelo crédito bancário.

Os encontros Anilzinho eram para eles a certeza de continuarem mantendo aquela organização e alimentando o espírito de parceria, comunidade, solidariedade, portanto, a determinação era criar um fundo para organização dos próximos encontros.

Os próximos encontros serviriam para uma reavaliação da Lei e sua aplicação. Nesse sentido, a Cartilha produzida pela CUT e pelo Centro de Comunicação da Prelazia, reforça:

Cada ano os posseiros de toda a região, reúnem-se para avaliar a LEI ANILZINHO e as novas situações que devem ser incorporadas a ela, situações decorrentes da execução da própria lei, das características dos diversos municípios, que exigiam uma ampla discussão desta forma de organização.

Assim, a cada ano, a Igreja Católica, juntamente com a sociedade organizada e posseiros de toda região da área prelatícia, reuniam-se, em locais distintos, para avaliar a Lei Anilzinho e as novas situações que deviam ser incorporadas a ela.

4.5.3 A grilagem de terra e os “Encontrões Anilzinho”

Os conflitos pela posse de terra na área prelatícia se intensificaram com a política de loteamento do governo federal nos anos do governo ditatorial.

A partir de 1979 instalaram-se na região Tocantina as seguintes empresas agroindustriais, todas ligadas à grilagem de terra na região:

- MARFINA (município de Bagre) – “serraria que vem grilando terras de 30 famílias nas localidades de Piará, Pirarucu e Mocajatuba”;
- INCOBAL (município de Bagre) – “fazenda e serraria que grila terras de 25 famílias em Porto de Oeiras e Balieiro, grilando terras também nos municípios de Baião e Oeiras do Pará”;
- ABC (município de Bagre) – “serraria que tem penetrado no rio Parnaíba para grilar a terra dos posseiros e tirar a madeira”;
- JATOBÁ (município de Baião) – “fazenda de gado e serraria grilando terra na comunidade de Cupu”;
- LÁZARO – (município de Baião) - fazenda de gado causadora do conflito de terra de Anilzinho”;

- ARARA (município de Oeiras do Pará) – “fazenda da família dos Deputados AMÍLCAR e AGENOR MOREIRA / PMDB, vendida para a empresa W.J., que grila terras das comunidades de Nova América, França e Costeira”;
- CBG – COMPANHIA BRASILEIRA GEOFÍSICA (município de Cametá) – em “conflito com quatro comunidades com a abertura de picos para pesquisa”;
- ELETRONORTE (município de Tucuruí) – empresa que “desapropriou 6 mil famílias, duas aldeias indígenas (Gavião e Parakanã) e vem se negando a cumprir acordos estabelecidos com os desapropriados”;
- SERRARIA 10 IRMÃOS (município de Limoeiro do Ajuru) – empresa que vem “grilando terras de 13 famílias com ameaças de morte e destruição das casas e plantações”;
- CUNHA (município de Mocajuba) – “fazenda de pimenta do reino que vem grilando terras de posseiros”;
- W.J. (município de Mocajuba) – “principal exportador de pimenta do reino, com grandes plantações. Tem criado vários conflitos de terra e utilizado o assalariamento de posseiros em suas fazendas”;
- MARQUES JACÓ (município de Igarapé Miri) – empresa que vem “grilando terras para plantar pimenta do reino”.

A ampliação dos conflitos agrários levou a Prelazia a estender os encontros “Anilzinho” para outras paróquias da área prelatícia. Assim, a partir do terceiro encontro Anilzinho verificamos sua realização em distintas paróquias da Prelazia, conforme abaixo:

- 1º Encontro Anilzinho – realizado nos dias 10 e 11.07.1980, na localidade de Anilzinho, município de Baião, com o tema: “Terra para quem nela trabalha”;
- 2º Encontro Anilzinho – realizado no período de 6 a 8.11.1981, na localidade de Anilzinho, município de Baião, com o tema: “A questão da posse da terra”;
- 3º Encontro Anilzinho – realizado no período de 28 a 31.10.1982, na CC Nova América, município de Oeiras do Pará;
- 4º Encontro Anilzinho – realizado no período de 20 a 24.10.1983, na CC Nova América, município de Oeiras do Pará;
- 5º Encontro Anilzinho – realizado no período de 24 a 28.10.1985, na CC Livramento, município de Cametá;

- 6º Encontro Anilzinho – realizado no período de 15 a 19.10.1986, na CC Araquembaua, município de Baião, com o tema: “Sem Reforma Agrária não há Democracia”⁷⁶;
- 7º Encontro Anilzinho – realizado no período de 15 a 19.10.1987, na CC Mupi, localidade de Vila de Mupi, município de Cametá, com o tema: “A luta continua”;
- 8º Encontro Anilzinho – realizado no período de 13 a 16.10.1988, na Paróquia de Pacajá, município de Pacajá (Transamazônica);
- 9º Encontro Anilzinho – realizado no período de 11 a 15.10.1990, na Cidade de Limoeiro do Ajuru, com o tema “Essa Terra é Nossa”.
- 10º Encontro Anilzinho – realizado no período de 24 a 28.10.1991, na localidade de Tuerê município de Pacajá, com o tema: “Se a terra não fosse vida, não lutaríamos por ela”⁷⁷;
- 11º Encontro Anilzinho – deveria ser realizado no período de 20 a 24.10.1993, no Centro Agrícola Mutirão, município de Igarapé Miri, com o tema: “Terra e Vida”. Mas não chegou a acontecer.

Portanto, dos onze (11) encontros “Anilzinho” pensados pela Prelazia, foram realizados dez (10), pois o último que deveria ser realizado em Igarapé-Miri, não mais aconteceu. Desses encontros resultaram a Lei Anilzinho, onde com organização e luta, posseiros e sociedade organizada (Igreja Prelática, CUT, STR, CPT, Colônia dos Pescadores etc.) buscaram fazer frente às investidas de grileiros na região, diante da política autoritária de loteamento da Amazônia pelo governo federal.

Silva (2014, p. 57) diz que “a igreja católica progressista da Prelazia de Cametá, ao fazer essa ‘opção preferencial pelos pobres’, abraçou a causa da Teologia da Libertação e tornou-se uma das principais parceiras dos trabalhadores rurais da região que buscavam defender suas terras”.

Questionado acerca do porquê do final dos encontros Anilzinho, o narrador Luiz Otávio afirmou o seguinte:

⁷⁶ Por ocasião do 6º Encontro Anilzinho – ano de 1986 -, Padre Thiago Poels fez uma fala a respeito da necessidade de organização dos posseiros onde vislumbra-se a gênese do PT na região: “Daí o resultado foi o povo começar a se organizar com o encontro Anilzinho, onde surgiu a Lei Anilzinho e as primeiras propostas para o Partido dos Trabalhadores, que foi instrumento para libertação do povo”.

⁷⁷ Posteriormente aos Encontros eram realizados encontros (reuniões) pela comissão organizadora com o objetivo de avaliar cada Encontro.

Naquele momento do início ele era muito forte porque o *menor se acreditava no menor* (grifo do autor) e se organizou de forma muito mais forte. Depois o governo começou a utilizar também da mesma forma de manobrar, utilizar as mesmas palavras comunitárias, a mesma forma de ação comunitária, começou a fazer sua ação de modo a interagir e atrapalhar e muitas vezes, muitos dos nossos animadores, aquelas lideranças que eram muito fortes começaram a ser absorvidas e com a absorção daquelas lideranças que eram muito fortes enfraqueceu o movimento [...] (grifo do autor).

Enquanto o narrador Edir G. Pinheiro, diz que

[...] ‘Foi’ onze ‘encontro’ depois encerrou, se não me falha a memória ele encerrou quando teve o encontro lá no Tuerê⁷⁸; do Tuerê pra cá não aconteceu mais encontro [...] Bom, eu acho que [...] chega um momento que há uma parada, e parou, e até ficou marcado outro encontro que seria em Igarapé-Miri, mas não aconteceu, não lembro bem e esfacelou as comissões, as comissões que eram responsáveis, aí foi uma gota d’água que esqueceu, aí parou.

Destarte, uma das mais consistentes explicações para o encerramento dos Encontros “Anilzinho”, vem da narradora Salete Aquime, ex-agente da Pastoral da Educação da Prelazia, a qual afere que a Igreja prelatícia “fez o papel dela” e que a partir dos encontros “Anilzinho” foram criados vários organismos como a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá), o MODERT (Movimento em Defesa da Região Tocantina), os quais discutem o que era discutido no “Anilzinho”. E confirma que “como aqui na região Tocantina foi criado o órgão pra cuidar do movimento de defesa e desenvolvimento da região, na Transamazônica foi criado também um movimento de luta pela sobrevivência da região”.

Salete, ressalta, ainda, os Gritos da Terra Brasil, evidenciando que todos (órgãos e movimentos citados) discutiam o que era discutido no “Anilzinho”. Segundo ela, tudo isso foi um desdobramento do “Anilzinho”. Ela resgata a seguinte fala de Dom José Elias, bispo da Prelazia na década de 1980, período de realização dos encontros “Anilzinho”, o qual dizia: “a Igreja ela tem início, meio e fim. Tinha um determinado momento que ela ‘tava’ na frente dos trabalhadores, noutro momento ela ‘tava’ no meio, em outro momento ela tinha que está por trás”. Conclui que “como o Anilzinho era puxado pela Igreja e a Igreja fez o papel dela, e como os outros foram assumindo, ela foi pouco a pouco se retirando”.

⁷⁸ Em Tuerê (Pacajá), foi realizado o 10º Encontro Anilzinho e foi o último. Não chegou a acontecer o 11º que seria realizado em Igarapé Miri.

Assim sendo, após o décimo encontro, realizado em Tuerê Paróquia de Pacajá, os Encontros “Anilzinho” tiveram fim. Não foram substituídos por nenhum outro tipo de encontro dentro da Igreja, mas, de acordo com os narradores, eles cumpriram com a finalidade para a qual foram organizados, isto é, chamar a sociedade para discussão acerca dos conflitos agrários na área da Prelazia e buscar meios de trazer a paz para as regiões conflituosas.

Edir Pinheiro foi enfático em aferir que “a participação da Igreja foi [...] muito positiva nessa questão do Anilzinho”. Os resultados vieram “da experiência vivida pelos trabalhadores da região Tocantina com a luta de Anilzinho, possibilitou a conquista dos sindicatos, a resistência na terra criando variados mecanismos de resistir ao poder do latifúndio, estimulando a militância política como direito de decidir os rumos da sua vida” (LEI ANILZINHO, 1988, p. 03).

4.6 Parcerias e recursos

As parcerias no processo de viabilização da educação foram fundamentais para o sucesso de uma educação libertadora pretendida pela Prelazia. “As Escolas das Filhas da Caridade elas faziam muito isso, essa parceria com a gente [...], Mocajuba nos dava todo suporte quando a gente chegava lá”, afirmou Salete.

Pra gente organizar os trabalhadores de educação pública (SINTEPP) era o Colégio (das Freiras) que a gente usava, as discussões com as irmãs e também com os trabalhadores, o sindicato dos trabalhadores rurais, que a gente atuava as irmãs estavam muito presentes. Em Baião, na Transamazônica, Tucuruí, por exemplo, que é uma cidade um pouco diferente, mas a gente atuava.

O apoio nas parcerias se estendia também no sentido inverso, do grupo das agentes da Prelazia em direção às escolas, principalmente no que dizia respeito à educação religiosa, lembrando que esta fazia parte do tripé: educação popular, educação formal e educação religiosa, ambas orientadas e coordenadas pelo Setor Educação da Prelazia. Quanto à educação religiosa e sua dinâmica de atuação das agentes da pastoral, a narradora Salete salienta:

Existia educação religiosa, era assim: convidavam a Joaquina e a Quitó, a Zezé Cordeiro - elas faziam faculdade em Belém, de educação religiosa [...] -, as escolas que pediam pra fazer essa parceria, a Joaquina ia lá mesmo nas escolas, sentava com os professores de educação religiosa da rede pública do

Município e/ou do Estado, digamos com os dois - a professora Joaquina ela fazia muito isso -, ia nas escolas - era o nosso trabalho - e onde as escolas pediam pra fazer essa parceria com a Prelazia, era feito. Realmente, dentro da educação religiosa, a professora Joaquina atuava dentro das escolas mesmo.

Depreende-se da fala da narradora que, apesar do foco da Prelazia com o Setor Educação ser voltado para a educação popular, a educação religiosa também estava bem atendida pela Prelazia. A instituição religiosa procurava não apenas desenvolver sua própria catequese junto às bases, mas oferecia formação para os profissionais que atuavam na rede pública de ensino (estadual e municipal) com a disciplina ensino religioso. Para tanto, as agentes da Pastoral de Educação da equipe prelatícia recebiam formação no IPAR, em Belém. É importante lembrar que tanto em Cametá quanto em várias outras cidades da Prelazia existiam escolas religiosas administradas pelas Filhas da Caridade e que, portanto, ofereciam também um ensino de base católica.

Importante observar que ambos os vieses do tripé educacional sob a coordenação do Setor Educação convergiam para oferecer às bases prelatícias formação, conhecimento e organização. Sem dúvida esse era o fim pretendido pela Prelazia: formação e organização.

No campo econômico, destacam-se várias entidades financeiras europeias que financiavam atividades pastorais em países do Terceiro Mundo como a CEBEMO, BILANCE, CORDEID, MISERIOR, ADIUTO, “BRASIL OP WEG”⁷⁹. No Brasil, um dos grandes parceiros foi o MEB (Movimento de Educação de Base), do governo federal, que vai disponibilizar recursos para que fossem montadas turmas de Educação Jovens e Adultos na área prelatícia⁸⁰.

A SEDUC/PA (Secretaria de Estado de Educação do Pará), em convênio com a Prelazia, liberou várias de suas funcionárias (professoras) para atuarem com a administração de ensino religioso em escolas públicas, nos municípios da Prelazia⁸¹.

Nesse processo de parceria e colaboração devemos ressaltar mais dois grupos de personagens: os monitores e os animadores de comunidade, ambos significativos colaboradores nesse processo de viabilização de educação popular às bases prelatícias.

⁷⁹ Ver item 4.6 Parcerias e recursos, p. 160, deste capítulo, o qual trata dos financiamentos estrangeiros para a educação popular na Prelazia de Cametá.

⁸⁰ Ver itens 3.1, p. 70 e 4.6, p. 160, deste estudo.

⁸¹ Ver item 4.6 Parcerias e recursos p. 160, deste capítulo.

Os monitores eram pessoas da própria localidade onde se montavam turmas, treinados para atuarem na transmissão de ensino aos educandos. Como a própria narradora Salete Aquime aferiu em outro momento, estes recebiam um determinado valor em dinheiro por esta atividade. Os recursos com os quais se pagavam os monitores provinham dos Convênios com o MEB. Os Animadores de Comunidades não eram remunerados por sua laboriosa contribuição a esse processo (ver item 4.4, p. 132, deste estudo, o qual trata dos Animadores de Comunidades), mas foram de fundamental importância para a consecução do mesmo.

Não podemos esquecer das agentes da Pastoral de Educação que, com tempo integral à disposição das atividades prelatícias propostas, pensadas e colocadas em prática pelo Setor Educação contribuíram decisivamente para que o projeto de educação popular às bases prelatícias pudesse de fato acontecer.

As parcerias para os trabalhos na Prelazia de Cameté também vieram com os Sindicatos. Se de um lado a Prelazia ajudou no fortalecimento da Oposição Sindical para retomada destes, em contrapartida estes se tornaram parceiros da Prelazia nos Encontros, Formações, Lutas conjuntas, Movimentos como “Gritos da Terra”, “Atingidos por Barragem”, “Romaria da Terra”, “25 de Julho” etc. Igualmente o Partido dos Trabalhadores teve o apoio da Prelazia para sua formação e fortalecimento e, em seguida, se transformou também em parceiro da Prelazia nas ações e movimentos em luta dos trabalhadores da região prelatícia.

Foram várias as parcerias que permitiram às bases prelatícias (comunitários, trabalhadores rurais, sindicalizados etc.) receberem a educação popular pretendida pela Prelazia de Cameté aos moldes da pedagogia freireana.

Essas parcerias foram fundamentais para o financiamento das ações com a educação popular viabilizada pela Prelazia às suas bases.

Em qualquer empreitada, seja ela pastoral ou não, quase sempre há uma questão financeira a ser resolvida. Não foi diferente com os padres lazaristas à frente da Prelazia de Cameté.

O trabalho pastoral por eles desenvolvido exigia cada vez mais investimentos em projetos que necessitavam de recursos financeiros para colocá-los em prática. Projetos que, entre outras coisas, visavam desde a busca de uma maior conscientização via processo de educação religiosa, formal e popular, como também projetos que garantissem às gentes da base um maior conhecimento técnico na área agrícola, da saúde, de mecânica, como também promover melhorias nas condições de

vida desse povo, por exemplo, viabilizando e ensinando-o a cuidar melhor de sua saúde ou tendo assistência institucionalizada nessa área. Mas é óbvio que havia um leque muito maior de atividades desenvolvidas pelos padres lazaristas na Prelazia de Cametá, em grande parte com recursos que vinham do exterior via projetos.

O Setor da Agricultura na Prelazia recebeu muitos investimentos. Foram construídos dois campos experimentais de pimenta do reino: um em Bração-Miri (Paróquia de Santo Antônio/Baião – margem direita do rio Tocantins) e outro em Curuçambaba (Paróquia de Carapajó – margem direita do rio Tocantins). Um terceiro expressivo plantio de pimenta do reino foi cultivado em Cametá, na localidade Aricurá/Cametá (Paróquia São João Batista – margem esquerda do rio Tocantins) a fim de dar suporte aos programas sociais da Prelazia.

A Prelazia chegou a organizar um plantio de pimenta-do-reino nas proximidades de Cametá, que funcionava como forma de apoio ao programa social da Igreja Católica em Cametá. Chegaram a plantar aproximadamente 50.000 pés de pimenta-do-reino. Foram também organizados dois campos experimentais nas localidades de Bração-Miri e Curuçambaba. Esses campos, segundo Bernardo Krommendijk, serviam para demonstrar aos pequenos produtores a forma como se poderia trabalhar a diversificação da produção no âmbito de uma pequena propriedade, garantindo a entrada de recursos em diferentes épocas do ano. O local funcionava também como espaço de treinamento dos pequenos produtores apoiados pela Prelazia, bem como dos monitores agrícolas (SOUSA, 2002, p. 2002).

Com relação ao cultivo da pimenta do reino e demais atividades relacionadas à sua cultura dentro da área da Prelazia, “este trabalho foi possibilitado através de volumosos auxílios por parte do governo da Holanda que financiava os diversos projetos” (FRENCKEN, 2010, p. 470).

Diversos projetos nessa área foram financiados por entidades estrangeiras como a CEBEMO (instituição financeira da Holanda, ligada à Igreja Católica, que financiava ações pastorais na Prelazia de Cametá). Em correspondência de 1989, representante da CEBEMO afirma que, desde o ano de 1974, esta entidade financiava projetos pastorais da Prelazia de Cametá.

No final do ano de 1979 foi elaborado um grande projeto de ação pastoral pela Prelazia para ser financiado (em parte) pela CEBEMO, dividido em quatro parcelas de pagamento, com início do repasse para início do ano seguinte (1980). O referido projeto (C-212-0241 – 1ª fase) previa um custo orçamentário com as atividades

pastorais no valor de nf.884.081,00⁸², o equivalente a Cr\$10.743,968,00⁸³, em valores da época. Sendo que, desse montante, a Prelazia entraria com recursos próprios um valor de nf.112.500,00⁸⁴ e a CEBEMO com o valor de nf.771.581,00, dividido da seguinte maneira: 1ª parcela – ano 1980 (nf.558.998,00 + 58.034,00); 2ª parcela – ano 1981 (52.104,00); 3ª parcela – ano 1982 (53.205,00); e 4ª parcela – ano 1984 (49.240,00). A CEBEMO seria a Organização Financiadora e a CERIS, no Brasil, seria a Instância Assessora. A categoria do projeto era para acontecer com “Desenvolvimento Comunitário” ou junto às comunidades de base da Prelazia.

Na sua área de aplicação, o referido projeto podia ser dividido em dois: Projetos globais (assistência jurídica, desenvolvimento da agricultura, assistência à saúde, coordenação de pastoral social e centro de informação da Prelazia) e projetos locais (ampliação da maternidade do hospital de Oeiras do Pará, capacitação de mecânicos e melhorias na oficina de Oeiras e atividades de formação e conscientização em Tucuruí).

Para se compreender como, nesse momento, os investimentos na área da agricultura, saúde e coordenação da pastoral social (onde se incluía a educação popular) estavam sendo priorizados pela Prelazia, basta olhar a distribuição, constante do referido projeto, em relação aos projetos globais, mencionados anteriormente:

Totalidade dos Projetos:⁸⁵

| | |
|-----------------------------------|-------------------|
| 1- Assistência Jurídica. | Cr\$ 653.200,00 |
| 2- Desenvolvimento Agrícola. | Cr\$ 4.025.000,00 |
| 3- Assistência à Saúde. | Cr\$ 1.967,500,00 |
| 4- Coordenação da Pastoral Social | Cr\$ 1.256,000,00 |
| 5- Centro de Informação. | Cr\$ 301.900,00 |

A assistência jurídica seria destinada, principalmente, para os sacerdotes e comunitários das CC's – diante da “situação insegura reinante (nesse momento) na região” – para prestar esclarecimentos sobre “legalização de terras”, “projetos executados pelo governo”, “legalização de cooperativas ou lojas comunais” (cantinas) etc.

⁸² Valores em florim neerlandês (moeda usada nos Países Baixos até 2002, quando a Holanda entrou para a União Europeia e adotou o euro como moeda para o país).

⁸³ Câmbio em dezembro de 1979= Cr\$ 100 = nf. 6,25. Tomando-se por base o IPCA de jan./1980 e fev./2019, esses Cr\$10.743,968,00, corresponderiam ao valor de R\$ 2.624.118,35.

⁸⁴ Valores arredondados.

⁸⁵ Transcrito do Projeto intitulado “Programa de Desenvolvimento Regional”, encaminhado a CEBEMO pela Prelazia de Cametá, no ano de 1979.

O desenvolvimento agrícola previa proporcionar a ampliação de culturas cultivadas pelos pequenos camponeses das comunidades rurais. Cultivavam culturas de subsistência como arroz, milho e mandioca. Pretendia-se ampliar para cacau, café, guaraná e, principalmente, pimenta do reino, com apoio do campo experimental de Baião. Previa-se, também, realização de cursos de formação e contratação de engenheiros agrícolas. Ressalte-se que, segundo dados contidos no Projeto em apreciação, a Prelazia, através da MISERIOR, atendia camponeses nos primeiros anos não produtivos com a cultura da pimenta do reino, através de um fundo de crédito, uma vez que só poderiam conseguir créditos bancários aqueles que já possuíssem plantações a partir de 500 pés de pimenta.

No campo da saúde justificava-se pela ampliação de saúde preventiva para as CC's do interior com formação de monitores, parteiras e enfermeiros, em parceria com as comunidades de base.

Quanto à coordenação da pastoral social, destinava-se à coordenação e planejamento das atividades no campo pastoral social para toda a região, planejamento anual de cursos, viagens etc., realização de 10 cursos em Cameté e em outros locais disponíveis, elaboração e edição de um pequeno jornal e de material didático para as enquetes das comunidades de base, além de ampliação dos meios de transporte, material e pessoal para prosseguimento dos cursos em andamento e acompanhamento às comunidades de base.

O centro de informação, por sua vez, visava estabelecer um centro administrativo e informativo para as bases em Cameté e onde os comunitários pudessem vir buscar material didático e documentação, bem como um lugar onde pudesse ser discutido os mais variados problemas.

Em fevereiro de 1983 foi encaminhado o projeto C-212-1139R, correspondendo à segunda fase do "Programa de Desenvolvimento Regional", ou seja, uma continuidade do projeto anterior C-212-0241. Este estava sendo encaminhado para ser também financiado pela CEBEMO. O montante agora a ser financiado era de nf.800.587,50, sendo que desse montante a Prelazia entraria com nf.349.946,75 e a CEBEMO com nf.450.640,75, o que em valores de moeda brasileira daquele momento correspondia em Cr\$24.345.000,00 ou nf.450.383,75⁸⁶.

⁸⁶ O câmbio nesse momento (março de 1982) estava equivalente a Cr\$ 100,00 = nf.1,85. Tomando-se por base o IPCA de mar./1982 e fev./2019, esses Cr\$24.345.000,00, corresponderiam ao valor de R\$ 1.337.339,35.

Mas não apenas CEBEMO e MISERIOR financiavam projetos na Prelazia, outras entidades como BILANCE e CORDAID também faziam parte dessa relação.

Os recursos eram de extrema necessidade para o andamento dos projetos pastorais na Prelazia. No setor educacional, além dos materiais que eram confeccionados pela própria Prelazia, ela tinha que manter cinco agentes por conta da Pastoral de Educação, totalmente remuneradas e disponibilizadas para atuarem somente no campo da educação, além de outras despesas com viagens, cursos, transportes etc. Ressalte-se que ficou determinado pela Prelazia que os agentes de saúde atuantes nas comunidades de base não seriam remunerados.

Assim, de acordo com dados levantados pelo presente estudo nos arquivos da Diocese e confirmados pelos narradores, os recursos financeiros para custear a ação com a educação viabilizada pela Prelazia às suas bases vinham, principalmente, da Europa, de entidades internacionais voltadas para auxiliar ações dessa natureza.

Carlos Schafaschek Neto afirma que os recursos financeiros, em sua maioria, vinham da Holanda, da instituição CEBEMO⁸⁷ (entidade holandesa de cooperação internacional ligada à Igreja e que auxiliava o desenvolvimento de comunidades eclesiais de base). Tais recursos, cooptados pelos padres holandeses incardinados na Prelazia de Cametá através de projetos, “eram verbas avulsas”, isto é, em grande quantidade, como pudemos observar na discriminação do projeto “Programa de Desenvolvimento Pastoral” elaborado pela Prelazia e aprovado pela CEBEMO.

A narradora Salete Aquime, que coordenou por determinado período a Pastoral Social da Prelazia de Cametá, afirmou que além da CEBEMO⁸⁸ (da Holanda), as verbas também vinham de outras instituições como a BILANCE, CORDAID (também da Holanda) e MISERIOR (da Alemanha).

Eu lembro que essas nossas eram holandesas, eram da Europa [...] sendo que a MISERIOR era [da] Alemanha. O Bernardo pagava os nossos salários. Nós éramos agentes da pastoral liberados. A gente não assumia outro trabalho no município. A nossa disposição era pra viajar pra quaisquer comunidades, quaisquer municípios a gente viajava.

⁸⁷ Entidade de Cooperação Financeira Internacional, ligada à Igreja Católica. A CEBEMO era uma das entidades estrangeiras que financiavam as atividades pastorais da Prelazia de Cametá.

⁸⁸ CEBEMO, MISEREOR, BILANCE, CORDAID eram instituições financeiras do exterior (Holanda e Alemanha), ligadas à Igreja Católica, que financiavam ações pastorais na Prelazia de Cametá, assim como em outras partes do Brasil. A MISEREOR, por exemplo, é obra da Igreja Católica da Alemanha, está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América.

Mas não tão somente de recursos financeiros do exterior viveu a Prelazia de Cametá. No Brasil, ela fez parceria com o MEB (Movimento de Educação de Base). Entretanto, segundo afere essa mesma narradora em sua narrativa, as verbas provenientes “do MEB não era um recurso pra nós (agentes da Pastoral), era para os monitores”. Ela reafirma que os recursos com os quais eram pagas as agentes da Pastoral tinha outra procedência: “Pra nós, os agentes da pastoral, era um recurso que a comunidade internacional mandava”.

Perguntado o interesse de instituições financeiras internacionais em financiar projetos na linha da educação na Prelazia de Cametá, o narrador Luiz Otávio afere que essas instituições estavam ligadas à Igreja Católica e o objetivo de sua criação era exatamente financiar ações pastorais da Igreja em países fora da Europa. Em uma das correspondências da CEBEMO à Prelazia de Cametá, seu representante deixa claro que a preocupação maior da entidade é com a organização do povo em busca de seus direitos e de melhores condições de vida.

Na Prelazia de Cametá, não apenas em grandes projetos ou projetos a médio e/ou longo prazo eram investidos recursos cooptados das entidades estrangeiras ou da própria Prelazia. Havia projetos pontuais, projetos imediatos para uma determinada atividade, como, por exemplo, para realização do Encontro Anilzinho (assunto tratado no item 4.5 – p. 139, deste capítulo) ou o 1º Congresso das Comunidades Cristãs, (ANEXOS 17 e 18).

Frencken (2010, p. 473) também reforça o que já vimos acima: “os projetos maiores, como os de pimentais, oficinas etc., eram financiados através de entidades na Europa, como a CEBEMO do governo holandês, “BRASIL OP WEG”, MISERIOR, ADIUTO da Alemanha e outras...”.

Entretanto, é bom que se ressalte, ainda nos primeiros anos de missionariedade na Prelazia, os padres lazaristas usavam de outras estratégias a fim de desenvolverem na região atividades pastorais-missionária que precisavam de recursos financeiros. Frencken (2010), afere que a região do Tocantins era, naqueles tempos (das missões lazaristas), muito desprovida de quase tudo que pudesse servir ao progresso do povo. Diante disso, para levar adiante suas atividades pastorais com os trabalhos apostólicos e de assistência social os padres holandeses, incardinados na Prelazia de Cametá, precisaram usar seus períodos de férias em sua terra natal para conseguir angariar fundos para suas atividades. É o que diz o trecho abaixo:

Os padres, de férias na Holanda, dedicaram, portanto, boa parte de seu precioso tempo de descanso a atividades diversas a fim de angariar fundos para os seus trabalhos. Palestras, conversas, homilias em Missas, shows, “noites de missões”, formação de grupos e clubes de apoio, campanhas de porta em porta, visitas a entidades oficiais de suporte (MIVA – saúde, MEMISA – transportes) tanto na Holanda como em alguns outros países da Europa, como Alemanha (ADVENIAT – catequese etc.): nada era demais para conseguir ajuda financeira para a Prelazia de Cametá” (FRENCKEN, 2010, p. 399-400).

Mas da Europa não vinham recursos para projetos apenas via entidades financeiras. Existia também ajuda proveniente de paróquias, como menciona Tiago Boets em uma correspondência a Dom José Elias Chaves e Padre Henrique Riemsdag.

[...] Domingo passado estive em Doetinchem, na casa do irmão do Geraldo (Frencken). Vi os filmes e os dispositivos. Gostei. Com este material vou com ele preparar uma exposição numa paróquia em Rotterdam, que festeja seus 20 anos de existência. Esta paróquia quer fazer algo em benefício de uma paróquia no terceiro mundo. Lembrei-me, então, da Terra Prometida e a ideia de construir um centro comunitário. Em Rotterdam gostaram da ideia e no fim de Novembro vou ter que ir lá, fazer as pregações e assim iniciar a campanha” (Correspondência de Tiago Boets, CEBEMO, 29/10/1980 – Ver anexo 19).

Dessa maneira, os padres lazaristas da Prelazia de Cametá conseguiam driblar as dificuldades e tocar adiante os trabalhos pastorais na área prelatícia. E, assim, demonstrar na *práxis* cotidiana que é possível com dedicação, trabalho e compromisso com a luta social, a luta do povo, transformar uma realidade de opressão e “abandono” em potencialidades e proporcionar às gentes da base (prelatícia) condições de “transforma(r) o mundo natural e social (e religioso) para fazer dele um mundo (mais) humano” para todos (VÁZQUEZ, 1968, p. 03).

NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

Toda e qualquer atividade quando realizada, ao seu final, ou pelo menos, ao nos depararmos com um ponto de parada, sem que isso, no entanto, signifique o final da caminhada, mas talvez um reestruturar-se, um reorganizar as forças, um reabastecer das energias para seguir adiante, quem sabe(?), tem sempre um gostinho de vitória ou não, dependendo da satisfação a que a caminhada permitiu chegar.

Após dois anos de caminhada entre pesquisas, disciplinas cursadas, eventos realizados e participados, conversas com sujeitos da pesquisa, com orientadora, viagens ao arquivo documental, noites mal dormidas, preocupações, alívio, ansiedade etc., chegamos a um ponto de parada. E nesse *talvez descansar* é o momento do balancear; do ajustar as contas, do apresentar a resultância.

Foi maravilhoso acompanhar as “caminhadas” missionárias/pastorais dos padres lazaristas da Congregação da Missão da Província de Fortaleza em terras tocantinas e transamazônicas e perceber seus anseios pela NOVA SOCIEDADE “onde os pobres sejam respeitados, onde as mulheres tenham vez e voz, o homem do campo tenha a sua terra pra trabalhar, onde todos tenham educação libertadora, estrada, saúde e alimentação adequada” (Salmo do Tocantins, p. 122), e ver esse anseio realimentado pelo ardor missionário do pastoreio inebriado pela Teologia da Libertação de mais um Filho da Missão (da Província Brasileira), Dom José Elias Chaves, onde sob sua administração (décadas de 80 e 90 do século passado) a Igreja Católica da Prelazia de Cametá foi cenário de lutas camponesas, de organizações sindicais e políticas, de enfrentamento com o próprio governo através de empresas e forças (policiais) repressoras que o representavam; cenário-palco de celebrações da vida, celebrações de alegria e esperança, celebrações da vitória diante do opressor; mas onde essa Igreja também foi sinal de esperança e realização para muitos que desejavam a “luz” do conhecimento, o pronunciar das sílabas e palavras, o despertar em direção à cidadania, aos ideais preconcebidos etc., quando, por meio da metodologia freireana, os “oprimidos” das áreas tocantina e transamazônica tomaram consciência da opressão sofrida e fizeram desta reflexão um engajar mais consistente em prol de sua plena libertação (FREIRE, 2017, p. 43).

Foi nessa perspectiva de anseios e realizações, idas e vindas, no contexto da Prelazia que se verificou através dos cursos em geral (alfabetização de adultos, formação de lideranças, parteiras práticas, agentes de saúde, agricultores, monitores

etc.) e treinamentos nas áreas específicas o formar e informar viabilizado pela Prelazia e buscado pelos objetivos deste estudo.

O Jornalzinho Comunidade Cristã da Prelazia deu sua expressiva contribuição nesse contexto, ajudou a tornar mais claro o agir e interagir dos vários sujeitos da pesquisa (clero, juventude, agentes da Pastoral, políticos vindos da base, lideranças comunitárias, CC's) num configurar e tecer de relações e ações, apoiadas por órgãos e entidades financiadoras (nacionais e estrangeiras), que se delinearam através dos projetos desenvolvidos pela Entidade religiosa prelatícia ou pelas próprias comunidades, mostrando, com isso, como “o povo se tornou o autor principal de uma profunda mudança de sua vida. Cresceu nesse povo uma clara consciência de que as possibilidades para a realização dos projetos comunitários encontram-se nas próprias pessoas” (FRENCHEN, 2010, p. 472).

O “avançar para águas mais profundas”, em termos políticos, desejado por Dom José Elias e articulado pelos vários atores e segmentos que compunham a base prelatícia nas décadas de 80 e 90 do século passado (CC's, trabalhadores rurais, ribeirinhos, sindicatos dos trabalhadores/pescadores/professores etc.) traduziu-se em conquistas, a partir de então, como eleições de dois prefeitos de esquerda em Cametá (Quaresma – do sindicato e Irácio – das CC's), um em Igarapé-Miri (Roberto Pina), e mais um em Oeiras do Pará (Evandro), ambos oriundos da base, além de comandos de secretarias de governo e participação em conselhos municipais. O próprio Carlos S. Neto, ex-membro do clero prelatício no período estudado, e a ex-agente da Pastoral de Educação da Prelazia, Salete Aquime, (ambos narradores neste estudo), concorreram ao majoritário em Cametá; além da eleição para o legislativo de Zé Capina, do Partido dos Trabalhadores/Cametá, e de Natalino de Jesus, narrador neste estudo e animador de comunidades da paróquia de Limoeiro do Ajuru. Vê-se a partir dos exemplos mencionados que o viés político na formação das bases prelatícias apresentou seus resultados, uma vez que “as lideranças estavam sendo preparadas, inclusive para assumir cargos políticos [...], não só cargos públicos, políticos, mas, como também, participar dos Conselhos Municipais, [...] como de educação, de saúde [...]”, como bem argumentara Carlos S. Neto.

Um questionamento acompanhou o desenvolvimento deste estudo: Houve contribuição ou não da Prelazia para uma formação cidadã das gentes da sua base? A resposta pode ser percebida ao longo do trabalho, principalmente nos capítulos três (“O sentido da educação popular na Prelazia de Cametá”) e quatro (“Ver, julgar, agir e

resistir”). O povo protagonizou sua história, recebeu formação e orientação para melhor viver e produzir, trilhou os caminhos da conscientização a partir dos cursos e informações recebidas, buscou e lutou por seus direitos (seja com os “Anilzinho”, seja com os Acampamentos pelos atingidos pela Barragem de Tucuruí). A educação de cunho popular recebida pelas bases prelatícias contribuiu, assim, de forma significativa para as gentes da base. Com isso, “a iniciativa própria tornou-se o motor de vitalidade das comunidades, incluindo cada vez mais pessoas, valorizando os dons diversos e a boa vontade” (FRENCHEN, 2010, p. 472).

É nessa certeza que chegamos a este ponto de parada na caminhada com este estudo. A Igreja Católica de Cametá se voltou para suas bases com uma proposta de educação, a qual foi bem acolhida. A resposta destas foi revertida por mais qualidade de vida, de cultivar, de cuidar da saúde, de se organizar, de lutar por seus direitos, de se informar, de celebrar a vida. Certamente o desejo de uma NOVA SOCIEDADE, pensada e defendida pela Prelazia, não tem aqui, com isso, a sua plena realização, contudo, acredito está a caminho, continua em movimento à espera de que outros também possam contribuir com mais ações nessa caminhada.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Joana Pompeu; LISBOA, José Rivaldo Arnaud. **INSA: 60 anos de educação Vicentina**. Cametá: Estratégia, 2002.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Massangana, 2010.

BELUZO, M. F.; TONIOSO, J. P. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. 2015. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistaonline/arquivos/cadernosdeeducacao/sumario/35/060420155200716.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

BOT, Cláudia Mehler. Reconstrução do conhecimento com a educação popular. In: **Revista Online Brasil Escola**. c2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/reconstrucao-conhecimento-com-educacao-popular.htm>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Brasília: [s. n.], 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación: Revista latinoamericana de Ciências Sociais**, v. 1, n.1, p. 53-76, jun. 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019

CHEMANE, O. D. O que Paulo Freire ensinou na África ou o segundo caderno de cultura popular. **Movimento - Revista de Educação**, Niterói, v.4, n.7, p.82-208, jul/dez., 2017.

CÍRCULOS Bíblicos em preparação ao X encontrão Anilzinho. Pacajá: [s. n.], 1991.

CNBB. **Plano de Pastoral de Conjunto: 1966-1970**. Rio de Janeiro: CNBB, 1966. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183626.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

COMUNIDADE cristã. Cametá: Prelazia de Cametá, n. 103, out. 1982.

COMUNIDADE cristã. Cametá: Prelazia de Cametá, n. 143, fev. 1990.

COMUNIDADE cristã. Cametá: Prelazia de Cametá, n. 2, set. 1969.

DOMINGUES, Andrea Silva; CARROZZA, Newton Guilherme Vale. História Oral, Discurso e Memória. **Tempos Históricos**, v. 17, 2. Sem. 2013, p. 141 – 161.

FAUNDEZ, Antonio. Paulo Freire e sua influência na América Latina e na África. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 36, p. 593-611, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/4663/4609>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FAVACHO, José Coutinho. **O Catolicismo Amazônico a as CEB's diante das transformações sociais em ocorrência na Região**: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação. 1984. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FIALLOS, C. A. Diálogo a Partir das Perguntas Sugeridas para Consulta do CEAAL. *In*: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (org.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época)

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. (O mundo, hoje, v.10). Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Acao_Cultural_para_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Amílcar Cabral**: o pedagogo da revolução. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. 38 p. [Organizado por Laura Maria Coutinho, com base em palestra gravada de Paulo Freire no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação Universidade de Brasília, em 8 de novembro de 1985].

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau**: registros de uma experiência. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-R&lr=&id=MzTTAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT>

4&ots=UQrDgAkGL9&sig=EGZoQyo3EzESSA2cLZb7ew1udiU&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: EGA/Coletivo Sabotagem, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 21. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 64. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, S. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=lbzNAAQBAJ&pg=PT4&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=true. Acesso em: 22 jan. 2019.

FRENCKEN, Geraldo. **Em Missão: Padres da Congregação da Missão (Lazaristas), no Nordeste e Norte do Brasil.** Fortaleza: UFC, 2010.

GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia.** São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos.** São Paulo: IPF, 1999. (Cadernos de EJA, v. 06)

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire na África: notas sobre o encontro da pedagogia freireana com práxis política de Amílcar Cabral.** Disponível em:

forum.unifreire.org/fórum paulo freire 2010/.../Comunicado_do _Gadotti.pdf. Acesso em: 07 mar. 2019.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire na África: Notas sobre o encontro da pedagogia freireana com a práxis política de Amílcar Cabral. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO FÓRUM PAULO FREIRE*, 7., 2010, Cabo Verde. **Anais eletrônicos** [...] Cabo Verde: [s. n.], 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18258791-Paulo-freire-na-africa-notas-sobre-o-encontro-da-pedagogia-freireana-com-a-praxis-politica-de-amilcar-cabral.html>. Acesso em: 5 mar. 2009.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. *IN ROSA G. A., SILVA, Q. S. Educação popular e questão social na América Latina: da desigualdade à resistência*. Disponível em: <http://www.hispanista.com.br/portalesp69.htm>. Acesso em 10 de março de 2019 <http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/552.pdf>

GARCÉS, M. D. Educação Popular e Movimentos Sociais. *In: PONTUAL, P., IRELAND, T. (org.). Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 53-77, dez. 2008.

IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 22 jan. 2019.

KAUTSCHER, Paulo. **Educação popular**. 2010. Disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/paulo-kautscher/educacao-popular>. Acesso em: 06 jun. 2018.

LEI Anilzinho: **A reforma agrária dos posseiros**. Cametá: [s. n.], [1988]. 19 p.

LIBÂNEO, João Batista. **O que é Pastoral**. São Paulo: Brasiliense, São Paulo, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 69)

LISBOA, Elvira Maria Arnaud. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá – 1974-1992**. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 1992.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MARIALVA, Maria Elcineide de Albuquerque. **Educação popular: trajetórias e tarefas no Brasil**. In: Seminário Nacional de Políticas Sociais, 4., Cascavel: PN, 2009.

MATOS, Felipe Marcel Seabra de. **Experiência pedagógica na EJA: o caso da associação atlética de santa maria**. 2013. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MEDEIROS, Alexsandro. Humanização versus Desumanização: reflexões em torno da Pedagogia do Oprimido. **Revista Reflexões**, v. 2, n. 3, p. 127-137, jul./dez. 2013.

MESQUIDA, P.; PEROZA, J.; AKKARI, A. A Contribuição de Paulo Freire à Educação na África: uma proposta de descolonização da Escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 95-110, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 28 de fev. 2019.

MORETTI, Cheron Zanini. **A educação popular em José Martí e no movimento indígena de Chiapas: a insurgência como princípio educativo da pedagogia Latino-Americana**. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1951/CheronMorettiEducacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MOVIMENTO de educação de base. **Quem somos**. Disponível em: www.meb.org.br/quem-somos/. Acesso em: 22 mar. 2018.

MOVIMENTO de Educação Popular no contexto do Pré Golpe de 1964. 2014. Disponível em: <https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/2014/02/21/movimento-de-educacao-popular-no-contexto-do-pre-golpe-de-1964/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MUNDO JOVEM. **A utopia da educação popular**. p.7, jun. 2012.

O QUE é Pastoral de Conjunto ou Orgânica?. 2011. Disponível em: <https://projetoalegrando.webnode.com.br/news/o%20que%20e%20pastoral%20de%20conjunto%20ou%20org%C3%A2nica-/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

OLIVEIRA, Whitney França de. **Ditadura Militar e Igreja em Roraima: postura do governo frente ao ativismo missionário desenvolvido pela Ordem da Consolata da Igreja Católica entre 1968 e 1985**. 2014. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2014.

PEREIRA, Amauri Mendes. Falar de Amílcar Cabral é falar das lutas dos povos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 12, n. 139, p.120-129, dez. 2012, Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/16599/10056>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PEREIRA, Fabíola Andrade; ANDRADE, Vivian Galdino de. Alguns apontamentos da 'Educação Popular' frente à construção de uma escola cidadã. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, V. 82, p.1-10, mar. 2008.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açaí, 2010.

PINTO, Fabiana. O que é história oral?. **Capitolina**. Edição 24, Ano 2, 2016. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/o-que-e-historia-oral/>. Acesso em: 26 mar, 2019.

PRELAZIA DE CAMETÁ. **Vi um novo céu e uma nova terra...** Jubileu de Prata – Prelazia de Cametá do Tocantins – 29 de novembro de 1952. Cametá, Pa: Gráfica Vicentina, 1977.

RELATÓRIO MEB. Cametá: Prelazia de Cametá, 1998.

ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das Mentes. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012. Disponível em:
http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3591/FPF_PTPF_12_094.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e Amílcar Cabral: razões revolucionárias e a descolonização das mentes. In: ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012. p. 13-54.

ROSA G. A., SILVA, Q. S. Educação popular e questão social na América Latina: da desigualdade à resistência. **Revista eletrônica de los Hispanistas do Brasil**, v. 18, n. 69, abr./Jun., 2017. Disponível em: <http://www.hispanista.com.br/portalesp69.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SCOCUGLIA, A. C. **A teoria só tem utilidade se melhorar a prática educativa**: as propostas de Paulo Freire. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ.

2013. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4209/1/FPF_PTPF_12_100.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

SCOCUGLIA, A. C. **África/africanidade**: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. *In*: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euglides; ZITKOSKI, Jaime (org.). **Dicionário**: Paulo Freire. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2010a. Disponível em: encurtador.com.br/qGRZ1. Acesso em: 5 mar. 2019.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A influência de Amílcar Cabral e do trabalho na África na construção da práxis de Paulo Freire**. *In*: FÓRUM PAULO FREIRE, 7., 2010, Cabo Verde. Disponível em: <https://kabuverdianu.blogs.sapo.cv/47358.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho**: a Lei dos Posseiros. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, Adriane dos Prazeres. Trabalhadores rurais do baixo Tocantins, organização e parcerias com a igreja progressista da prelazia de Cametá (1979-1991). **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 2, jun./dez. 2014, p.56-66.

SILVA, Silvio Teixeira da; ASSUNÇÃO, Marlene (coord.). **Chão de Fé, Chão de História, Chão de Amor**. Cametá-Pa: Gráfica Prelazia, 2013.

SOUSA, Arodinei Gaia de. **Irmandade Leiga na Amazônia**: os irmãos devotos de São Sebastião de Belos Prazeres – Cametá-Pará (1960-2010). Cametá-Pará: AGS, 2012. (Coleção Novo Tempo Cabano, 9)

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. 1. ed. Belém: NAEA, 2002. 211 p.

TEIXEIRA, W. S. **Quando ensinar a ler virou subversão**: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo. *In*: ENCONTRO REGIONAL ANPUH, 17. Mariana-MG, 2012a. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf. Acesso em 3 de março de 2019.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em Tempos de Luta: História dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)** in XIII Encontro Regional ANPUH - MG. Mariana-MG, 2012. Disponível em http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

VARELA, Bartolomeu Lopes. A educação, o conhecimento e a cultura nas práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral. **Revista Desafios**, Praia, v. 1, n. 1, p.113-132, nov. 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WEFFORT, F. C. Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. *In*: FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.

ANEXOS

ANEXO 1 - (Cópia da Carta da Prelazia à Universidade da Amazônia – UNAMA)

(ref. p. 65 do texto)

PRELAZIA DE CAMETA DO TOCANTINS
 ESTRADA CONEGO SIQUIERA, 1653
 FONE 781-1157
 FAX (091) 781-1318 - CX. 11
 CAMETA - PARA

DA: PRELAZIA DE CAMETA DO TOCANTINS
 AO: REITOR DA UNIVERSIDADE DA AMAZONIA - UNAMA
 PROF. EDSON RAYMUNDO DE SOUSA FRANCO.

Sr. Reitor,

A Prelazia de Cameta do Tocantins, ao longo dos anos, desenvolve Trabalhos Pastorais com o povo da Regiao Tocantina, na area de Saúde Alternativa, Agricultura, Educacao Popular, Pastoral da Pesca, dentre outros.

É praxis todo ano, os agentes pastorais responsáveis pelos setores realizarem encontros, seminários e cursos de formacao, objetivando melhor eficácia nos trabalhos.

Este anos abordaremos o tema: Religiosidade e Cultura Popular. Por isso, estamos solicitando da Universidade da Amazonia, Instituicao de renome na regio, a liberacao da professora Ivone Maria Xavier de Amorim Correa, que leciona a disciplina Antropologia para nos ajudar nesse encontro, no período de 21 a 25 de setembro de 1994, na cidade de Cametá, sem contudo causar danos aos estudantes desta Universidade, verificando da melhor maneira, possibilidades de reposicao das aulas caso venha necessitar.

Outrossim, informamos a Vossa Magnificencia que entraremos em contato direto com a professora Ivone para explicarmos com maior clareza o tema, assim como, passagens, hospedagem, diária e outros detalhes assumidos pela Prelazia.

Entendemos que a Universidade da Amazonia possa estar perfeitamente integrada com os anseios do povo tocantino, colocando a disposicao dos movimentos populares o ensino e a pesquisa nela desenvolvida.

A Prelazia coloca-se a disposicao dessa Instituicao para evetuais informacoes.

Na oportunidade reiteramos votos de estima e consideracao.

Atenciosamente,

Cametá, 26 de agosto de 1994.

Gerardus Alfons Paridaen.

(Folha-verso do documento).

CAMETÁ, 26 DE AGOSTO DE 1994.

PE. GERARDUS ALFONS PARIDAEN.
 VIGÁRIO GERAL DA PRELAZIA

MARIA SALETE PANTOJA AQUIME,
 AG. PASTORAL - EDUC. POPULAR.

NATALINA NUNES DE SENA,
 AG. PASTORAL - SAÚDE.

ANEXO 3 - (Ofício nº 120/97, acerca do Convênio da Prelazia com a SEDUC –

p. 1)

(ref. p. 77 do estudo)

PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS
 Estrada Cônego Siqueira, 1653 - Caixa Postal, 11
 68.400-000 - Cametá-Pa - Brasil
 C. G. C. 05.349.808/0001-00
 Fone: (091) 781-1187 Fax: (091) 781-1318

Governo do Estado do Pará
 Secretária de Estado de Educação
 Divisão de Ensino

1997/145779
 08/10/97 DEPG 24.10.97
 Cametá, 26 de setembro de 1997 DIAPD-1710

Of. nº 120/97

Exmo. Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
 Belém-Pará.

Sr. Secretário,

Pelo presente, solicitamos a V. Exa., que retome com carinho e atenção, a questão do CONVÊNIO, que foi celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E A PRELAZIA DE CAMETÁ, desde o ano de 1992, após longa conversa entre o SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E O BISPO da Prelazia, levando em conta as grandes desafios que a Educação e outras setoras enfrentam na interpeladora e exigente Região da Amazônia. Vimos na ocasião, que realmente a EDUCAÇÃO não se limita à sala de aulas, mas visa um processo de formação de homem todo, garantido pela lei humana e divina.

Afirmamos e bem imemorable o Estado nos proporcionou fazer através do referido CONVÊNIO, principalmente ao povo do meio rural, onde nem todas as pessoas têm acesso à Escola, onde a evasão escolar é absurda e a miséria impede muitos de frequentar a escola formal porque não têm condições de recursos para condução, roupas, material escolar e os filhos precisam trabalhar para ajudar os pais na renda familiar.

As servidoras liberadas pela SEDUC, para a área de jurisdição de nessa Prelazia, realizam um bom trabalho de EDUCAÇÃO DE BASE, diminuindo visivelmente a evasão escolar, repetência, desânimo, e ajudam as famílias das Comunidades a crescerem no seu ideal de cidadãos.

No próximo ano, a Campanha da Fraternidade terá como tema a EDUCAÇÃO. Queremos UNIR forças com todas as que se propõem levar e lembrar: - a ser mais gente, cultivar as próprias capacidades; ser sujeito consciente e ativo, ser feliz, trabalhar para superar suas dificuldades

- participar da comunidade, aceitar e colaborar com os outros, criar e respeitar a cultura, construir amizade e solidariedade.
- exercer a cidadania, conhecer e viver os próprios direitos, respeitar os direitos dos outros e se esforçar continuamente para cumprir com honestidade os deveres, ser consciente de seu papel no mundo...

ANEXO 4 - (Ofício nº 120/97, acerca do Convênio da Prelazia com a SEDUC – p. 2)
(ref. p. 77 do estudo)

PRELAZIA DE CAMETA' DO TOCANTINS

Estrada Cônego Siqueira, 1653 - Caixa Postal, 11
68.400-000 - Cametá-Pa - Brasil
C. G. C. 05.349.808/0001-00
Fone: (091) 781-1157 Fax: (091) 781-1318

SER responsável, construir uma sociedade mais igualitária e justa.

Neste final de MILÊNIO, somos convidados a criar alternativas para defender e valorizar a VIDA HUMANA, tão ameaçada por contra valores. E as LEIS devem estar cada vez mais voltadas para esse princípio salutar oferecido por Deus, que é a VIDA.

Se a formulação de atual Convênio, não entra nos ditames da Nova LDB, de 20/12/1996 - Lei nº 9.394 e publicada no Diário Oficial a 23/12/1996, solicitamos que sejam reformuladas algumas cláusulas para que o tipo de trabalho de EDUCAÇÃO DE BASE, desenvolvido em nossa Prelazia, não seja sacrificado.

Anexo, enviamos cópia do Projeto seguido com competência pelas servidoras que fazem parte do Convênio.

Esperamos ser atendidos em nossas reivindicações, que achamos justas, sem contrariar as orientações de Exmo. Sr. Secretário de Educação do Nosso Estado.

Atenciosamente,

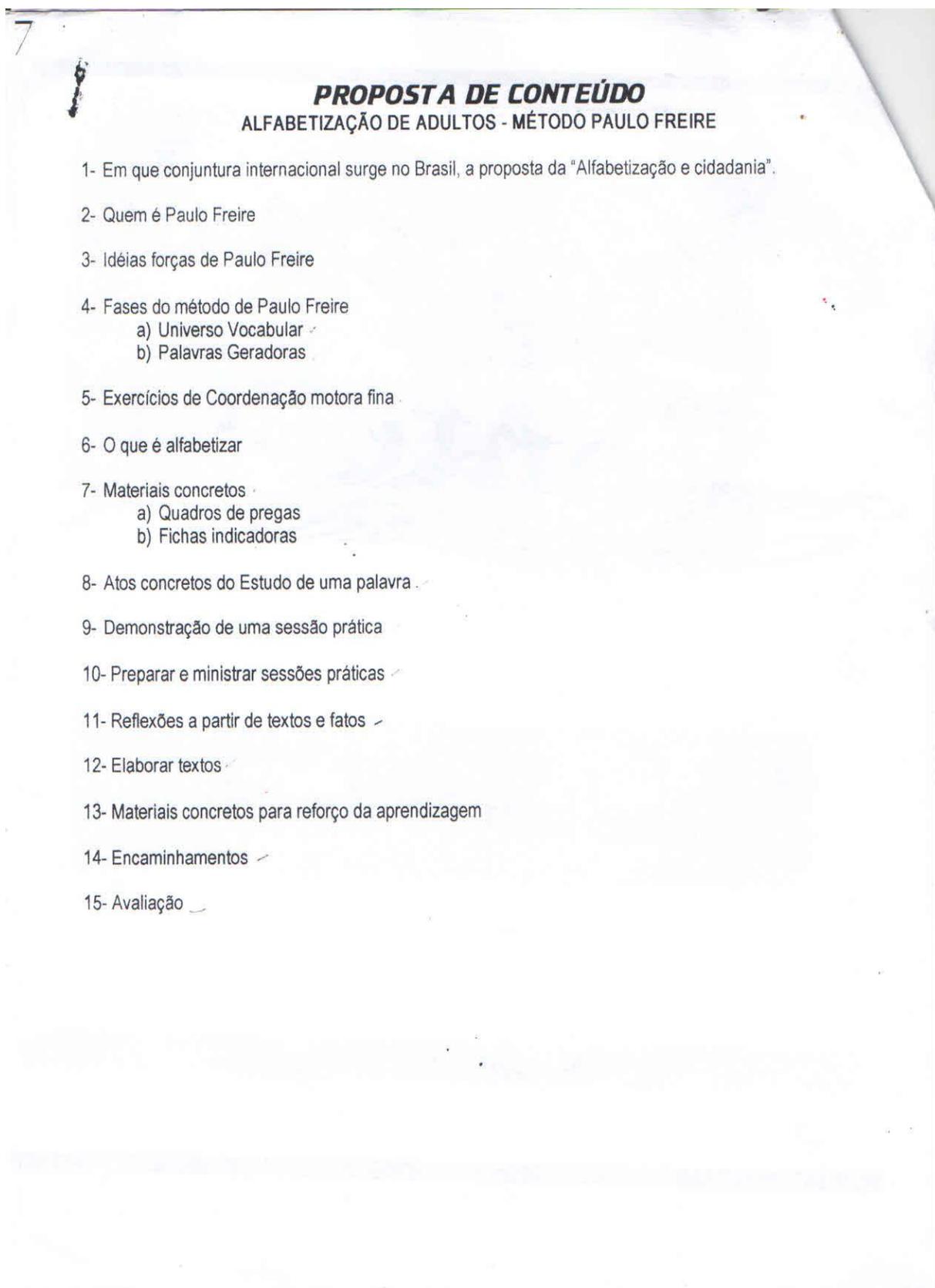


DOM JOSÉ RLIAS CHAVES

BIMPO DA PRELAZIA DE CAMETA'

D. José Rlias Chaves
BISPO DE CAMETA'
C120924928777.10

ANEXO 5 - (Proposta de Conteúdo – turma: Alfabetização de Adultos – Método Paulo Freire)
(ref. p. 97 do estudo)



ANEXO 6 - (Jornalzinho Comunidade Cristã – edição 1 – junho de 1969 – p. 1)
(ref. p. 111 do estudo)

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

PRELAZIA DE CAMETÁ

COMUNIDADE 1

CRISTÃ

COMUNIDADE CRISTÃ : Já em 1953 Papa Pio XII disse que a paróquia é a educadora da vida social, que ela faz a união entre os homens pelos laços da amizade. É uma grande família, na qual o sacerdote é o pai, na qual ninguém é estranho aos outros, e em que na medida do possível, a alegria e o sofrimento de cada um são a alegria e o sofrimento de todos. O cristão descobre na vida paroquial as exigências cotidianas da caridade. Sabemos que isto é a paróquia ideal: Um povo unido ao redor duma figura central; todos se conhecem e procuram amizade.

Mas como é a realidade na Prelazia de Cametá com as suas sete paróquias enormes: a saber: Cametá, Ceiras, Igarapé Miri, Carapajó, Mocajuba, Baião e Tukurui? A paróquia de Tukurui, por exemplo, inclui no seu território paroquial partes de três municípios (Baião, Tukurui e Jacundá). Será que o povo de Jatobal, que pertence à paróquia de Tukurui, conhece a gente de Maturá, que igualmente faz parte da mesma paróquia? E as 40.000 pessoas da paróquia de Cametá podem conhecer-se? Acho que seja um fantasma.

As paróquias são grandes demais, e eis aí o motivo da Comunidade Cristã. Queremos fundar ou animar onde já existe isso: comunidades pequenas que facilitam o contato e fornecem os laços de amizade. Pretendemos ajudar os vigários a dividir as suas paróquias, nas cidades, em bairros (ou seja comunidades pequenas) e no interior, a unificar o povo pelo Culto Dominical. A consequência é que estaremos também interessados em formação de líderes que sabem guiar o povo dessas comunidades pequenas.

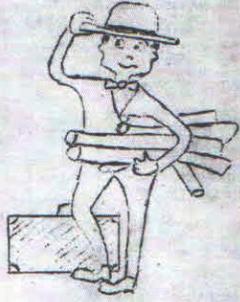
É o jornalzinho: "COMUNIDADE CRISTÃ"? É para acompanhar e estimular a formação das pequenas comunidades cristãs.

Eis-nos de volta a Cametá. De 26 de fevereiro a 11 de abril, a equipe central da Comunidade Cristã esteve em Baião e Tukurui. Além das malas, levamos o desejo, a firme vontade de organizar equipes de homens para dirigirem o Culto Dominical, nos lugares, onde não há Missas todos os domingos.

Na paróquia de Baião ficaram organizadas, em Calados, Itaquara, Joana Peres, Umarizal, nas colônias do Açazal e Bração.

Na paróquia de Tukurui: Xininga, Maturá, Km 22, Km 25, Breu Branco, Jatobal e Jacundá.

O grande interesse dos vigários de Baião e Tukurui muito contribuiu para que deixássemos lançada a semente. O terreno estava preparado. Sentimos bem de perto que entre os cristãos dessas paróquias existe algo que os une. Já realizam em comum alguns trabalhos. Acreditamos na possibilidade de crescerem cada vez mais unidos, podendo melhorar o ambiente em que vivem. A semente ter sido lançada não é o bastante. O essencial é a ação, os bons frutos. A consciência de viver e trabalhar unidos será o resultado da fé, que nos compromete com Cristo e nossos irmãos. A fé cristã autêntica só pode ser vivida se for em comunidade, com outros. Espera-se que estas comunidades se reúnam sempre, em torno da Palavra de Deus. E os cristãos, alimentando sua fé pessoal, reflitam e tomem maior consciência de suas responsabilidades.



DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

ANEXO 7 - (Jornalzinho Comunidade Cristã – edição 1 – junho de 1969 – p. 2)

(ref. p. 111 do estudo)

NOTÍCIAS DA COMUNIDADE : Durante o mês de maio viajamos pela paróquia de Mocajuba. Nossa ida às diversas capelas foi para um contato com os homens interessados em Culto Dominical. O princípio tornou-se difícil, pois não conhecíamos os lugares e muito menos as pessoas. Em alguns lugares o contato com o povo se fez logo. Era gente mais dada. Mas, sempre, por onde passamos encontramos gente hospitaleira. Queremos exprimir aqui nosso apreço e gratidão.

Dos lugares visitados por nós, ficaram organizadas sete equipes de homens que dirigirão o Culto Dominical: em Mangabeira, Icatú, Turema, Vila do Carmo, São Benedito, Areão e Juba. Em Mutuacá e Furtados ficou como estava. Em Mendaruçú, algumas pessoas interessadas se comprometeram fazer o Culto, mas, lá, não ficou equipe organizada. Deixou-se para outra oportunidade.

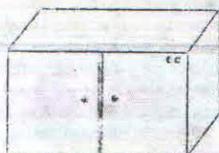
Esperamos que o Culto Dominical, nos lugares onde não há Missas todos os domingos, seja ocasião para reunir os católicos para escutar a Palavra de Deus, melhor compreender sua fé em Cristo e viver como cristãos.

A vida cristã alimenta-se da fé em Cristo e é fortalecida pela leitura, pela audição da Palavra de Deus. A vida cristã manifesta-se na oração particular, na meditação bíblica, na vida familiar cristã, no Culto da comunidade que se reúne para o louvor de Deus. Que o verdadeiro Espírito de Cristo se defunda por esses grupos de pessoas católicas, os anime e eleve a uma forma nova de vida cristã.

Sejam os grupos dessas pessoas uma verdadeira encarnação domunitária de Cristo.

Em vinte lugares já existem equipes, que dirigem o Culto Dominical no interior. Dirigir exige sabedoria, conhecimento. Queria saber o que os senhores acham da seguinte idéia:

Durante o Culto há uma coleta. Com a renda dessa coleta podem comprar: livrinhos: "Jesus Conosco", Bíblia, toalha para o altar, velas; tudo o que é preciso para o culto. Não podíamos fazer pequenas bibliotecas, no começo de 1970? Armários simples, iguais em todas as capelas, e aos poucos encher com livros que têm valor para as comunidades de vocês? Podíamos até mandar fazê-los aqui em Cametá, segundo um modelo exemplar. Depois, vocês poderiam comprar aqui os armários, pagando o material e o mestre-marceneiro. O mestre podia ser um de vocês. Estando de acôrdo; mandem-nos respostas.



Temos no balcão:

- BÍBLIA SAGRADA (editôra "Ave Maria"). Essa Bíblia é para o Culto Dominical na Prelazia. Preço 15,00 cruzeiros novos.
- JESUS CONOSCO, livrinho de cânticos e orações da Missa e do Culto Dominical. Preço: 1,00 cruzeiro novo.
- BATISMO E EDUCAÇÃO, livrinho que explica um pouco o batismo e os deveres dos pais a respeito da educação dos filhos. Preço: 0,50 cruzeiro novo.

LIVROS :

COMUNICAÇÕES : * A equipe central (clérigo Lino Ribeiro e Pe. Geraldo Gomers) da Comunidade Cristã da Prelazia de Cametá (C.C.P.C.) visitou as cidades e o interior das paróquias de Baião e Tucuruí, 26 de fevereiro - 11 de abril, e de Mocajuba no mês de maio.

* Carapajó recebera essa visita durante o mês de julho, 1 - 26.

* Em Cametá preparamos um livrinho, que explica o batismo e a responsabilidade dos pais na educação religiosa de seus filhos. Os secretários das equipes do Culto Dominical receberão esse livrinho.

* Vocês do Culto Dominical no interior, e também vocês dos bairros nas cidades, tendo notícias, avisem-nos. Pois, são vocês que, no futuro, vão escrever a sua "COMUNIDADE CRISTÃ".

LUGAR RESERVADO
para
PIADAS de vocês,
LEITORES da C.C.

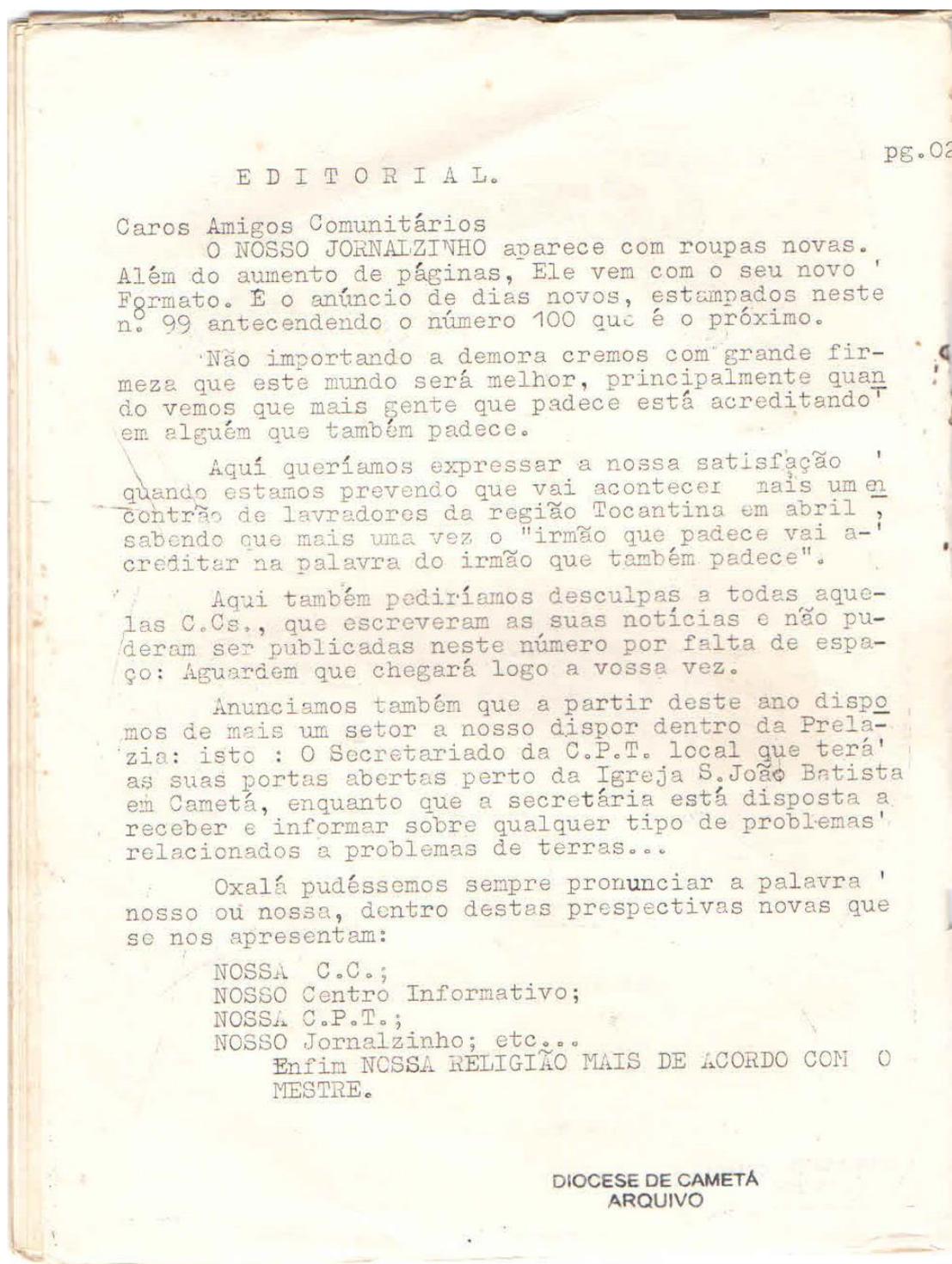


junho de 1969.

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

ANEXO 8 - (Novo formato do "Jornalzinho Comunidade Cristã")
(ref. p. 112 do estudo)



pg.02

E D I T O R I A L.

Caros Amigos Comunitários

O NOSSO JORNALZINHO aparece com roupas novas. Além do aumento de páginas, Ele vem com o seu novo Formato. E o anúncio de dias novos, estampados neste n. 99 antecendendo o número 100 que é o próximo.

Não importando a demora cremos com grande firmeza que este mundo será melhor, principalmente quando vemos que mais gente que padece está acreditando em alguém que também padece.

Aqui queríamos expressar a nossa satisfação quando estamos prevendo que vai acontecer mais um encontro de lavradores da região Tocantina em abril, sabendo que mais uma vez o "irmão que padece vai acreditar na palavra do irmão que também padece".

Aqui também pediríamos desculpas a todas aquelas C.Cs., que escreveram as suas notícias e não puderam ser publicadas neste número por falta de espaço: Aguardem que chegará logo a vossa vez.

Anunciamos também que a partir deste ano dispomos de mais um setor a nosso dispor dentro da Prelazia: isto : O Secretariado da C.P.T. local que terá as suas portas abertas perto da Igreja S. João Batista em Cametá, enquanto que a secretária está disposta a receber e informar sobre qualquer tipo de problemas relacionados a problemas de terras...

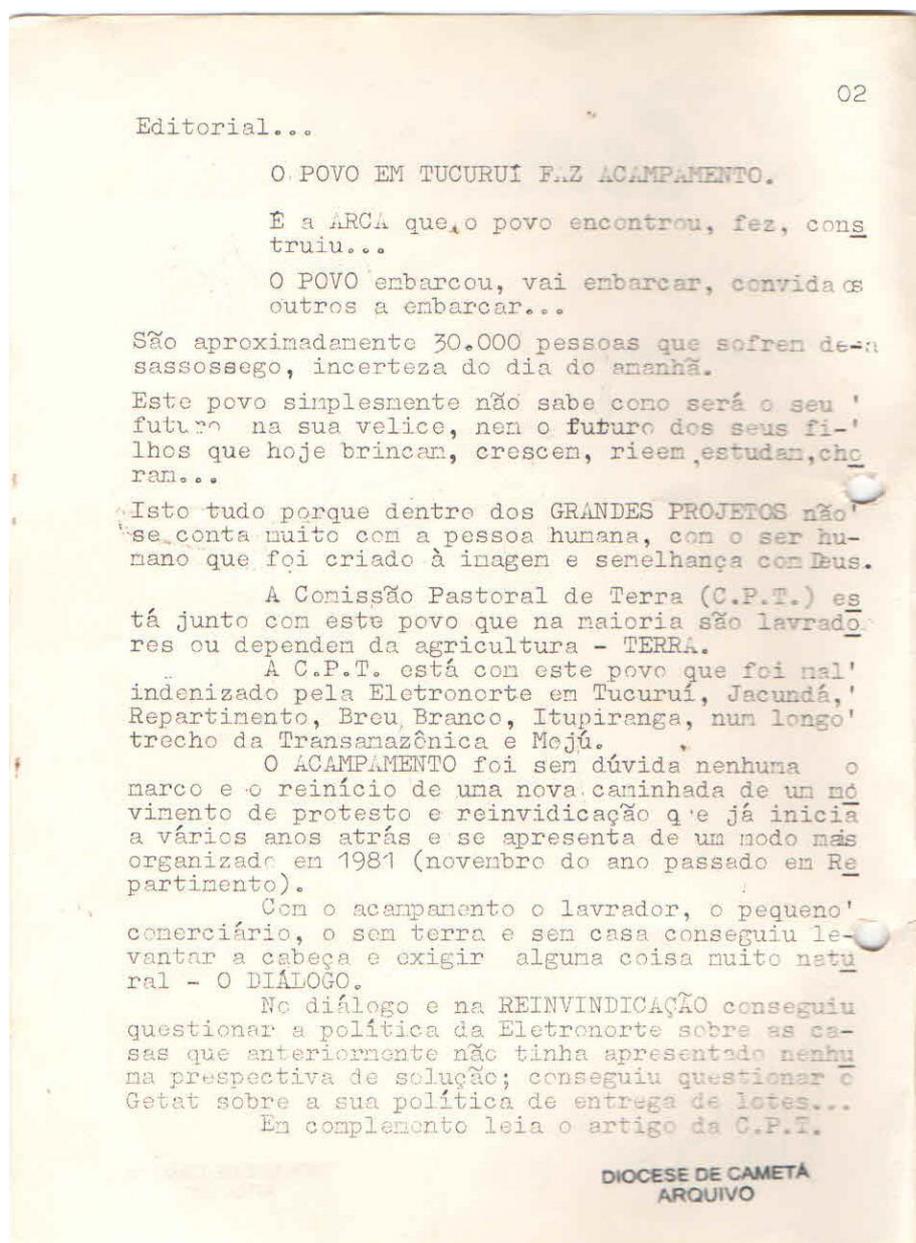
Oxalá pudéssemos sempre pronunciar a palavra nosso ou nossa, dentro destas prespectivas novas que se nos apresentam:

NOSSA C.C.;
NOSSO Centro Informativo;
NOSSA C.P.T.;
NOSSO Jornalzinho; etc...

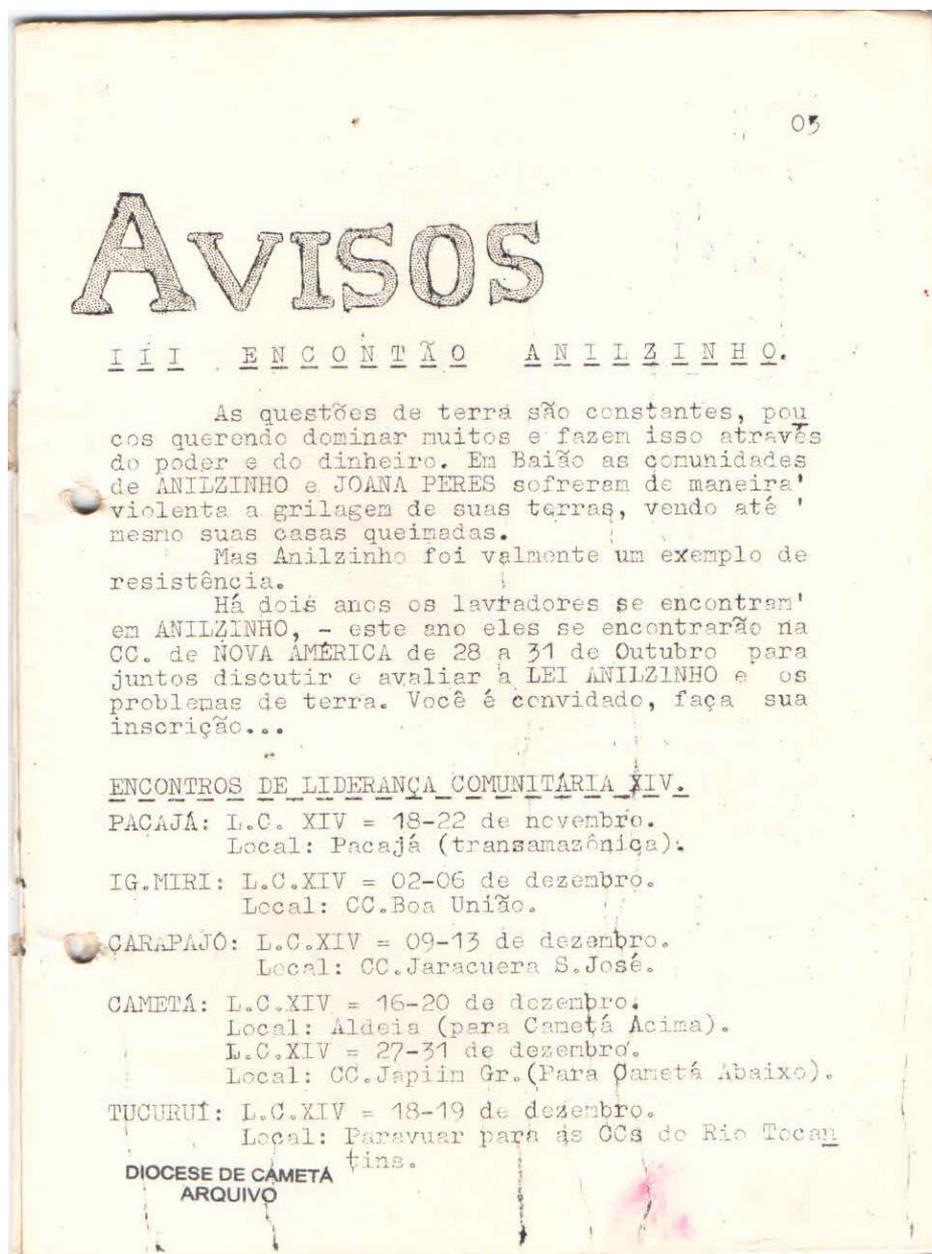
Enfim NOSSA RELIGIÃO MAIS DE ACORDO COM O MESTRE.

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

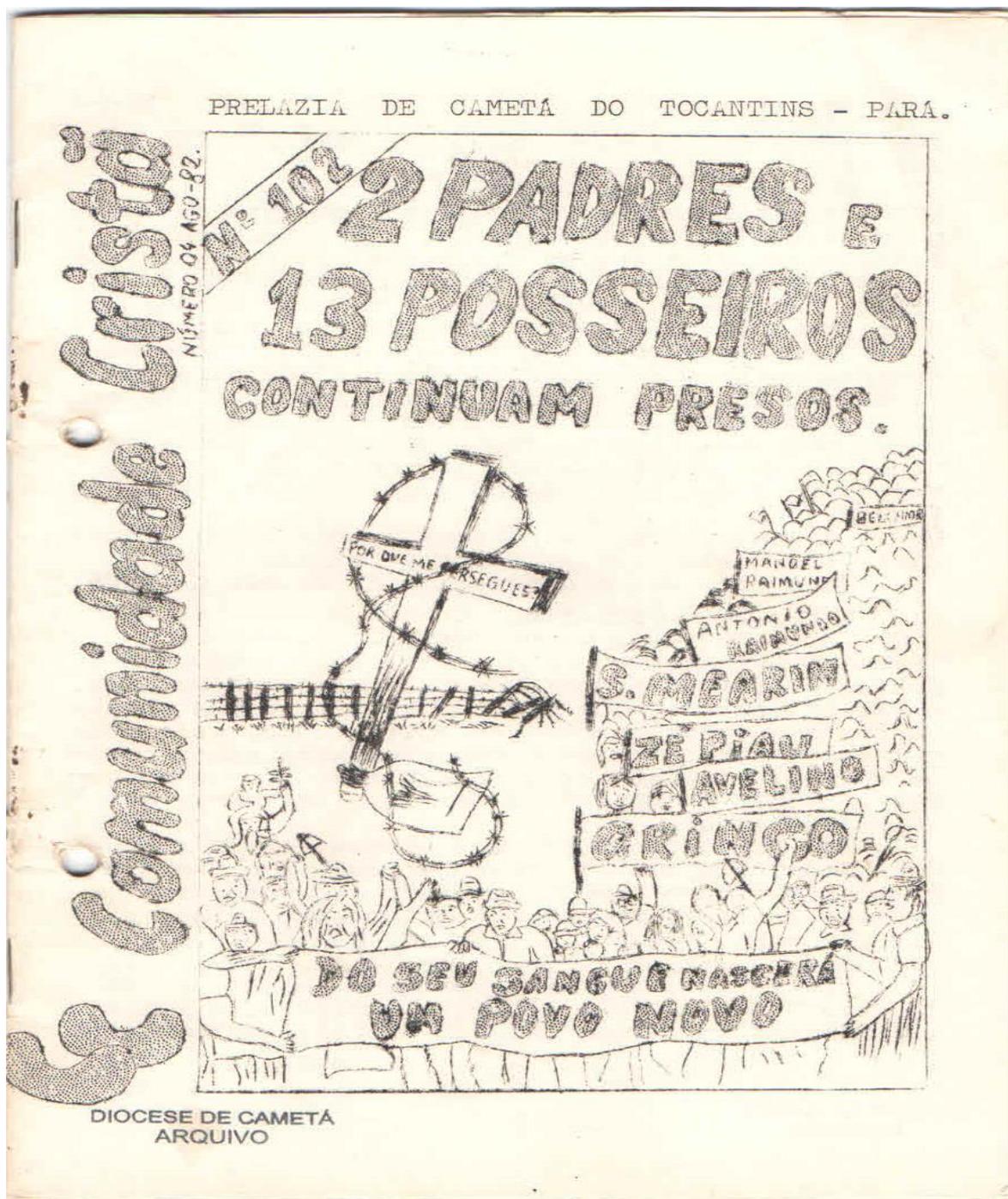
ANEXO 9 - (Movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí / Acampamentos –
JCC.103 - out./82 – p.2).
(ref. p. 112 do estudo)



ANEXO 10 - (Avisos sobre III Encontro Anilzinho - JCC.103 – out./82 – p. 3)
(ref. p. 112 do estudo)



ANEXO 11 - (Jornalzinho das CC's - JCC.102 - 08/82 - Capa).
(ref. p. 112 do estudo)

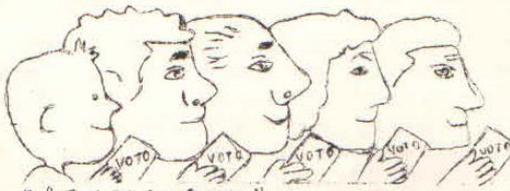


ANEXO 12 - (Jornalzinho Comunidade Cristã: Formação sobre "Fé e Política" –

(JCC.103 - out./82-05 – p. 19).

(ref. p. 112 do estudo)

19



"A FORÇA DO POVO"

Fé e Política

QUAL A POLÍTICA CONCRETA QUE NOS PEDE A FÉ, AQUI E AGORA ?

Vimos que o Plano de Deus - Ele é nosso Pai e portanto somos irmãos, uns dos outros - é uma realidade a ser concretizada e aqueles que acreditam na Boa Nova tem como compromisso construir o Reino.

Vivendo em uma sociedade onde não há fraternidade, nem justiça (veja quantos males se cometem neste país), que rejeita na prática a paternidade de Deus. O cristão se compromete e se empenha na transformação desta sociedade. Um dos meios mais eficazes para esta transformação é a política, inclusive a política partidária. Política não é apenas disputa eleitoral, e sim tudo o que diz respeito a administração do bem-comum.

Este ano, a política eleitoral tem uma importância particular, pois pelo voto o povo vai escolher o rumo que deve caminhar a sociedade brasileira. E como cristãos devemos fazer nossa escolha à luz da fé. A Igreja não tem partidos, nem escolhe partidos ou candidatos, o cristão sim, escolhe.

Como mãe e mestra a Igreja orienta os fiéis de modo a fazerem uma boa escolha. Fornece elementos bíblicos e de sua prática para que, seguindo critérios evangélicos, possamos discernir, diante do quadro político atual, qual o melhor caminho a tomar como cristãos.

O cristão é alguém comprometido com a fraternidade.

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

ANEXO 13 - (Jornalzinho Comunidade Cristã: Formação sobre "Fé e Política" -

JCC.103 - out./82-05 - p. 20).

(ref. p. 112 do estudo)

20
 nidade e a justiça. É alguém que se engaja na construção de uma sociedade igualitária, portanto:

- Procura partidos que defendem a justiça e a fraternidade e escolhe neles pessoas comprometidas com estes valores cristãos.

- Exclui de sua escolha partidos e pessoas que defendem em seu programa e em sua prática o capitalismo. Porque o capitalismo idolatriza a riqueza; atenta contra a dignidade da Pessoa Humana; inspira estruturas geradoras de injustiças; vive um ateísmo prático; considera o homem apenas como ser econômico, objeto de produção e consumo em detrimento dos valores morais e espirituais. Em nosso país o capitalismo é a ideologia dominante e a Lei de Segurança Nacional a sua proteção. Há um partido que abertamente defende esta ideologia caminosa.

Escolhe o partido e as pessoas que possuem melhores qualidades para servir a comunidade, o município, o estado e o País. São qualidades indispensáveis: Ser um partido dos pobres e a serviço dos pobres, um partido que queira mudar a situação do povo para melhor; o candidato deve ser alguém bem conhecido de todos; que tem demonstrado que sabe servir a comunidade sem interesses mesquinhos. Deve ser um companheiro nas lutas populares, alguém que participa do esforço que é feito para melhorar a vida do lugar e das famílias. O candidato deve ser honesto (Prefeito, deputado, governador, ou senador que melhora sua vida com o dinheiro do País é ladrão).

O candidato deve trabalhar em equipe, nunca sozinho, acatar sugestões de todos desde que sejam boas e sirvam à maioria e não a um grupinho.

O voto é uma arma pacífica com a qual o povo pode defender-se e fazer valer seu direito, suas aspirações de justiça, fraternidade, terra, trabalho, saúde, educação, liberdade.

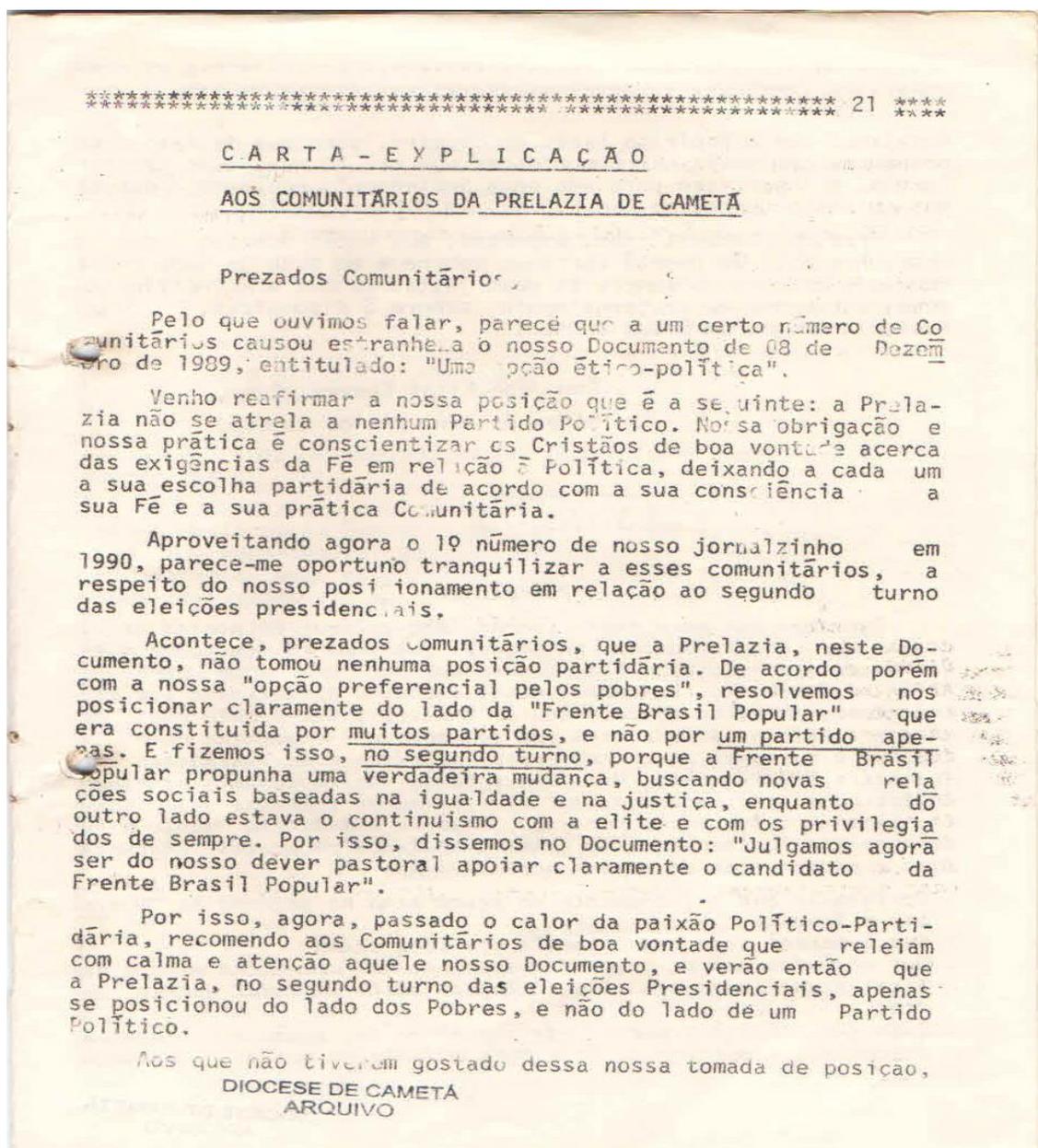
- O voto deve ser consciente, pois é sagrado.
- O cidadão nunca deve vender seu voto,
- Não deve deixar para escolher seu partido na última hora; Não deve anular o voto, ou em branco. LEMBREM-SE após 15 de 11 a luta continua...

// Próximo Jornalzinho será em nov.-dez.//

DIOCESE DE CAMETÁ
 ARQUIVO

ANEXO 14 - (Carta Aberta de Dom José Elias, bispo prelatício de Cametá, ao povo prelatício).

(ref. p. 125 do estudo)



ANEXO 15 - (Orientações e Diretrizes dos Animadores de Comunidades da Prelazia de Cametá – página 1, de um total de 5)

(ref. p. 134 do estudo)

-01-

ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES DOS ANIMADORES DAS COMUNIDADES CRISTÃS DA PRELAZIA DE CAMETÁ.

*Reabida
19/03/93*

*DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO*

INTRODUÇÃO:

Artigo 1 - A Prelazia de Cametá - cujo objetivo atual é: a EVANGELIZAÇÃO conscientizadora e libertadora aos pobres, buscando animados por Jesus Cristo, a construção de Reino de Deus: "Uma sociedade Nova, Igualitária - Comunitária, onde o povo tenha voz e vez, e uma sociedade justa em que favoreça só a vida, sem oprimidos e opressores" - é colhe como um dos instrumentos mais valiosos para a evangelização das comunidades Cristãs (CC's) a criação do ministério dos animadores das Comunidades Cristãs.

Artigo 2 - O primeiro Animador de toda Prelazia é o Bispo (prelado), a quem todos os animadores se sentem particularmente unidos no serviço Pastoral.

Parágrafo 1 - A Coordenação deve animar, estimular os animadores nos trabalhos junto às CC's.

Parágrafo 2 - O Coordenador da Pastoral da Prelazia e membro da Equipe Central coadjuva diretamente o Bispo na animação da Pastoral em âmbito de Prelazia, e, por isso, com ele diretamente relacionam os animadores, ou então com seu substituto delegado.

Parágrafo 3 - Em cada Paróquia em sintonia com o Bispo, o primeiro animador da Pastoral é o Vigário, a quem todos os animadores se sentem particularmente unidos no serviço da Pastoral da Paróquia.

CAPÍTULO I: O ANIMADOR:

Artigo 3 - O Animador, observando-se o parágrafo primeiro do artigo segundo, é responsável por um conjunto de comunidades (CC's) que formam um distrito.

CARACTERÍSTICAS:

Artigo 4 - O Animador é um verdadeiro comunitário e líder autêntico.

- De vivência cristã, a partir de sua própria família.
- Autêntico Missionário que age à luz do Evangelho.
- Sabe ser fraterno, ama e apoia as pessoas com quem trabalha.

OBJETIVO:

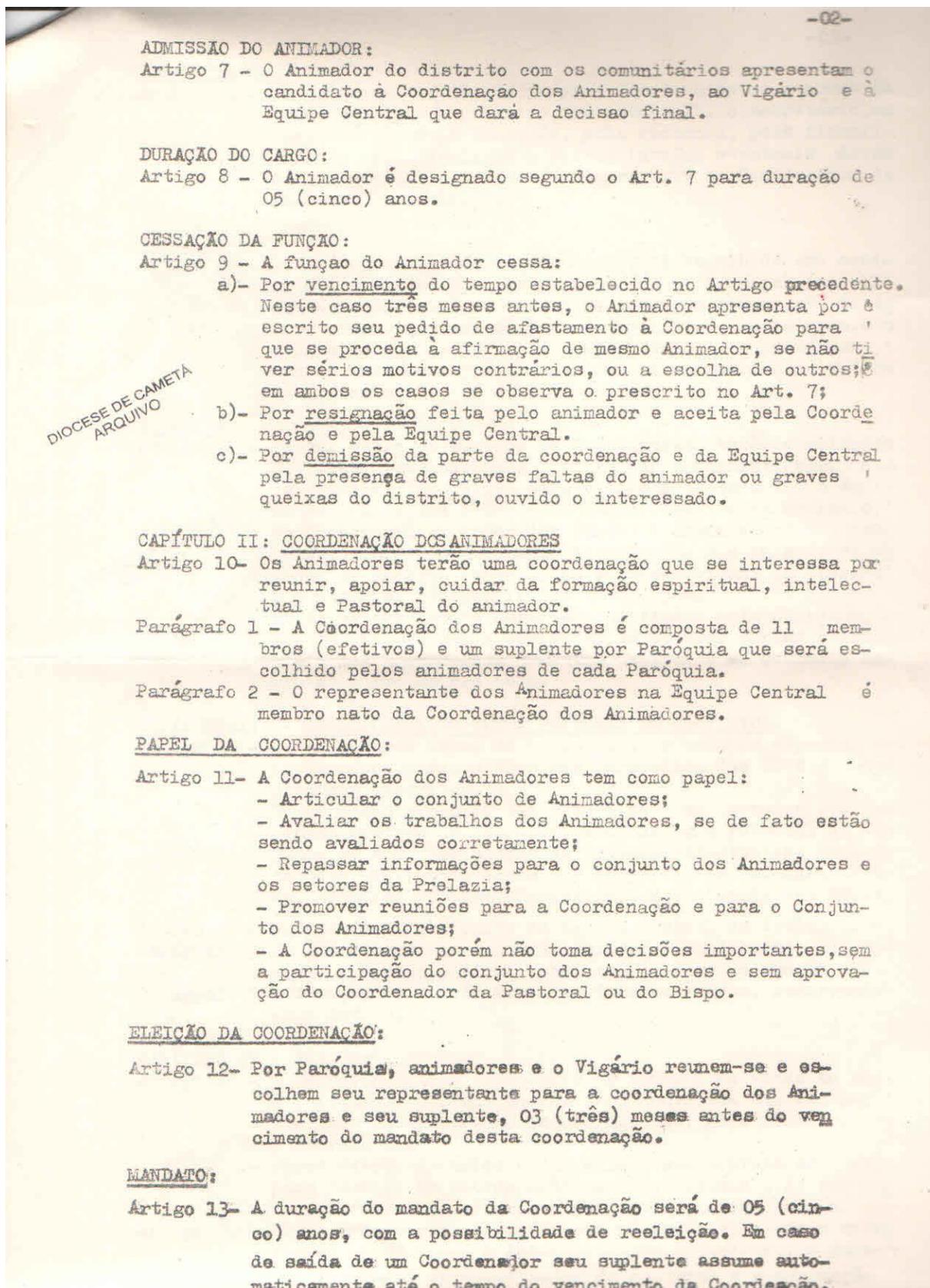
Artigo 5 - O Animador deve acompanhar, incentivar as comunidades do seu distrito, para elas se organizarem melhor, seja no campo religioso, como no campo social, político, cultural e econômico visando a transformação da sociedade, tendo como meta o Reino de Deus.

ATIVIDADES:

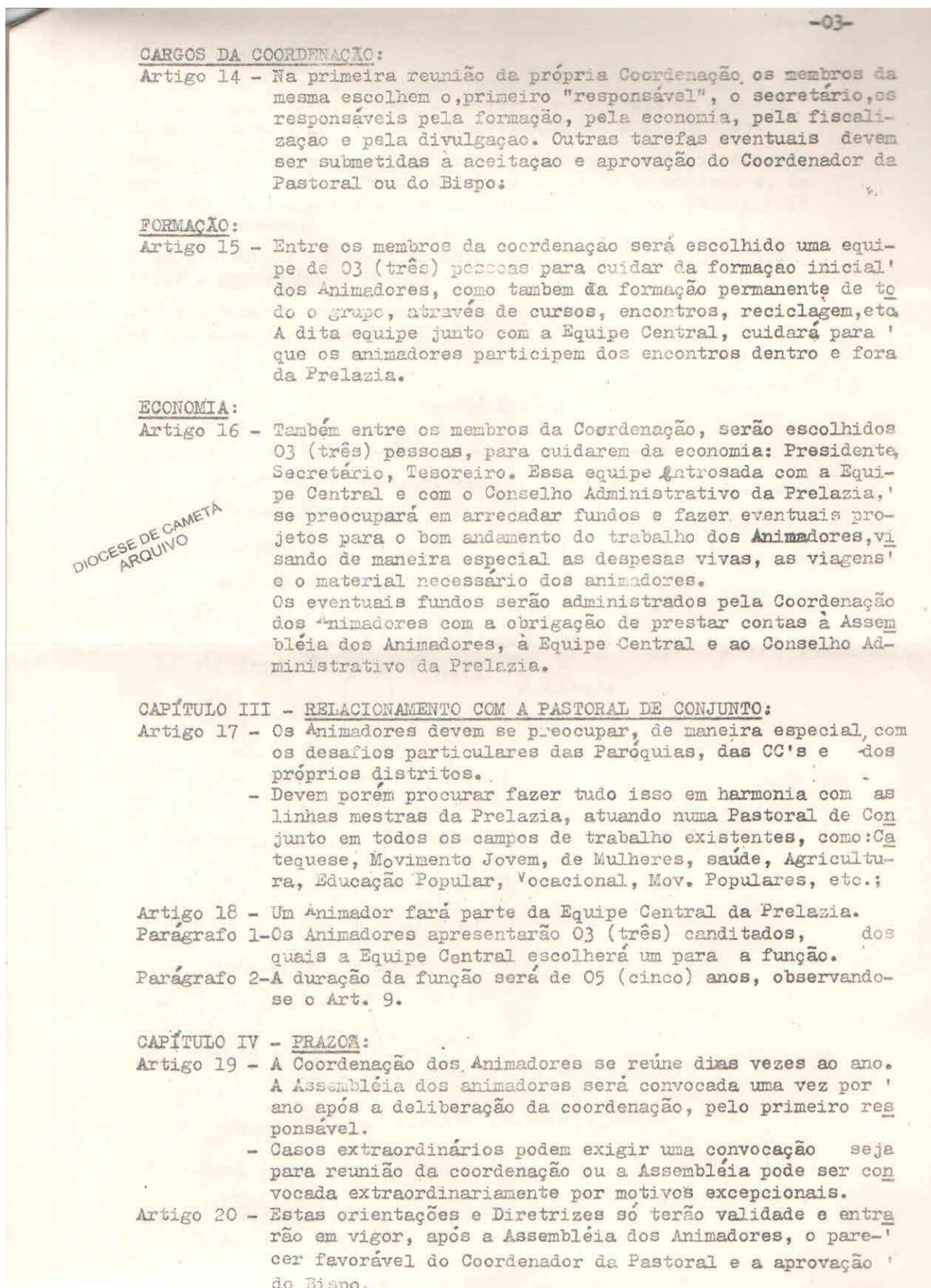
Artigo 6 - O Animador tem como tarefa:

- Visitar as Comunidades Cristãs;
- Discutir os problemas das CC's; incentivando-as na realização de seus projetos; etc.
- Organizar cursos e encontros no distrito, em vista do fortalecimento das Comunidades Cristãs, do eventual surgimento de outras, julgadas necessárias e do desabrochar de novas lideranças.

(Orientações e Diretrizes dos Animadores de Comunidades da Prelazia de Cametá –
página 2, de um total de 5)
(ref. p. 134 do estudo)



(Orientações e Diretrizes dos Animadores de Comunidades da Prelazia de Cametá –
 página 3, de um total de 5)
 (ref. p. 134 do estudo)



(Orientações e Diretrizes dos Animadores de Comunidades da Prelazia de Cametá –
página 4, de um total de 5)
(ref. p. 134 do estudo)

NORMAS TRANSITÓRIAS:

A - O prazo das funções dos atuais animadores e coordenadores continua e para eles, começa a correr o novo prazo do momento da entrada em vigor das presentes Orientações e Diretrizes.

B - Depois de 03 (três) anos de promulgação, a Assembléia dos Animadores fará uma avaliação das Orientações e Diretrizes e, em caso de eventuais correções apresentará ao Bispo para aprovação das emendas.

C - Para introduzir mudanças se exige aprovação de 2/3 da Assembléia e aprovação do Bispo.

D - Estes dispositivos se aplicam de acordo com a lista atualizada dos Animadores da CC.

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

Cametá-Aldeia, 24 de Janeiro de 1993.

Nesta Assembleia dos Animadores, 22 a 24 de Janeiro de 1993, aprovamos as presentes Orientações e Diretrizes dos Animadores das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cametá, entrando em vigor, oficialmente no dia de hoje.

D. Frei Leas Leves, Bispo da Prelazia de Cametá:
Manoel da Costa Valente

De Paulo J. [assinatura]

Benedito Dias Souza.
- Pedro Aquino Martins

Chaves Teodoro Gomes

José Maria Gonçalves Pinheiro

Antônio Alves de Macedo Lima

Jurandi França Mendes

Abenatal Vianna

Edis Gonçalves Pinheiro

Nelson de Lima Pinheiro

Esseiliano Martins de Aquino

Osávio da Cunha Pantofla

José Maria Borges

Waldemar Fernandes Cardoso

José Brandão

Agemir Fonseca Moraes

Natalino de Jesus Gonçalves Pinheiro

(Orientações e Diretrizes dos Animadores de Comunidades da Prelazia de Cameté –
página 5, de um total de 5)
(ref. p. 134 do estudo)

Libânia Ferreira Gonçalves
 Manoel Amador da Rocha
 Gerson da Graça
 Raimundo da Costa Almeida
 Maria José dos Santos
 Afonso José de Moraes
 Benedito Rodrigues dos Santos
 Heltonso Ribeiro Lima
 Manoel Pereira
 Dionísio Lisboa de Sousa
 José de Aguiar Oliveira
 Antônio da M. Batista
 Bráulio de Souza Pereira
 Assis de Souza Rodrigues
 João Maria Tinto
 Aquino Rodrigues Machado
 Francisco Práximo Alves
 Aureliano de Jesus Rodrigues
 João Costa Valente
 Feliciano da Silva Estumano
 Raimundo dos Santos
 Raimundo Ferreira da Silva
 Manoel Maria de Barros Cruz
 Evandro Gabriel Peláez
 Aristeu Guimarães Faria
 Raimundo Lopes Braga
 Manoel Galvão
 Benedito Santos dos Santos
 Maurício de S.

DIOCESE DE CAMETÁ
 ARQUIVO

ANEXO 16 - (Relato do padre Tiago Poels, por ocasião do VIII Encontro Anilzinho)
(ref. p. 144 do estudo)

A HISTÓRIA DO ANILZINHO

A região do Anilzinho, município de Baião, era rica em castanhais, a terra era devoluta e muita gente tinha interesse em ficar com estas terras, tinha uma família de Baião, que queria arrendar estas terras para explorar a castanha, os moradores do Anilzinho viajaram para Belém para pedir ao governador que os castanhais ficassem para o povo de Baião. Assim sendo o governador baixou um decreto que saiu no Diário Oficial, reservando esta região para o povo de Baião.

Com a abertura da estrada TRANSCAMETÁ, apareceram grileiros do Sul do país, com interesse de se apropriar desta região, lá existiam algumas pequenas propriedades à beira do rio Anilzinho e Ipaú, tinha alguns estabelecimentos de comércio para a compra de castanha, as terras eram devolutas e a maior parte estava dentro do decreto.

Apareceu um homem chamado Tião querendo ocupar toda a área e não conseguiu porque o povo começou a resistir, então vendeu a área para um fazendeiro do Sul, que deixou como capataz o Gustavo, que foi pedir para a juíza de Baião, ordem de despejo para posseiros que estavam na área, não conseguiu, então pediu apoio da juíza de Tucuruí, que mandou dois caminhões e dois jipes com soldados, armados de fuzis e metralhadoras, que começaram a caçar os homens que estavam trabalhando e através de ameaças embarcaram todos os homens nos caminhões e levaram para Tucuruí. Soltaram todos na rua, alguns comeram até casca de banana. Derrubaram as casas, destruíram as plantações, as mulheres fugiram das suas casas, atravessaram igarapés à noite, uma estava de parto e adoeceu e continua sofrendo as consequências desta doença até hoje.

Um cametaense, Sr. Dalico, que tinha uma venda na beira da estrada, teve sua casa derrubada por duas vezes, e as plantações dos agricultores foram destruídas.

Os posseiros que me procuraram para resolver o problema, orientei que organizassem o local para uma reunião, construíssem um barracão que comportasse umas duzentas pessoas para podermos discutir os problemas.

Ao me encontrar com Alacid Nunes, governador do Estado do Pará, naquela época, em um almoço na casa das irmãs, recusei sua ajuda e disse que enquanto o governo dele concordasse com as opressões feitas aos posseiros da região não aceitaria nenhuma ajuda dele.

Se realizou o primeiro encontro em Anilzinho, enfrentamos dificuldades financeiras, mas saiu o encontro, o povo ajudou, pescou-se uns 300 kg de peixes, todos de boa qualidade, e como conclusão do encontro saiu a Lei Anilzinho.

(Relato do padre Tiago Poels, durante a realização do VIII Encontro Anilzinho).

ANEXO 17 - (Projeto pontual – 1º Congresso das CC's - Recursos Financeiros
provenientes da instituição CEBEMO).

(ref. p. 167 do estudo)

DIOCESE DE CAMETA
ARQUIVO

Cebemo

Katholieke organisatie voor medefinanciering van ontwikkelingsprogramma's
Catholic organization for joint financing of development programmes
Organisation catholique de co-financement pour des programmes de développement
Organización católica para co-financiamento de programas de desarrollo
Organização católica para co-financiamento de programas de desenvolvimento

Comissão Organizadora do Congresso das CC's
Prelazia de Cametá
C.P. 10
68.400 - Cametá - Pa.
Brasil.

Rhinjeesterstraatweg 40
P O Box 77, 2340 AB Oegstgeest Holland
Telefoon 071-17 17 71
Telex 30223 cemecl nl
Telefax 071-17 53 91

COPIA

Oegstgeest, _____
06-06-1989 89/ala-2750

Assunto: projeto C-212/1139B "Programa Trienal de
Desenvolvimento Regional".
Suplemento para o 1º Congresso das C.C.'s

Prezados Senhores,

Recebemos a sua correspondência de 12 de maio de 1989,
contendo a solicitação de um apoio para o 1º Congresso das
C.C.'s.

Apresentamos a mesma na primeira reunião da Comissão de
Projetos, que se realizou a poucos dias, a qual se pronunciou
positivamente.

Foi creditado ao projeto em andamento na Prelazia, referido
acima, o valor de florins Nf 55.000,- (mais ou menos
US\$ 25.000,--), conforme a solicitação.

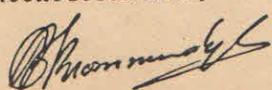
Este valor pode ser liberado a seu pedido.

Agradecemos também o convite para participar do Congresso.
Estarei nesta época no Brasil e estudarei oportunamente a
possibilidade de participar, integralmente ou alguns dias, do
evento.

Esperamos receber oportunamente um relatório do próprio
Congresso, com um resumo do resultado da avaliação e das
eventuais decisões tomadas a respeito dos próximos passos na
'caminhada'.

Sendo o que se apresenta neste momento e desejando êxito na
preparação do Congresso e nos outros trabalhos, firmamo-nos,

Atenciosamente,



Bernardo Krommendijk,

DIOCESE DE CAMETA
ARQUIVO

ANEXO 18 - (Resposta da CEBEMO à Prelazia sobre Recursos Financeiros
solicitados).
(ref. p. 167 do estudo)

| | | |
|---|---|------------------------------------|
|  | <p>Katholieke organisatie voor medefinanciering van ontwikkelingsprogramma's Catholic organization for joint financing of development programmes Organisation catholique de co-financement pour des programmes de développement Organización católica para co-financiamento de programas de desarrollo Organização católica para co-financiamento de programas de desenvolvimento</p> | |
| <p>Prelazia de Cametá Dom José Elias Chaves C.P. 11 68.400 - Cametá - Pa BRASIL</p> | <p>Rhijngesterstraatweg 40 P.O. Box 77, 2340 AB Oegstgeest Holland Telefoon 071-17 17 71 Telex 30223 cemecl nl Telefax 071-17 53 91</p> | |
| <p>Oegstgeest, 19/07/1989</p> | <p>89/ala-2825</p> | |
| <p>Assunto: Projeto n°. :C-212/1139C e C-212/1139D "Programa Triênal de Desenvolvimento Regional".</p> | | |
| <p>Prezado Dom José,</p> | | |
| <p>Recebemos a sua carta de 07/07/1989 com a prestação de contas resumida sobre os 3 meses (abril, maio e junho) de 1989, pela qual agradecemos.</p> | | |
| <p>Como o senhor mesmo já observa, a prestação é muito resumida e para o Departamento de Assessoria Executiva, que analisa as prestações de contas, diz pouco sobre as atividades realizadas. Podemos entender e imaginar que é impossível para o senhor mesmo preparar as prestações da maneira como a CEBEMO solicita (no mínimo um 'balancete mensal' com as despesas por rubrica e por setor somadas, conforme os itens aprovados no projeto). Uma prestação de contas preparada assim ajuda também a verificar globalmente se as despesas realizadas correspondem com a previsão orçamentária. E no caso que isso não corresponde, tem dados para analisar o porque. Acredito que tem outras pessoas na Prelazia que poderiam ajudar a fazer este trabalho. Servirá, e para CEBEMO, mas principalmente para a Prelazia para as discussões nas diversas equipes que trabalham no projeto.</p> | | |
| <p>O Departamento de Assessoria Executiva informa que deu ordem ao nosso banco, dia 3 de julho de 1989, de enviar os recursos para o 1º Congresso da Comunidades. Provavelmente já chegaram nas suas mãos. O mesmo Departamento dará dentro poucos dias ordem ao banco de transferir também os recursos complementares aprovados pela CEBEMO. Esperamos que o senhor confirma o recebimento logo ao receber os cheques.</p> | | |
| <p>DIOCESE DE CAMETA ARQUIVO</p> | | |
| <p>Postgiro 4379443</p> | <p>F. van Lanschot Bankiers N.V. 22.58.21.567</p> | <p>K.v.K Den Haag nr. S 151664</p> |

ANEXO 19 - (Ajuda financeira – paróquia de Rotterdam).
(ref. p. 168 do estudo)

CENTRALE VOOR BEMIDDELING BIJ MEDEFINANCIERING VAN ONTWIKKELINGSPROGRAMMA'S
ZENTRALVERMITTLUNGSSTELLE FÜR MITFINANZIERUNG VON ENTWICKLUNGSPÄNEN
CEBEMO Van Alkemadeaan 1 - Den Haag - Tel. 070-244594 - Telex 34278 Cemec NL
CENTRAL AGENCY FOR JOINT FINANCING DEVELOPMENT PROGRAMMES
AGENCE CENTRALE POUR LE COFINANCEMENT DE PROGRAMMES DE DÉVELOPPEMENT

Den Haag, 29 de Out. de 1980
(Holland)

Exmo. Revmo. Dom José Elias Chaves
Rev. Pe. Henrique Rienslag
Estradad Cônego Siqueira 1653
68.400 C A M E T Á (Pá)
B R A S I L.

Uw kenmerk: DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO
Ons kenmerk: 06908 / tb.

Prezados amigos Dom José e Henrique,

Acabamos de receber sua carta-circular em que a prelazia define de maneira clara a sua posição diante da FASE. Deve ter sido penoso ter que tomar tal posição, mas do outro lado, é necessário distinguir bem quem é quem, para poder trabalhar de maneira limpa.

Estou-lhe escrevendo a respeito, porque a mesma queixa, que os senhores expressam na sua carta, se verifica também em outros lugares em relação com a FASE. Semelhante crítica escutei em Belem dos meus colegas Cruzios, que trabalham com a Fase, como também do pessoal da prelazia de Santarem, onde um técnico da Fase tentou manipular celebrações eucarísticas para fazer destas uma espécie de reunião de sindicato.

Seria interessante - a título de sugestão - contactar com outros (no caso: cruzios de Belem e prelazia de Santarem) que trabalham com técnicos da Fase, a fim de sentir como eles estão encarando esta situação. Desta forma, vocês não estarão sozinhos na tomada de posição. Bom êxito.

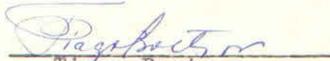
Notícia mais agradável: talvez o Geraldo Frencken de Tucuruí já lhes comunicou, mas, então, aqui vai mais uma vez a notícia: consegui a aprovação do projeto "Terra Prometida". Por estes dias deve chegar lá a carta de aprovação e o contrato. Tranquilidade para Tucuruí. Domingo passado estive em Doetinchem, na casa do irmão do Geraldo. Vi os filmes e os diapositivos. Gostei. Com este material vou com ele preparar uma exposição numa paróquia em Rotterdam, que festeja seus 20 anos de existência. Esta paróquia quer fazer algo em benefício de uma paróquia no terceiro mundo. Lembrei-me, então, da Terra Prometida e a ideia de construir um centro comunitário. Em Rotterdam gostaram da ideia e no fim de Novembro vou ter que ir lá, fazer as pregações e assim iniciar a campanha. Vamos ver.

Como vão os trabalhos por lá? Dom José já sabe navegar pelo Tocantins? Já suou bastante?

Por estes dias ouvi dizer, que Luis Absil está em Helden-Panningen. Está tentando a aprender a escrever de novo. Comunicação continua difícil. Espero visitá-lo qualquer dia destes.

Bem, vou parar aqui. Ainda tem uns projetos p'ra descascar. Tudo de bom para vocês, e quem sabe, até breven Lembranças a Zeca, Bernardo, Raul e tantos outros amigos.

fraternalmente


Tiago Boets

CEBEMO: waarin samenwerken Centraal Missie Commissariaat, Bisschoppelijke Vastenakkte, Stichting Landen in Ontwikkeling Pauselijke Missiewerken Nederland en Stichting Mensen in Nood/Caritas Neerlandica.

DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

APÊNDICE

APENDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado, intitulada: “ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA PRELAZIA DE CAMETÁ: O contexto da Educação Popular no período de 1980 a 1999”, sob orientação da Professora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto, vinculado/a à/ao PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo compreender de que maneira se efetivou a educação de cunho popular pela Prelazia de Cametá às suas bases.

Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado(a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutra momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail do pesquisador rivaldo_lisboa@hotmail.com e/ou com a orientadora da dissertação através do e-mail celpinto18@gmail.com.

As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo e os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com o pesquisador para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, ____ de _____ de _____.

Nome do/a entrevistado/a

Nome do/a pesquisador/a